

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

ESTHER ITABORAHY COSTA

**DE BANCÁRIO A CANDIDATO À PRESIDÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE
JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO**

Juiz de Fora
2020

ESTHER ITABORAHY COSTA

**DE BANCÁRIO A CANDIDATO À PRESIDÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE
JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado

Juiz de Fora
2020

Itaborahy Costa, Esther.

De bancário a banqueiro: a trajetória de José de Magalhães Pinto
/ Esther Itaborahy Costa. -- 2021.

230 p. : il.

Orientador: Ignácio José Godinho Delgado

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto
de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História,
2021.

1. Magalhães Pinto. 2. UDN. 3. trajetória. I. Godinho Delgado,
Ignácio José, orient. II. Título.

ESTHER ITABORAHY COSTA

**DE BANCÁRIO A CANDIDATO À PRESIDÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE
JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Juiz de Fora, 13 de janeiro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado (orientador)

Profª. Dra. Valéria Marques Lobo (UFJF)

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Prof. Dr. Eduardo Gomes (UFF)

*Para Frederico e Adriana, por tudo que tenho.
Por tudo que sou.*

AGRADECIMENTOS

Não foi nada fácil passar por esses cinco anos. Desde meados de 2016, mais especificamente do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, minha vida acadêmica virou do avesso. Sempre soube que era algo além das minhas forças, mas fiquei no chão. A cada dia uma notícia pior, a cada reportagem um soco no estômago diferente, a cada respirada a esperança de uma vida melhor indo embora. E hoje, quando escrevo, quatro anos depois, o que eu achava que não poderia piorar está pior, muito pior. Contudo, é necessário agradecer sempre. A Deus, a toda hora! Força maior. Em todos os momentos que me senti sozinha, sem esperanças, doente, cansada, era Ele quem me acalentava. Não em orações ou cerimônias, era só tentar respirar fundo que algo dentro de mim falava mais alto. Foram muitos momentos de fraqueza, de tristeza, de frustração, mas era só olhar para cima, mesmo brava e incrédula, que em alguns minutos meu eixo voltava ao lugar.

Meus pais, Frederico e Adriana. Em nenhum momento hesitaram em apoiar minhas decisões. Em nenhum momento me colocaram pra baixo. Em nenhum momento me abandonaram. São exemplos de força, caráter e amor. Mesmo quando soltavam as palavras mais duras, era para incentivar. Seguir esse caminho sabendo que os dois estariam ao meu lado, *no matter what*, acalmou meu coração. É sempre tudo por eles e para eles. À minha irmã Rachel. Nem sempre nossa relação é fácil, mas ela é o alento à distância dos meus pais.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado que, desde meu ingresso na UFJF em 2010 como aluna de especialização, comprou minhas ideias. Sempre calmo, paciente e, mesmo distante, presente, entendeu meu caminho. Sua inteligência e suas palavras são um exemplo. Muito obrigada, para sempre!

Aos professores Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves pelas indicações durante o processo de qualificação. A estrutura final desta tese só foi possível a partir de suas considerações.

Aos professores da Banca Profa. Dra. Valéria Marques Lobo, Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim, Prf. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta e Prof. Dr. Eduardo Gomes pelas críticas, elogios e indicações, necessários para a melhoria deste estudo.

À Profa. Dra. Maria Eliza Linhares Borges pela gentileza e disponibilidade em me atender pelo telefone, indicando leituras e caminhos, fundamentais nessa caminhada.

Aos amigos do PPG História 2015, que dividiram comigo as agruras e aflições ao longo desses anos. Vocês são incríveis. Com certeza, a melhor turma que o Programa já viu. Em especial Myrtes, Ana e Letícia. Amigas improváveis e distantes, mas essenciais.

Ao grupo de *WhatsApp* “Camofas Lindas”, minhas irmãs de alma. Minha fonte de luz e força feminina. Daya, De, Elis, Joy, Ju e Roberta vocês são as melhores amigas que uma pessoa poderia desejar. Ao meu amigo Betão que, mesmo distante e enfrentando dificuldades inimagináveis, estava sempre presente e disposto a ouvir.

Aos amigos do “Primaiada” e “Minas, Manas e Monas” de presença constante. De cerveja de conversas diárias. Quando a tristeza batia, ler cada mensagem, cada piada, cada meme, tornava tudo menos solitário.

Aos meus alunos, minha fonte de alegria diária. Mesmo quando me tiravam do sério, eram a melhor parte do meu dia. Aprendi muito com vocês, crianças. Aos meus priminhos, Enzo, Gabi, Lorenzo e Angelina que tornaram a minha vida mais florida.

Ao meu terapeuta e Professor Marco Antônio. No momento em que me achei mais perdida, você resgatou o que ainda restava e me trouxe para a vida. À Cris, que ferozmente continuou o trabalho iniciado e se tornou essencial nesse processo. Gente é para brilhar, obrigada.

A todas as pessoas que passaram por mim ao longo desse período. Muito de tudo que sou, é consequência dos nossos encontros. Em especial às mulheres que a vida colocou em meu caminho. Mulheres lindas, de fibra, de coração imenso que me acolheram e me ensinaram a ser uma pessoa melhor. Uma mulher melhor. Com certeza vocês mudaram a Esther e não há palavras no mundo para agradecer.

Por último, mas não menos importante, agradeço a UFJF e a CAPES. Mesmo com todo desmonte perpetrado contra a educação desde 2016, em especial nas áreas de Humanas, tive bolsa de estudos ao longo de todo doutorado, que foi imprescindível para a pesquisa.

Enquanto escrevo esses últimos parágrafos, em 19 de agosto de 2020, comemoramos o primeiro dia do Historiador como profissão regulamentada. Foram anos de luta e essa vitória é sintomática nos tempos que vivemos. Que nossa profissão seja valorizada. Que o ensino da História seja valorizado. Ser professor e pesquisador neste país é um ato de resistência. E resistirei!

“se nós não relatamos todos os fatos célebres, não indo a fundo, ou talvez abreviando a maior parte deles, que o leitor não nos faça mau juízo. Pois, de um lado, não são histórias que nós escrevemos, mas vidas; de outro lado, não é de nenhum modo nas ações mais célebres que se mostra uma virtude ou um vício, pois frequentemente um fato diminuto, uma palavra, um gracejo manifestam mais o caráter do que os combates mortíferos, grandes batalhas, ou cercos. Então, como os pintores apreendem as semelhanças a partir da fisionomia e das formas visíveis, pelas quais se deixa ver o caráter, do mesmo modo, deve nos ser permitido, penetrar preferencialmente nos sinais da alma e, por ser seu intérprete, desenhar a vida de cada um”. (PLUTARCO apud AVELAR, 2012: 65).

RESUMO

Recorrer aos estudos sobre biografia – ao analisar uma história de vida – nos permite identificar o indivíduo em seu lugar social, suas redes, seus grupos e as diversas instituições em que este se insere a partir de suas relações com os demais. Objetivamos compreender, então, a partir da análise da trajetória política de José de Magalhães Pinto e levando em conta as redes nas quais estabeleceu relações, como um banqueiro de Minas Gerais, ligado às elites do Estado, foi um dos fundadores da UDN – o partido de oposição a Vargas – e um dos principais líderes do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Buscaremos analisar as relações familiares, os anos de estudo na Academia de Comércio e no Colégio Lucindo Filho (atual Colégio Machado Sobrinho) em Juiz de Fora, bem como os primeiros passos como bancário no Banco Hipotecário da cidade (1926), a partir da biografia “Magalhães: navegando contra o vento” e fontes documentais. Também analisaremos sua participação como signatário do Manifesto dos Mineiros (1943) contra o governo estadonovista de Vargas, como secretário de Finanças de Milton Campos (1947- 1950), como deputado federal por três mandatos consecutivos pela UDN (1950, 1954, 1958), como governador de Minas Gerais (1960) e, mais uma vez, como deputado federal (1978, 1982) pelo PDS (Partido Democrático Social). Ao longo desses 39 anos de vida política, Magalhães esteve intimamente ligado aos acontecimentos que levariam ao Golpe Civil-Militar e à Ditadura Militar: no primeiro, como um dos líderes civis que derrubariam o presidente João Goulart; no segundo, como um dos candidatos da UDN à presidência (1965), como ministro de Relações Exteriores do governo Costa e Silva (1967) pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) e como senador (1970) pelo mesmo partido.

Palavras-chave: Magalhães Pinto; UDN; trajetória.

ABSTRACT

Using biography studies - when analyzing a life story – allow us to identify the individual in his social place, his networks, his groups, and the diverse institutions that it inserts from its relations with others. We aim to understand, then, from the analysis of José de Magalhães Pinto's political trajectory and considering the networks in which he established relations, how a banker from Minas Gerais linked to the elites of the State, was one of the founders of the UDN - the opposition party to Vargas - and one of the main leaders of the Civil-Military Coup of March 31, 1964. We will seek to analyze family relationships, years of study at the Academia de Comércio and Colégio Lucindo Filho (current Colégio Machado Sobrinho) in Juiz de Fora, as well as the first steps as a bank employee at Banco Hipotecário in the city (1926), based on the biography 'Magalhães: Navegando contra o vento' and documentary sources. We will also analyze your participation as a signatory of the Manifesto dos Mineiros (1943) against the Vargas state government, as Milton Campos' finance secretary (1947-1950), as federal deputy for three consecutive terms for the UDN (1950, 1954, 1958), as governor of Minas Gerais (1960) and again as federal deputy (1978, 1982) - by the PDS (Social Democratic Party). Throughout these 39 years of political life Magalhães was linked to the events that would lead to the Civil-Military Coup and the Military Dictatorship. In the first, as one of the civil leaders who would overthrow President João Goulart; and in the second, as one of the UDN candidates for the presidency (1965), as Minister of Foreign Affairs of the Costa e Silva government (1967) for the Arena (Aliança Renovadora Nacional) and as a senator (1970) for the same party.

Keywords: Magalhães Pinto; UDN, life story

LISTA DE SIGLAS

ACM	Associação Comercial de Minas Gerais
AI	Ato Institucional
ANC	Aliança Nacional Conservadora
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CODEVALE	Comissão Especial de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce
CUTAL	Congresso de Trabalhadores da América Latina
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ERMIG	Eletrificação Rural de Minas Gerais
FFAA	Forças Armadas Brasileiras
FIEMG	Federação de Indústria e Comércio de Minas Gerais
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LIMDE	Ligas da Mulher Democrata
METAMIG	Metais de Minas Gerais S/A
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de outubro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PEI	Política Externa Independente
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido Republicano
PREFP	Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UTRAMIG	Fundação Educacional para o Trabalho
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: De Santo Antônio do Monte ao Banco Nacional: a família Magalhães Pinto e o Manifesto dos Mineiros	26
1.1. De Santo Antônio do Monte para Juiz de Fora: os primeiros passos.....	29
1.2. O início da vida política: O Manifesto dos Mineiros e a UDN.....	41
1.3. De bancário a banqueiro: O Banco Nacional.....	51
CAPÍTULO II: De secretário a governador: o mito da mineiridade e a UDN	59
2.1. O mito da mineiridade.....	59
2.1.1. A mineiridade na historiografia.....	61
2.2. As várias UDNs.....	70
2.2.1. A UDN na historiografia brasileira.....	71
2.3. Magalhães Pinto: o secretário.....	79
2.4. Magalhães Pinto: o deputado.....	87
2.5. Magalhães Pinto: o presidente nacional da UDN.....	90
CAPÍTULO III: De governador a conspirador: o Estado de Minas Gerais e o “líder civil” do Golpe de 1964	96
3.1. As eleições de 1960.....	96
3.2. José de Magalhães Pinto: o governador.....	107
3.3. Magalhães Pinto: o conspirador.....	114
CAPÍTULO IV: De conspirador a ministro: os 21 anos de Ditadura	137
4.1. A institucionalização do Regime: os Atos Institucionais e a oposição.....	139
4.2. Magalhães Pinto: o ministro.....	148
4.2.1. O sequestro do embaixador Charles Elbrick.....	154
4.3. Magalhães Pinto e o AI-5.....	160
4.4. Eleições de 1970.....	167
4.5. Magalhães Pinto: o senador.....	171
CAPÍTULO V: De ministro à candidato: velhas e novas tentativas	176
5.1. O governo Geisel: do controle eleitoral à distensão.....	176
5.1.1. As eleições de 1974.....	178
5.1.2. O Pacote de Abril.....	180
5.1.3. As eleições de 1978.....	185
5.2. Mais uma vez na disputa: a presidência da República.....	187
5.3. O caminho para a transição: a abertura política.....	193
5.3.1. As eleições de 1982 e a Emenda Dante de Oliveira: os caminhos para as Diretas Já!.....	197
5.4. O fim do bipartidarismo: a fundação do PP e a entrada no PDS.....	201
5.5. A Constituição de 1988.....	204
5.6. O fim do sonho.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “[A] Política é como nuvem, muda a toda hora”? ...	210
REFERÊNCIAS	215
ANEXO I	225

INTRODUÇÃO

“Foi discreto, como convém a um mineiro. Às 15h de ontem foi sepultado no Cemitério São João Batista o ex-governador de Minas José de Magalhães Pinto, de 86 anos, fundador do Banco Nacional”. Noticiou o jornal O Globo em 8 de março de 1996. Villas-Bôas Corrêa, na mesma data, escreve

O doutor Magalhães Pinto, como era conhecido no singelo despojamento dos muitos títulos que acumulou na vida, morreu mansamente: vela que se apaga depois de consumida. Retirada silenciosa, como quem desliza na ponta dos pés, quase despercebido [...]. Muito no seu jeito discreto, mineiríssimo, foi saindo da vida devagarinho, dissolvendo-se na névoa que se adensava e apagava os dissabores do presente para preservar as boas lembranças do passado. (O Globo, 1996, p.10)

A presente tese contempla a trajetória¹ José de Magalhães Pinto (1909-1991). Atuante durante 39 anos no cenário político, Magalhães Pinto foi fundamental em eventos chave da República Brasileira a partir de 1943, sendo considerado por muitos (DULCI, FICO; REIS) o “líder da Revolução de 64”. Esteve diretamente relacionado - como banqueiro - com o governo de Getúlio Vargas, e foi decisivo em 1964. Atuou abertamente durante a Ditadura Militar². Lançou-se candidato à presidência em 1978. Trabalhou para a redemocratização e só saiu da política quando adoeceu.

Nascido em Santo Antônio do Monte no Oeste Mineiro, o sexto filho de José Caetano de Magalhães Pinto, “Coronel Juca Pinto”, e de Maria José de Magalhães Pinto, “Dona Maricota”, diferente de muitos meninos de sua idade, muda-se para Juiz de Fora a fim de continuar seus estudos. Juquinha, apelido que ganhara dos pais em casa, tinha 13 anos. A cidade recebia os ecos do Rio de Janeiro, a então capital cultural e federal do país. O ano era 1922 e nosso personagem estava matriculado Academia de Comércio para concluir o equivalente ao ginásio.

É ali que, mesmo sem ter na família grandes caciques políticos, inicia sua caminhada. Ainda aos 17 anos, torna-se escriturário do Banco da Lavoura em Juiz de Fora e, aos 26, é promovido a diretor. Pouco tempo depois foi transferido, ainda diretor, para a sucursal do banco na capital federal.

¹ Neste sentido, utilizaremos as análises de Pierre Bourdieu em seu texto “A ilusão biográfica”.

² Apesar de já consolidada na historiografia, vale ressaltar que concordamos com as análises de Carlos Fico e Rodrigo Patto Sá Motta e outros, ao definirem o período entre 1964 a 1985 como uma Ditadura Militar.

Em 1943, desponta como um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, o primeiro movimento político organizado contra o presidente Getúlio Vargas (BENEVIDES, 1981). Em 1944, funda o Banco Nacional de Minas Gerais, mais tarde nomeado Banco Nacional. Em 1945, elege-se pela primeira vez deputado federal. Em 1947, com a vitória de Milton Campos, é convidado para ser Secretário de Finanças. É reeleito mais três vezes para deputado (1950, 1954, 1958) e em 1960 vence Tancredo Neves elegendo-se governador de Minas Gerais.

A partir de 1961, passa a conspirar contra o governo de João Goulart (FICO, 2014), mesmo tendo apoiado as Reformas de Base propostas pelo presidente. Em 1964, torna-se o “líder civil da Revolução de 1964”, título que lhe renderá, em 1967, o cargo de Ministro de Relações Internacionais no governo de Costa e Silva. Ainda como ministro, tem papel de destaque nas negociações em torno da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick e, com a eleição de Médici, retorna às funções de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, bem como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Em 1970, é eleito senador e, em 1975, é eleito por unanimidade para a presidência do Senado, conferindo-lhe a presidência do Congresso Nacional. Em 1978, lança-se como candidato civil à presidência da república.

Com a derrota, concorre novamente como deputado federal e é eleito como o mais votado em Minas. Em 1982, é eleito para seu último mandato eletivo como deputado federal, sendo o 12º mais votado no estado. Em 1984, lança campanha em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente e vota em Tancredo Neves, que é eleito presidente da República. Sofre um derrame e deixa a Câmara. Falece em 6 de março de 1996.

Para realizar esta pesquisa, o livro lançado pela Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig), *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*, foi de extrema importância para localizarmos nosso personagem. O livro, lançado em 1994, foi escrito por dois jornalistas e narra desde o nascimento até a saída de Magalhães Pinto do mundo político, a partir de documentos pessoais e entrevistas realizadas com personalidades que conviveram com ele. Com essa leitura, pudemos traçar as relações de parentesco e os primeiros passos de Magalhães Pinto como banqueiro e aspirante à presidência.

No que tange à trajetória política, foram utilizados documentos que se encontram depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esta documentação é composta por entrevistas realizadas em 1977 com Magalhães Pinto e os signatários do Manifesto dos

Mineiros, bem como fotos e demais referências depositadas no acervo, além de farta documentação iconográfica depositada no acervo Estação Cultura na cidade de Santo Antônio do Monte/MG.

Utilizamos, ainda, reportagens publicadas nos jornais *Estado de Minas*, *Correio da Manhã* e na *Revista Binômio*, bem como o acervo online disponibilizado pela *Folha de São Paulo*. Nas três primeiras publicações, buscaremos localizar Magalhães Pinto como presidente da União Democrática Nacional (UDN) em Minas Gerais e como governador do Estado. Já com a *Folha*, objetivamos localizá-lo como presidente da UDN nacional, bem como nos demais cargos de destaque nacional que ocupou. Demais jornais com referências diretas e indiretas sobre Magalhães Pinto também foram utilizados.

Uma documentação ainda pouco utilizada foi disponibilizada online pelo *Opening the Archives Project*. Tal acervo conta com documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre o Brasil, produzidos entre 1963-1973. Nele, pudemos ter acesso a telegramas, discursos relativos a Magalhães Pinto como ministro de Relações Internacionais de Costa e Silva, bem como um dos expoentes da UDN, em Minas Gerais e no Brasil. No total, são 237 referências diretas. Assim, esta tese se divide em cinco capítulos.

O primeiro concentra-se do nascimento até a entrada de Magalhães Pinto no mundo político em 1943, com a assinatura do *Manifesto dos Mineiros*. Buscamos compreender quais elementos lhe conferiram o “capital econômico e o capital social”³ necessários para a assinatura do *Manifesto dos Mineiros* em 1943, bem como a do Banco Nacional em 1944.

No segundo capítulo, apresentamos sua eleição para deputado constituinte em 1945, bem como sua atuação durante o governo de Milton Campos como Secretário da Fazenda de Minas Gerais pela condição política e capital econômico já adquiridos, além de sua formação técnica como banqueiro. O conceito de mineiridade nos será caro para compreender os caminhos traçados por Magalhães Pinto a partir de sua entrada na UDN.

O terceiro capítulo analisa, num primeiro momento, a campanha estadual para o governo de Minas iniciada em 1959, para, assim, focar no mandato de Magalhães Pinto como governador de Minas Gerais, bem como suas ligações diretas com a “Revolução de 1964”⁴.

No quarto capítulo, destacou-se o papel de Magalhães Pinto após o Golpe de 1964, bem como sua atuação como ministro de Relações Internacionais de Costa e Silva. As

³ Tais conceitos serão discutidos no primeiro capítulo desta tese a partir das análises de Pierre Bourdieu.

⁴ Utilizamos este conceito pois é assim que Magalhães Pinto e seus aliados referiam-se ao Golpe de 1964.

eleições de 1970 também são analisadas, pois vale ressaltar que, em 1970, é eleito senador e em 1975 é eleito, por unanimidade, presidente da Casa.

Já no quinto e último capítulo analisamos seu mandato como Presidente do Senado, bem como sua pretensão, em 1978, a candidato civil à Presidência da República. É apoiado por setores do Arena e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que veem nele o candidato da “conciliação nacional”. A fundação do Partido Popular (PP), sua entrada no Partido Democrático Social (PDS) para o último mandato eletivo, o movimento de liberalização e lugares que Magalhães Pinto ocupou com o fim da Ditadura Militar, em especial sua atuação na redemocratização até o fim da sua vida em 1996, também serão analisados.

Na conclusão, apresentamos as principais considerações da pesquisa, bem como intentamos responder à pergunta título da conclusão, “Política é como nuvem, muda a toda hora?”, frase atribuída a Magalhães Pinto⁵, a partir de toda a análise feita ao longo da tese.

O Brasil antes de Magalhães: alguns apontamentos

A Constituição de 1891 não permitia que um presidente sucedesse a si próprio e a agitação política era intensa em torno das candidaturas. Ao longo da República Velha, as eleições presidenciais basearam-se em acordos entre as lideranças políticas estaduais em busca da consolidação de uma candidatura oficial. Segundo Thomas Skidmore, acertada a indicação, isso já equivalia à eleição, pois os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais (SKIDMORE, 1988, p.21-22). Ao final de 1928, as articulações em torno da sucessão presidencial tomavam conta dos debates dos grupos políticos do período.

Os conflitos entre Minas Gerais e São Paulo quanto ao lançamento de uma candidatura para a Presidência se evidenciavam. O governo de Washington Luís afastava-se cada vez mais dos interesses de Minas. Em 1928, Washington Luís se recusou a assumir um empréstimo externo destinado ao governo de Minas, o que gerou obstáculos para o setor siderúrgico mineiro. Tal medida foi rejeitada pelas principais lideranças de Minas, causando sensíveis abalos na aliança majoritária nacional. Esse afastamento de Minas do centro de decisões sobre

⁵ A frase é uma afirmação. Contudo, optamos por transformá-la numa pergunta para nos ajudar a concluir o trabalho.

os rumos do Brasil não significou o isolamento de São Paulo dos demais estados. Washington Luís aproximava-se de novos parceiros. Nessa aproximação, o Rio Grande do Sul apresentava-se como parceiro preferencial do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos (VISCARDI, 2001, p.333).

A aproximação com São Paulo gerou, na nova geração política do Rio Grande do Sul, a expectativa de lançar a candidatura de um gaúcho para a presidência da República. Entretanto, o candidato oficial indicado pelo governo foi o paulista Júlio Prestes. Frustrados os planos, o grupo gaúcho articulou uma aproximação com Minas Gerais. A concretização do pacto entre Minas e o Rio Grande do Sul para fazer frente a São Paulo dependia da adesão de Getúlio Vargas. O líder político gaúcho manteve-se à espera da resolução do impasse entre Minas e São Paulo, na expectativa que houvesse um acordo que receberia o apoio gaúcho. Mas São Paulo preferiu renunciar à aliança com Minas, por não concordar em passar por mais quatro anos submetido aos arbítrios de um estado mais frágil que ele, tanto econômica quanto politicamente. Na tentativa de minar a aliança, Washington Luís ofereceu a um dos principais articuladores, o gaúcho Oswaldo Aranha, a vice-presidência da chapa encabeçada por Júlio Prestes. Porém, Aranha recusou a proposta (*Idem*, p.341-342). Com o apoio da Paraíba, estava consolidada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas que apoiaram a campanha de Getúlio Vargas para a presidência da República na eleição de 1929, tendo na chapa o candidato à Vice-Presidência João Pessoa, da Paraíba.

Compunham a base de sustentação da Aliança Liberal os grupos políticos situacionistas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Grupos de oposição ao governo federal de diferentes estados e facções militares e civis descontentes com o governo também apoiavam o movimento. A aliança tinha como bandeiras a reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, a moralização dos costumes e das liberdades individuais (*Idem*, p.404). Entre as plataformas de governo, a questão social possuía mais ênfase nas propostas da Aliança Liberal. Segundo Heloisa Starling e Lilian Schwarcz, a Aliança Liberal “[...] abrigava um amplo leque de dissidências, viabilizava um eixo alternativo de poder e apresentava uma nova linguagem política com capacidade de mobilização de um largo sentimento da sociedade” (STARLING; SCHWARCZ, 2015, p.354).

Enquanto Júlio Prestes apenas mencionou o assunto, a Aliança criticou o desprezo do governo pela questão dos trabalhadores e buscou reconhecer a questão social como um problema real a ser enfrentado pelo poder público brasileiro. Nessa abordagem, a questão

social foi trazida como um indicador de desenvolvimento industrial e modernização, desassociada da agitação despropositada de operários estrangeiros, como costumava ser abordada (GOMES, 1979, p.104).

[...] nós estamos convencidos e convencida está a Nação inteira de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. [...]. A existência dessa questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida e de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza e desse alcance. (Trecho retirado do manifesto da Aliança Liberal, *apud* GOMES, 1979, p.104)

Derrotada a Aliança Liberal, a reação de São Paulo após o pleito foi a retaliação. A Paraíba teve todos os seus deputados degolados. Minas Gerais teve 17 dos seus 37 deputados. Era a primeira vez que os mineiros sofriam esse tipo de intervenção em sua autonomia política. Como estratégia para evitar apoio dos gaúchos aos mineiros, Washington Luís poupou o Rio Grande do Sul da intervenção federal. Minas mostrou-se disposta a participar de um movimento armado contra o governo, porém, sabia que a concretização desse objetivo dependia da adesão dos gaúchos. Vargas hesitou em adotar uma postura revolucionária, alegando que, embora não concordasse com a degola de deputados da Aliança Liberal, reconhecia os resultados da eleição. O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, intensificou o clima de insatisfação. Em 3 de outubro de 1930, teve início o movimento liderado por Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano.

A Revolução de 1930 foi um marco da transição das antigas estruturas de poder oligárquico para uma sociedade que buscava se modernizar, sobretudo, pelo incentivo do Estado ao processo de industrialização do país — que se acelerou a partir da década de 1950. A revolução que liderou e conduziu durante 15 anos pode ser considerada como o ponto de partida da emergência do Estado contemporâneo brasileiro, entendido doutrinariamente como o espaço institucional onde a sociedade articula, negocia, gerencia e efetiva os interesses de todos os grupos e categorias sociais e profissionais nela contidos (JAMBEIRO, 2004, p.9).

Dado o primeiro passo em sua revolução, Vargas assume o Governo Provisório em 1930 ainda sob os ideais militares de 1922, 1924 e 1926. Sete anos depois, uma revolução que se pretendia democrática envereda para o autoritarismo. Em 10 de novembro de 1937, Vargas dissolve o Congresso Nacional, outorga uma nova Constituição e instaura o Estado Novo, uma ditadura de fato e de direito (D'ARAUJO, 2000).

Com o apoio dos militares e fundamentado na nova Constituição, Vargas estabeleceu no Brasil um regime corporativista e ditatorial, baseado na ideia do papel hegemônico do Estado sobre o indivíduo e as instituições sociais. Foi nesse contexto que as elites brasileiras, inspiradas neste paradigma ideológico, formaram sua identidade política e construíram o desenvolvimento econômico que o país experimentou até o final do século XX. Maria Celina D'Araújo define Vargas

Nos anos 30, passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista. (D'ARAÚJO, 1997, p.10)

Otávio Dulci, em seu estudo sobre a UDN e o antipopulismo no Brasil, afirma que o nascimento e a consolidação da ditadura estadonovista foi lenta e sólida. Devido às perseguições e conseqüente anulação de opositores, Vargas obteve êxito em suas tendências autoritárias, ao mesmo tempo em que manipulava ideologicamente – através de recursos monopolísticos de publicidade⁶ – grande parte da sociedade brasileira, seu governo parecia inabalável (DULCI, 1986, p.64).

Contudo, os conflitos internacionais se agravaram e a Segunda Guerra Mundial eclodiu. A partir daí, eram inevitáveis os reflexos na conjuntura brasileira. Nos primeiros anos do conflito, o Eixo acumulava vitórias e isso permitiu a hegemonia da direita no Brasil, já que o próprio Vargas, Dutra e Filinto Muller – dirigentes do regime – eram antiliberais e anticomunistas. Somente em 1942 que o Brasil entra na guerra ao lado dos Aliados e Vargas abandona sua postura totalitária, buscando adotar uma política trabalhista para aproximar os trabalhadores e o Estado Novo. A sociedade unia-se em torno do fim do regime, mas o governo resistia às pressões, alegando que a conjuntura externa exigia um governo forte. A

⁶ Para maiores informações sobre o controle da imprensa brasileira durante o Estado Novo ver o verbete DIP em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em: 09/01/2018.

oposição cedeu ao *slogan* da União Nacional para que o Estado Novo continuasse seu esforço antifascista no plano internacional, ao mesmo tempo em que outros afirmavam que esse esforço deveria ocorrer “tanto dentro” quanto fora do país (DULCI, 1986, p.66).

Biografia X Trajetória: uma proposta de análise

Não é proposta desta tese escrever uma biografia de José de Magalhães Pinto, mas, sim, analisar sua trajetória enquanto banqueiro e político, com destaque para sua participação no Golpe Civil Militar de 1964 e nos anos seguintes. Contudo, este trabalho está próximo à biografia, já que buscamos desenvolver e compreender, a partir da análise de um indivíduo, o Brasil a partir dos anos de 1930.

Vários são os estudos sobre o surgimento do uso da biografia na História. Peter Burke, ao se deparar com tal questão afirma que o uso do termo *biographia* remete-se à Grécia Antiga e à ideia de “escrever vidas” e, ainda, para descrever a “personalidade individual através de pequenas pistas” – tanto no âmbito privado quanto no público (BURKE, 1997, p.91). Retomando às biografias renascentistas, Burke afirma que as mesmas ascenderam durante esse período, assim como as autobiografias. Assim, afirma que biografias foram escritas ou “em todas as épocas e países” ou, ao menos, em “muitas culturas e períodos” (*Idem*, p.83).

Contudo, Arnaldo Momigliano afirma que o surgimento do termo biografia se remete à Pérsia a partir das inscrições que o rei Dario teria feito de si, a fim de se glorificar perante os deuses. Para o autor, a historiografia grega foi influenciada pela historiografia persa no tocante aos usos dos documentos e das autobiografias (MOMIGLIANO, 2004, p.34). Segundo Sabina Loriga, vários foram os biógrafos gregos e romanos, assim como os renascentistas. Contudo, o termo *biografia* só aparece a partir do século XVII para designar “uma obra verídica, fundada numa descrição realista”, tendo sido, desta forma, os ingleses como os verdadeiros primeiros biógrafos (LORIGA, 2011, p.17).

No século XIX, a escrita de biografias sobre os grandes homens era aceita já que, segundo Leopold Von Ranke, para ser interessante, a biografia deveria narrar a existência individual de alguém que tivesse atingido uma existência universal e que, segundo Thomas Carlyle, encarnasse o pensamento universal (LORIGA, 1998, p.233-237). Assim, lançamos o questionamento: o que vem a ser o gênero biográfico?

François Dosse afirma que a biografia, desde sua origem, é um gênero híbrido.

Gênero híbrido, a biografia se situa em tensão constante entre a vontade de reproduzir um vivido real passado, segundo as regras de *mimesis*, e o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intuição e talento de criador. Essa tensão não é, decerto, exclusiva da biografia, pois a encontramos no historiador empenhado em fazer história, mas é guindada ao paroxismo no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo da dimensão histórica e da dimensão ficcional. (DOSSE, 2009, p.55)

Ou seja, é difícil estabelecer regras gerais para o gênero biográfico. Em seu livro *O Pequeno X – da biografia à história* (2011), Sabina Loriga apresenta uma “biografia da biografia”, onde propõe “o resgate de autores que, ao longo do século XIX, se esforçaram por salvar a dimensão individual da História”. Para a autora, que afirma ser a fronteira entre biografia e história “incerta e conflituosa”, os historiadores – diferente dos romancistas – escrevem biografias buscando a “qualidade científica da verdade” (LORIGA, 2011, p.33).

Tucídides desprezava o gênero biográfico. Políbio pretendia estabelecer e transmitir uma verdade objetiva. Plutarco afirmava que historiadores biógrafos não escrevem “Histórias”, mas “Vidas”. As afirmações dos historiadores da Antiguidade reverberam ao longo dos anos e, no século XVI, John Hayward afirma que não se deve confundir o “governo das grandes nações” com a “vida e o feito de homens célebres”. No século seguinte, Thomas Stanley afirma que a biografia dos legisladores e eruditos era a forma mais elevada de história. Voltaire, mesmo não celebrando nenhum culto ao herói, afirma que grandes almas reconhecem as surpresas da História. Já Michelet afirma serem as massas o verdadeiro sujeito da História (LORIGA, 2011, p.34-35).

Com a consolidação e profissionalização do historiador no século XIX, o modelo de história política – voltada especialmente para os acidentes e as circunstâncias de conjuntura e que privilegiava os grandes heróis – dominou a historiografia, enquanto as narrativas desprezavam o coletivo. O homem singular era o objeto, era a dita história *événementielle*.

A partir de 1929, com a fundação da Escola dos Annales, o campo historiográfico sofre uma intensa transformação e a história política passa a ser questionada. Para os historiadores dos Annales – a *École des Annales* – a história política era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva (FERREIRA, 2012, p.7). Esse grupo afirmava que a história deveria dedicar-se “a apreender, para além dos acontecimentos particulares, o substrato profundo da história: as estruturas sociais, as representações mentais, os fenômenos da longa

duração” (LORIGA, 2011, p.45). O econômico e o social deveriam ocupar um lugar privilegiado nas análises, a partir de fontes seriais e técnicas quantitativas.

Marc Bloch e Lucien Febvre afirmam que os homens são o objeto da história. Fernand Braudel afirma que os homens são impotentes (salvo algumas exceções). Le Roy Ladurie pretende escrever uma história sem os homens (*Idem*, p. 46). Le Goff e LeFebvre afirmam que as trajetórias individuais só têm sentido se lançam luz a uma época (AVELAR, 2012, p.65). A biografia é desqualificada, pois condena-se a subjetividade, já que a “experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações” (FERREIRA, 2012, p.8). Ou seja, uma vida, por mais significativa e grandiosa que tenha sido, não explica uma estrutura econômica, uma revolução ou um sistema político (PÉREZ *apud* AVELAR, 2012, p.67).

Entre os anos 1960 e 1970, novas transformações recaem sobre a historiografia. O modelo totalizador já não responde mais aos questionamentos. Novos temas, novas fontes, novos objetos ganharam impulso. Revalorizaram-se as análises qualitativas, as experiências individuais, a história cultural e, assim como o estudo do político, ganham novo fôlego. Roger Chartier, ao analisar o ofício do historiador e essa virada epistemológica afirma

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos. [...] o olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. (CHARTIER *apud* AVELAR, 2012, p.68)

Com o “retorno da biografia” presenciamos, nas últimas décadas, um esforço no sentido de trazer o indivíduo para o centro das análises. Seja na História, na Antropologia ou na Sociologia, as ações, representações e estratégias individuais tornam-se cada vez mais foco de discussão (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p.45). Neste sentido, as análises das trajetórias individuais – opção metodológica trabalhada neste estudo – inserem-se nesse esforço.

Para tanto, encontramos em Norbert Elias nosso suporte teórico e metodológico quando este analisa a relação indissociável entre indivíduo e sociedade. Elias afirma que é preciso romper a dualidade que separa as análises individuais das análises da sociedade, pois

uma sociedade é uma sociedade de indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos formam uma sociedade, ou seja, para Elias, os indivíduos dependem de maneira funcional de outros indivíduos (ELIAS, 1994, p.13). Cada indivíduo representa um elo em relação a outras pessoas e, direta ou indiretamente, essa dependência nos prende a outras pessoas. São cadeias mutáveis e variáveis, embora não visíveis, mas que são reais e fortes. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma em relação a outra. Isso é o que Elias define como sociedade (*Idem*, p.23).

Tal relação é de suma importância para a análise do que entendemos como trajetórias individuais, pois nos afasta da ideia de analisar o indivíduo fora de sua inserção social como se este vagasse sozinho pelo tempo e espaço. Assim, afirma Pierre Bourdieu

[...] é impossível compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permite intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 2006, p.190)

Sua proposta é a de que os indivíduos sejam analisados de acordo com seus movimentos dentro dos diferentes campos da vida: político, econômico, social etc., a partir de suas ações. Ou seja, a trajetória busca descrever uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo indivíduo em determinados campos de atuação (BOURDIEU, 2008, p.71-72).

Apesar de guardarem traços semelhantes, biografia e trajetória não são sinônimos. Como já afirmamos anteriormente, faremos uma trajetória pautados na definição de Pierre Bourdieu. Para o autor, o conceito de trajetória não pode ser pensado a partir da construção de sequências ordenadas – com começo, meio e fim – para dizer da vida de um mesmo agente⁷,

⁷ Bourdieu utiliza o conceito de agente ao invés de sujeito e assim justifica “Os sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção ao da situação e a resposta adequada” (BOURDIEU, 2008, p.41-42).

já que este apresenta diversas características e, ao tentar construir um “sentido de existência”, uma unificação do “eu”, estaríamos nos aproximando da “ilusão biográfica” da qual Bourdieu diz que devemos nos distanciar (BOURDIEU, 2006).

Posto isto, apresentaremos breves considerações que nortearam a escrita dos capítulos da presente tese. A primeira delas, a mais simples, mas também a mais complexa: quem foi Magalhães Pinto? Como vimos, Magalhães Pinto foi empresário e político. Nasceu no interior de Minas Gerais, mas conseguiu o que sua mãe almejou: “vencer na vida” (DRUMMOND; MELO, 1994). Foi situação e oposição. Não teve medo de mudar de lado, já que a política foi seu maior projeto de vida (*Idem*). Talvez não seja a pergunta mais fácil de ser respondida, mas, com certeza, é a mais importante a ser feita quando se pensa na trajetória de um indivíduo.

A análise das relações⁸ estabelecidas por Magalhães Pinto como banqueiro e político mineiro nos permite compreender o período pós 1930 e as transformações decorrentes dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, bem como do Golpe Civil Militar e consequente Ditadura instaurada em 1964. Iniciou sua vida como bancário em Juiz de Fora e, em pouco tempo, estabeleceu-se como diretor do mesmo banco na capital do país. Em um intervalo de 20 anos, funda seu próprio banco, que chega a ser o terceiro maior do Brasil nos anos de 1980. Vale supor que, neste setor, conheceu e conviveu com dezenas de pessoas: civis, militares, empresários, políticos. E tantas outras mais. Aí cabe a pergunta: o que esses contatos dizem sobre o empresário Magalhães Pinto? Esses foram essenciais para sua entrada na política? Estes contatos dizem sobre as posições que tomou ao longo dos 39 anos como um homem político?

Assim, buscamos entender se as relações estabelecidas por Magalhães Pinto, em algum momento, passaram a objetivar o mundo político, mais especificamente à presidência da República. Foi bancário e banqueiro. Foi governador e deputado federal por cinco mandatos. Foi considerado “líder civil” do Golpe de 1964 e tornou-se ministro. Magalhães Pinto tinha a política como projeto de vida? (Figura 1)

⁸ Aqui, utilizaremos o conceito de circularidade cultural que Carlo Ginzburg emprestou de Mikhail Bakhtin. “o termo circularidade bastante presente nas obras de Mikhail Bakhtin e seu Círculo serviu para que o historiador Carlo Ginzburg corroborasse a presença de uma comunicabilidade que transcorria de maneira dialógica, circular e, por conseguinte, de forma mútua e recíproca – para utilizarmos mais especificamente os termos originais bakhtinianos – entre a cultura das classes subalternas e das dominantes existentes em uma Europa pré-industrial” (SILVA, 2017, p.73).

Quis ser político, empresário, mudar e discordar. Queria ir longe. Muito longe. Queria ser político, deputado, governador. Sonhava ser presidente da república, governar, ousar, teve gosto pela política, gosto pela decisão, gosto pelo poder. Foi quase tudo, sempre ia mais longe quando chegava ao ponto marcado. Não achou nada pronto, teve de abrir espaços, teve de aprender que o atalho não é o melhor caminho. Se fosse, não haveria estradas. Sem desprezar o atalho sempre escolheu a estrada. (DRUMMOND; MELO, 1994, p.116)

CAPÍTULO I: De Santo Antônio do Monte ao Banco Nacional: a família Magalhães Pinto e o Manifesto dos Mineiros

A ciência histórica nos deixa na incerteza sobre os indivíduos. Ela só nos revela os pontos pelos quais eles se ligaram às ações gerais. Ela nos diz que Napoleão sofria no dia de Waterloo, que é preciso atribuir a excessiva atividade intelectual de Newton à continência absoluta de seu temperamento, que Alexandre estava bêbado quando matou Clitos e que a fistula de Luís XIV pode ser a causa de algumas de suas resoluções. Todos esses fatos individuais só têm valor porque modificaram os acontecimentos ou porque poderiam ter desviado a série. São causas reais ou possíveis. É preciso deixá-las aos sábios.

(SCHWOB *apud* DEL PRIORE, 2009, p.7).

Há muito, em especial no mundo acadêmico, discute-se os limites entre o trabalho do historiador e do biógrafo, este, muitas vezes, representado por jornalistas, literatos etc. Mas, se há limites, quais são eles? Somente historiadores podem escrever biografias?

Walter Benjamin apresenta duas considerações entre os conceitos de História e Narrativa no texto *O Narrador*: a primeira delas seria a relação existente entre a experiência e a capacidade de narrar, em que analisa até que ponto uma interfere na outra; já a segunda seria a afirmação de que a narrativa deve ultrapassar a informação, pois aquela estaria comprometida com a sobrevivência do momento em que é contada, enquanto esta perderia relevância após ser veiculada, já que bastaria em si mesma. Sendo assim, a narrativa não explicaria tudo para transparecer a realidade (MAYNARD, 2012).

Eric Hobsbawm em *A volta da narrativa* afirma que os historiadores, a partir de 1945, passaram a questionar a hegemonia da história política e elegeram um padrão historiográfico que privilegiava explicações socioeconômicas para responder às grandes questões do passado. Buscando fugir da subjetividade, recorreram, então, às forças sociais que, segundo eles, eram capazes de objetivar a história. Assim, escrever história não seria apenas registrar fatos, pois estes deveriam ser explicados de forma esquemática, direta e objetiva, em que o econômico e o social ocupariam lugar privilegiado.

Buscando entender o retorno da história à narrativa, Hobsbawm lança mão das obras de diversos autores – Geertz, Ginzburg, Duby, Thompson – para explicar como eles adequaram suas pesquisas a essa nova forma de escrever uma narrativa. Voltar aos arquivos e o retorno da subjetividade são algumas novidades no fazer histórico que passam a ser criticadas por Hayden White, que questiona o elemento ficcional das narrativas. Segundo White, a narrativa escrita pelos historiadores não era original, ao mesmo tempo em que ele

critica se o que estes escrevem seria realmente uma história, já que se utilizam da ficção em suas tramas.

O ser historiador é exercer uma função, é executar um trabalho, é produzir um discurso sobre o passado que é, ao mesmo tempo convocado e limitado pelas estruturas institucionais, políticas, econômicas, ideológicas, culturais, simbólicas e linguísticas que vigoram num dado tempo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR *apud* AVELAR; SCHMIDT, 2012, p.30)

Poucas são as referências sobre a vida de José de Magalhães Pinto antes de 1943, quando seu nome se tornou conhecido na política nacional a partir da assinatura do *Manifesto dos Mineiros* contra o governo de Getúlio Vargas. Posto isto, é preciso deixar claro que as páginas que se seguem, e aqui cito Natalie Zemon Davis, que definiu de forma brilhante como este capítulo será construído: “o que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado” (DAVIS, 1987, p.21).

Contudo, sua obra historiográfica ainda é posta em dúvida, pois muitos a consideram uma mera literatura. Contudo, é interessante citar a análise que Ginzburg fez da obra de Davis

A tentativa feita por Natalie Zemon Davis de contornar as lacunas com uma documentação arquivística, contígua no espaço e no tempo à que se perdeu ou nunca se materializou, é apenas uma das muitas alternativas possíveis. [...] (até que ponto valeria a pena discutir esse problema?). Entre as que certamente têm de ser excluídas está a invenção. Além de contraditório, seria, pelo que precede, absurdo. (GINZBURG *apud* KIRSCHNER, 2013, p.111-112)

Benito Schmidt, em seu artigo *Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema*, traça as aproximações e os distanciamentos nos trabalhos dos historiadores quando comparados com “os elaborados por jornalistas, literatos e cineastas”. Para o autor, quatro pontos devem ser salientados ao analisarmos as biografias, onde define estas como “novas” e aquelas como “tradicionais”: a escolha dos personagens; os objetivos propostos; a forma como a narrativa é construída e o uso da ficção nas biografias históricas (SCHMIDT, 1998).

Vamos nos ater ao quarto ponto enfatizado por Schmidt, pois acreditamos que a inventividade será central para sanarmos as limitações impostas pela falta de fontes sobre o período delimitado neste capítulo: “[...] o historiador também pode utilizar-se da imaginação,

desde que esta seja explicitada ao leitor enquanto tal e balizada pelas fontes disponíveis” (*Idem*). Para o autor, a inventividade precisa ser sempre sinalizada, a partir da utilização de expressões como “provavelmente”, “talvez”, “pode-se presumir”.

Assim, cita Ginzburg quando este analisa a trajetória construída por Davis para nos apresentar Martin Guerre:

A investigação (e a narração) de N. Davis não se baseia na contraposição entre ‘verdadeiro’ e “inventado”, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de “realidades” e “possibilidades”. [...]. A biografia das personagens de N. Davis torna-se de vez em quando a biografia de outros “homens e mulheres do mesmo tempo e lugar”, reconstituída com sagacidade e paciência, recorrendo a fontes notariais, judiciais, literárias. “Verdadeiro” e “verossímil”, “provas” e “possibilidades” entrelaçam-se, continuando embora rigorosamente distintas. (GINZBURG *apud* SCHMIDT, 1998, p.16)

Neste sentido, nosso objetivo neste capítulo é, a partir da análise das duas partes que compõem a biografia *Magalhães: Navegando contra o vento*, localizar Magalhães Pinto em sua vida privada, pois, como já afirmamos, poucas são as fontes referentes à família e à infância de José de Magalhães Pinto e, neste sentido, a obra acima citada nos foi cara. Escrita em 1994, com edição da CEMIG, o trabalho é assinado por dois mineiros: Roberto Drummond, famoso escritor, autor de diversas obras literárias – entre elas, *Hilda Furacão*⁹ (1991) – e José Geraldo Bandeira de Melo, cronista político por 39 anos.

A partir de discussões historiográficas e análise documental, atentando para o fato de que, no campo historiográfico, a crítica documental é a grande arma de trabalho, pois é por meio dela que – especificamente quando se trabalha com o gênero biográfico – somos capazes de criar uma razoável verdade histórica onde a realidade é fragmentada e permeada de contradições. Para Giovanni Levi, a realidade não tem estabilidade. A liberdade individual se dá devido a uma correlação desigual de forças que, por serem instáveis e contraditórias, geram desequilíbrios e permitem a ação do sujeito (LEVI, 2005).

Bourdieu enfatiza a necessidade de contextualizar o sujeito para que se compreenda essa realidade trabalhada por Levi. Segundo o autor, ao se fazer uma história de vida é necessário levar em consideração todos os elementos sociais que agem sobre o indivíduo nos diversos campos sociais em que está inserido. Assim, afirma que o sujeito não é passível de

⁹ A obra foi adaptada em forma de minissérie para a emissora Rede Globo em 1998.

ser analisado de forma coerente, pois apresenta diversas formas de atuação nos diferentes campos, que também são mutáveis (BOURDIEU, 2008).

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”). (BORGES *apud* AVELAR, 2012, p.72)

1.1. De Santo Antônio do Monte para Juiz de Fora: os primeiros passos

Vamos ao interior de Minas Gerais, em 1909, para conhecer a cidade de Santo Antônio do Monte. Santo Antônio do Monte, Centro Oeste do estado, conta com 380 casas e 3800 moradores. Tem hotel, matriz, três capelas, ruas calçadas e é Comarca há 20 anos. A família do Coronel Juca Pinto e dona Maricota mora num casarão na praça da cidade e já tem quatro filhas. Dona Maricota perdeu um menino aos dois anos, antes do nascimento da última filha. Era professora formada na Escola Normal de São João del-Rei¹⁰, em 1897. Ia à missa diariamente e lecionava em casa. Construiu a primeira escola da cidade, onde só entravam meninas, e Dona Maricota era a professora que possuía “seis bancos toscos, sem encosto, uma mesa pequena e um quadro negro.” (DRUMMOND, 1994, p.37).

José Caetano de Magalhães Pinto, o Coronel Juca Pinto, natural de Dolores do Indaiá, filho de Joaquim Pinto de Magalhães e dona Mariana de Magalhães Pinto, casou-se em 2 de agosto de 1900 em Dolores do Indaiá, com a Maria de Araújo Lima, já apelidada Dona Maricota, filha do Coronel José Pedro de Araújo e de dona Firmina de Melo Araújo. Ao longo da vida, Dona Maricota ficou grávida 21 vezes. Lecionava para os quatro períodos. Quatorze dias antes de Magalhães nascer, o inspetor escolar Walfrido Silvino dos Mares Guia esteve na escola e contabilizou 56 alunas presentes. Dona Maricota (Figura 2) recebera um elogio “pela boa aplicação do novo methodo de ensino” (*Idem*). Em 1993, Roberto Drummond entrevistou a mulher mais velha da cidade, Dona Odília de Castro, então com 99 anos e ex-aluna da única escola da cidade à época

¹⁰. A fundação do Colégio Normal Nossa Senhora das Dolores data do dia 6 de janeiro de 1897. Para mais detalhes, ver ARRUDA (2012) em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223634592012000200005. Acesso em: 12/08/2019.

Ela me ensinou a ler e a escrever. Era muito bonita, pele muito clara, andava bem arrumada. Porém muito simples, sem vaidade. O marido dela era muito bravo, esquentado. Muito bom, mas não se podia mexer com ele. Não fiquei muito tempo na escola não. Meu pai me tirou porque brigou com o Coronel Juca Pinto. Uma vez ele bateu num homem com chicote e usou o revólver. Não foi preso nem nada, todo mundo tinha medo dele. (DRUMMOND, 1994, p.38)

Na trajetória de Magalhães Pinto, a família e, em especial, a figura de seus pais, tem papel expressivo, seja pelo título que seu pai carrega de “Coronel”, seja pela profissão da mãe de professora. O Coronel Juca Pinto, apesar de pobre, vinha de família nobre, assim como dona Maricota. Segundo Carlos Eloy Guimarães¹¹,

A família do Magalhães Pinto é de duas árvores. Família dos Caetano, do Juca Pinto, o pai dele. E a família dos Araújo. Todas duas de Dores do Indaiá. A família Caetano sempre foi influente, de políticos de Dores do Indaiá e região. O Coronel Caetano, tio do Magalhães Pinto, pai de meu avô, era um político influente em Dores do Indaiá. Quando o pai do Juca Pinto casou com a Dona Maricota, todas as duas famílias eram pobres. O Juca nada tinha e foi morar com o tio dele, que era um sujeito importante em Dores do Indaiá, o Coronel Caetano, pai do meu avô, pai do pai do Paulo Campos, Jacinto da Silva Guimarães, Cintinho. Por lá ele morou por dois ou três anos. Juca Pinto mudou depois para Santo Antônio do Monte para poder ver se construía alguma coisa na vida dele [...]. (DRUMMOND, 1994, p.57)

Como vimos, a família materna de Magalhães Pinto já carregava o título de coronel que seu pai viria a carregar alguns anos depois. Mas o que significava ser coronel no Brasil?

Segundo Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)*, esta denominação é explicada pela liderança que alguns homens ocupam na política municipal, não sendo eles verdadeiros coronéis. Esse tipo de poder provém da troca de favores entre o poder público fortalecido e o poder privado dos chefes locais em decadência, em especial dos senhores de terra na transição do Brasil rural entre os séculos XIX e XX (LEAL, 1975). Assim, define coronelismo

como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do

¹¹ Para mais informações <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eloi-carlos>. Último acesso em 07/08/2019.

nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975, p.20)

Compreender o coronelismo sem relacioná-lo à estrutura agrária brasileira, segundo Leal, é impossível, pois ela é a base de sustentação do poder privado, tão marcado no interior do país. O trabalhador rural, na maioria das vezes analfabeto ou semianalfabeto, sem educação e sem formação, tem no proprietário da terra, o coronel, “um homem rico, em comparação com a sua pobreza sem remédio”, um benfeitor, “é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece”. Assim, assevera Leal “[...] O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’” (*Idem*, p.24-25), (Figura 3).

Em nossa pesquisa, não localizamos o porquê de José Caetano de Magalhães Pinto, pai de Magalhães Pinto, ter sido chamado de Coronel. Podemos inferir, dessa maneira, a partir das definições de Leal, que o Coronel Juca Pinto exercia algum tipo de influência social na região oeste mineira, pois descendia de uma família de políticos proeminentes e ele mesmo buscou caminhos que o tornassem reconhecido, bem como sua família.

Há quatro versões sobre a data de nascimento de Magalhães: a primeira mostra que ele teria nascido em 19 de março de 1908, pois, ao se inscrever no concurso do Banco Hipotecário em 1926, não tinha completado 18 anos, idade mínima exigida; a segunda diz respeito ao registro de nascimento que está apenas em 16 de dezembro de 1931. Ou seja, caso o banco tivesse pedido algum documento, não teria o que apresentar. Mas, o declarante, seu cunhado, ainda errou ao registrar o ano, pois colocou 1910, não 1909; já a terceira é sobre sua matrícula na Academia de Comércio de Juiz de Fora, feita em 1925. Nela consta a data de nascimento de 28 de junho de 1908; porém, a quarta é a correta: 28 de junho de 1909, atestada no seu batistério pelo vigário Padre Otaviano José de Araújo.

No dia 1º de janeiro de 1910, supri as cerimônias a José, batizado em oratório particular a 7 de dezembro do ano passado, nascido a 28 de junho do mesmo ano, filho legítimo de José de Caetano de Magalhães Pinto e Maria de Magalhães Pinto. Foram padrinho José Cesário D’Araújo e Anna Bernardes dos Santos. Vigário Otaviano José de Araújo. (DRUMMOND, 1994, p.39)

Em 1911, a família tem que se mudar de Santo Antônio do Monte. A cidade especula sobre os motivos da mudança dos Magalhães Pinto. Duas são as hipóteses: a primeira fala

que, depois da missa das 10 horas, o Coronel Juca Pinto teria batido furiosamente em um homem na praça da cidade. A partir daí, passa a receber ameaças e muda-se para Formiga; a segunda diz respeito a uma possível investida amorosa do Coronel a uma senhora e seu marido jura vingança. Para proteger a família, deixam a cidade. No caminho, a comitiva é atacada. O Coronel Juca Pinto leva um tiro no ombro¹².

Já em Arcos, três anos depois da mudança para Formiga, Juquinha – único filho homem – ajuda a família na venda de legumes e verduras. Entrevistado por Drummond em 1993, Geraldo de Souza, de 84 anos, colega de turma, fala sobre a convivência com Magalhães Pinto enquanto era crianças:

Aqui em Arcos havia uma escola pública, depois fechou e todo mundo passou a estudar com Dona Maricota, meninos e meninas. Fiz com ela o terceiro e quarto ano, junto com o Magalhães. [Ele] era muito quieto e estudioso, de boa estatura, e muito branco, como Dona Maricota.

[...] certa vez, houve um surto de varíola em Arcos e as meninas foram vacinadas numa escola e nós, meninos, numa farmácia, que naquela época não existia posto de saúde. O Magalhães aparentava muito boa saúde. Mas quando chegou a vez dele ser vacinado, desmaiou na hora, acho que de emoção [...].

[...] na hora do recreio brincávamos de esconde-esconde na praça da igreja e tinha umas meninas levadas que ficavam puxando o Magalhães para brincar.

[...] cada menino tinha a sua namorada predileta e nas “peladas” de rua com a bola de borracha, elas ficavam torcendo. Da minha namorada, não quero falar, a do Magalhães eu não lembro quem era. (DRUMMOND, 1994, p.43)

Coronel Juca Pinto era bancário. Correspondente do Banco Hipotecário em Formiga, que funcionava na sala da casa da família¹³. Segundo Drummond, o título de “coronel”¹⁴ vem desse período em Arcos. O jornal *O Echo* noticiava sobre a família:

De nossas moças, o exemplo de beleza é Cecília Lara, de simpatia é Alice Magalhães Pinto, de robustez é Marianinha Magalhães Pinto, de bondade é Rosinha Alvares Gontijo, de loquacidade é Laurita Magalhães Pinto... (O Echo, 12/08/1917). Faleceu dia 10, em Formiga, o pequeno Roberto, filho querido do Cel. José de Caetano de Magalhães Pinto. Seu enterro realizou-se aqui, com grande acompanhamento. Deixamos nossas condolências à Família Magalhães Pinto (O Echo, 22/11/1918). À Pobreza-Medicamentos – o Cel. Juca Pinto pediu ao dr. Artur Bernardes, presidente do Estado, e

¹² Tal episódio me foi narrado, de maneira informal, enquanto pesquisava na Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte em 2016. As fontes pesquisadas, não indicam a veracidade do acontecido.

¹³ Localizada na praça Floriano Peixoto, o casarão contava com 19 quartos, um salão para festas, sala e copa. O casarão era de pau a pique, assoalho de barro e ripa.

¹⁴ Apesar dessa afirmação, o autor não nos apresenta fontes para confirmar assertiva.

conseguiu, vários medicamentos, que estão em sua casa à disposição dos pobres. (O Echo, 12/12/1918). (DRUMMOND, 1994, p.44)

O reconhecimento social e econômico da família Magalhães Pinto permite, então, que, aos 13 anos, em 1922, Magalhães Pinto se mude para Juiz de Fora. Na escola, recebeu o apelido de Torresmo. Mudou-se para a cidade para estudar e chegou a cursar duas escolas ao mesmo tempo: manhã e tarde. Sua matrícula no curso Comercial Livre diurno é registrada no dia 19 de fevereiro de 1923 e sua formatura data de 14 de novembro de 1923. Na ata de formatura, ressalta-se que, naquele dia, somente dois alunos participaram da cerimônia: Magalhães Pinto e Plácido José Mafra, já que o restante da turma colaria grau oito dias depois.

Dois anos depois, matricula-se também na Academia de Comércio para a primeira série do curso superior. Seu boletim do primeiro semestre consta com várias notas 10, atestando a possibilidade de Magalhães Pinto ser o melhor aluno da turma. Além das notas altas nas matérias básicas do curso, consta um 10 em “comportamento fora de aula”. Contudo, não consta nos registros da Academia que Magalhães Pinto tenha se formado. Ao que tudo indica, segundo Drummond, a desistência pode ter ocorrido pelo fato de Magalhães Pinto também ser aluno do Instituto Comercial Mineiro. Assim, em 17 de novembro de 1925, bacharela-se em Ciências Comerciais no Instituto Comercial Mineiro, atual Colégio Machado Sobrinho.

Em 23 de julho de 1926, é aprovado no concurso de escriturário para o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em Juiz de Fora¹⁵. Três anos mais tarde muda-se para Belo Horizonte. Depois do trabalho feito no Banco Hipotecário, foi convidado a trabalhar no Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais¹⁶, tornando-se diretor em 1935¹⁷. Com o sucesso obtido na gerência e superintendência do Banco, recebeu o convite para

¹⁵ Foi fundado por franceses em 1911, com incentivo do governo estadual para atender os municípios do Estado. Foi instalado na cidade em 1920. Para mais informações, <https://leopoldinense.com.br/noticia/7358/banco-hipotecario-agricola-de-minas-gerais-na-rua-barao-de-cotegipe>. Acesso em 31/01/2019.

¹⁶ Foi fundado em 1925, em Belo Horizonte. Nos anos 1970, após desavenças entre os sócios, o Banco foi dividido em dois: Banco Real (hoje, Banco Santander) e Banco Bandeirantes (atual Itaú). Para maiores detalhes http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167869712015000200092&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 31/01/2019.

¹⁷ Foi sua a ideia de expandir a rede de agências do banco para o interior do Estado; criou o “Teto Popular” (crédito pessoa limitado) que permitiu o desenvolvimento de empresas e comércios. Foi também o primeiro a utilizar a mão-de-obra feminina nas instituições bancárias.

candidatar-se à presidência da Associação Comercial de Minas¹⁸, sendo eleito para o biênio 1938-1939. Ao tentar a reeleição para a presidência da ACM, o interventor federal do estado – Benedito Valadares¹⁹ – veta sua candidatura, o que, para muitos, demonstrava o receio daquele numa possível aproximação entre Vargas e Magalhães Pinto. Segundo Vivaldi Moreira

Nesta época Magalhães já era um mito na Associação Comercial. Havia se atritado com Benedito Valadares por causa do imposto único defendido pelo governo [...] quando voltava dos encontros com Vargas, dizia que o presidente queria apenas um pretexto para vê-lo. Creio que era para enciumar Valadares. Vargas não acreditava nos homens”. Darcy Bessone, um dos articuladores do Manifesto dos Mineiros, afirma que Magalhães Pinto estaria fazendo política de classe na ACM e isso irritou o interventor. “Valadares não admitia que se fizesse política em entidade de classe e reagiu. Ele não suportava o paralelismo. Enquanto o Magalhães queria despontar, talvez gerando ciúmes e o esfriamento de Valadares. Foi este desentendimento que praticamente jogou Magalhães na oposição. (MELO, 1994, p.142- 143)

Sobre a vida social de Magalhães Pinto, pouca informação está documentada. Contudo, consultamos, na Estação Cultura de Santo Antônio do Monte, uma carta datada de 13 de novembro de 1931 e endereçada a sua mãe, e nela Magalhães Pinto conta sobre Berenice Catão, sua futura esposa. Acreditamos ser necessária a transcrição completa da carta, pois foi a única referência que encontramos sobre o relacionamento de Magalhães Pinto e Dona Berenice. Nas primeiras linhas, vemos que Magalhães já demonstra seu interesse em casar-se com Berenice, visto que ela corresponderia ao seu sentimento.

Querida mamãe,
Amanhã devo seguir para Lima Duarte, afim de passar o carnaval com Berenice e inspecionar a agência. Tenho andado muito atarefado estes dias e além de tudo, os negócios não tem melhorado [...] mamãe, como a senhora sabe, gosto muitíssimo de Berenice e creio ser correspondido por ella, dahi o firme o propósito que tenho de me casar com ella [...].

¹⁸ Fundada em 1901, em Belo Horizonte, com a finalidade de representação a classe empresarial, sendo a primeira entidade a representar a classe. Para maiores informações, <https://www.acminas.com.br>. Acesso em 31/01/2019. Durante sua presidência a ACM tornou-se palco para inúmeras manifestações contra Vargas, inclusive de políticos, que reivindicavam direitos políticos e econômicos para o Estado.

¹⁹ Em 1933, após a morte de Olegário Maciel, foi indicado por Getúlio Vargas como interventor federal em Minas Gerais. Contudo, naquele momento, era um político de pouca expressão, mas tornou-se um dos maiores aliados de Vargas, de quem, Magalhães Pinto, como veremos, estava do lado oposto nos embates políticos.

Segue fazendo elogios à pretendente. Expressões como “tipo ideal”²⁰, “recatada” e “virtuosa” são algumas das características que Magalhães destaca e afirma serem o que diferem a jovem das outras moças de sua idade, além de afirmar ser ele um homem pobre, simples e modesto (traços que veremos no capítulo seguinte serem característicos da mineiridade).

Berenice por sua vez, é uma menina modesta e trabalhadora. Sem vaidades e pouco orgulhosa, ella bem representa o typo ideal da companheira de um homem, como eu, pobre e trabalhador, [ilegível] pela melhor boa vontade. Filha de paes pobres, porem, virtuosos e compenetrados da sua [ilegível] ella sempre viveu num ambiente humilde, onde a vida é pura e sã. Desde cedo acostumou-se a pratica das virtudes e por isso ella bem cedo tornou-se uma moça possuída das mais raras qualidades. Eu, que julgo conhecê-la bem, cada dia fico mais encantado pelas suas maneiras recatadas e discretas, pelo seu modo polido de tratar e pelo seu conhecimento de vida. Berenice é diferente das outras moças da sua idade, pois, ao invés de procurar divertir-se em bailes, festas, etc, ella vive reclusa cultuando um amor puro, extasiada pelo deslumbramento que o amor lhe deu, vivendo na doce esperança de obter um dia a vida que [ilegível], o companheiro que aspira.

Segundo ele, Berenice acreditava no amor romântico e isso o faz ainda mais feliz.

Eu me sinto envaidecido por saber que Berenice vive inteiramente por mim, integralmente ocupada com a minha pessoa. Talvez, a vaidade da mocidade, porém, o facto é que me sinto contente por vel-a assim. E, se isso me dá prazer, eu procuro ser generoso na recompensa, dando-lhe em troca do seu amor a minha amizade, o meu affecto sincero e leal. E assim há seis mezes vamos levando uma vida de saudades e de esperanças. Berenice é fada dos meus sonhos e vive no castello das ilusões, deslumbrada pelo amor, e eu sou o cavaleiro errante que magicamente me senti tocado no coração e que [ilegível] apaixonado, ridiculamente apaixonado como um menino de pouca idade.

Termina a carta afirmando que pedirá a mão de Berenice a seu pai

Por isso tudo, mamãe, eu preciso definir-me na vida. As minhas viagens a Lima Duarte me [ilegível] em situação incômoda junto dos parentes de Berenice e eu desejo mostrar-lhes a minha intenção. Não obstante desejar eu desejo de mais de um [ilegível], eu desejo me explicar com o Sr. Alfredo Catão, porque assim ficarei mais calmo para o trabalho e Berenice se sentirá à vontade com os seus, desde que eu tenha feito o pedido de casamento.

²⁰ Para Max Weber, tipo ideal é um conceito abstrato que nos permite comparar um objeto e a teoria, visando facilitar a compreensão histórica ou sociológica. Apresenta um caráter transitório, já que as Ciências Humanas estão sempre formulando novas hipóteses sobre a realidade concreta.

Pessoalmente já lhe disse a respeito da família de Berenice, por isso, deixo de repetir novamente tudo que aprecio de virtuoso e bom nos seus paes e irmãos. A [ilegível] mais evidente que se trata de uma gente boa, e que me sinto bem entre eles, sem o menor constrangimento.

Pelo exposto, minha querida mamãe, a senhora verá a possibilidade de me tornar noivo agora, porém, isso não é certo, pois, desejo primeiro saber de Berenice quando ao [inelegível] do casamento. É certo que ella concondará commigo, pois tudo é para a nossa felicidade, tem a sua cooperação e boa vontade.

De Lima Duarte escrever-lhe para não se maguar comigo, pois, agora ela terá mais uma pessoa para agradal-a. Berenice há ser uma [ilegível] os meus. [ilegível].

Beijos que envia o seu filho saudoso

Queluz, 13/11/1931

O papel da mulher brasileira dos anos 1930, fortemente influenciado pelas transformações advindas da Europa, permite-nos analisar um pouco mais a fundo a carta de Magalhães Pinto. Os movimentos feministas surgidos no início do século XX, num mundo mais industrializado onde as mulheres passam a ocupar novos espaços, permitiram a propagação de ideias de que a mulher era a responsável pelas mudanças dentro da instituição familiar, pois deixaria de exercer suas funções de mães, esposas e donas de casa, já que eram facilmente influenciadas pelos discursos feministas. O que conseguimos perceber nas palavras de Magalhães Pinto é a imagem da mulher do século XIX: dotada somente de coração, sensibilidade e sentimentos (PERROT *apud* SIMÃO, 2016, p.66).

Sobre o pai de Berenice, Alfredo Carneiro Viriato Catão, algumas notas são relevantes a fim de compreendermos o lugar que o casamento entre Magalhães Pinto e Berenice Catão pode ter significado na trajetória de nossa personagem. Alfredo Catão nasceu em Baependi, sul de Minas, em maio de 1869. Seu pai, o advogado e promotor Dr. Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão, descendia de família tradicional, atuante na vida política e cultural da cidade. Seu avô, Olímpio Carneiro Viriato Catão, foi secretário da Câmara Municipal de Baependi em 1829, e em 1833 foi nomeado escrivão em Ouro Preto. Foi deputado provincial neste mesmo período. Em 1856, foi Secretário de Província do governo de Herculano Pena, sendo nomeado Presidente da Província do Espírito Santo. Morreu em abril de 1858. Segundo o jornalista Xavier da Veiga

Era natural de Minas Gerais, que deve-lhe assinalados serviços prestados como cidadão inteligente e ilustrado e em cargos que desempenhou zelosa e proficientemente, entre os quais de membro da Assembléia Legislativa Provincial e de Secretário do Gôverno Mineiro. (DELGADO, 1962, p.177)

Segundo Alexandre Delgado, Alfredo Catão descendia de “uma estirpe de políticos e intelectuais”, por isso não poderia seguir outro caminho. “Inteligência brilhante, orador eloquente, possuidor de sólida cultura e prática forense”, assim Delgado descreve Alfredo Catão (DELGADO, 1962, p.178). Torna-se professor e inspetor de ensino, o que lhe permite participar do Congresso Republicano quando, em 1893, volta para Lima Duarte, após residir em Ouro Preto. Em 1896, casa-se com Elisa Duque, também de família destacada de Lima Duarte, onde tiveram 10 filhos – dona Berenice é a filha mulher mais velha.

Ao longo da vida, atua em várias frentes, a saber: fundação do Ateneu São Luís, educandário de nível médio; fundação da biblioteca local e da primeira tipografia com o jornal de crônicas *A Tribuna*. Além de ser correspondente e representante de vários jornais de Juiz de Fora, entre eles *O Pharol* e o *Jornal do Comércio*. Em 1902, recebe a licença para advogar depois de “brilhantes exames, sendo aprovado pelo Tribunal da Relação por unanimidade de votos, com distinção, nota que até aqui bem poucos têm conseguido alcançar” (DELGADO, 1962), apesar de, já em 1899, atuar como promotor da comarca.

É no governo de Artur Bernardes que ingressa na política estadual. Eleito com mais de 36 mil votos, esteve no Senado Estadual entre 1923 até a Revolução de 1930. Como senador, algumas iniciativas merecem destaque: anexação ao município de Lima Duarte os distritos de Santo Antônio de Olaria e de Pedro Teixeira, em setembro de 1923; atuou para que a cidade recebesse dotações do Estado para o Grupo Escolar Bias Fortes e a Santa Casa de Misericórdia; participou das comissões de Obras Públicas, Agricultura e Instrução Política; foi o entusiasta da construção da ligação entre Lima Duarte e Juiz de Fora, através de uma linha férrea considerada por ele o caminho para a “prosperidade e o desenvolvimento da região” (*Idem*). Ainda ocupou os cargos de vereador, vice-presidente da Câmara e, entre 1931 e 1935, foi nomeado prefeito de Lima Duarte. Faleceu em 1947, em Belo Horizonte.

O objetivo de apresentar o pai de Berenice Catão reside na possibilidade de compreendermos os laços que o senador estabeleceu ao longo da vida e em sua própria origem familiar, e se, de alguma maneira, eles podem ou não nos dizer sobre Magalhães Pinto. Não encontramos nenhum registro sobre as relações entre ambos, somente algumas referências sobre o casamento.

A família sempre foi pensada como um dos pilares da sociedade brasileira desde o início da colonização portuguesa. As relações familiares, baseadas no modelo patriarcal

adaptado da metrópole, foram foco de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*. As relações entre os sexos, desde o período colonial, marcam nossa sociedade dentro de uma estrutura patriarcal dominada pelo patrimonialismo, onde a submissão a uma figura masculina era subjacente. Contudo, as pesquisas recentes sobre os estudos da família nos mostram que a estrutura familiar patriarcal, analisada por Freyre nas lavouras cafeeiras do Nordeste, não foram predominantes (SAMARA, 2002). Para Eni Samara, questões em torno de etnias, contextos econômicos regionais e grupos sociais devem ser levados em consideração quando se analisa os estudos de família.

Magalhães Pinto era do Oeste de Minas, região ligada à Bahia e à fronteira colonial do gado em Goiás, e fazia parte das áreas menos desenvolvidas do estado (assim como o Norte). Já Berenice Catão era da Zona da Mata mineira, ligada ao Rio de Janeiro, e fazia parte das áreas mais desenvolvidas do estado (assim como o Sul e o Triângulo). Segundo John Wirth, essas duas áreas podem ser lidas

[...] O Oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligavam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. O café financiou a ascensão das zonas da Mata e do Sul em meados do século XIX. As terras da zona da Mata eram indígenas até 1830, ano em que a fronteira do café começou a expandir-se para o leste [...] Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político. (WIRTH, 1982, p.43)

Como já afirmamos, a origem da família Magalhães Pinto, do Oeste Mineiro, apesar de simples, descende de laços de alguns políticos da região. Já a família Viriato Catão advinha de políticos e intelectuais que atuavam dentro e fora da região da zona da Mata. Não é possível afirmar como Magalhães e Berenice se conheceram, mas, no ano de 1931, Magalhães já tinha ocupado cargos de destaque em instituições bancárias no estado, o que lhe ter permitido viajar por Minas e, em algum momento, estabelecido laços com pessoas próximas a Berenice, visto que seu pai era um homem importante no estado.

Percebemos aqui a importância do conceito de *capital simbólico*, elemento que nos permite compreender a importância e reconhecimento social de Magalhães Pinto. Segundo Bourdieu, o capital simbólico é formado por uma síntese de outros três tipos de capitais: o capital econômico, ou seja, a riqueza material, representada pelo conjunto de bens de um indivíduo; o capital cultural, que reúne o conjunto de qualificações intelectuais que foram transmitidas ao indivíduo por sua família e pelas instituições acadêmicas as quais frequentou;

e, por fim, o capital social, que corresponde às redes nas quais o indivíduo se insere, aos seus relacionamentos com outros indivíduos que podem contribuir para o acesso a determinados protagonistas dentro de campos específicos de atuação (MONTAGNER; MONTAGNER 2010).

Assim, em 23 de janeiro de 1932, José de Magalhães Pinto e Berenice Catão se casam em Juiz de Fora. “Foi uma cerimônia simples, um culto ecumênico pioneiro, pois a religião das duas famílias era diferente [...] a nossa família era protestante e a do noivo extremamente católica” (DRUMMOND, 1994, p.66). Tiveram três filhos e três filhas: Marcos, Eduardo e Fernando; Maria Virgínia, Ana Lúcia e Maria Elisa.

Drummond entrevistou duas filhas de Magalhães. Segundo elas, os filhos tornaram-se católicos como o pai, e as filhas protestantes como a mãe. Ana Lúcia, a filha mais nova, afirmou que “Eu acho que essa divisão acabou acontecendo porque as duas avós eram muito beatas, todas duas “Acho que o único motivo de conflito entre eles era a religião” (*Idem*).
Maria Virgínia completa

No fundo, eles acreditavam que a religião é uma coisa só: a crença em Deus. A luz era a mesma [...] Todas as comemorações de casamento deles era lá em casa, bodas de prata, de ouro e de diamante, foram feitas de maneira ecumênica. Eram dois universos completamente diferentes e isso era muito bom para nós, porque acabamos tendo contato com os dois lados diferentes da moeda. E isso sem qualquer trauma. (*Idem*)

Para Maria Virgínia, o pai era muito engraçado, em especial nas refeições, “as pessoas não sabiam se ele estava falando a verdade ou não [...] sempre foi muito bem humorado e conquistava todo mundo desse jeito”. Em relação ao casamento com Dona Berenice, Maria Virgínia, Eduardo e Ana Lúcia são categóricos ao afirmar que eles eram almas gêmeas. “Eles nos davam a sensação de serem só uma pessoa [...] O relacionamento dos dois é um negócio inacreditável [...] até hoje ele é incapaz de se sentar ao lado dela sem lhe dar a mão [...] eles ainda dão beijo na boca [...] é impressionante e chega a comover a gente” (DRUMMOND, 1994, p.101).

Eduardo segue afirmando que o pai era um homem com várias frases na ponta da língua, entre elas

O capital do homem moderno não é o dinheiro e sim as amizades”; “Ouça sempre as pessoas do início ao fim, sem interrompê-las. Deixa-as exporem

seus problemas, pois enquanto isso, você tem tempo para pensar e dar uma solução que seja boa para todo mundo”; “Não se esqueça que todos os funcionários ajudam você a levar o banco para a frente”; “Todas as pessoas tem problemas e um funcionário muitas vezes luta também com a falta de dinheiro. Não se esqueça disso”; “Quando viajar, se corresponda com as pessoas.” (DRUMMOND, 1994, p.102)

Segundo as filhas, Magalhães era muito cuidadoso com as mulheres da casa. “Ele era ciumentíssimo com as mulheres da casa [...] sempre houve isso, e nesse ponto ele era bastante machista. Na cabeça dele, as mulheres sempre tinham que ser protegidas. Era assim e pronto”. Ao contrário do marido, Dona Berenice vivia 24 horas em função dos filhos “diferente do papai, a mamãe botava a gente no colo e ficava no maior chamego”, diz Fernando (DRUMMOND, 1994, p.104). (Figura 4).

Em 1938, Magalhães ainda se torna fundador e primeiro presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais²¹, dirige empresas como a Companhia Níquel Tocantins Mineração²² e da Companhia de Seguros Minas Brasil. É aí nesse ínterim que, com a ajuda do irmão Waldomiro, procuram investidores para o mercado bancário. Durante a presidência do Banco da Lavoura, estreita laços com importantes figuras políticas, dentre elas: Virgílio de Melo e Franco, político e revolucionário de 1930²³, e Odilon Braga, ministro da Agricultura de 1934 a 1937²⁴, ambos foram grandes influências no início da vida política de Magalhães Pinto em oposição ao Estado Novo.

Darcy Bessone²⁵, à época estudante de Direito, colega de pensão de Waldomiro e irmão de Magalhães, fala sobre os primeiros momentos de oposição do governo Vargas

Quando nos reuníamos no Instituto dos Advogados de Minas Gerais, ou no Foro, dávamos um jeito de incluir temas políticos no bojo das teses jurídicas que defendíamos. Dessa forma fomos abrindo brechas para discussões [...] a volta de Pedro Aleixo a Belo Horizonte, por exemplo, servia de pretexto. Fazíamos banquetes em sua homenagem. Desta forma conseguíamos

²¹ Criada em 1938, em Belo Horizonte, entidade não-estatal que representa o comércio mineiro. Para maiores informações <http://www.fecomerciomg.org.br>. Acesso em 31/01/2019.

²² Sobre as atividades em Niquelândia (GO) atualmente ver: <http://www.cetem.gov.br/images/palestras/2011/rmst/06-grandes-mineradoras-comunidade-niquelandia.pdf>. Acesso em 31/01/2019.

²³ Para maiores informações sobre Virgílio de Melo e Franco: FERRO, Flávia Salles. **Virgílio de Melo e Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)**. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

²⁴ Para maiores informações sobre Odilon Braga <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/odilonbraga>. Acesso em 30/01/2019.

²⁵ Para maiores informações sobre Darcy Bessone <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/darci-bessone-de-oliveira-andrade>. Acesso em 17/03/2019.

divulgação do que parecia apenas uma festa, mas que na verdade era um acontecimento político. (DRUMMOND, 1994, p.25)

1.2. O início da vida política: O *Manifesto dos Mineiros* e a UDN

Tido como a primeira manifestação pública de setores liberais contra o Estado Novo (BENEVIDES, 1981), o documento foi assinado em 24 de outubro de 1943 – data em que se comemora o aniversário da Revolução de 1930. Poucos dias depois da publicação do manifesto, Getúlio Vargas proferiu um discurso em que afirmava não ter tempo para “desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame das conveniências políticas de simples finalidades eleitorais”. Disse ainda que os signatários eram “leguleios em férias”, conhecidos no cenário político “pelas suas tendências retardatárias” (FERRO, 2015, p.97).

Para Drummond, com a iminência da publicação de um manifesto contra Vargas, Magalhães é sondado por aliados do presidente que chegaram a lhe prometer a chefia do estado caso o documento não fosse publicado. Três textos são escritos. Coube a Virgílio de Melo e Franco a junção das três versões. Antes da publicação, o texto único passa pela última revisão a cargo de Milton Campos e Pedro Aleixo. Em 24 de outubro de 1943, o *Manifesto dos Mineiros* é divulgado com 92 assinaturas, entre elas a de José de Magalhães Pinto.

Participaram políticos, intelectuais, advogados, consultores jurídicos, diretores de bancos e jornalistas. Entre os políticos, encontram-se personalidades atuantes na Primeira República, como Afonso Pena Júnior, Mário Brant, Alaor Prata Soares, Adolfo Bergamini, e os marginalizados do governo de Getúlio Vargas, como Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo e Odilon Braga. Recusaram-se a assinar o *Manifesto*: Venceslau Brás, por ter se afastado da política e não ter intenção em se envolver na vida pública; Bias Fortes, por fidelidade a Benedito Valadares, interventor de Minas Gerais; Antônio Carlos, por não querer desavenças com Vargas (FERRO, 2015, p.95).

Foram impressos 50 mil exemplares em uma tipografia em Barbacena, mas, devido à censura, o documento não pôde ser publicado na imprensa. Sendo assim, sua distribuição foi feita de mão em mão ou por baixo das portas. O *Manifesto* foi dirigido ao povo mineiro e pedia a democratização do país, entendida como aspiração natural de todos os brasileiros. Vários dos signatários perderam seus cargos²⁶. Contudo, até 1945, mesmo sendo visto como

²⁶ Diversos banqueiros, signatários do Manifesto, sofreram as penas que foi possível impor-lhes. José Magalhães Pinto foi intimado a exonerar-se do cargo de diretor do Banco da Lavoura. Afonso Arinos de Mello

cauteloso pelos signatários, o *Manifesto dos Mineiros* foi a única declaração importante contra o Estado Novo.

Para Carolina Nabuco, a inspiração para o *Manifesto* veio depois de políticos argentinos lançarem um manifesto em Buenos Aires no final de 1942, em que advertiam a possibilidade de um golpe parecido com o de Getúlio. Por estarem preocupados com as ameaças, o manifesto exigia “imediate organização do Estado para impedir golpes e atentados políticos na Argentina”, objetivando “una democracia efectiva y la confraternización americana” (MELO, 1995, p.262). (Figuras 5 e 6).

Segundo o verbete sobre o Manifesto dos Mineiros no CPDOC,

A interpretação desse discurso político revela que o Manifesto foi mais a expressão de um espírito crítico da situação do que a apresentação de um programa positivo de governo. O problema do trabalho e as questões das classes proletárias estão absolutamente ausentes do Manifesto e nota-se no documento a ambiguidade de ter de reconhecer o programa de realizações materiais que o governo empreendia — negar seria um absurdo — e juntar a isso uma defesa puramente formal das liberdades democráticas. É assim, em conclusão, um dos modelos exemplares para se estudar a história do liberalismo no Brasil.²⁷

Em entrevista ao jornal *O Pasquim* em 1978, Magalhães Pinto afirma que “perdi o cargo de diretor do banco porque assinei o Manifesto dos Mineiros. Em seguida parti pra outra coisa”. Zivaldo, um dos entrevistadores, questiona:

Zivaldo: Na época do Manifesto o senhor já era político?

Magalhães: Não, comecei ali.

Zivaldo: E por que o senhor assinou o Manifesto?

Magalhães: Porque eu era mineiro (ri.)

Zivaldo: Sabia que ia perder o emprego?

Magalhães: Sabia, mas achava que valia. Até hoje está na História.

Félix de Athayde: E se tivesse continuado empregado de banco hoje não seria dono de um.

Zivaldo: Quantos anos o senhor tinha?

Magalhães: 34.

[...]

Magalhães: Fui sondado por gente do Getúlio pra ver se conseguia a não-publicação do Manifesto. Em troca ele retiraria o Benedito Valadares do

Franco (Banco do Brasil); Milton Campos (Caixa Econômica de Belo Horizonte); Mário Brant (Banco Hipotecário Lar Brasileiro); Ovídio de Andrade (do Banco Comércio).

²⁷ Para mais detalhes: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/manifesto-dos-mineiros>. Acesso em 04/02/2019.

governo – achando que o Manifesto era contra Benedito – e faria a minha nomeação.

Ziraldo: Qual era a sua importância política na época?

Abreu: Era presidente da Associação Comercial.

Magalhães: Getúlio tinha uma certa simpatia por mim, me convidava pra conversar algumas vezes com ele...Eu disse que não, que ficava difícil pra mim encaminhar qualquer coisa. Verifiquei logo que a coisa também não era contra o Benedito.

Ziraldo: O senhor já tinha assinado.

Magalhães: Não. Inclusive me senti na obrigação de assinar logo em seguida pra não parecer que estava negociando. Getúlio tentou fazer com que não houvesse manifesto e fez bem porque combinara-se de fazer depois outros manifestos em cada Estado. Como ele foi logo em cima dos subscritores mineiros a coisa não prosperou.

Ziraldo: Todos foram punidos?

Magalhães: Todos, cada um perdeu uma coisa. Eu perdi o cargo de diretor de banco, Milton Campos perdeu o cargo de consultor da Caixa Federal...

Ziraldo: O senhor já era um homem rico?

Magalhães: Não tinha riqueza alguma [...]. (Jornal *O Pasquim*, 1978, p.8)

Em matéria de 30 de outubro de 1952, no *Diário da Tarde*, intitulada “Os insubordinados mineiros de 1943”, um jornalista faz uma análise do que ele chama – já na primeira página – de “Consequências do histórico ‘Manifesto dos Mineiros’ – A fúria do ditador acostumado aos elogios – Vagas abertas em todos os setores da administração pública – O déspota que nunca respeitou Constituições.” Em tom de crítica ao então presidente Getúlio Vargas, afirma que o *Manifesto dos Mineiros*, tornado público em 14 de outubro de 1943, era

[...] pensamentos claros sobre a vontade firme de um povo cuja paciência ia se esgotando, considerações tranquilas inspiradas na melhor tradição mineira, crítica respeitosa [...] era distribuído como documento subversivo. Dentro de poucos dias, sem ser publicado na imprensa, alcançou notoriedade nacional.

Para o jornalista, quem deu ao *Manifesto* essa notoriedade nacional foi o próprio Getúlio Vargas que, segundo ele

se irritou com a ousadia do gesto corajoso dos homens simples de Minas Gerais [...] parece paradoxo. Mas é a verdade. Getúlio consagrou o Manifesto aos Mineiros, que, sem o ódio patológico do minúsculo caudilho, seria apenas um documento político-literário, redigido no agradável estilo de sobriedade e elegância dos mineiros.

E segue afirmando que o *Manifesto*

Foi um grito. O primeiro grito coletivo na paz de cemitério que descia sobre os horizontes civicos do mal lembrado e nunca assaz maldito Estado Novo, a miscelanea deteriorada do fascismo cabloco. Passou a ser um assunto embora os jornais sobre ele não escrevessem uma linha sequer, pois a brutal censura dos rafeiros policiais impedia.

Ao terminar sua reportagem, chama o *Manifesto dos Mineiros* de ‘um marco histórico’ e o sintetiza

Definiu posições, serviu de testemunho, marcou rumos. Houve também os tibios, os desertores, os que não souberam resistir á opressão do governo. O delegado da ditadura em Minas, o Sr. Benedito Valadares, a contragosto segundo os seus intimos, viu-se obrigado a demitir amigos da mocidade[...] serviu á vontade do déspota não esclarecido. A história do Manifesto aos Mineiros é rica de coragem e cheia de renuncia. Foi uma página de bravura de nossa gente, quando eram incertos os dias futuros, sombria a paisagem política que cobria o cenário nacional. Há de ficar como testemunho e como mensagem pagina escrita por um grupo de homens voltados para a coisa publica com o espirito enriquecido de mais nobre idealismo.

É inegável a importância do *Manifesto dos Mineiros*, tanto pelo seu caráter pioneiro quanto pelas consequências políticas após sua publicação. Posto isto, é interessante recorrermos ao *Jornal do Brasil*, em seu Caderno Especial no dia 23 de outubro de 1983, que comemora os 40 anos do *Manifesto dos Mineiros* e afirma na primeira página

Comemoram-se amanhã – dia 24 de outubro – os quarenta anos do lançamento do *Manifesto aos Mineiros*. Primeira manifestação contra a ditadura Vargas, o Manifesto constitui um momento importante do pensamento liberal no Brasil. Em torno de suas ideias, formou-se a União Democrática Nacional (UDN) e seus principais signatários tiveram participação nos momentos decisivos da história republicana nos últimos anos. O Movimento de 1964 tem origens ideológicas no documento firmado em outubro de 1943 por intelectuais, empresários, jornalistas e profissionais liberais mineiros. O *Caderno Especial* publica o texto central do Manifesto aos Mineiros.

Nas páginas que seguem, vários jornalistas dedicam suas letras a lembrar aquele dia 24 de outubro de 1943. Dario de Almeida Magalhães, um dos signatários do *Manifesto*, assina o artigo da segunda página do Caderno em que afirma “O Manifesto dos Mineiros era despretensioso, modesto como é do gosto dos mineiros”. Para o jornalista, o *Manifesto* foi um “pronunciamento cívico” sob o “duradouro silêncio sepulcral” do país, onde reinava a censura

às críticas, o medo, sendo aquele documento “uma manifestação coletiva, traduzindo uma rebeldia, ainda que moderada e de conhecimento escasso”. Assim, como noticiado em 1952 em reportagem já citada, a imagem de Vargas é colocada em xeque.

[...] reação implacável, brutal, impiedosa, desencadeada por alguém que houvesse sido tocado por uma fúria incoercível e uma sede de vingança quase demencial. Vargas, que gostava de apresentar-se como blandicioso e tolerante nos seus métodos políticos, usando mais a corrupção do que a violência (oh país de desmemoriados, esquecidos dos horrores entre 35 e 38’), desencadeou a mais truculenta e mesquinha das punições contra os moderados rebeldes, visando, sobretudo, puni-los no bolso, num procedimento sem precedentes no país, porque alcançou a destituição de empregos e cargos, mesmo em empresas privadas, vários garantidos pela vitaliciedade.

Almeida de Magalhães passa a narrar, então, os momentos que se antecederam à feitura do *Manifesto*. Afirma ele que, Virgílio de Melo Franco fora o “iniciador, o articulador, a alma do movimento”, e que, juntamente com Odilon Braga, ouviu a leitura do texto. Para ele, ainda jovem, o documento era de excelente escrita, mas deveria ser mais incisivo nas críticas “já que estamos em silêncio há tantos anos, devemos descarregar, em temperatura alta, todas as nossas queixas e censuras, longamente sufocadas”. Assim como Drummond, ele afirma que a versão final do texto ficou a cargo de Virgílio de Melo Franco, que não concordou com a proposta de Almeida de Magalhães e, a partir de dois esboços iniciais e outras reflexões e sugestões ouvidas, “conservou o tom mais moderado do documento, permitindo mais número de adesões e sobretudo tornou mais chocante a brutalidade da desproporcional reação ditatorial”.

Ao longo do artigo, faz algumas referências ao documento original e chega a comparar os signatários que foram punidos aos antepassados da “Conjuração Mineira”, mas afirma “O ditador de 1943 poder-se-ia gabar de ter sido mais brando do que os agentes da coroa portuguesa: aplicou, apenas, sanções econômicas.” E, para finalizar afirma que o *Manifesto*

[...] não representou um abalo sísmico, mas não foi inútil. Foi fecundo e frutífero. Valeu como fermento e excitante, que, certamente, contribuíram, de maneira ponderável, para agitar as consciências, estimular reações, e favorecer a mobilização da opinião pública adormecida, com o fito de pôr termo à oprobriosa situação que nos envergonhava como nação.

Seguindo no Caderno do dia 23 de outubro de 1983, Maria Victória Benevides, que assina o artigo intitulado “Liberal, mineiro e muito...udenista”, sintetiza o que foi o *Manifesto dos Mineiros* a partir de sua relação com a UDN. Para ela, o *Manifesto* foi o “marco decisivo da conspiração dos liberais contra o Estado Novo, representan[do] a primeira manifestação, coletiva e assinada, de ilustres membros da elite que melhor encarnaria aquele famoso ‘estado de espírito’ da União Democrática Nacional”.

Segundo Benevides, vários dos signatários, futuros udenistas, apresentavam-se como os “legítimos herdeiros da tradição liberal no Brasil”. Sendo eles conservadores e anticomunistas, segue afirmando “os signatários também conspiraram contra João Goulart em 1964, apoiando o que seria apelidado ‘o Estado Novo da UDN’”. Contudo, para ela, muitos deles romperiam com a orientação política dos governos militares, citando Milton Campos, mas é de Magalhães Pinto a maior guinada observada por ela: Magalhães Pinto, o liberal de 1943, é – segundo ela – “o mesmo ministro que assina o arbítrio totalitário do AI-5, em 1968”²⁸.

Seguindo sua análise, a autora afirma que o *Manifesto* foi uma forma de testar a reação de Vargas, bem como a força daqueles que eram contra ele. Para Virgílio de Melo Franco, em 1946, o *Manifesto*

Tratava-se principalmente de recuperar a iniciativa política dos liberais, ameaçada pelas pretensões democratizantes de Getúlio, que teria começado a mudar com a perspectiva da vitória dos Aliados [...] “os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas, conspiraram para elaborar um manifesto que logo se tornou conhecido como o Manifesto dos Mineiros”.

O artigo continua analisando os principais pontos do *Manifesto*: suas propostas econômicas, sociais e políticas. Assim, Maria Victoria Benevides conclui

Uma leitura atenta do Manifesto pode sugerir pistas para a compreensão das ambiguidades na herança liberal reclamada pela UDN. Ou seja, as profundas contradições entre o liberalismo econômico e o liberalismo político, que marcaram a trajetória do partido da “eterna vigilância”. O Manifesto, é sem dúvida, um documento de inspiração liberal – e até mesmo ousado para a conjuntura da época. Mas a distância entre o liberalismo e democracia – cultivada pelos udenistas, fossem os “liberais históricos”, fossem os “golpistas” – já surgia, de forma inequívoca, neste seu primeiro manifesto.

²⁸ Não é possível pensar em Magalhães Pinto e o Manifesto dos Mineiros sem nos atentarmos para o fato, anos depois, de sua intensa participação no Golpe de 1964 – fato este, que será discutido nos capítulos seguintes.

Para Otávio Dulci em *A UDN e o anti-populismo no Brasil, o Manifesto dos Mineiros* foi escrito como um “exercício de prudência, em face da ênfase que se dava na época à coesão interna, necessária ao esforço de guerra em que o país estava empenhado”, mas permitiu que a oposição tivesse espaço para a “reconstituição das correntes liberais, que, a partir daí, iriam se organizar de forma crescente e contribuir para a mudança do regime, nos dois anos subsequentes” (DULCI, 1986, p.69-70).

A União Democrática Brasileira, surgida como reação ao Estado Novo de Getúlio Vargas, é um movimento da sociedade civil sem a participação das camadas populares, visando à redemocratização (BENEVIDES, 1981, p.33). A UDN só se fez possível pela conjuntura de fins de 1944 e início de 1945, pois nada havia mudado, somente, então, um novo partido poderia polarizar mudanças.

Segundo Gláucio Soares, pode-se pensar a UDN como um partido conservador, mas com características próprias que a diferenciava dos demais

A UDN representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, também representava amplas seções da classe média urbana de alguns Estados. A primeira destas bases sugere uma correlação negativa com a urbanização, a industrialização e o desenvolvimento, mas a segunda sugere uma correlação positiva; o resultado híbrido é uma modesta correlação negativa, o que indica que a primeira base predomina em maior número de Estados. (SOARES *apud* DULCI, 1986, p.33)

Maria Victoria Benevides elenca cinco categorias formadoras da UDN em 1945: membros das oligarquias destronadas em 1930 (como Arthur Bernardes em Minas); ex-aliados de Getúlio (Virgílio de Mello Franco em Minas e Juraci Magalhães); os que apoiaram o Estado Novo, mas romperam com Vargas antes de 1945; os liberais nos estados (como Magalhães Pinto) e as esquerdas (socialistas, comunistas, alunos do movimento estudantil²⁹). Para a autora, “Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime” (BENEVIDES, 1981, p.29-30).

Tanto Benevides quanto Dulci afirmam que, dentro da UDN, existiam várias outras UDNs. Segundo este, podemos falar da UDN no plural, já que a atuação do partido dependia

²⁹ Segundo Benevides é importante salientar que a Esquerda Democrática nunca pertenceu à UDN, somente compôs uma frente única de oposição a Vargas.

do poder político que ele detinha, mais até do que de uma linha política-ideológica (DULCI, 1986, p.36). Já Benevides afirma que a UDN “era ‘mais partido’ fora do período eleitoral, quando podia manter sua unidade de princípios e apegar-se às grandes questões nacionais” (BENEVIDES, 1981, p.224).

Tida como o partido dos bacharéis que, segundo Dulci, “não eram, em princípio, intransigentes em face de táticas de conciliação, mas atuavam de preferência em termos competitivos” (DULCI, 1986, p.36), a UDN precisou conciliar os interesses das categorias que a formavam, ao mesmo tempo em que essas competiam entre si no jogo político. Os bacharéis, profissionais liberais, em sua maioria, desinteressados quanto ao social, estiveram à frente do partido até 1957. E, daí, podemos inferir sobre a definição do próprio partido quanto à sua concepção liberal. O conceito liberal empregado pelo partido originava-se no liberalismo clássico, em que a principal bandeira era a defesa da liberdade, como é o caso de Pedro Aleixo

Os liberais não trazem qualquer proposta de salvação; não prometem ao homem as felicidades novas e inalcançadas. Não são animados pelo programa de melhorar a condição humana. Seu projeto é modesto: pretendem apenas preservar a sua liberdade essencial e, preservando-a, defendê-lo das deformações impostas pelos salvadores, tenham boas ou ilegítimas intenções. E porque não querem salvá-lo, sempre o salvaram dos despotismos e das mutilações que as doutrinas milagrosas trouxeram à humanidade. (*Idem*, p.37)

Outros tinham a preocupação social de que a liberdade e a sociedade não seriam garantidas sem a ordem democrática e, para isso, não somente utilizavam-se do liberalismo clássico. É o caso de Milton Campos,

A UDN não é exatamente uma agremiação liberal, mas inspirada na doutrina liberal, temperada pelas soluções da moderna democracia que adota em seu programa e nos seus princípios. Com isso quero significar que se a UDN tem a sua preocupação da liberdade, ocupa-se, igualmente, da igualdade. Daí vem a sua atuação no sentido da justiça social e de todas as preocupações do interesse do povo, indo até o ponto de admitir e sugerir soluções nacionalistas para problemas que, em termos meramente liberais, não seriam resolvidos como a UDN pleiteia. (*Idem*)

Através desses dois excertos de proeminentes políticos mineiros, é interessante apresentarmos o perfil da UDN mineira para entendermos o lugar que Magalhães Pinto

ocuparia no partido. Segundo Benevides, a UDN foi forte em MG, BA, PA, RN e RJ (capital federal e no Estado), apesar do peso eleitoral, nunca conseguiu maioria nos estados com mais eleitores. Em Minas, dividia o primeiro lugar com o PSD; no Rio, com o PTB; enfraquecia-se na BA pelas divisões internas. A UDN mineira estava composta pelos representantes do *Manifesto dos Mineiros* contra o Estado Novo³⁰: liberais históricos (Pedro Aleixo, o “dono do partido”); nacionalistas (Gabriel Passos, foi ligado a Vargas); realistas (Magalhães Pinto, grande força eleitoral e econômica); “banda de música” (Bilac Pinto); coronéis (José Bonifácio) e “bossa nova” (José Aparecido) (BENEVIDES, 1981, p.231-233)³¹.

Mesmo existindo várias UDNs, um sentimento une o partido: o sentimento de identidade e pertinência, e tais fatores ficam claros em alguns momentos: a devoção a heróis comuns (Brigadeiro Eduardo Gomes), o antigetulismo, o anticomunismo, o elitismo e o moralismo. Contudo

O antigetulismo foi, certamente, o principal elemento polarizador e constante, para cimentar a união udenista [...] a origem de pretensões aristocráticas da UDN, a ênfase numa ética moralista, na tradição e no ‘sentido de excelência’, a distinguia, em termos de imagem e de ‘estilo’, no cenário partidário brasileiro. Uma imagem recortada num pano de fundo de contradições evidentes – o liberalismo e o golpismo ou mais sutis – o elitismo e a sedução populista – mas ainda assim imagem singular e identificadora. (*Idem*, p.239)

Segundo o próprio Magalhães Pinto, anos mais tarde – lembrando a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, “a volta dos pracinhas da Itália, onde selaram com sangue a vocação democrática do Brasil, fez com que as reformas reivindicadas pelos mineiros em 1943 levassem a ditadura Vargas ao impasse final” (MELO, 1994, p.145). Entre as reformas

³⁰ Para a UDN é a pedra fundamental, sendo resultado de uma conspiração iniciada em agosto de 1943 no Congresso Jurídico Nacional e mesmo limitado ao estado de Minas, “tratava-se de uma resposta à espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas [que] traíra a Aliança Liberal” (*Idem*, p.35).

³¹ Advogados, diretores de bancos, consultores jurídicos, professores e jornalistas figuram entre as 92 assinaturas do Manifesto. É interessante notar que, mesmo lutando pelas liberdades individuais e restauração da democracia, o documento reivindicava mais participação econômica para as elites. “Vários entre os signatários sofreram sanções, como demissões ou aposentadorias de cargos em instituições geralmente vinculadas ao Estado, mas nenhum tipo de sanção policial. Isso confirma a situação privilegiada de elite, pois prisões e violências físicas – como ocorre desde sempre na história brasileira – eram reservadas aos membros das classes trabalhadoras (comunistas, anarquistas, sindicalistas) e, em menor grau, aos estudantes” (*Idem*, p.36).

propostas por Vargas, estava a reorganização dos partidos (a UDN é fundada em nove de abril de 1945) e a garantia das eleições presidenciais e legislativas para dezembro de 1945.

Na UDN, Magalhães Pinto entra para o grupo dos “realistas”. Fez exatamente o contrário que a UDN fazia: ser pragmático, o que, segundo Maria Victoria Benevides, lhe permitiu angariar votos

Magalhães nasceu na UDN, fez opção pela UDN, o que o obrigaria a ser de um determinado jeito: fazer belos discursos, não ter muito gosto pelas decisões, emocionalizar a política, discordar com veemência e aplaudir sem se comprometer. E não ganhar muitos votos do eleitor. Fez o contrário: nada de discursos, encher-se de coragem e determinação para tomar decisões, não ter medo da praticidade, aplaudir o certo sem qualquer constrangimento e comprometer a palavra sem reccar a cobrança. (MELO, 1994, p.118)

Sobre a entrada de Magalhães Pinto na UDN, dois excertos são bem esclarecedores: o primeiro de Carlos Eloy, em que afirma que, apesar de não ser homem intelectual, Magalhães Pinto era importante para o partido.

Um homem como o Magalhães subir, era um ultraje para esse povo. A UDN era um partido de professor de Universidade. Se você não tiver currículo de professor de Universidade ou não tivesse sido preso pela ditadura, pra eles era defeito. O Magalhães não foi nenhuma das duas. Magalhães então começa: ele se elegia e elegia o Afonso Arinos de Melo Franco para deputado federal, mandava votar no Afonso Arinos. Um dia o Constantino Dutra arruma uns votos em Contagem, Contagem das Abóboras, para o Afonso Arinos a pedido do Magalhães. O Magalhães me pede para eu ir lá o representando na Convenção da UDN em Contagem. O Constantino é que foi o intermediário, arrumou os votos. E eu estou lá fazendo a Convenção e o Afonso Arinos depois começa a conversar comigo em Machado de Assis, literatura, essa coisa toda. Largou os chefes políticos de lado, era intelectual. O Magalhães apreciava, sempre apreciou, homem inteligente, homem de cultura, então ele não passava recibo neles. (DRUMMOND, 1994, p.59)

Já José Aparecido explica as diferenças entre os interesses de Magalhães e de boa parte da UDN, mas, assim como Eloy, exalta sua capacidade como bancário e depois como banqueiro.

As minhas origens são bem diferentes do Magalhães. A minha origem é forense. Eu sou um Miltoniano e um Pedro Aleixo, os dois líderes com quem convivi desde a minha mocidade. Convivi e admirei. Milton era um líder moral e intelectual no fórum. Nós todos o seguíamos. O Pedro era de uma enorme valentia política, um lutador extraordinário, centro da admiração da

minha geração. Foi no figurino, nos modelos desses homens que eu procurei organizar a minha vida [...] Sou, portanto, dessa área e vou lhes contar porque eu não sentia possibilidades de ter com o Magalhães as afinidades que tinha com o Milton e com o Pedro, não só porque eu conhecia esses dois há mais tempo, mas também porque o Magalhães nos apreciava naquela época um homem não muito preocupado com os nossos problemas. Nós também não nos preocupávamos com os problemas que preocupavam o Magalhães [...] ele era um homem de finanças. Desde o princípio se revelou um expert na manipulação da vida financeira. *Ele foi diretor do Banco da Lavoura ainda jovem e perdeu o cargo de diretor. Conseguiu fundar um Banco que depois ficou maior que o Banco da Lavoura*, ele praticamente sozinho, capacidade dele. O Magalhães significava muito como capacidade, como perspectiva de êxito, portanto pertencia a um mundo diferente do nosso. Meu comportamento dentro do partido era um comportamento um pouco de atrito com o Magalhães. Em conceitos, de forma de fazer política, no apreço a certas coisas, no despreço a outras, etc. e assim foi até um certo tempo. (DRUMMOND, 1994, p.18-19)

Antes de compreendermos as eleições de 1945 e a entrada em definitivo de Magalhães Pinto no mundo político, faz-se necessário conhecer o Magalhães Pinto banqueiro, o fundador do Banco Nacional de Minas Gerais.

1.3. De bancário a banqueiro: O Banco Nacional

Poucas são as informações sobre o Banco Nacional, mas o que se sabe é que o Banco faliu e vários processos correm em segredo de Justiça. Segundo o site do Banco

O Banco Nacional S/A encontra-se em regime especial de liquidação extrajudicial, decretado pelo Banco Central do Brasil por meio do ATO PRESI nº 584, de 13.11.96, tudo em consonância com a Lei nº 6.024/1974. O regime especial de RAET – Regime Administração Especial Temporária decretado em 18.11.1995, foi convolado em regime de Liquidação Extrajudicial em 13.11.1996, suspendendo as atividades operacionais bancárias da instituição, não mais realizando, a partir da liquidação, quaisquer operações de intermediação financeira, **nem, tampouco, quaisquer operações de empréstimo e financiamento e captação de depósitos de qualquer modalidade.** A Liquidação Extrajudicial do Banco Nacional encontra-se no estágio de apuração de ativos, passivos e análise das habilitações de crédito, que consiste, em síntese, no pagamento dos credores da Massa, observada a ordem preferencial estabelecida na legislação falimentar aplicável. O Nacional encontra-se, atualmente, sob administração de Liquidante nomeado pelo Banco Central por meio do ATO PRESI nº 1059 de 26.03.2004³².

³² Site oficial do Banco Nacional <http://bnsa.com.br>. Acesso em 12/08/2019 (grifos da fonte).

Para entendermos como foi possível para um bancário, sem nenhum cacique político em sua família e pouca expressividade no campo político, fundar um banco, acreditamos ser necessário compreender o lugar que as instituições financeiras ocupavam no Brasil e no Estado de Minas Gerais nos anos anteriores à fundação do Banco Nacional de Minas Gerais, em 1944.

Segundo Hobsbawm, é a partir da Revolução Industrial que se torna possível a consolidação de um sistema econômico em que o capital se concentrava na busca de um excedente cada vez maior (HOBSBAWM, 1979). A expansão do processo produtivo permitiu o desenvolvimento de um sistema financeiro que exigia uma nova demanda por crédito que favorecia a acumulação de capital.

No Brasil, apesar de tardiamente, esse processo produtivo atravessou o Atlântico ainda em inícios do século XIX e permitiu a formação de bancos nacionais. Com a chegada da família real em 1808, Dom João VI fundou o Banco do Brasil, que objetivava financiar a criação de indústrias manufatureiras no país, visando, assim, movimentar o comércio, além de financiar as despesas do Estado³³.

Para John Wirth, em Minas Gerais, até meados do século XIX, as transações bancárias eram realizadas no litoral, pois “o isolamento entre os centros comerciais, a falta de um porto e o fato das zonas cafeeiras estarem ligadas à rede bancária do Rio constituíam um reforço dessa prática” (WIRTH, 1982, p.100). Assim, é somente no final da década de 1880 que os primeiros bancos são fundados no Estado. Contudo, segundo Iglésias, neste período, os especuladores eram os responsáveis por emprestar dinheiro a juros altíssimos, mas os comerciantes das zonas mais distantes mantinham uma “caixa-forte para guardar as contas de casas comerciais no Rio e Ouro Preto e negociavam os pagamentos com seus agentes” (IGLÉSIAS *apud* WIRTH, 1982, p.101).

Juiz de Fora é a primeira cidade do estado a receber bancos comerciais. O Banco Territorial faliu em pouco tempo e o Banco do Crédito Real – banco semioficial que visava fazer empréstimos agrícolas – manteve-se de pé negociando contas estaduais. Em 1895, somente sete bancos em funcionamento não estavam nas cidades cafeeiras da Zona da Mata. Contudo, continua Wirth, a falência do Banco do Brasil prejudicou os bancos mineiros por

³³ Outros bancos também foram criados neste período: Banco do Ceará (1836-1839), o Banco Comercial do Rio de Janeiro (1842), o Banco Comercial da Bahia (1845) e o Banco Comercial do Maranhão (1847).

muito tempo e acabou por reduzir o número de agências em todo o estado. Em 1921, o estado contava com 63 agências com filiais em 40 cidades – com exceção de quatro delas, todas localizadas em cidades do sul de Minas (*Idem*).

Na década de 1930, as agências oficiais modificaram a concessão de crédito, fato que acaba por beneficiar os produtores paulistas, já que a nova Lei de Reajuste Econômico de 1934 reduziu os débitos pela metade. Contudo, os mineiros sofriam mais com a necessidade de crédito do que com o excesso de endividamento (*Idem*, p.102).

Os empréstimos do Banco do Brasil continuaram difíceis de obter fora do Rio e São Paulo, onde se concentravam três quartos dos empréstimos a receber de fazendeiros, industriais, firmas comerciais e pessoas físicas em 1937. Os mineiros detinham apenas 6% do total nacional (cerca de 60 milhões de dólares).

É somente na década de 1940 que o estado passa a receber mais empréstimos do governo federal, fato que, de alguma forma, pode ter estimulado Magalhães Pinto na criação de seu banco, apesar deste ser uma entidade privada.

Originalmente nomeado Banco Nacional de Minas Gerais, o Banco Nacional foi fundado pelos irmãos Waldomiro e José de Magalhães Pinto, em 1944, com sede no Rio de Janeiro. Acreditamos que foi a partir de contatos estabelecidos durante os anos como bancário que ele e o irmão conseguiram cotizar, com os 90 mil réis arrecadados³⁴ – o Banco do Brasil exigia 50 – a fundação de um banco comercial. (Figura 7).

Virgílio de Mello Franco e Francisco Moreira da Costa³⁵, amigos dos irmãos, foram um dos vários acionistas a ajudar os Magalhães Pinto. Tantos foram os interessados na empreitada que, após perceberem que a quantia exigida já tinha sido alcançada, diminuíram a sua participação, permitindo a mais interessados tornarem-se acionistas. A primeira diretoria do banco não teve Magalhães Pinto como diretor. Este optou por ser o superintendente geral e, através de seus contatos pelo Banco da Lavoura, trouxe o Coronel Chico Moreira³⁶ para a direção do banco. O restante da diretoria ficou a cargo de Waldomiro, José Wanderley Pires e Paulo Auler.

³⁴ Convertidos em reais, para abrir um banco comercial, naquela época, seria necessário pouco mais de R\$11 milhões. Hoje, o Banco Central exige a quantia mínima de R\$17,5 milhões.

³⁵ Para mais informações <https://robertobondarik.blogspot.com/2012/05/francisco-moreira-da-costa-e-suas.html>. Acesso em 12/08/2019.

³⁶ Maior depositante e muito bem relacionado. Além dele, vários de seus amigos da elite do Estado tornaram-se clientes do Banco Nacional.

A primeira agência do banco, Agência Castello, foi aberta a partir do apoio decisivo do mineiro Inar Dias Figueiredo³⁷. Assim como fora quando estava à frente do Banco da Lavoura, Magalhães Pinto também inovou no Banco Nacional: criou o crédito profissional que beneficiava cerca de 50 carreiras de profissionais liberais, bem como o crédito educacional para os pais de alunos.

Eduardo de Magalhães Pinto, conselheiro do Banco, fala de seu pai enquanto banqueiro:

Papai foi o primeiro banqueiro que demonstrava que acreditava nas pessoas [...] acho que ele sempre foi um homem bastante avançado para a época [...] papai era um homem que sempre teve uma solução no bolso do colete [...] nós financiávamos tudo, desde a moradia até a alimentação. (DRUMMOND, 1994, p.81-82)

Em reportagem do *Jornal do Commercio* de 16 de junho de 1986, Rosa Cass assina o artigo “Os capitães-hereditários do Brasil”, em que busca retratar as “famílias bancárias” brasileiras, traçando o perfil de seus dirigentes, bem como a influência que estes tinham na vida nacional³⁸. Segundo a jornalista, naquele momento, o Banco Nacional era o terceiro no *ranking* dos bancos, sendo controlado pela Companhia Brasileira de Participações (CEPEBE). Em 1972, o banco fundiu-se com outros sete bancos que já operavam juntos: o Nacional de Minas, o Nacional de São Paulo, o Banco Sotto Maior, o Banco de Brasília, o Banco Comercial de Minas Gerais e o Banco do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, o banco teria passado por uma reforma administrativa em que se estabeleceu um Conselho Administrativo, momento em que Magalhães Pinto delega os encargos do Nacional para os filhos Marcos, Eduardo e Fernando.

Em 1984, comemorando os 40 anos do banco, encontramos um caderno *Especial*, sem data ou nome do periódico. Contudo, não podemos deixar de citá-lo. A capa traz uma foto em que acreditamos ser da diretoria do banco, tendo Magalhães Pinto como destaque na parte central da imagem. E a propaganda diz

³⁷ Para mais informações <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-inar-dias>. Acesso em 14/08/2019.

³⁸ Entre eles: Amador Aguiar, do Bradesco, o maior banco; Ângelo Calmon de Sá, do Econômico; Aloísio Faria, do Real; Walter Moreira Salles, do Unibanco; José Eduardo Andrade Vieira, do Bamerindus; Olavo Setúbal e Magalhães Pinto, do Nacional.

Os 40 anos do Nacional estão sendo comemorados de acordo com a sua tradição: com muito trabalho, renovação e confiança no futuro. Quatro décadas após o Nacional se transformou em uma das mais sólidas e respeitadas instituições financeiras do país, liderando um conglomerado que inclui 37 empresas e emprega 38,000 funcionários. Para melhor prestar seus serviços, o Nacional, nos seus 40 anos, está implantando uma profunda reestruturação administrativa e operacional, absorvendo as mais modernas técnicas gerenciais hoje existentes, adequando-se ao mercado atual e preparando-se para seguir em frente, confiante nas pessoas que o constroem e em melhores horizontes que, certamente, estão reservados a toda nação brasileira.

Visando acompanhar a evolução do mercado financeiro, a reestruturação do Nacional se deu em alguns passos: o primeiro foi aumentar de 11 para 38 membros da diretoria o que para Eduardo de Magalhães Pinto, então presidente do Conselho, permitia “uma atuação mais dinâmica e eficaz, seguindo uma tradição que caracteriza o Nacional desde sua fundação, premia com o cargo de diretor antigos funcionários, que sempre foram dedicados e eficientes, assim como recompensa companheiros novos que, em pouco tempo, se destacaram pela competência profissional”. Raimundo Wanderley Reis, diretor-adjunto e responsável pela secretaria geral da presidência e da vice-presidência, afirma

Essa estrutura também vai permitir que se crie uma nova mentalidade de trabalho entre os funcionários, através da conscientização de que eles representam, junto ao cliente, não apenas a empresa na qual trabalham, mas todas as outras que fazem parte do grupo. Assim, como representantes de todo o Conglomerado, eles estarão aptos a oferecer ao cliente do Nacional uma linha bem mais de produtos e serviços. (*Idem*, p.4)

Segue afirmando que, “a estrutura de uma empresa começa a existir a partir das pessoas que a compõem”, referindo-se à filosofia implantada por Magalhães Pinto em que “uma empresa de amplos e abertos caminhos para todos aqueles que buscam conquistas, pelo mérito e o conseqüente reconhecimento, o seu destino profissional”. Ao valorizar a meritocracia, a propaganda exalta a importância dos empregados dentro do Banco, afirmando que estes “[são envolvidos] com a vida da empresa, participando de seus destinos”. Segue afirmando que os funcionários podem opinar quanto na elaboração e execução dos programas de desenvolvimento, além de terem acesso às suas fichas avaliativas, o que lhes permitem “registrar por escrito se concordam ou não com a avaliação e expor seus motivos” (*Idem*, p.5).

Assim, buscando exaltar a relação próxima entre o Banco e os funcionários, o caderno apresenta sete pontos que “compõem a essência da política de comunicação interna do

conglomerado”. São eles, resumidamente: Banco e funcionário são parte importante da vida ou do outro, ou seja, são interdependentes; para que o Banco prospere é necessário informação, então, o funcionário deve estar sempre bem informado dos planos, programas e metas; importante a formação de grupos interdepartamentais para discussões; valorização da capacidade de ouvir, o Banco e os funcionários; valorização do respeito e compreensão entre os funcionários; os funcionários podem e devem fazer reclamações à diretoria; dever de todos, em especial dos funcionários, de se preocupar com o desenvolvimento da empresa³⁹.

Nas páginas seguintes, a propaganda exalta os investimentos em cinema, música, pintura e literatura feitos pelo Banco e intitula a matéria “Cultura, a menina dos olhos do Nacional”. Vários foram os apoios em filmes da época, como: *Memórias do Cárcere*, *Quilombo* e *Nunca fomos tão felizes*. Já nas artes plásticas, o Nacional apoiou a criação de artes em murais, iniciado no Rio de Janeiro e depois levado para São Paulo, visando estender para outras capitais (*Idem*, p.8). Segundo a tese de Wolney Malafaia, o Cinema Novo teve o Banco Nacional como um dos seus principais incentivadores, como na produção *A Grande Cidade*, de Cacá Diegues (MALAFAIA, 2012, p.52).

O Banco Nacional foi também o principal patrocinador⁴⁰ de Ayrton Senna, no final dos anos 1980. Em 1985, quando o banco se tornou seu patrocinador pessoal oficial, Senna passou a usar bonés com o logo do Banco, fato este que causou controvérsias entre o piloto e a equipe Lotus quando da renovação do seu contrato em 1987⁴¹.

Mas nem tudo foi tão simples como nos pareceu através dessas análises sobre o Banco Nacional. Os primeiros sinais de crise financeira surgiram em setembro de 1995, quando o banco passou a perder liquidez⁴². Apurou-se que o Nacional usava mais de 600 contas fantasmas para realizar empréstimos que somavam R\$5,5bilhões, empréstimos esses contabilizados como ativos bons, que equilibravam as contas. Contudo, segundo o Ministério Público Federal, já em 1986 houve um rombo de US\$600 milhões nas contas, valor maior que o patrimônio líquido do Banco, que era de US\$250 milhões⁴³.

⁴⁰ Também patrocinava os times do Vasco e Fluminense em 1984, além do Jornal Nacional.

⁴¹ Para mais detalhes <http://ayrtonsennavive.blogspot.com/2016/12/o-bone-do-banco-nacional-de-ayrton.html>. Acesso em 19/08/2019.

⁴² Para entender sobre o conceito http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347590196900010002. Acesso em 21/08/2019.

⁴³ Reportagem do *O Globo* “Entenda o caso Nacional” de 03/09/2013. <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-caso-nacional-9809140>. Acesso em 21/08/2019.

Segundo a mesma reportagem, tais operações foram renovadas e ampliadas, gerando, em novembro de 1995, um prejuízo de US\$9,2 bilhões. O Banco Central decretou intervenção no banco, no chamado Regime de Administração Especial Temporária⁴⁴, visando impedir “que a quebra da instituição afetasse seus correntistas e o sistema financeiro”. Assim, o Banco Nacional foi o primeiro beneficiário do recém-criado Programa de reestruturação do Sistema Financeiro (Proer)⁴⁵, criado poucos dias antes, sendo repassado ao Unibanco. Para o filho mais velho de Magalhães Pinto, o Nacional começou a ter problemas com o fim da inflação decorrente do Plano Real, que, segundo ele, atingiu todas as instituições financeiras do país.

Segue afirmando que a inadimplência aumentou durante os anos de 1994 e 1997 e culpa a falta de um período de transição às novas regras impostas pelo Banco Central.

Neste caminho, critica mais uma vez o Banco Central por não ter oferecido os ativos da instituição a mais nenhum outro banco, reafirmando que a culpa pela quebra do Nacional foi “praticamente” do BC. “Ninguém, à época, perguntou por que o Unibanco herdou todos os ativos do Nacional sem quaisquer riscos fiscais ou trabalhistas, ao contrário do que ocorre normalmente”.⁴⁶

Em mais uma reportagem da *Revista Exame*, a vida do Nacional só poderia melhorar em 2027, já que, em 2014, eles possuíam, junto ao governo, 31 bilhões de reais em títulos. Contudo, eles devem ao Banco Central 21 milhões de reais, ou seja, só depois de pagarem tudo é que eles poderiam receber algo de volta. Dezenove anos se passaram e as negociações agora estão a cargo do filho mais velho de Marcos, Marcos José, que afirma que eles não podem negociar diretamente com o Banco Central devido a impedimentos legais pela descoberta de fraudes financeiras e que somente um novo dono do Nacional seria capaz de renegociar as dívidas⁴⁷.

A última reportagem analisada sobre o Nacional vem do *Estadão* que, em 2015, teve acesso a documentos inéditos sobre a quebra do banco. Segundo ele, as fraudes começaram com a concessão de crédito a empresas falidas ou desaparecidas, as operações de “natureza 917” que, ao invés de serem transferidas como crédito em liquidação, eram consideradas

⁴⁴ Decreto-Lei de 25 de fevereiro de 1987. Para detalhes http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2321.htm. Acesso em 21/08/2019.

⁴⁵ Criado em 17/11/1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso a partir da edição da Medida Provisória 1182/95. Seu objetivo era recuperar instituições financeiras para evitar uma crise econômica sistêmica.

⁴⁶ Reportagem do *Senado Notícias* de 30/11/2004. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/11/30/ex-dono-do-extinto-banco-nacional-acusa-bc-e-governo-de-doar-a-instituicao-ao-unibanco>. Acesso em 26/08/2019.

⁴⁷ Reportagem da *Revista Exame* de 11/09/2014. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/quem-quer-o-nacional/>. Acesso em 26/08/2019.

créditos normais que inflavam artificialmente o banco⁴⁸. Uma comissão de inquérito foi criada à época para investigar a instituição e os técnicos do Banco Central responsáveis pelo relatório final afirmam

Temos a indicação que o procedimento de apropriar receitas visava unicamente melhorar as demonstrações financeiras do Banco Nacional S.A., procedimento este comumente conhecido como enfeitar ou maquiagem o balanço, permitindo, desta forma, que a instituição financeira mantivesse uma boa imagem de credibilidade no mercado financeiro e, por outro lado, ilaqueasse o Banco Central, a CVM, auditoria externa, acionistas e cliente.

Portanto, é mister afirmar que a situação da família Magalhães Pinto “virou de cabeça para baixo”. De um dos maiores bancos da América Latina, o Nacional tornou-se um problema tão grande que até hoje os processos correm na justiça e parecem não ter fim. Erros contábeis, má fé e fraudes levaram o Nacional à derrocada em pouco mais de 20 anos após sua criação por José de Magalhães Pinto e seu irmão Waldomiro. Marcos foi condenado a 28 anos de prisão em 2002, mas em 2011 a pena foi extinta.

Ao longo deste capítulo, observamos como as relações familiares de José de Magalhães Pinto influenciaram em sua trajetória. Seus pais carregavam, tanto do lado materno quanto do lado paterno, a influência das famílias Araújo e Caetano, ambas do Oeste Mineiro. A mudança para Juiz de Fora, a fim de concluir seus estudos, é um marco definitivo em sua vida: é neste momento que se torna escriturário do Banco Hipotecário e Agrícola de Juiz de Fora e inicia contatos que serão decisivos para sua carreira política.

Seu casamento com Berenice Catão também merece destaque, já que lhe permitiu contato com Alfredo Catão, Senador da República e seu sogro. É possível inferir que, a partir desse laço, os capitais social e econômico de Magalhães Pinto ampliaram-se: o primeiro caminha no sentido das novas relações estabelecidas tanto no contexto profissional quanto pessoal, que lhe possibilitará não só surgir como um nome de oposição ao governo Vargas, como também a sua entrada, em definitivo, para o mundo político, a partir do *Manifesto dos Mineiros*; já o segundo, a partir de sucessivas promoções na carreira bancária e, conseqüente, acumulação de capitais, conseguirá fundar seu próprio banco.

⁴⁸ Das 335 agências do Nacional, 187 faziam as operações 917.

CAPÍTULO II – De secretário a governador: o mito da mineiridade e as várias UDNs⁴⁹

O Dr. Magalhães começou a balançar a rede do destino no dia 28 de junho de 1909, na cidade de Santo Antônio do Monte, interiorzão de Minas Gerais. Seu pai, José Caetano Magalhães Pinto era um pequeno negociante de cereais na zona do Alto São Francisco e com ele, naquele lugar afastado dos confortos, o menino José aprendeu desde cedo as dificuldades da vida. Aos oito anos Juquinha Pinto já ajudava o pai, Juca Pinto, separando sacos de cereais, servindo de menino de recados, descobrindo como se pesava a mercadoria que iria ser negociada fora das fronteiras de Minas, que ele, o menino Juquinha, sonhava vencer também.

(RESENDE, Otto Lara. Revista Homem Vogue Brasil, 1977, p.44)

2.1. O mito da mineiridade

Pertencer a Minas Gerais é um misto de sentimentos. Guimarães Rosa, em texto publicado em agosto de 1957 na revista *O Cruzeiro*, declara-se para seu estado natal “De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas - a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas - a gente não sabe”. E continua “[...] pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas”. E em tantas Minas, Guimarães descreve o mineiro

acanhado, afável, amante da liberdade, idem da ordem, antirromântico, benevolente, bondoso, comedido, canhestro, cumpridor, cordato, desconfiado, disciplinado, desinteressado, discreto, escrupuloso, econômico, engraçado, equilibrado, fiel, fleumático, grato, hospitaleiro, harmonioso, honrado, inteligente, irônico, justo, leal, lento, morigerado, meditativo, modesto, moroso, obstinado, oportunidade (dotado do senso da), otário, prudente, paciente, plástico, pachorrento, probo, precavido, pão-duro, personalista, perseverante, perspicaz, quieto, recatado, respeitador, rotineiro, roceiro, secreto, simples, sisudo, sensato, sem pressa nenhuma, sagaz, sonso, sóbrio, trabalhador, tribal, taciturno, tímido, utilitário, virtuoso.
(*Idem*)

São diversos adjetivos. Alguns conflitivos entre si, mas que fazem dos estudos sobre Minas, desde os primeiros anos de colonização, motivo de tanta curiosidade e de um vasto leque de análises. O que são essas “várias Minas” a que Guimarães Rosa se refere? São as

⁴⁹ Antes de iniciarmos o presente capítulo, é importante algumas ressalvas em relação à pesquisa. Ao contrário de muitos nomes da política brasileira, Magalhães Pinto não deixou, pelo menos não público, um arquivo pessoal. Boa parte da documentação, reunida nesta tese, encontra-se na Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte, mas é composta basicamente por recortes de jornal. Este capítulo que seria, como definimos, o “pulo do gato” dentro do nosso trabalho, sofreu um revés inesperado: a pandemia da Covid-19. Contudo, mesmo com a impossibilidade de acessar arquivos em Belo Horizonte, optamos por fazer uma análise historiográfica do conceito de mineiridade que será caro no desenvolvimento dos demais capítulos.

Minas da região mineradora que, para muitos, é a origem do estado? São as Minas do sul, com suas inúmeras plantações de café e influências de São Paulo? São as Minas do Oeste, com a criação de gado e extrema proximidade com Goiás? Há os que afirmam que foi Minas a grande influenciadora dos estados vizinhos, ao avançar as fronteiras, permitindo assim,

enriquecer o discurso identitário sobre Minas Gerais, resultando num complexo sistema de representação simbólica, base do imaginário regional, o qual se disseminou dentro e fora do estado sob a denominação geral de mineiridade. (RAMALHO, 2015, p.10)

Walderez Ramalho, em sua dissertação, analisa as interpretações sobre a mineiridade a partir de três grandes autores: Diogo de Vasconcellos durante o período da Primeira República (1889-1930); Alceu Amoroso durante o regime do Estado Novo (1937-1945) e Sylvio de Vasconcellos para o contexto do Golpe Civil-Militar de 1964. Para este trabalho, ao situarmos o lugar que Magalhães Pinto ocupa ao longo de sua vida, buscaremos compreender as análises de Amoroso Lima e Sylvio de Vasconcellos, bem como os trabalhos de Otávio Dulci e Heloísa Starling durante a década de 1980.

Outro conceito caro será o de Cultura Política. Cunhado em 1963 por dois autores norte-americanos, será abordado pela historiografia no movimento de renovação da História Política, a partir de 1970. Segundo Francisco Falcon, essa renovação seguiria as seguintes linhas

Vistas em conjunto, essas tendências moderadas parecem desenvolver, desde o começo dos anos 70 pelo menos, um movimento em três direções: (1) marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns dos antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos. (NÉSPOLI *apud* FALCON, 1997, p. 77)

Assim, o conceito de Cultura Política ganha forma e traz para os estudos históricos novas perspectivas de análise, sendo a família, a escola e as amizades os “canais da socialização política tradicional” (BERSTEIN, 1998, p.356), espaços que formam e divulgam uma determinada Cultura Política. Para Serge Berstein, o conceito dá conta de temas relegados pela história até aquele momento

Se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos. (BERSTEIN, 1998, p.350)

Neste sentido, ainda que de forma bastante sucinta, entendemos o conceito de mineiridade como um elemento de uma Cultura Política pensada no plural, partilhada por forças diversas da elite política do estado que nos permitiu compreender como se deu a atuação dessas forças ao combinar elementos tidos como antagônicos.

2.1.1. A mineiridade na historiografia

As transformações decorrentes do Estado Novo foram sentidas no Brasil todo, em todos os aspectos, e Minas não ficaria de fora. Um intenso processo de industrialização tomou conta do país. Em Minas, mesmo que vinculado à agricultura e com uma infraestrutura deficiente e tardia, apresentou características próprias, pois contou com uma presença precoce do Estado, bem como a presença de capital estrangeiro (DINIZ, 1981). A criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, a criação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em 1943, bem como a inauguração do Centro Industrial de Contagem, em 1946, são momentos em que a questão industrial se tornou valiosa para o Estado⁵⁰. Assim, afirma Diniz

Embora o atraso relativo de Minas Gerais já estivesse definido desde o início do século, este foi o único Estado brasileiro, à exceção de São Paulo, obviamente, que aumentou sua participação relativa no valor da produção industrial brasileira entre 1907 e 1940. (DINIZ, 1981, p.18)

Deste período, uma das obras em que mais podemos encontrar traços marcantes da mineiridade descrita por Guimarães Rosa é o *Manifesto dos Mineiros* – já discutido no capítulo anterior. Aqui, a título de compreender os adjetivos descritos por Rosa, selecionamos alguns trechos que nos parecem bastante ilustrativos desse entendimento do que é ser mineiro. Pautado pela defesa da liberdade, traço mais defendido pelos mineiros, o *Manifesto* exalta

⁵⁰ Ainda neste capítulo discutiremos a questão econômica em Minas Gerais a partir do Plano de Recuperação Econômico e Fomento da Produção, pensado por Magalhães Pinto e René Américo Gianetti, em 1947.

também a sobriedade e o equilíbrio, “essência” da mineiridade, para justificar o tom brando do texto escrito, que assim inicia

As palavras que nesta mensagem dirigimos aos mineiros, queremos que sejam *serenas, sóbrias e claras*. Nelas não se encontrará nada de insólito, nenhuma revelação. Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito *lúcido e tranquilo* dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e *equilibrada*, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento. (MELO, 1994, p.264, grifos meus.)

A família, a instituição mais característica da essência mineira, também é citada pelo documento como a mais indicada para promover a restauração democrática, pois “devido ao seu passado de intensa atuação política e à constante defesa da Liberdade” sempre colocou os interesses nacionais acima dos interesses regionais (RAMALHO, 2015, p.58). Para a família, afirma o documento

Num tom de conservação em família – *família numerosa, porém unida e solidária* – queremos recordar aos mineiros que o patrimônio moral como espiritual não sobrevive ao desleixo. Os bens materiais arruinam-se e se perdem quando a diligência do dono não se detém sobre eles. As conquistas espirituais também se perdem quando o homem as negligencia, por lhe parecer assegurada a sua posse. (*Idem*, p.264)

O passado também, segundo o *Manifesto*, é o fundamento da identidade mineira, ele seria o fortalecedor da mineiridade, que precisava ser recontada naquele momento de luta contra o Estado Novo. Liberdade, família, passado. Para o *Manifesto* – Minas Gerais de lares pacíficos e tradicionais – deve sempre inclinar-se para “sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a Nação” e, assim, mesmo vivendo sob uma ditadura querem

[...] alguma coisa além das franquias fundamentais, de direito de voto e dos habeas-corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a Nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir, no contínuo concurso das atividades políticas, os fadados a governá-la e a enaltecê-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político. (*Idem*, p.270)

Alceu Amoroso Lima (1893-1983)⁵¹, carioca de nascimento, pretendia escrever um livro em que retratasse todo o Brasil, “um ensaio geral de sociologia brasileira, que se intitularia *As cinco vozes do Brasil*” (RAMALHO, 2015, p.61). Contudo, a obra não foi terminada. Dentre os vários ensaios pensados para o livro, o capítulo sobre Minas Gerais “Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira”, resultado de várias conferências feitas pelo mesmo em Belo Horizonte em 1944, merece destaque em nossa análise, já que o tema da mineiridade é central.

O mineiro, adepto às tradições, fiel à Nação, segundo Lima, faz parte de uma identidade já formada, baseada no conservadorismo – que, naquele momento, retratava suas próprias visões – onde o radicalismo, posto de lado no *Manifesto dos Mineiros*, seria o oposto da mineiridade equilibrada e conciliadora. Lima define que Minas deveria ser o “fiel da balança”, que colocaria o Brasil como centro de integração e equilíbrio para o mundo

A Minas cabe, pois, a missão de *preservadora* do passado, de *reformadora* das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de *compensadora* de todos os desequilíbrios extremistas [...] Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro da gravidade do Brasil. (LIMA *apud* RAMALHO, 2015, p.68)

Neste sentido, Amoroso Lima afirma que as montanhas que cercam o estado protegem Minas dos ideais de progresso que, segundo ele, não devem ser recusados, mas devem servir para fortalecer e legitimar as tradições das montanhas.

Não se trata de manter Minas num bocal, conservada no seu atraso como um[a] cobra em álcool ou como uma borboleta em naftalina. (...) *Trata-se de conservar as condições essenciais do verdadeiro progresso humano, que é manter a vida próxima das fontes naturais da sua origem.* (...) A guerra mundial de hoje, se tem algum sentido, só pode ser o de *um* fenômeno de *volta a condições mais naturais de existência*, no mundo de amanhã. E a missão dos povos como o mineiro é preservar em si e no seu modo de viver essas condições mais naturais de viver, embora aparentemente rotineiras e atrasadas. (LIMA *apud* RAMALHO, 2015, p.66)

O mineiro “sem pressa nenhuma” de Guimarães Rosa também é reafirmando por Amoroso Lima

⁵¹ Para mais detalhes ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-alceu-amoroso>. Acesso em 30/07/2020.

Tudo, em Minas, se faz sem pressa. O tempo não conta. Fazem-se as coisas para durar, para permanecer. [...]. Aqui se vive mais devagar. E por isso mesmo é que tantos corações cansados pelo andamento prestíssimo do nosso século vêm aqui para readquirir forças de viver no meio destas montanhas, que parece já terem adquirido a imobilidade das coisas eternas e junto a estes corações que não mudam e sabem o que é a suprema beleza da fidelidade. (*Idem*)

Assim, a Minas Gerais de Amoroso Lima é uma Minas tradicional, conservadora, baseada na família, fortemente apegada ao passado, às Minas oitocentistas, rural em que a mineiridade se basearia: “[n] uma civilização de pequenos agricultores modelos, de pequenos arraiais, onde o homem encontre todos os elementos médicos, jurídicos, econômicos, pedagógicos ou religiosos, necessários a uma vida humana decente e crescentemente elevada.” (*Idem*, p.71). As interpretações sobre a mineiridade, a partir dos anos 1960, sofrem importantes alterações. Temáticas em torno da modernidade e progresso surgem nas análises em relação ao “povo mineiro”. Sylvio de Vasconcellos, segundo Ramalho, é o principal representante desse novo olhar sobre Minas Gerais e seu povo. Nascido em Belo Horizonte em 14 de outubro de 1916, é neto de Diogo de Vasconcellos, outro intérprete da mineiridade⁵².

Não obstante à situação política do país e do estado, em 1968, Sylvio de Vasconcellos publica o ensaio *Mineiridade: ensaio de caracterização pela Imprensa Oficial de Minas Gerais*, que, segundo Ramalho

Trata-se de um texto que condensa a visão do autor sobre a história e a identidade de Minas Gerais, numa escrita fluida, dividida em pequenos capítulos, que abordam os mais variados temas [bem como] o “homem mineiro”, arcaico, mas ainda presente no mundo moderno, embora soterrado, infeliz e esquecido [além de] uma análise do “ser mineiro”, essencial, ainda presente, mas em franco processo de desaparecimento. (RAMALHO, 2015, p.79-81)

O trabalho de Vasconcellos, segundo o autor

Pretende o presente ensaio despertar atenção para a possível especificidade de uma região brasileira, contida nos precisos limites da ocupação humana condicionada pelo ouro, não ampliada às fronteiras do território que se chamou Minas Gerais. Isto porque, ao que parece, *as Minas diversificam-se das Gerais*, que se deitaram, posteriormente, pelos Vales do Doce, do S.

⁵² Para mais detalhes, RAMALHO (2015) p.37-54.

Francisco e do Paranaíba - Rio Grande. (VASCONCELLOS *apud* RAMALHO, 2015, p.81)

A Minas de Vasconcellos, segundo Ramalho, difere-se das análises de Amoroso Lima e de seu avô, Diogo Vasconcellos, pois

Sylvio de Vasconcellos não compreendia o estado de Minas Gerais como unidade histórica, territorial, econômica ou cultural. As Minas e as Gerais seriam dois mundos diferentes, e entre eles “o contraste é visível em tudo”. O que interessa ao autor é a “Minas Geratriz”, a região do ouro, das montanhas e cidades setecentistas. As Gerais são o Outro, um universo que não complementa as Minas, mas lhe é estranho, e muitas vezes antagônico. Formada durante o ciclo da mineração, Minas seria diferente em quase tudo das Gerais, que se expandiram no século XIX e são marcadamente rurais e conservadoras. (*Idem*)

Ainda em contraste com a obra de Amoroso Lima, a obra de Vasconcellos, segundo Ramalho, busca “corrigir” algumas informações dadas sobre os mineiros, em especial a que caracteriza o mineiro como “conservador e prudente, amante do senso grave da ordem e tradicionalista”. Para o autor, segue Ramalho, essas características seriam comuns nas Minas “generalistas”, Minas rural e conservadora, e não aos “mineiros”, as Minas da mineração (*Idem*, p.82).

Ao defender a Minas moderna, progressista, afirma que a miscigenação proporcionada pela mineração permitiu ao estado criar uma “temporalidade histórica nova, única e singular”, diferente do que se via no restante do país, ou seja, “uma nova espécie, uma nova gente, uma nova cultura, cujos frutos maduros perfumam a segunda metade do Século XVIII, forjando as características fundamentais da nação futura”. Essa nova temporalidade e a miscigenação, segundo Ramalho, fazem com que as análises de Sylvio em torno da mineiridade coloquem o povo mineiro mais voltado para o futuro, sem apegos ao passado.

Há no ambiente um sabor de liberdade e independência, uma aspiração de vida nova e promissora, pouco antes apenas sonhada. Já se olha para o presente como véspera do futuro e não como consequência do passado. Não há fidalguias apegadas aos “velhos tempos”. Todo o povo só visa o porvir e a ele se entrega com entusiasmo e fé. (*Idem*, p.84 e 86)

O mineiro lento conseguiria viver com o mineiro moderno, segundo Vasconcellos, pois a mineiridade é formada a partir do equilíbrio – “fiel da balança da Nação, seu ponto de

equilíbrio, fonte de conciliação” - pensado por Guimarães Rosa e reafirmado pelo autor. Assim, em Minas

O antagonismo é permanente, a contradição constante. Todavia, preside a tudo uma unidade indissolúvel que não permite dissociações. Da complexidade extremada resultam sempre soluções unitárias, conjugando divergências. Não há gente submissa e gente rebelde. Obediente e revoltado é a mesma pessoa do povo. Não há arquitetura pobre e arquitetura rica. A qualidade dela é sempre a mesma: varia a quantidade, a dimensão. (*Idem*, p.87)

Sobre o Golpe Civil Militar de 1964, segundo Ramalho, as análises do autor podem parecer contraditórias se comparadas com a mineiridade que descreve ao longo do livro. Contudo, Vasconcellos entende que o papel desempenhado pelo estado já não é o mesmo, pois não existia mais a Minas “generalista” e a dos “mineiros”, aquela já tomara conta da mineiridade.

De certo modo a Revolução de 1964 (*sic*) corresponde a anseios latentes em 1930, 1932 e 1945. Para se tornar vitoriosa havia de contar com as Minas, ainda centro de definição nacional, embora informada agora de uma mentalidade diversa daquela que a caracterizara. As Minas diluem-se no complexo industrial-agrário em crescimento que as penetra e modifica. Todavia para que se iniciasse uma nova etapa da História Nacional imprescindível tornou-se a participação delas. Ainda que transformadas e combalidas em suas fundamentais características, as Minas continuam ponto de convergência decisório do País. (*Idem*, p.90-91)

Em 1975, escreveria Sylvio Vasconcellos sobre o fim da mineiridade

Minas hoje já não existe; mineiridade é apenas uma glória de nosso passado. Pois que as Gerais, e os geralistas, a sufocaram com a própria mediocridade, cada vez mais sufocante, ofuscante, ostensiva. Onde as ambições mais abjetas, a calúnia, a intriga e vaidades canalhas proliferam, gordas da deglutição do próprio excremento que produzem. [...] Mas como lhe digo agora, acima de toda a abjeta canalhice sobrenada a história é a ela que me recolho, nela me contentando. Porque em meio ao joio vicejante em sua efemeridade, germinam também as sementes do trigo sadio que mais cedo ou mais tarde florescerão. (VASCONCELLOS *apud* BRASILEIRO, 2008, p.318-319)

As Minas de Amoroso Lima eram unificadas a partir do espírito do mineiro. As Minas de Sylvio Vasconcellos foram se perdendo ao longo do tempo. A mineiridade dos anos 1980 é vista a partir da construção simbólica e da representação de seus traços, tendo a ideologia e o

imaginário social como mote de análises. Os autores que representam essa nova vertente de estudos pautam-se dos discursos proferidos desde o final da década de 1970.

Otávio Dulci⁵³ afirma que, a partir das eleições de 1982, podemos perceber um “ressurgimento bastante visível da mineiridade [...] tanto no debate político quanto em manifestações artísticas e na imprensa em geral”, levando Minas ao encontro de sua tradição de liberdade e conciliação, representada pela eleição de Tancredo Neves para o governo do estado (RAMALAHO, 2015, p.95). Abaixo, trechos do discurso de posse de Tancredo em 15 de março de 1983:

*Minas nasceu da luta pela liberdade. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, A nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação. Liberdade é o outro nome de Minas [...]. Somos orgulhosamente *sabedores da importância de Minas para a grandeza e o equilíbrio político do nosso País*. Por isso, jamais desertamos da responsabilidade de que nos tem incumbido a História [...]. Conhecida é a nossa *tolerância*, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a *conciliação*. Mas quando se trata de dignidade da Pátria e da defesa de sua soberania, somos intolerantes, intransigentes, ensandecidos de bravura. Porque, para nós, o amor a Minas é amor ao Brasil⁵⁴.*

Em dois artigos, o primeiro de 1983 intitulado *As elites políticas e a conciliação: a mineiridade como ideologia* e o segundo, publicado em 1988, *Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais*, Dulci enfatiza a questão ideológica da mineiridade. No primeiro artigo, ao discutir as questões em torno da prática da conciliação ou do consenso, afirma que é uma constante na cultura política do país, já que a transição política iniciada na década de 1980 – tendo os mineiros Tancredo Neves e Aureliano Chaves no centro das discussões – foi articulada pela elite política mineira que sempre se pautou pela prática da conciliação. Assim, a conciliação é um dos pontos principais da história política brasileira, especialmente em Minas

⁵³ Em conversa por telefone com a professora Maria Eliza Linhares Borges, avantei a possibilidade de acessar os textos que utilizamos nessa seção. Segundo ela, com a mudança da família, grande parte de seu material já estava encaixotada. Contudo, nossa conversa abriu novas possibilidades para a escrita dessa tese, em especial o presente capítulo.

⁵⁴ Discurso “Posse como governador de Minas Gerais” disponível na íntegra em http://www.tancredo-neves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:governador-de-minas-gerais-belo-horizonte-15-03-1983&catid=42:discursos&Itemid=125. Acesso em 05/08/2020.

Minas, nesse particular, constitui um ponto privilegiado da observação, porque *a ideia de conciliação é central* na autoimagem de suas elites e na visão que estas mantêm de seu papel no plano nacional. Mais ainda, porque em Minas esse traço tem sido associado a toda uma interpretação das peculiaridades regionais, ou seja, àquilo que se denomina “mineiridade”. (DULCI *apud* RAMALHO, 2015, p.100)

Em ambos os textos, segundo Ramalho, Dulci retoma as análises de Amoroso Lima e Sylvio Vasconcellos, afirmando que suas obras são vitais para compreendermos o conceito de mineiridade, apesar de discordar em vários pontos. Assim, uma de suas críticas gira em torno da questão do ‘caráter mineiro’, da ‘essência mineira’ inerente aos nascidos em Minas

Em que termos se pode aceitar a determinação da montanha, acentuada em *Voz de Minas* e em inúmeras outras formulações, sobre a personalidade e a vida social do mineiro? Outra [questão] se refere ao fato de que o “caráter”, sendo produto da cultura – como propõem os antropólogos que ajudaram a refinar o conceito – é um atributo em mutação, não uma marca fixa. Portanto, sua dinâmica seria explicável pela mesma constelação de fatores que explicam a cultura e as transformações culturais, vale dizer, historicamente. (DULCI *apud* RAMALHO, 2015, p.101)

Sendo uma construção ideológica, segundo Ramalho, a mineiridade para Dulci é construída a partir de contextos políticos que tem as elites dominantes como detentoras do poder da conciliação – já que Minas seria o estado do equilíbrio, da ordem – ao mesmo tempo em que, ao manter as decisões somente entre seus pares, despolitizam a sociedade e impedem a participação popular.

Essa imagem [da mineiridade] é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua autoimagem e elabora formulações a respeito. Mostra-se consciente da sua “especificidade”, e em função disso situa o seu papel na cena política. Dessa forma, a “mineiridade”, concepção comum das elites, torna-se o código que as une, que aproxima os seus membros, definindo sua identidade e seus critérios. Como estamos aí na esfera dos valores – que repercutem diretamente em interesses –, essa concepção cumpre, portanto, uma importante função ideológica, tanto em termos de unificação das elites quanto no sentido de justificar sua hegemonia social. A “mineiridade” constitui, portanto, um bom exemplo de ideologia de classe dominante. (DULCI *apud* RAMALHO, 2015, p.103)

Heloisa Starling, em *Os Senhores das Gerais*, também trata o tema da mineiridade enquanto ideologia.

Com efeito, ao se falar sobre Minas Gerais são frequentes e inevitáveis as referências feitas a todo um multifacetado sistema de particularidades regionais que, em seu conjunto, comporiam o que se convencionou chamar de “cultura mineira” e de “personalidade do mineiro”. (...) Minas, ao longo de sua história, vem sendo alvo dos mais diversos e variados tratamentos, orientados sempre na tentativa de se traçar no todo ou em parte o “retrato” do mineiro e de seu “território”. O curioso, no entanto, é que o retrato traçado aponta invariavelmente para a existência de um mundo peculiar, característico e inassimilável: as Minas são múltiplas e, contudo, são somente uma. (STARLING, 1986, p.146)

Para Starling, o território de Minas tem fronteiras indefinidas, pois as Minas são muitas: A Minas do sertão de Guimarães Rosa; a Minas de Milton Nascimento do ‘Beco do Mota’⁵⁵; a Minas de Carlos Drummond de Andrade e o sentimento do mundo. Essa Minas multifacetada, segue a autora, foi retirada nas análises anteriores que representaram a “essência” mineira como sendo única, que “retira[ram] uma variedade de traço psicológicos e culturais que configuram a ‘mineiridade’” (*Idem*, p.144).

Enquanto ideologia⁵⁶, segue Starling, a mineiridade serviu para que as elites políticas do estado

transformar o interesse particular de uma classe social determinada num interesse coletivo de toda a sociedade, de modo a impedir que os demais setores dessa sociedade se apresentem no cenário político de forma organizada, expressando interesses e demandas próprias [...] a ‘mineiridade’ cumpre precisamente a função de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe aparência de universal. (*Idem*, p.146)

A mineiridade de Amaro Lima e Sylvio Vasconcellos apresenta um caráter universalizante, unificador, em que as características descritas por Guimarães Rosa constroem no imaginário a figura do “mineiro”. Essa mineiridade imaginada, para a autora, permite aproximações com a realidade concreta, que colocou Minas Gerais como uma comunidade indivisível e detentora de uma missão tríplice no Brasil. Nas palavras de Heloisa Starling, recorrendo a Amaro Lima, as missões seriam

⁵⁵ Localizado em Diamantina.

⁵⁶ Não nos cabe aqui discutir se a definição de mineiridade como uma ‘ideologia de classe dominante’ é ou não suficiente para compreendermos o conceito desde sua origem.

De ordem *preservativa*, dado que Minas é a imagem da tradição e do passado, e deve figurar perante o Brasil como o “espelho de sua consciência”; de ordem *reformadora*, no sentido de corrigir “o que o tempo já tenha corrompido”, lutando contra as “influências deletérias no organismo nacional e no seu próprio organismo”; e finalmente de ordem *conservadora*: Minas é o centro do Brasil e por isso mesmo o seu equilíbrio...Minas se encarrega de nos corrigir de toda utopia. (*Idem*, p.147)

As definições de Guimarães Rosa, ora encaixam-se nas análises de Amoroso Lima, ora não; ora fazem sentido nas palavras de Sylvio Vasconcellos, ora são extremamente contraditórias. Quando pensamos a partir das análises de Dulci e Starling e suas ponderações sobre a mineiridade como uma ideologia de classe, em especial das classes dominantes, faz sentido recorrermos ao lugar que Magalhães Pinto ocupa. Magalhães Pinto é membro de uma elite, tanto a econômica – com a criação do Banco Nacional – quanto da política, a partir de 1943, como um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* e, posteriormente, como membro da UDN.

Assim, acreditamos poder caracterizar Magalhães Pinto a partir dos autores supracitados. Para a família, era afável e bondoso. Para os amigos, amante da liberdade e da ordem. Para os adversários, cumpridor e disciplinado. Para os amigos e adversários, inteligente, equilibrado, obstinado, oportunista (no sentido de aproveitar as oportunidades). Para Magalhães Pinto, Magalhães era perseverante, perspicaz, respeitador, simples, sensato, sagaz, trabalhador, virtuoso.

A mineiridade, em nosso entendimento, faz parte de uma cultura política transversal às forças políticas do Estado. Sua fragmentação regional, sua condição de “estado síntese”, geraram um estilo de atuação política que combina conservadorismo com flexibilidade, astúcia e retraimento combinados com a determinação e com propósitos claros. Isso posto, o tópico que se segue busca, a partir da mineiridade, traçar elementos comuns a políticos do PSD e da UDN, dentro e fora de Minas Gerais, sendo a UDN, partido de Magalhães Pinto, foco principal.

2.2. As várias UDNs

A UDN é uma História. Não foi um partido que saiu do bolso do colete de um ditador ou um Presidente da República. Ela é a convergência de todos os partidos democráticos de vários Estados, de vários setores profissionais e sociais, que não se conformaram nem se resignaram com o golpe de Estado de 1937, combateram,

conspiraram, ajudaram a depor aquele governo pessoal, puro e simples cristalizando depois seu pensamento na Constituição de 1946. (BALEIRO apud FERNANDES, 2002, p.32)

2.2.1. A UDN na historiografia brasileira

Em nossa pesquisa, localizamos duas obras principais⁵⁷ que nos ajudaram a entender como a UDN participou dos processos políticos brasileiros a partir de 1945. Ambas já foram citadas no capítulo anterior, mas ainda nos são úteis para as análises em torno da singularidade da UDN em Minas. Maria Victoria Benevides, em *A UDN e o udenismo*, e Otávio Dulci, em *A UDN e o anti-populismo no Brasil*, permite-nos traçar aproximações e distanciamentos entre as “várias UDNs” e suas relações com o PSD e o PTB.

Maria Victoria Benevides, já na introdução, afirma que sua proposta é construir a base histórica do partido “para a análise de seu importante papel na política brasileira durante o assim chamado período democrático” (BENEVIDES, 1981, p.17) e, ao mesmo tempo, mostrar as raízes de sua fundação como oposição tendo “o alvo da cólera [...] unânime e absoluto: o regime getulista (*Idem*, p. 26). O partido, seguindo a autora, é formado por “ampla frente de oposição, a UDN surge como movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas” (*Idem*, p.28).

Apesar de abarcar diferentes grupos em sua formação, a UDN era um partido de centro-direita. O programa da UDN, diferentemente dos programas do PTB e do PSD, segundo Benevides, tinha propostas concretas, algo que abarcava desde o apoio dos liberais “modernos” até a esquerda.

Além das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve e pluralismo sindical; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ensino público gratuito, previdência social, fracionamento das propriedades rurais não devidamente aproveitadas. (BENEVIDES, 1981, p.53)

Já a adesão das elites ao programa udenista, claramente com pontos defendidos pela esquerda – que, ainda em 1945, se afasta do partido – pode ser explicada pela necessidade daquele grupo em recuperar o poder político e, claro, o econômico, abalado com a

⁵⁷ Outros trabalhos também foram utilizados.

aproximação de Getúlio com a classe operária⁵⁸. Para Francisco Weffort, citado por Benevides

A genialidade de Getúlio Vargas nestes anos está em ter percebido que a verdadeira ameaça não vinha das massas (nem da suposta “inarticulação” da sociedade), mas da desarticulação das elites que afastava as bases de apoio do Estado que chefiava. Árbitro do compromisso elitário e mantendo o controle do aparelho do Estado, Vargas deveria começar a buscar o apoio nas mesmas massas que as elites viam como uma ameaça permanente. (*Idem*, p.55)

Em nossa análise, atentar-nos-emos ao “Capítulo III: Unidade/diversidade: as várias UDNs”, onde a autora trabalhará, entre outros assuntos, com: as UDNs estaduais; a influência da UDN em partidos satélites; os grupos políticos do partido, bem como discutirá se o partido é ou não um “partido das classes médias”. Nosso objetivo é localizar pontos que nos permitem entender a singularidade da UDN mineira a partir da comparação de suas congêneres, ou seja, da existência de “várias UDNs”.

Ao definir o conceito de classes, Benevides afirma que um estudo pormenorizado extrapola os limites do trabalho, trazendo “muito mais problemas do que soluções” (*Idem*, p.210). E, assim, a partir de obras que discutem as classes médias brasileiras, temos em Paulo Sérgio Pinheiro que, mesmo não fazendo menção à UDN ou a partidos políticos, ao estudar a Primeira República, aponta características ideológicas que fazem parte desse grupo ainda naquele período e que, segundo a autora, a UDN se diz herdeira. Para Pinheiro

O *agrarismo*, o *anti-intervencionismo*, o *anti-industrialismo*, podem ser entendidos como aspectos ideológicos anticapitalistas, provocados pelo medo da proletarização e, sobretudo, de uma transformação da sociedade [...] O *elitismo* que assume a forma própria do *bacharelismo*, através do qual as classes médias defendem sua posição acima do proletariado, graças à sua passagem pelos circuitos da educação [...] Finalmente, o *civilismo* significaria o fetichismo do poder, isto é, por causa do seu isolamento econômico e por causa de sua proximidade – oposição à burguesia e ao proletariado, crença no Estado neutro acima das classes [...] Essas manifestações possuem como denominador comum a característica de tentar, por meio de golpes de Estado, mudanças na estrutura da sociedade; mas, ao mesmo tempo, sem criar condições para que as massas populares intervissem no processo de mudança política. (PINHEIRO *apud* BENEVIDES, 1981, p.211, grifos meus)

⁵⁸ Com a identificação de Vargas com o nacionalismo e o trabalhismo, a UDN foi se aproximando da posição contrária: liberal, cosmopolita, com forte alinhamento com os Estados Unidos.

Assim, para Benevides, “A UDN nunca foi um partido popular. Nascida em berço fidalgo, de uma aliança marcada por representantes das ‘tradicional famílias mineiras’ e das oligarquias paulistas, a UDN nunca conseguiu transcender sua origem senhorial.” (*Idem*, p. 212).

A UDN carioca estava vinculada a setores da classe média, mas a UDN nos estados nordestinos confundia-se com setores do PSD. Para Afonso Arinos, a UDN era “o partido com a cabeça na cidade e corpo no campo”. O bacharelismo e o agrarismo andariam juntos. As classes médias, como citamos acima, sempre apareceram como as defensoras da moral, da liberdade política e individual, mas só sabia falar a essa classe. Justiça social, segundo depoimento de Petrônio Portella citado por Benevides, foi algo que a UDN caminhou em sentido contrário (*Idem*, p.214).

Para Carlos Lacerda

A UDN era, predominantemente, um partido de classe média, que se batia pela moralização dos costumes; que era uma projeção, no tempo, do que fora o tenentismo das antigas revoluções. Um partido ruibarbosiano, no que tudo isso quer dizer de retórica, de eloquência, de ideologia liberal. (*Idem*)

Já para Afonso Arinos, o “bacharel liberal”, “os interesses do meu partido são os interesses da classe média dos grandes e pequenos centros, e os dos setores mais cultos do país, defensores da legalidade política” (*Idem*). Esse bacharelismo, para Benevides, “significa, também, o gosto excessivo pelo beletrismo político, pela retórica – a palavra, o discurso, a metáfora [...]” fazendo da UDN o partido da “aristocracia togada”, título que, positiva ou negativamente pensado, fez parte do bacharelismo brasileiro (*Idem*, p.259).

David Fleischer, que analisa a ocupação dos deputados federais entre 1945-1965, afirma que em relação a UDN

Seu padrão nacional é de advogados, saúde, professores e agricultores. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são mais típicas deste padrão nacional. Embora a UDN carioca/fluminense tenha contingentes grandes de professores e da saúde (conforme o padrão nacional), tem maiores proporções da imprensa e militares, e menos advogados e agricultores. Em contrapartida, a UDN paulista é o partido dos agricultores, bacharéis e jornalistas; tem mais adeptos vindos dos setores da burguesia – transportes e comércio, banco, finanças, - e significativamente, nenhum militar ou funcionário público. O padrão da região Centro-Sul é similar ao de São Paulo, embora este tenha menos professores e da saúde. *Minas Gerais, tradicionalmente baluarte do udenismo apresenta um padrão com muitos*

advogados e professores, e menos gente da saúde e da agricultura – e nenhum militar ou outro profissional. (FLEISCHER apud BENEVIDES, 1981, p.216-217, grifos meus)

Afonso Arinos, Milton Campos, Pedro Aleixo, Magalhães Pinto. Mineiros. Advogados. Udenistas. Liberais. Pertencentes às classes altas. Seu partido se dirigia “diretamente” às classes médias, era o partido “herdeiro dos movimentos liberais das classes médias na história brasileira”. Contudo, economicamente, seus interesses eram outros: defendiam os proprietários de terra e a indústria vinculada ao capital estrangeiro. Assim, conclui Benevides, o único partido que seria tipicamente de classe média é o PDC – Partido Democrata Cristão (*Idem*).

No que tange à existência de várias UDNs, para Benevides, é preciso pensar a “multiplicidade udenista” levando em consideração que “as categorias são intercambiáveis, irregulares no tempo e no espaço e quase sempre frouxamente estruturadas”, mas, por suas singularidades, dentro e fora do partido, podem ser divididas

As UDNs estaduais num pacto nacional (questão vinculada à problemática do poder local); o lastro udenista na agregação de partidos ancilares ou satélites (PR, PL, PDC, MTR); os cargos políticos dentro da UDN, que chegaram a divergir radicalmente quanto às políticas do partido, e também em termos de “estilo”; as alianças externas com setores militares e da imprensa, extrapolando os limites institucionais do partido e configurando-se o “udenismo”. (*Idem*, p.224)

Contudo, é preciso salientar, segundo Benevides, que não se pode confundir a UDN com o udenismo, pois este seria um conjunto de “ideologias” e práticas políticas que, em alguns momentos, não condiziam com a UDN como partido, apesar de se retroalimentarem (*Idem*, p.47).

Segundo Jorge Chaloub, o udenismo, antes de ser uma ideologia única, é composto por “muitas faces e perspectivas”, comportando “diversas tensões e divergências, que atravessam sua relação com a reflexão e a prática política, de modo que a ambiguidade constitui um dos centros do seu modo de atuação” (CHALOUB, 2013, p.295). Assim, para se compreender as “várias UDNs”, é preciso ter em mente que dentro do próprio partido existiam modos de pensar e agir diferentes que, nem sempre, condiziam com todas as teses defendidas pela UDN.

A diferença entre esses grupos dentro da UDN tinha um caráter mais difuso, de certa forma desvinculado das questões práticas - posições frente à política econômica ou social, por exemplo - quando se referia às características de “estilo”, ou seja, aquelas que mais identificavam o “udenismo” tradicional. Já se discutiu a hipótese da UDN como “partido das classes médias”. Deve ser lembrado, ainda, que havia outra identificação da UDN - como um “partido dos notáveis”, em oposição ao partido de “massas”. (*Idem*, p.225)

Neste sentido, duas figuras sobressaíram dentro da UDN: Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Lacerda. O primeiro, intelectual e político – autor de obras sobre direito constitucional e teoria política; o segundo, jornalista e político – pensava a política apenas como prática entendendo que é um ator político (CHALOUB, 2013, p.301).

Ambos vinham de famílias atuantes na política em seus estados. Arinos é um dos grandes representantes do liberalismo e do bacharelismo. Já Lacerda é pragmático, performático, agressivo em suas falas. O *lacerdismo* tornou-se uma das correntes de pensamento da UDN. Arinos, liberal conservador, em suas palavras estava longe do autoritarismo e agressividade de Lacerda. Tradicionalista, moderado, já que para ele, segundo Chaloub, “os extremismos da ordem são também nocivos”, pois rupturas só devem ocorrer quando “estritamente necessárias”: em 1945 e 1954, com Vargas, e em 1964 (CHALOUB, 2013, p.301-304).

Já Lacerda, segundo Chaloub, tem “algo ideologicamente autoritário nas ideias”, apesar de suas falas liberais democratas. Crítico voraz de Vargas – foi contra a realização das eleições de 1955 – por isso, segundo ele, não lhe cabia outro papel a não ser oposição frente à corrupção e descaminhos todas as instituições públicas durante o governo varguista. Para Lacerda

Foi aí que eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista [...]. Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral mas uma reforma profunda no país, e que estas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar uma decisão que não tomaria em um tempo normal. Portanto, longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário, esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção incoerciva, a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se estivesse em condições normais de raciocinar. (LACERDA *apud* CHALOUB, 2013, p.302)

Não obstante às diferenças entre dois dos principais udenistas, as seções mineira e carioca da UDN, segundo Benevides, compartilhavam importantes características da UDN histórica. Para a autora

Seus representantes estavam, de certa forma, comprometidos com o legado do ‘Manifesto dos Mineiros’ e com a luta política entrosada aos movimentos liderados por intelectuais contra o Estado Novo. Ao contrário da carioca, quase sempre em querela com o Diretório Nacional, a UDN mineira era a que melhor refletia o equilíbrio entre a cúpula partidária, da qual sempre participou. Os mineiros e cariocas eram os principais integrantes da ‘Banda da Música’ -, portanto, incluíram alguns golpistas – mas também os que melhor integravam o quadro dos liberais que se oporiam ao regime após o A.I.5. (BENEVIDES, 1981, p.231)

Entendemos que a UDN é muito diversificada nacionalmente, mas, em Minas Gerais, tendeu a aproximar-se de posições mais nacionalistas⁵⁹ e a admitia um papel mais destacado do Estado. Contudo, esbarravam no sentimento comum aos mineiros, especialmente os que atuam na região central, de que Minas foi, desde a era da mineração, objeto de espoliação externa. Segundo Ignácio Godinho Delgado,

A percepção de Minas Gerais como estado colonial, permanentemente prejudicado por medidas tomadas pelo governo federal, aparece emoldurando diversas demandas empresariais. Mais que isto, no entrando, a imagem da espoliação de Minas Gerais busca constituir o conjunto da população do estado como portadora de um projeto que tinha na industrialização a meta a ser alcançada da “Independência Econômica de Minas Gerais”. (DELGADO, 1997, p.76-77)

Neste sentido, foram criados instrumentos públicos de estímulo ao desenvolvimento econômico estadual e adotadas medidas de planejamento que eram compartilhadas pelas diferentes forças políticas do estado, visando o seu desenvolvimento. Industrialização, urbanização, desenvolvimento das comunicações, a despeito da grande desigualdade econômica entre as diferentes regiões do Estado que ainda prevalecia. A economia se dinamiza, mas não para todos. Não é sentida da mesma forma por todos os mineiros. Ampliação da rede elétrica, a partir da fundação da CEMIG, em 1952. Novos polos industriais

⁵⁹ É importante ressaltar a atuação de Afonso Arinos de Melo Franco como Ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros. Com inclinação nacionalista, desenvolveu uma política externa, independente de não alinhamento automático com os Estados Unidos e de aproximação com os países socialistas, embora o anticomunismo fosse parte integrante do ideário da maior parte da elite nacional.

criados em Santa Luzia (1950) e Contagem (1971). Expansão das cidades, com 40% da população morando nos centros urbanos. A criação da USIMINAS em Ipatinga (1956), Criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1962). Todas essas iniciativas visavam o crescimento e a dinamização da economia mineira e foram capitaneadas, ora por governadores do PSD, ora por governadores da UDN.

Em relação ao projeto econômico, apesar de ambos defenderem que a região central de Minas deveria ser o polo do desenvolvimento, tendo a siderurgia a capacidade de articular a economia do Estado (DELGADO, 1997, p.53), a UDN – como veremos no próximo tópico com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (PREFP) – projetava um desenvolvimento mais integrado, articulando as diversas regiões mineiras, principalmente pelo seu mercado interno. Já o PSD enfatizou questões ligadas, quase que tão somente, sobre siderurgia e infraestrutura de energia e transporte. Assim, define Otávio Dulci

A UDN (tal como as correntes antipopulistas em geral) revelava nítida afinidade com a ideologia tecnocrática. Privilegiava uma abordagem mais técnica das questões do governo, combatendo as interferências políticas que se cruzavam nas esferas decisórias. Sublinhava a importância do planejamento, da administração nacional, da eficiência burocracia pública e sobretudo da produtividade [...] Esta tendência ideológica explica, em certa medida, a preferência da UDN por um programa abrangente como o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, diferentemente do PSD, que adotava um estilo mais flexível, mais ‘político’, de administração, inclinando-se por programas setoriais, a exemplo, Binômio Energia e Transportes. (DULCI, 1999, p.142)

Assim como Maria Victoria Benevides, Otávio Dulci refaz a história da UDN a partir de três caminhos: a temática em torno do populismo com a “UDN como força de rejeição ao regime populista”; apresenta assim, suas características gerais para depois, pensá-la desde suas raízes – “a partir da revolução política da Primeira República e dos desdobramentos da Revolução de 1930, até à queda do Estado Novo” e, por fim, analisa a história do partido entre 1945 até 1964 (DULCI, 1986, p.14-15).

Para Dulci, a UDN foi um partido como os outros “inserido nas regras táticas do jogo político da época”, mas foi também

um elemento catalizador de camadas sociais e grupos de interesses que, em conjunto, formavam a base de uma hipotética aliança de poder de novo tipo, voltada para o estabelecimento de políticas alternativas, tanto no plano

propriamente político-institucional, quando no dos programas de desenvolvimento socioeconômico. (*Idem*, p.14)

Afirma que as raízes do partido, quando estudadas, mostram que “a composição original do novo agrupamento político chama, desde logo, a atenção à heterogeneidade de seus núcleos formadores” (DULCI, 1986, p.76). Contudo, ao mesmo tempo em que esses grupos se intitulam antipopulistas, para Dulci é o populismo que sustenta a formação do estado de compromisso brasileiro, pois

O populismo foi então, em primeiro lugar, uma coalizão de interesses entre essas duas parcelas proprietárias [agricultura e indústria]. No nível econômico a política implementada no período esteve voltada para a manutenção da complementaridade de interesses entre tais frações dominantes, na medida em que conservava a estrutura rural, estimulando ao mesmo tempo a expansão da economia urbano-industrial. (*Idem*, p.26)

Apesar de rejeitar o populismo, a UDN está inserida no populismo já que

A UDN aparece historicamente como portadora de um projeto político alternativo ao que orientava o Estado Populista: um projeto de natureza liberal, formulado a partir de uma visão essencialmente crítica do populismo. Chamar-lhe-emos de projeto anti-populista. Era um ponto de referência para a oposição ao sistema, cuja tradução prática variava de acordo com a dinâmica interna da UDN. Nesse sentido, a tentativa de enunciação que empreenderemos a seguir deve ser concebida mais como um tipo ideal, à maneira de Max Weber, do que como uma exposição de ideias documentadas de forma cabal e unívoca. (*Idem*, p.38)

O antipopulismo da UDN esbarra em elementos que tanto Dulci quanto Benevides afirmam fazerem parte do populismo, tais como clientelismo e personalismo. No entanto, segundo Dulci, mesmo apresentando traços populistas, foi a UDN que permitiu e apoiou o fim do arranjo populista, mas que redundou, anos depois, na vitória de um regime autoritário e a extinção da sigla em 1965 (*Idem*, p.214).

Para Benevides

A história udenista revela o inevitável fim a que levam as transigências e indefinições quanto ao confronto entre liberalismo e democracia, entre liberdade e igualdade. Os bravos ideais de 1945 já estavam truncados na origem; prova-o o afastamento da Esquerda Democrática e o descaminho da UDN, cada vez mais distante da proposta de ser 'um partido de centro inclinado para a esquerda'. A UDN de 1964 seria a mesma de 1945. As duas *journeés des dupes* completariam a 'viagem redonda', liquidando em

“apagada e vil tristeza”, o partido da eterna vigilância. (BENEVIDES, 1981, p.282)

Podemos, assim, identificar uma cultura política mineira a partir das características da UDN e do PSD. Mesmo antagônicas, os interesses políticos partidários eram atendidos a partir do lado conciliador do mineiro, que integrou a modernização econômica ao mesmo tempo em que preservava a estrutura tradicional do poder.

A estrutura de poder que mantinham por meio das máquinas partidárias e eleitorais, bem como o controle da administração pública ramificando-se por todas as localidades, garantiam a elas papel estratégico como elo de coesão num conjunto tão disperso e heterogêneo quanto o estado de Minas Gerais [...] o tipo burocrático de desenvolvimento que se implementou em Minas era propício à revitalização do domínio tradicional. (DULCI, 1999, p.147)

As análises de Benevides e Dulci sobre a UDN, “as várias”, e a “pluralidade” do partido nos foram caras para entendermos por que Magalhães Pinto seguiu os caminhos do partido de oposição a Vargas. Mesmo não sendo um intelectual, aproxima-se de Afonso Arinos ainda como signatário do *Manifesto dos Mineiros* e, juntamente com nomes proeminentes da política de Minas, lança-se ao mundo político, primeiro como deputado federal e secretário de Estado de Milton Campos e consolidando-se como um nome forte na política brasileira quando é eleito presidente nacional da UDN.

2.3. Magalhães Pinto: o secretário

Durante o governo de Milton Campos, é elaborado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção⁶⁰ que, segundo Clélio Diniz, foi a primeira tentativa de planejamento da economia mineira, sendo os mineiros os primeiros a assimilarem as ideias de planejamento e industrialização dentre os estados brasileiros, ideias estas vistas como o caminho para superar o atraso econômico. Segundo o autor,

a ideia de planejamento no Brasil formou-se ao longo dos anos de 1930, em função do conjunto de instituições criadas e da participação crescente do Estado na economia, como regulador e produtor. Esta ideia se tornou clara em fins do Estado Novo com a criação da Comissão de Planejamento

⁶⁰ Elaborado por: Pedro Aleixo, Secretário do Interior; José de Magalhães Pinto, Secretário de Finanças; Américo René Gianetti, Secretário da Agricultura Ind. e Com. e Trabalho; Augusto Mário Caldeira Brandt, Secretário da Educação e Saúde e José Rodrigues Seabra, Secretário da Viação e Obras Públicas.

Econômico em 1944, e do célebre debate travado naquela Comissão entre Roberto Simonsen, defensor do planejamento e industrialização e, Eugênio Gudín, monetarista, a favor da agricultura e do liberalismo econômico. Com a queda do governo, em 1945, a Comissão de Planejamento foi extinta e o debate paralisado. (*Idem*)

Tal plano, num primeiro momento, foi pensado para gerir o interesse público, já que, segundo o próprio documento, “Sem um programa de trabalho que vise ao progresso econômico e social, não poderá o governo de um Estado bem administrar os negócios públicos, nem atender aos legítimos reclamos o povo”. E segue

E quando o povo e estado se acham esgotados, em consequência da atuação prolongada de fatores negativos, mais imperioso se torna que o governo fixe as normas de ação, corajosas e seguras, que lhe possibilitem conduzir com firmeza os interesses coletivos e aumentar a capacidade de reação das forças produtoras. (*Idem*)

Para Diniz, o Plano listou vários pontos ligados à economia do Estado e propôs, de forma insuficiente, projetos e programas que cobririam “todas as atividades econômicas e assistenciais”. Contudo, a preocupação girava em torno da industrialização, vista como a única solução para “romper a situação de atraso da economia mineira” (DINIZ, 1981, p.63).

O progresso industrial do Estado é lento em face de outras unidades da federação, cujas atividades, nesse ramo, assumem proporções apreciáveis e até, às vezes, grandiosas ... A tendência ao conservantismo levou Minas Gerais à condição de Estado de economia colonial. Vende e exporta matéria-prima de baixo preço, compra e importa, em troca, artigos manufaturados de alto teor. (*Idem*, p.63-64)

Os resultados do Plano caminharam de forma lenta, pois o Estado não tinha capacidade financeira de gerir a economia⁶¹, contudo, houve desdobramentos da política econômica de Milton Campos que geraram efeitos nos governos posteriores: em especial no setor energético, com a criação da CEMIG em 1952.

Corroborando essa “imagem do atraso” da economia mineira feita por Diniz, Ignácio Delgado, em seu livro *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*, afirma que as atividades produtivas da economia mineira eram dispersas e descentralizadas, ou seja, a indústria mineira emergiu de forma marcadamente descentralizada

⁶¹ Mesmo com a criação da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica criada em 1947.

num espaço desarticulado, em que eram baixos os índices de urbanização” (DELGADO, 1997, p.50).

Segundo Ignácio Delgado, a criação da FIEMG em 1933 representa um momento decisivo para diferenciarmos os industriais mineiros do restante do país, já que, até então, somente duas associações congregavam os industriais do estado: o Centro Industrial de Juiz de Fora, de caráter regional, e a Associação Comercial de Minas, com feição mais eclética.

A FIEMG seria então, “o *locus* por excelência da arregimentação dos industriais, sob a liderança do empresariado ligado à siderurgia [pois] o objetivo da entidade [era] tornar conhecidas as matérias-primas nacionais, fomentando o seu aproveitamento industrial” (DELGADO, 1997, p.58). René Gianetti quando da inauguração da FIEMG afirma

São essas matérias-primas [metalurgia e siderurgia] e possibilidades da ordem de grandeza e de importância daquelas que têm feito de alguns povos da Europa e da América vanguardeiros das civilizações e do progresso. A nós cabe a tarefa de aproveitá-las e vencer as resistências passivas deste meio, a fim de aproximar este dia venturoso que encherá de alegria e felicidade o povo que habita esta parte do continente. (*Idem*)

Gianetti é presidente da FIEMG desde 1940 e é notável a influência que este exerce, já que empresários ligados a ele buscam distribuírem-se em pequenos sindicatos, a fim de assegurar o controle da entidade. Com sua saída para assumir a Secretaria da Agricultura em 1947, a FIEMG passa a representar o “peleguismo dourado”⁶², segundo Delgado, empresários que são “mais sensíveis aos pequenos favores e aos acenos do Estado” (DELGADO, 1997, p.61-64).

A FIEMG, evolui, pois, de uma entidade dirigida por uma elite empresarial egressa do ramo metalúrgico para um organismo ocupado essencialmente por pequenos sindicatos, no qual vão prontificar as atividades desenvolvidas por seu Departamento de Estudos Econômicos. Não obstante, ela operou como canal efetivo para a implementação do projeto formulado pela elite empresarial mineira nos anos 30 e 40 [...]. (DELGADO, 1997, p.64-65)

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, assim como a FIEMG, atentava para o fato de que a região central do estado deveria polarizar a industrialização mineira, pois

⁶² Expressão emprestada de Maria Vitória Benevides, cunhada por Roberto Gusmão.

enquanto o Centro de Minas não adquirir pujança suficiente para polarizar as economias regionais, estas permanecerão à mercê de influências que, ao invés de lhes estimularem o desenvolvimento, as manterão em escala de crescimento incompatível com a época e as aspirações do povo mineiro. É preciso que o Centro, além de sede da administração do Estado e sua mais alta expressão de cultura, seja também, de fato, o ponto de convergência das comunicações com outras regiões e adquira a estrutura econômica e financeira indispensável para atrair as economias regionais e encaminhar aos mercados externos, por preços remuneradores, o excesso de produção sobre o consumo interno de Minas. (*Idem*, p.87)

Devemos ressaltar ainda que, como secretário de Finanças, Magalhães Pinto (Figura 8) revisou todo o sistema tributário mineiro, buscando atender às principais demandas das classes produtoras, quais sejam a fixação e cobrança rígidas e equânimes de impostos. De um lado, era necessário o investimento no setor de infraestrutura – produção de energia e melhoria da rede viária – e aumento da capacidade de crédito agrícola e pessoal dos bancos estaduais. Do outro, era mister assegurar que o sistema tributário não afetasse os produtores rurais e nem a burguesia emergente. Segundo Norma Monteiro, Minas Gerais era o estado com a menor taxa de arrecadação de impostos, tanto em termos territoriais como em renda *per capita* (MONTEIRO, 1994, p.546). O chefe de gabinete de Magalhães afirma que o estado estava quebrado e atrasado

Magalhães Pinto arranjava dinheiro emprestado para pagar funcionários. Também teve que bancar as chamadas requisitórias, ações de particulares ganhas contra o Estado para a indenização das depredações ocorridas em vários estabelecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, quando Benedito Valadares era o interventor em Minas. (MELO, 1994, p.151)

E continua

Achava que era um compromisso que tinha de ser soldado. Dava pulos de todos os lados, já tinha bom trânsito e prestígio e atuou como podia para recuperar as finanças do Estado. Diante da situação econômica do momento, que não permitia grandes empreendimentos, Magalhães fez até demais. (*Idem*, p.153)

Otávio Dulci, em *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, afirma que uma das críticas básicas da UDN ao Estado Novo era a de que o autoritarismo, bem como o centralismo do regime, prejudicou o crescimento econômico. Em 1946, a bancada da UDN na Constituinte, na pessoa de Magalhães Pinto, coloca na conta de Vargas a queda na

arrecadação tributária, pois as indústrias estavam saindo de Minas; Milton Campos afirma que o estado é submisso ao ditador e, por isso, era difícil defender os interesses econômicos de Minas. Para Dulci

O grande exemplo era, obviamente, a perda da Companhia Siderúrgica Nacional, cuja instalação no estado do Rio de Janeiro foi encarada pela vasta maioria das elites de Minas como ato de vontade de Vargas, a que Valadares se sujeitara, atropelando o esforço da região para se consolidar como polo da siderurgia brasileira. (DULCI, 1999, p.134)

Ao falar das elites mineiras, Dulci afirma que elas eram polivalentes, ou seja, empresários, técnicos, políticos que, ora iam da empresa privada para a pública e/ou para a política, ora iam da empresa pública ou da política para empresas privadas. Neste sentido, ele cita Américo René Gianetti e Magalhães Pinto como exemplos. Segundo ele, o tipo mais comum de homens que saíram do setor privado para o governo.

Américo René Gianetti esteve vinculado, desde o início dos anos de 1930 e 1940, ao processo de industrialização do estado de Minas, bem como se tornou uma figura de destaque no cenário nacional. Segundo Dulci (1999), foi uma das, ou senão a mais importante, personalidades do seu tempo. De família italiana, Gianetti nasceu em Rosário, no Rio Grande do Sul, muda-se com seus pais para Minas Gerais em função do falecimento de seu tio materno Carlo Antonini que, depois de inaugurada a capital em 1897, estabelece uma indústria de fabricação de produtos de construção, a Cerâmica Horizontal. Mesmo com a mudança repentina, Gianetti consegue terminar seus estudos secundários e muda-se para Ouro Preto, onde, em 1923, forma-se engenheiro de Minas e Civil pela Escola de Minas. No mesmo ano, assume a direção da Usina de Rio Acima, fundada por seu pai em 1920.

É depois deste período na direção da usina que Gianetti funda, em sociedade, uma empresa voltada para a construção de estradas de rodagem. Por licitações, consegue contratos para a construção de trechos entre RJ-BH e BH-SP. Contudo, por sua formação como engenheiro de minas, busca na Europa se aperfeiçoar no trato com o alumínio. Gianetti afirmará mais tarde sobre os anos fora

Permanecemos naquele continente durante seis meses, dedicados ao estudo das condições das indústrias nele existentes e relacionadas com o nosso objetivo. Tivemos oportunidade de examinar apenas uma fábrica de alumínio, porque tal indústria era, naquela ocasião, inteiramente vedada à visita de estrangeiros. Visitamos algumas minas de matérias primas, e

procuramos conhecer a influência do custo de certos elementos que entram na elaboração do metal, inclusive energia hidroelétrica. Tendo estudado todas as condições inerentes à indústria, nos seus menores detalhes, concluímos pela possibilidade de instalar-se no Brasil, uma fábrica de pequenas proporções. (GIANETTI *apud* GIANETTI, 2016, p.3)

Com o retorno para o Brasil, Gianetti retoma os trabalhos na antiga Usina de Rio Acima, agora S. A. Metalúrgica Santo Antônio; reestrutura uma pequena fábrica de papel fundada pelo seu tio em 1924; consolida a Cerâmica Santo Antônio/Gianetti & Lotti Cia. Ltda, criada em 1929 em Rio Acima; em 1934, funda a Imobiliária Mineira S. A, em BH; a Electro-Chimica Brasileira S. A., em Saramenha, Ouro Preto, e a A.R Gianetti & Cia. Ltda, responsável por obras em Niterói e a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, na estação de Serraria, no início dos anos de 1940. Suas empresas contavam com cerca de 1.700 funcionários (GIANETTI, 2016, p.4).

Em 1947, aceita o convite do recém-eleito governador do Estado, Milton Campos, para a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais. Como já falamos acima, Gianetti encabeçou, juntamente com outros secretários de Campos, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que visava, para além dos pontos já apresentados

conduzir com firmeza os interesses coletivos e aumentar a capacidade de reação das forças produtivas, tendo destaque: Programa de Desenvolvimento do Ensino Profissional; Programa de Fomento da Produção Vegetal; Programa de Aquisição e Venda de Máquinas e Implementos Agrícolas aos Agricultores; Programa de Fomento da Produção Animal; Preparação ao Fomento da Produção Industrial; Reorganização das Estâncias Hidrominerais; Colonização e Imigração; Rede de Armazéns, Silos e Veículos Especiais; Reservatórios de Combustíveis; Criação e Fomento ao Cooperativismo; Assistência ao Trabalhador; Novas Instalações para o Instituto de Tecnologia Industrial; Plano Rodoviário, Reaparelhamento e Eletrificação da Rede Mineira de Viação; Eletrificação Urbana e Rural; Saúde Pública e Plano Geral de Educação. (GIANETTI, 2016, p.9-10)

Faleceu em setembro de 1954, quando era prefeito de Belo Horizonte, aos 58 anos. Sobre seu trabalho à frente da Secretaria de Agricultura, Celso de Mello de Azevedo diz

Giannetti teve profunda influência nos destinos de Minas Gerais, desde que assumiu a Secretaria da Agricultura. Era um homem que não admitia empreendimentos sem planejamento. Na pasta avocou a si a missão de transformar o quadro da evolução econômica do Estado, criou o famoso

Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção, que foi o ponto de partida para inúmeras realizações e surgimento de empresas estatais, que estavam destinadas a ter papel preponderante no desenvolvimento mineiro. Foi a partir deste Plano, que Minas despertou para um novo tempo e se deslançou para o progresso, mesmo porque no bojo das propostas de Gianetti, todas encampadas por Milton Campos, achava-se o próprio núcleo que resultaria, já na gestão de JK, na criação da CEMIG, tomando a si obras já iniciadas e em plano cuidadosamente elaborado. (GIANETTI, 2016, p.10)

As eleições de 1950 foram diferentes das de 1947. A UDN, que até então governava, encontrou dificuldades para manter-se na liderança do estado. O PSD, derrotado em 1947, angariou apoios que poderiam lhe garantir a retomada do poder. Neste contexto, os nomes de Gianetti e Magalhães Pinto, secretários de nome forte do governo Milton Campos, pleiteavam a indicação da UDN⁶³. Contudo, diversos deputados federais estavam na disputa e o partido lançou, então, o nome de Gabriel Passos.

Otávio Dulci afirma que a indicação de Gianetti faria mais sentido para a administração do estado, já que fora o principal articulador da política econômica do governo Campos. Magalhães seria a segunda opção e é lançado candidato em 1960 com um programa de desenvolvimento econômico muito próximo ao que ajudara a lançar em 1947 (DULCI, 1999, p.93). Assim como Dulci, Delgado entende que, caso Gianetti conseguisse a indicação da UDN para disputar o governo do Estado⁶⁴, garantiria a “continuidade necessária à implementação do Plano”. Contudo, não consegue a indicação e JK elege-se com um programa condensado nos pontos energia e transporte (DELGADO, 1997, p.90). Visto com receio pela elite empresarial do estado, tal fórmula passa a ser aceita quando se consolida o projeto da CEMIG e os esforços ao programa rodoviário de JK passam a ter efeito.

O certo, entretanto, é que sob o governo de Juscelino Kubitschek os empresários buscaram acionar com mais frequência outros mecanismos de pressão, dada sua relativa (se comparada ao governo anterior) ausência dos centros fundamentais do aparelho administrativo do governo estadual [...] [as

⁶³ Clélio Diniz afirma que, para além de todas as dificuldades que o próprio Plano de Recuperação apresentou, outra questão se abria os olhos do governador Milton Campos: a disputa entre seu secretariado pela sucessão ao governo do Estado. De um lado, estava Pedro Aleixo, Magalhães Pinto e René Gianetti, buscando a indicação da UDN; de outro, José Rodrigues Seabra, do PSD, que não concordava com o programa de Gianetti para o setor energético.

⁶⁴ Para Darcy Bessone o nome de Gianetti sofreu ressalvas por se tratar de um empresário que não representaria o ‘espírito udenista’ e teria mantido, por sua liderança empresarial, contatos com Vargas, além de não ser um político de carreira. Mas, Gabriel Passos fora procurador-geral da República entre 1936-1944, ou seja, era muito mais próximo de Vargas e por isso, segundo Bessone, foi indicado, pois poderia angariar votos do PTB (DULCI, 1999: 258).

recomendações propostas] revela[m]-se a disposição de influir nos rumos da ação estatal, para que esta se conformasse aos interesses das ‘classes produtoras’, retificando ou reforçando as iniciativas governamentais. (DELGADO, 1997, p.147)

Decidimos apresentar, neste tópico, alguns dados sobre a vida de René Américo Gianetti para ser possível expor proximidades e distanciamentos entre ele e Magalhães Pinto, a fim de levantarmos dados que nos permitem inferir por que Gianetti foi preterido da UDN ao governo do estado nas eleições de 1950.

Gianetti não era mineiro, mas sua família tinha nome no Rio Grande do Sul e conquistou, através de seu tio, posteriormente, relevância em Belo Horizonte. Magalhães descendia de uma importante família do Oeste de Minas. Ambos acabaram por seguir os passos dos familiares: Magalhães Pinto, assim como seu pai, tornou-se bancário e Gianetti, assim como o seu tio, tornou-se engenheiro.

Magalhães fundou seu próprio banco em 1944. Gianetti fundou várias empresas. Ambos eram considerados da elite do estado: banqueiro e empresário, respectivamente. Magalhães aparece para a política com o *Manifesto dos Mineiros* em 1943. Gianetti está na presidência da FIEMG. Em 1946, Magalhães é eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Ambos estão na UDN. Ambos, em 1947, são convidados ao secretariado de Milton Campos. Ambos encabeçam o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção.

A partir desses dados, podemos deduzir que a não escolha de Gianetti para o pleito de 1950 assenta-se em duas conjecturas principais: ele não era político de carreira e ele não era mineiro. Como vimos, Magalhães também não foi a primeira opção da UDN naquele momento, mas, em 1958, como veremos, a situação começa a mudar.

Magalhães Pinto estava definitivamente dentro do mundo político. Com 33 anos, seu nome já constava no *Manifesto dos Mineiros*, lançado nacionalmente. Com 35, fundara seu próprio banco. O quarto maior do país. Aos 36, elege-se, pela primeira vez, o deputado federal mais votado em Minas Gerais. Com 38, torna-se Secretário de Estado. Com 41, é eleito, pela segunda vez, o deputado federal mais votado pela UDN. Com 45, é eleito pela terceira vez como o segundo candidato mais votado do partido. Com 49, é eleito pela quarta vez deputado federal, como também presidente estadual da UDN.

2.4. Magalhães Pinto: o deputado⁶⁵

Como já afirmamos, a UDN era tida como o partido dos bacharéis e Magalhães, sendo um homem de negócios, enfrentou resistências, tanto da oposição quanto do próprio partido a que se filiou. Darcy Bessone, um dos fundadores da UDN, afirma que, dentro do partido, Magalhães Pinto esteve em conflito com dois proeminentes nomes da sigla: dentro da UDN mineira, Pedro Aleixo; já em âmbito nacional, Carlos Lacerda. Com o último, a disputa se dava em torno da candidatura à presidência da República. Já em Minas, a disputa girava em torno da liderança estadual.

Além da disputa de liderança, a formação de Magalhães tinha sido outra. Começara no ramo dos negócios, não dominava a oratória mas tinha prestígio e se revelaria um político bom de votos, vitorioso em todas as eleições disputadas. Por isso mesmo seria alvo de ciúmes [...] Pedro Aleixo tentaria, por várias vezes, acertar este alvo. Dizia que Magalhães era um homem de negócios, carreirista. Mas precisava do prestígio de Magalhães para sustentação, até mesmo financeira, do partido. (MELO, 1994, p.146)

A ala progressista⁶⁶ considerava a UDN um partido de elite. Para eles, o partido representava somente o interesse de ricos contra os trabalhadores, sem interesse no social, e isso fazia com que as convenções da sigla fossem palcos de mais disputas e o nome de Magalhães estava sempre em voga por representar exatamente a crítica dos progressistas: o ser banqueiro. Em agosto de 1958, numa sessão da Assembleia, o então deputado pela UDN Fabrício Soares desliga-se do partido após ter sua candidatura à prefeitura de Belo Horizonte negada. Segundo ele, Magalhães Pinto – presidente do partido à época – teria interferido economicamente na escolha do partido, chamando-o, assim, de UBN – União do Banco Nacional, em clara referência à Magalhães. Para José Maria de Magalhães⁶⁷

Combatíamos a possível influência de Magalhães Pinto no Partido. Se ela houve, foi discreta. Usava pressões legítimas do poder, no sentido de prestigiar os que ficassem ao seu lado. Não extrapolava para a compra de votos, por exemplo [...] um político que está sempre de olho no adversário,

⁶⁵ É importante ressaltar que este tópico pode apresentar lacunas documentais, que seriam pesquisadas no Arquivo Público Mineiro. Contudo, em trabalhos futuros, pós-pandemia, buscaremos preenchê-las.

⁶⁶ Nomes importantes fizeram parte da ala progressista da UDN mineira, como José Maria Magalhães, Edgar da Mata Machado, José Aparecido de Oliveira, dentre outros.

⁶⁷ Era contrário às políticas de Magalhães Pinto, mas votava com o governo por questões partidárias. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal durante o mandato de Magalhães como governador.

mas nunca toma atitude de frente contra seu opositor, preferindo a cautela. Representava o que ficou conhecido como o jeitinho mineiro. (*Idem*, p.147)

A estreia de Magalhães na política se deu nas eleições de dezembro de 1945, onde foi o terceiro deputado federal mais votado em Minas, aos 36 anos. A empreitada começa com a busca de Magalhães por contatos que manteve durante a presidência da ACM, recorre a Vivaldi Moreira e lhe dá instruções para que procure em Formiga um primo que carregava o apelido de Juquinha.

Vou precisar de você agora. Queria que me ajudasse na campanha para deputado federal [...] primeiro, vá a Formiga. Há muitos anos não volto lá, o pessoal certamente já está com sua posição política tomada, mas veja o que pode fazer [...] ele [Juquinha] deve estar engajado com Gabriel Passos, candidato pela UDN. Já sei o que ele vai dizer: o Magalhães é engraçado, sumiu e só agora que precisa vem procurar a gente. Mas você sonda assim mesmo. (*Idem*, p.148)

Com a negativa do primo, Vivaldi volta para a capital, onde – juntamente com Magalhães – monta um comitê eleitoral na casa de Dona Maricota, regados a “café com biscoito frito”.

Formamos um comitê independente, supra-partidário, aberto a qualquer um que quisesse aderir ao Magalhães Pinto [...] A UDN era xiita, muito fechada nela mesma, um partido que desprezava quem não fosse intelectual. E Magalhães sempre teve um perfil mais pessedista, de conciliação e conversação. Como um grupo independente podíamos conversar com todos, sem nos prendermos ao radicalismo da UDN. (*Idem*)

A UDN entrou na disputa com 35 candidatos⁶⁸ à Constituinte, tendo sua bancada formada por 35 deputados: sete da UDN, 20 do PSD, seis do PR e dois do PTB. Magalhães se elege com 14.001 votos, superado apenas por José Monteiro de Castro e José Bonifácio Andrada; Gabriel Passos terminara em quarto lugar⁶⁹. Completando a bancada: Milton Campos, José Maria Lopes Cançado e Licurgo Leite Ferreira. O PSD elege nomes importantes como Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Bias Fortes, Israel Pinheiro, José Maria de Alkmin e Gustavo Capanema. O partido ainda elege os dois senadores do

⁶⁸ Entre eles: Milton Campos, Afonso Arinos e Bilac Pinto.

⁶⁹ É importante citar alguns suplentes nesse pleito: Afonso Arinos, Odilon Braga, Bilac Pinto, Darcy Bessone, Marieta Leite.

estado: Levindo Eduardo Coelho e Fernando de Melo Viana (Pedro Aleixo e Arthur Bernardes são derrotados).

A nova Assembleia Constituinte é instalada dia 5 de fevereiro de 1946 e Magalhães Pinto toma posse em seu primeiro mandato. Na câmara, fez parte da Comissão de Finanças e apresentou dois grandes projetos de lei para a economia mineira: o da valorização da Companhia Vale do Rio Doce⁷⁰ e o da construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte⁷¹ (MONTEIRO, 1994, p.546). Com a vitória de Milton Campos⁷² para o governo do estado em 1947, é convidado para ser secretário de Finanças, licenciando-se do primeiro mandato parlamentar.

Nas eleições gerais de 1950, elege-se novamente deputado federal pela UDN, sendo o candidato mais votado do partido em Minas com 24.408 votos. Mais 12 udenistas foram eleitos para aquele pleito, entre eles: Olavo Bilac Pinto, Afonso Arinos de Mello Franco e José Bonifácio Lafayette de Andrada. Completam a bancada mineira na Câmara 17 deputados eleitos pelo PSD, cinco pelo PTB e quatro do PR. Artur Bernardes elege-se senador pelo estado. Juscelino Kubitschek, do PSD, é eleito governador com 714.664. Nessas mesmas eleições, Getúlio volta ao poder pelo PTB, derrotando Eduardo Gomes da UDN, mesmo perdendo em Minas por menos de 30 mil votos.

Em 1954, elege-se para o terceiro mandato consecutivo e é o segundo mais votado em Minas pela UDN. Em 1958, novamente é eleito deputado federal e torna-se presidente nacional da UDN, na 12ª Convenção Nacional, em São Paulo, em 22 de março de 1959, apesar das críticas de Pedro Aleixo. Teve 204 votos contra 79 de Herbert Levy. O nome de Magalhães era

era estimulado pelos “realistas”, dado o relacionamento que matinha com áreas situacionistas [...] o nome de Magalhães Pinto era muito bem recebido pelas seções dos Estados menores, do Norte e do Sul, ao passo que Levy tinha maior aceitação nas seções do Sul. Contava este, porém, com a

⁷⁰ Hoje, somente Vale S.A., foi criada em 1º de junho de 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, a partir do Decreto Lei nº 4352. Para mais detalhes <http://www.vale.com/Documents/nossahistoria2.pdf>. Acesso em 20/03/2019.

⁷¹ “Em 1966 começou a funcionar o primeiro duto de grande extensão no País, o oleoduto do Rio de Janeiro/RJ-Belo Horizonte/MG, transferindo produtos refinados provenientes da refinaria de Duque de Caxias/RJ para Belo Horizonte/MG, com 365 km de extensão. Com a entrada em operação da Refinaria Gabriel Passos, na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, em 1968, o oleoduto passou a desempenhar a função para a qual foi construído, ou seja, atender o abastecimento daquela Refinaria com petróleo recebido através do terminal da Guanabara” (OLIVEIRA, 2016, p.44).

⁷² É eleito com 868,940 votos, num montante de 1.296.314 eleitores e 33% de abstenção. Derrota José Francisco Bias Fortes.

simpatia dos “bacharéis”, os udenistas históricos, que viam com grandes reservas a ascensão dos ‘realistas’ dentro do partido. (DULCI, 1986, p.157)

Juracy Magalhães, então presidente da sigla naquela convenção, deixa clara a posição política dos “realistas” do partido, grupo que Magalhães mais se aproximava. Seu relatório era claro

Em síntese, eu proporia ao Partido uma atitude que se caracterizaria por uma manobra em duas fases: a) num primeiro tempo, aceitar as conversas com todas as forças capazes de somar em torno de uma candidatura udenista, fazendo-o com as devidas cautelas para não sacrificar o capital cívico acumulado pela UDN, na oposição, nem comprometer a aliança com as forças que podem apoiar a candidatura de Jânio Quadros, nem com o próprio candidato; b) num segundo tempo, marchar resolutamente para o apoio à candidatura Jânio Quadros, depois dos indispensáveis entendimentos que assegurem a execução de nosso programa partidário pelo candidato, e ressalva nossos legítimos interesses de agremiação política na composição do futuro governo. (DULCI, 1986, p.158)

Já Carlos Lacerda, endossando o nome de Jânio, ataca frontalmente o discurso de Juracy e afirma

Todos desejamos, do fundo do coração, uma candidatura partidária com possibilidades de êxito; que a UDN vá desde logo à Presidência da República com um de seus correligionários. Por todos os motivos e razões, que acaso pudesse aspirar à Presidência da República, estaria na pessoa de V. Exa. Por outro lado, ainda que o fizesse, não permitiríamos no estraçalhamento e comprometimento de seu nome, através de uma candidatura isolada. Estaria condenada à derrota, porque V. Exa. Não tem condições suficientes para aspirar ao poder sozinho, e o resultado seria condenar a UDN à derrota, e então o resultado único seria manter no poder os seus atuais detentores [...].

[...] O essencial é saber se os udenistas são ou não favoráveis a Jânio Quadros. É isto que o povo espera de nós: a definição! E quem sabe o que seria da UDN quando as suas diferentes parcelas, fora das nossas decisões, à margem delas, traçasse os seus próprios rumos? (DULCI, 1986, p.158-159)

2.5. Magalhães Pinto: o presidente nacional da UDN

É neste contexto que Magalhães Pinto torna-se presidente nacional da sigla e o partido define sua linha política para o biênio 1959-1961:

- 1) Quanto à ação política: a) manter a linha de oposição fixada na última Convenção Nacional e acentuar seu propósito de luta crescente contra as forças que há tantos anos dominam o Poder, de corrupção administrativa e comprometimento das bases morais da vida pública [...].
- 2) Firmada nos princípios acima: a Convenção indica ao Partido, para decisão na Convenção Extraordinária destinada à escolha dos candidatos, a conveniência de acolher a candidatura partidária do Governador Juracy Magalhães ou a de aliança popular do ex-Governador Jânio Quadros, condicionada esta ao seu programa, e, qualquer das duas devendo representar a preservação e a observância dos princípios adotados nesta Moção. (*Idem*)

Em 8 de novembro de 1959, no Rio de Janeiro, realizou-se a Convenção Extraordinária do partido para a escolha do nome da UDN para o pleito de 1960. Como presidente do partido, Magalhães sobe à tribuna “Somos oposição. Oposição serena, embora justa. Somos, antes de tudo, legalistas. O Partido estará aberto como trincheira comum a todos as democratas, inclusive aos adversários, para a defesa das instituições” (MELO, 1994, p.157).

Jânio Quadros derrotou Juracy Magalhães por 205 votos a 83. Como candidato, afirma Jânio: “Nunca presumi sequer nos arroubos de moço, que me coubessem, um dia, a honra e a responsabilidade de deter a confiança desta legenda e conduzir-lhe a bandeira! Pois bem. Neste passo, afirmo, solenemente, que a não deixarei cair.” (DULCI, 1986, p.160).

Já Juracy, antevendo a derrota, discursa antes do resultado

Acenam-nos, na futura batalha eleitoral, com o encontro da esperança e do desespero, no apoio à candidatura que não defendo nesta Convenção. Temo, porém, que, cedo, os restos da esperança sejam batidos pelo campo largo do desespero. E Então? E depois? Ficaríamos talvez como no poema de Drummond: E agora, José? (*Idem*)

Segundo José Augusto Ribeiro, a eleição de Magalhães Pinto “quebrou” a influência que Carlos Lacerda exercia no partido desde 1953 e, a partir daí, a relação de Lacerda com o partido e com Magalhães torna-se mais conflituosa.

Foi sob a liderança de Magalhães Pinto que a UDN marchou para a candidatura de Jânio à Presidência da República e aceitou todos os pontos do programa de governo de Jânio, muitos dos quais Lacerda não aceitaria. Esses pontos, como a política externa, aceitos sem restrição por Magalhães Pinto, levariam Lacerda a combater com verdadeira fúria o governo que ajudara a eleger. (RIBEIRO, 2008, p.52)

Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros é eleito com boa margem de votos frente ao segundo colocado, o Marechal Teixeira Lott. E com uma diferença de pouco mais de 300 mil votos, João Goulart, do PTB, elege-se vice-presidente. Dulci afirma que, mesmo a UDN sendo um partido dos “bacharéis”, conseguiu adentrar o eleitorado dito “populista”, ou seja, foi capaz de sensibilizar ricos e pobres nos grandes centros urbanos.

O governo Jânio Quadros é marcadamente ambíguo, segundo Benevides: consolida a intervenção militar na política ao mesmo tempo em que cresce a radicalização dos setores populares e de esquerda (BENEVIDES, 1981, p.113-114). Durante seu governo, Jânio contou com grande apoio dos militares, pois, assim como eles, pregava o combate à corrupção e a defesa da moral. Isto fortalecia a sua imagem e, mesmo não sendo essa imagem um “fenômeno racional”, ela estava presente no imaginário militar do período. Ou seja, Jânio era visto tanto pelos militares quanto pelo povo como o único capaz de salvar o país.

Dentro da UDN, o clima era de entusiasmo, mesmo com a derrota de Milton Campos para a vice-presidência. Em fins de abril de 1961, na 13ª Convenção do partido, a última de Magalhães Pinto na presidência, este apresenta o Relatório em que encerrava seu mandato e o denominava “Convenção da Vitória”, que afirmava

I – Apoiar o Governo do Presidente Jânio Quadros, como (a UDN) o vem fazendo, para que possa cumprir o programa apresentado ao povo na sua memorável pregação cívica da campanha eleitoral. Prestigiar o seu esforço de recuperação econômica e financeira, de solução dos problemas educacionais e de saúde do povo e, sobretudo, de moralização administrativa. Para isso, as bancadas da Câmara e no Senado deverão apoiar e lutar pela aprovação das providências legislativas solicitadas pelo Poder Executivo, sem prejuízo do livre debate que aprimora a elaboração das leis; (...)

IV – Apoiar a política exterior do Governo, apresentando, quando necessárias, sugestões no Congresso para prestigiar uma orientação em virtude da qual o Brasil afirme a sua presença de Nação autônoma com uma vocação cristã e de paz, contrária às tendências de domínio, de qualquer natureza, de uma Nação sobre a outra. Apoiar as Organizações Mundiais e Continentais, como a ONU e a OEA, que possibilitam a solução pacífica dos conflitos. (DULCI, 1981, p.168-169)

Na Convenção da UDN em Brasília, em março de 1961, Magalhães Pinto tem um encontro com o presidente recém-eleito e dá sua primeira entrevista coletiva como governador de Minas

Quando estive com o sr. Jânio Quadros antes de sua posse, levei ao Presidente a palavra da UDN – nada exigir. O Governador nada reivindicava e colaboraria para que fosse formado um governo da exclusiva responsabilidade do Presidente da República, como é normal em nosso sistema político.

Minas não foi desprestigiada pelo sr. Jânio Quadros. O Governador de Minas compreende as responsabilidades do Presidente e aprova suas medidas. A escolha do sr. Pedro Aleixo para líder da situação na Câmara foi uma demonstração de prestígio a Minas, que muito nos honra. Além de meu amigo, o sr. Pedro Aleixo é uma das grandes figuras nacionais, como grande parlamentar, ex-presidente da UDN mineira, jurista, professor universitário e elemento dedicado ao nosso partido.

O sistema que o sr. Jânio Quadros está adotando já era conhecido, pois aplicou quando Governador de São Paulo. Foi baseado neste estilo de governar que foi às ruas. E o povo lhe deu o voto. Limpa primeiro o terreno, para plantar e cultivar depois, como afirmou. Depois de limpo o terreno, iniciará o seu programa de investimentos em obras públicas. O programa de moralização foi básico na sua pregação e era isto que o povo esperava. Estamos certos de que vai arregaçar as mangas num grande plano de desenvolvimento. (Diário de Notícias, 01/03/1961 *apud* RIBEIRO, 2008, p.187)

Segundo Dulci, muitas dúvidas já pairavam dentro do partido sobre os rumos que a política de Jânio estava tomando: não consultava o partido, o presidente afastava-se dos Estados Unidos – contrariando o Itamarati – e, daí em diante, o partido passou a criticar abertamente a postura do presidente. Afonso Arinos, então ministro das Relações Exteriores, afirma

A divisão da UDN manifestou-se logo a partir do começo do Governo de Jânio Quadros, que o partido levara ao poder. Jânio, quaisquer que tenham sido os seus erros (não se trata dele, mas daquilo que sua ascensão representou) foi a primeira vitória, no Brasil, da colocação do Estado de Direito como instrumento do progresso social. O ponto nevrálgico desta ação era a política externa, e o encarregado deste setor era um udenista. Este udenista foi o primeiro a sentir a divisão do legalismo udenista, entre os que queriam a Lei como força de mudança e os que a desejavam como escudo do imobilismo e da reação. A política externa foi atirada subitamente como palco de batalha muito mais importante do que a interna, porque nela é que a mudança democrática estava começando a se processar. Cedo percebi que a unidade partidária, em torno a mim, era puramente ilusória, formal... (DULCI, 1981, p.170)

Em um dos episódios mais controversos de seu governo – a condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul – Jânio Quadros deu mais munição para as críticas de Carlos Lacerda e outros deputados. Contudo, Magalhães manteve-se ao lado de Jânio e acabou por exonerar o secretário Abel Rafael, pois seu secretariado estava

proibido de dar qualquer opinião pública sobre o presidente e sua política externa (RIBEIRO, 2008, p.410).

Deste episódio, Magalhães telegrafa a Jânio Quadros

Cumpre-me comunicar a V.Exa que, a fim de manter a unidade de pensamento de meu governo, concedi exoneração a meu Secretário da Agricultura, por haver S. Exa, declarado, em entrevista, que, como presidente da seção de seu partido em Minas, iniciava campanha contra a orientação da política externa adotada pelo governo federal. A solidariedade que vimos emprestando, corretamente, ao Presidente da República, na sua árdua tarefa administrativa e nos rumos de sua política interna e externa, decorre da certeza de sua fidelidade aos compromissos e princípios pregados na campanha sucessória, visando, sobretudo, à valorização do nosso país no quadro internacional.

Por outro lado, verificamos nossa perfeita identificação nas lutas pelo desenvolvimento econômico e melhoria de condições de vida do povo brasileiro, em que estamos empenhados e no propósito de prestigiar as instituições democráticas e os fundamentos da nossa civilização cristã, que a todos incumbe defender. Confiado em que V. Exa., homem de espírito amadurecido nos prélios democráticos, continuará a bem conduzir o país a seus altos destinos sob essas nobres inspirações, renovo a minha solidariedade ao governo de V. Exa. Cordiais saudações (a) José de Magalhães Pinto. (Diário de Notícias 23/08/1961 *apud* RIBEIRO, 2008, p.411)

Em agradecimento, Jânio Quadros responde

-Muito agradeço ao ilustre governador e prezado amigo o gosto que acaba de ter, de pública e firme solidariedade com o governo federal nas diretrizes de sua política externa. Contraí com o povo brasileiro, na campanha que me conduziu à Presidência compromissos solenes que pretendo resgatar sem qualquer exceção e a qualquer custo.

-Não relevo a incompreensão de alguns e a malícia de muitos. Filho de um país que prospera e se agiganta sob os nossos olhos através do labor de seu povo operoso e sofrido, tudo o que desejo, com a responsabilidade de conduzi-lo, é vê-lo cada vez mais forte, mais respeitado, mais rico.

- Cômico das nossas tradições de paz e justiça e sob as melhores inspirações cristãs da minha alma e da alma coletiva, busco projetar nossa Pátria no cenário do mundo, para que leve a todas as nações, qualquer que seja o seu credo e sua filosofia ou a sua raça, uma mensagem de confiança e trabalho construtivo, fundamental para a preservação da própria civilização, que os ódios, os preconceitos e os temores ameaçam nos seus fundamentos. Receba as expressões de minha estima e do meu respeito. (a) Jânio Quadros, Presidente da República. (*Idem*, p. 412)

Assim, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente da República, após nove meses de governo. Magalhães Pinto, já proeminente no cenário

nacional, torna-se, numa vitória surpreendente para muitos, o governador de Minas Gerais, tema que trabalharemos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – De governador a conspirador: o Estado de Minas Gerais e o “líder civil” do Golpe de 1964

- Dr. Magalhães, o senhor, que tem uma vida tão cômoda, dono de um império econômico como o Banco Nacional, tem seis filhos e uma família bem criada, por que quis entrar para esta história com tão poucas possibilidades?

- Eu sou deputado federal há anos e verifiquei que, como deputado, não se pode fazer quase nada além de discursos na Câmara e ser um procurador de partes. Já estava cansado, de duas uma: perco a eleição e saio da vida pública dignamente, por ter tentado, ou ganho e abro novas perspectivas em minha vida.

(MELO, 1994, p.158)

Com pouco mais de 30 anos, Magalhães Pinto já era dono do Banco Nacional, à época o quarto maior banco do país – 1,2 milhão de clientes, quase 400 agências (incluindo pontos em Nova York e Miami) e mais de 40.000 funcionários⁷³ – já fora presidente da Associação Comercial de Minas Gerais e depois fundador e diretor da Federação de Comércio, até alcançar voos mais altos e entrar, definitivamente, para a política com a assinatura do *Manifesto dos Mineiros*, em 1944.

Não perdeu quase nenhuma eleição. Até a que era dada como perdida, a eleição para governador em 1960, ele venceu. E aí, fica a pergunta: como? Como um banqueiro, tido como prático e até mesmo rústico pelos bacharéis da UDN, obteve tanto sucesso? Como presidente nacional da UDN, mesmo achando que não era o candidato ideal para a presidência, apoiou Jânio Quadros – e lançou-se candidato a governador de Minas.

3.1. As eleições de 1960

Essa eleição foi tida como perdida, já que os grandes partidos – PSD e PTB – estavam ao lado de Tancredo Neves. Contudo, a coligação das “elites” foi derrotada pelo candidato que fez do social seu discurso político (DRUMMOND, 1994, p.127), colocando de vez seu nome entre os políticos mais importantes do país naquele momento. No discurso antes da vitória em 1960, em Montes Claros, afirmou “Não vamos mais aceitar que nos prometam o melhor amanhã, vamos começar a mudar agora, neste momento. De ilusão não se vive mais”. E, ainda na posse, em 1961,

⁷³ Para mais detalhes <https://exame.abril.com.br/revista-exame/quem-quer-o-nacional/>. Acesso em 11/03/2019.

[...] com a população castigada pelo pauperismo e pela ignorância, não se admitem contemporizações. Não há mais lugar para programas que remetam para o futuro [...] o governo que se inicia tudo empenhará para situar Minas na vanguarda do movimento de renovação que domina o espírito do novo.⁷⁴ (MELO, 1994, p.124)

Realizado em um único turno, o pleito eleitoral de 1960 elegeu José de Magalhães Pinto, da UDN, como governador do estado, vitorioso sobre Tancredo Neves, do PSD. Para Tancredo, a vitória era certa, já que, por onde passava e nas várias festas em sua homenagem, era recebido como candidato nomeado. Era Secretário de Finanças de Bias Fortes. Tem ao seu lado a maioria na Assembleia Federal e Estadual de Minas⁷⁵. O PSD conta com o apoio do PTB e do PR. A UDN lança-se com o apoio do PL e do PRT, certa da derrota.

De início, a UDN não apoia a candidatura de Magalhães Pinto. Então este sai apoiado pelo PL, que se colocava ao lado da UDN em grandes decisões, e somente mais tarde o partido homologaria Magalhães como candidato. Para Aureliano Chaves, Magalhães Pinto tinha o que a UDN não tinha. “A nossa UDN era brilhante no ponto de vista de sua representação parlamentar, mas faltava-lhe uma das pernas da atividade política, a capacidade política de negociar e compor. Sem isto o brilhantismo pode ser excepcional e o resultado decepcionante. Magalhães tinha isso.” (*Idem*, p.160).

Como não era uma eleição com voto vinculado, poderia se eleger um candidato de cada chapa, ou seja, governador e vice poderiam ser de chapas diferentes. Tancredo entra na disputa com dois candidatos a vice: Clóvis Salgado do PR e San Tiago Dantas, do PTB. Magalhães entra sozinho e pode angariar votos no interior ao apoiar os vices. José Monteiro de Castro inicia as conversas com os vices, inclusive com José Maria Alkmin, vice de Ribeiro Pena do PSP. Segundo San Tiago Dantas, essa negociação de Magalhães e Monteiro de Castro teria sido essencial para sua vitória: “Foi tudo manobra do Magalhães. Ele foi genial” (*Idem*).

Em 1958, Magalhães já inicia suas viagens pelo estado, principalmente no interior. Sua campanha era baseada na luta contra a doença, a miséria e a ignorância. Seu comitê foi montado no centro da cidade e, quando o telefone tocasse, quantas vezes por dia fossem, era

⁷⁴ É incrível a similaridade com os discursos do governador eleito Romeu Zema do Partido Novo nas eleições de 2018.

⁷⁵ São eleitos para a Câmara Federal: 18 deputados pelo PSD, cinco pelo PTB e oito pelo PR; enquanto a UDN, elege somente oito. Já para a Assembleia estadual são eleitos: 24 deputados pelo PSD, 12 pelo PTB e 17 pelo PR; enquanto a UDN, elege 11.

preciso dizer a mesma coisa: “Comitê Magalhães Pinto, comitê da vitória”. Segundo Milton Fernandes, a estratégia, sempre que possível, era visitar uma cidade logo após Tancredo “Estudávamos o que o Tancredo obtinha em determinada cidade para então prepararmos um esquema que pudesse nos favorecer”. Segundo Fernandes, Magalhães Pinto confiava plenamente em sua equipe, somente quando o assunto era marcar viagens é que a última palavra era dele. O comitê central contava, ainda, com uma equipe encarregada de levantar dados de jornais com as promessas e programas de governo de políticos para, assim, entender quais eram as maiores demandas da população. Assim, afirma Milton Fernandes,

Com os dados em mãos, Magalhães falava de improviso nos comícios. Não era um talento como orador, mas o povo já estava cansado de discursos. Não me lembro de vê-lo lendo um discurso durante a campanha e nem ele tinha paciência para isto. Sempre foi inquieto, destes que têm uma vivacidade muito própria, visível até pelos olhos que não param, e uma rara capacidade de captar o clima de um ambiente. (*Idem*)

O *slogan* da campanha de Tancredo era “Tancredo sabe do que Minas precisa”, já que fora secretário de Finanças de Bias Fortes e a equipe de planejamento de campanha de Magalhães – liderada por João Moacir de Medeiros⁷⁶, da agência JMM – lança o *slogan*, contra-atacando o adversário “Se ele sabia, porque não contou para o Bias?”. Segundo Walter Andrade, da equipe de Medeiros, as campanhas apresentavam dois pontos diferenciais importantes: a de Tancredo nasceu em Belo Horizonte, ao passo que a de Magalhães nasceu no interior; e que, ainda, o primeiro diz muito sobre progresso e elevar Minas ao maior estado do país, já Magalhães tem contato mais direto com o eleitor

O povo está com terríveis problemas de carestia e inflação, de nada adianta vender otimismo usando a posição de Minas no cenário nacional. era preciso falar da fome e das condições de vida, como educação e moradia. E são estas as preocupações sociais que Magalhães transmite ao longo de sua campanha, vencendo a imagem elitista da UDN junto ao povo. (MELO, 1994, p.162-163)

Tancredo de Almeida Neves, nascido em São João del-Rei em 4 de março de 1910, tem em sua família uma longa tradição na vida política da cidade. Sonhava em entrar para a Marinha, mas, com a negativa da instituição e a desistência do curso de Engenharia em Ouro Preto, optou pelo Direito e, em 1932, formou-se bacharel pela Universidade de Minas Gerais.

⁷⁶ Para mais detalhes <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1290.pdf>. Acesso em 08/04/2019.

Em 1934, é eleito vereador, sendo o mais votado de São João del-Rei, o que lhe permite a presidência da Câmara municipal entre 1934 e 1937. Projeta-se na política estadual a partir de 1936. Elege-se pelo PSD em 1947 (MONTEIRO, 1994, p.456-457). Sobre Tancredo, Norma Monteiro afirma

De fato, ao longo de toda sua vida pública, Tancredo Neves manteve a convicção de que as forças vivas da democracia e do dinamismo econômico emergem de municípios ativos e autônomos, não cerceados em sua capacidade empreendedora por um centralismo excessivo. Como legislador, desde seu primeiro mandato como Deputado Estadual, preocupou-se sempre em defender a distribuição equilibrada do poder entre o município, o Estado e a Federação. Um dos aspectos da organização política nacional que sempre o apaixonou foi a questão tributária. Defendeu a necessidade de uma legislação capaz de harmonizar os direitos do produtor e do consumidor e o atendimento aos requisitos financeiros dos governos, de modo a se garantir a administração eficiente da sociedade e a solução hábil dos problemas públicos. (*Idem*)

Em 1958, deixa a presidência do Banco do Brasil para tornar-se Secretário de Finanças de BIAS FORTES, visando, assim, prepará-lo para o governo do Estado, já que a simpatia do PSD ao seu nome crescia. Como secretário de Finanças, visando melhorar as contas públicas, Tancredo elevou os impostos no estado, causando descontentamentos entre os fazendeiros e coronéis, e é aí que Walter Andrade cria o *jingle* da campanha de Magalhães: “Trabalhei o ano inteiro, aumentei a produção, o imposto levou tudo, lá se foi o meu feijão. Não há de ser nada não. Magalhães vem aí.” (MELO, 1994, p.163). Além do *jingle*, visando mexer com a imagem de Tancredo, era preciso lidar com a imagem impopular de Magalhães, sugerida pelo fato de ser banqueiro, e foi esta que foi vendida pela campanha.

Em nenhum momento, contudo, a campanha esconde este lado da vida de Magalhães. Era banqueiro sim, mas de origem humilde, que viera de baixo, crescendo por conta própria. E é esta história de perseverança, a história de Magalhães Pinto, que começa a chegar ao eleitor através de anúncios de campanha e chamada pelas rádios. (*Idem*, p.164)

Como parte da propaganda política da campanha para o governo do Estado, santinhos são lançados em todas as regiões em que apresentam na frente uma foto de Magalhães Pinto, aparentemente sentado, de terno e com os dizeres “NOSSO GOVERNADOR Magalhães Pinto”; já no verso, uma pequena biografia do então candidato.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO é um operário de si mesmo. Filho de modesta família de Santo Antônio do Monte, conheceu cedo as asperezas da vida. Muito jovem, transferiu-se para Juiz de Fora, onde iniciou os estudos e, ao mesmo tempo, sua vida de bancário. Exemplo de capacidade de trabalho, conquistou, por concurso, o emprêgo de escriturário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais aos 16 anos. E, três anos depois, aos 19, como gerente do Banco da Lavoura de Minas Gerais tinha encontrado a sua vocação. Incorporou elementos novos à técnica bancária. Revolucionou a rotina dos bancos mineiros, através da adoção do sistema de crédito pessoal, imprimindo maior alcance social e humano às finalidades desses estabelecimentos. Acreditando no progresso e no esforço do homem do interior, levou as casas de crédito às mais distantes regiões do Estado, criando agências locais.

O folheto segue enaltecendo Magalhães Pinto, ao mesmo tempo em que destaca sua participação no *Manifesto dos Mineiros*, bem como a fundação do Banco Nacional.

Era, aos 24 anos, um veterano. Tinha tão alta fôlha de serviços que a ninguém causada espanto vê-lo tão môço na direção do Banco da Lavoura. E foi um dos primeiros técnicos a conquistar pôsto em direção de banco particular apenas pela qualificação profissional, competência e precocidade. Aos 25 anos era Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais. Ampliou a projeção da entidade na vida do Estado. Fundou e foi o primeiro presidente, aos 27 anos, da Federação do Comércio de Minas Gerais. Já estava vinculado à resistência contra a ditadura. Na luta pela redemocratização, assinou, aos 34 anos, o histórico Manifesto dos Mineiros. O Governo ditatorial forçou sua destituição dos cargos de Diretor do Banco da Lavoura e Presidente da Federação do Comércio. Magalhães Pinto cumpriu simultâneamente vitoriosa carreira de líder da vida econômica e de homem público. Ao mesmo tempo em que fundava – com amigos e antigos bancários – o Banco Nacional de Minas Gerais, que é hoje um dos maiores estabelecimentos de crédito da América do Sul, disputava o mandato de Deputado Federal por Minas.

Após sua experiência como bancário e banqueiro, sua biografia política é citada

Constituinte de 1946, Secretário das Finanças do Govêrno Milton Campos, realizou administração de grande alcance para a economia mineira, reorganizando a Caixa Econômica Estadual, criando a Bôlsa de Valores e instituindo o Crédito Rural Supervisionado, através da ACAR. Vem sendo reeleito sucessivamente, com expressivas votações, Deputado à Câmara Federal.

Assim, para concluir a propaganda, as figuras privada e pública de Magalhães Pinto se misturam, a fim de corroborar que ele é o melhor candidato para o governo do Estado. (Figura 9).

Homem simples, sereno e compreensivo, não tem inimigos, marcando-se a sua vida pública pelo esforço construtivo em favor das causas de interesse coletivo.

Administrador experiente, enérgico e vitorioso, a sua vida é uma garantia de honradez, dinamismo e trabalho, e o seu nome, já registrado como candidato ao Governo do Estado em 1960, é esperança do povo para o desenvolvimento econômico e bem-estar social de Minas Gerais.

UM ÊRRO CUSTA 5 ANOS – VOTE CERTO. VOTANDO EM Magalhães Pinto PARA GOVERNADOR.

Para vencer um candidato à altura da política e experiência que Tancredo Neves já possuía naquele momento, provavelmente a estratégia da equipe de campanha de Magalhães foi, num primeiro momento, demonstrar as raízes simples de um menino do interior e que, antes dos 30 anos, já ocupara diversos cargos centrais no Estado. Ou seja, que sim, é possível vencer na vida com trabalho e esforço. Já num segundo momento, a ideia é apresentar o bancário bem-sucedido, que modificou a estrutura de crédito em seu estabelecimento e que poderia, dessa forma, melhorar e transformar o Estado, já que pensava as “causas de interesse coletivo”. (Figura 10)

O programa de governo de Magalhães Pinto, intitulado “Magalhães: a Revolução Municipalista em Marcha”, contava com 100 pontos distribuídos em 19 itens, a saber: Governo e Desenvolvimento; Municipalismo; Agricultura e Pecuária; Educação e Ensino; Proteção aos Recursos Naturais; Minérios – Siderurgia – Gusa – Reflorestamento; Indústria; Saúde Pública e Assistência; Transportes e Energia; Pequenas e Médias Atividades Econômicas; Abastecimento; Turismo; Valorização do Trabalho; Polígono das Sêcas; Regime Penitenciário; Moradia; Expansão; Organização e Administração; Finanças Públicas.

Neste sentido, alguns pontos merecem destaque. O primeiro, “Governo e Desenvolvimento”, é composto por cinco perguntas que giram em torno de entender quais são os planos para o povo mineiro. Segundo Magalhães Pinto, o povo deseja renovação e afirma: “Êsse anseio nasce dos tremendos sacrifícios e sofrimentos da população mineira. Sou candidato para lutar pela renovação que o povo tanto deseja. Sou candidato porque me sinto em condições de realizar essa renovação”. E continua:

O povo está sofrendo muito. Jamais estiveram os homens do governo tão distantes do povo. O resultado é este: o povo não acredita nos homens do governo. E, por isso, exige que outros métodos sejam experimentados, mais

voltados para a pessoa humana. E exige, ainda, que os novos planos sejam executados por aqueles cujo passado seja uma garantia de administração objetiva, atuante e prática.

A pergunta três é a que nos chama mais a atenção: “Os homens do govêrno costumam dizer que o povo tem de sofrer para que o País cresça. Qual o seu pensamento?”. Eis a resposta:

Sou favorável ao desenvolvimento do País. Sempre lutei e continuarei a lutar por êle. Mas é absurdo admitir que a condição do progresso material seja o sacrificio da pessoa humana, o sacrificio do povo, até a subnutrição, a fome, a miséria. Acima de tudo, é preciso respeitar a pessoa humana. Adianta progredir se a fome ronda o povo? É preciso progredir, sim, e muito, sem que, entretanto, a angústia e as privações sejam o tormento dos lares. O progresso que se quer é o que assegure tranquilidade e bem estar aos que vivem de seu próprio trabalho. Progresso, sim, mas humano e cristão.

Ao ser questionado sobre realizar o trabalho de base em cinco anos, é incisivo

Sou vocacionado para o trabalho construtivo. O pessimismo nada constrói. Acredito nas qualidades admiráveis da gente mineira. Tenho fé e confiança no futuro. Confio no trabalho perseverante. Em cinco anos, com a ajuda dos mineiros, muito se caminhará. Novas condições de progresso e bem estar serão conquistadas, através de novo estilo de govêrno, através da renovação político-administrativa.

Já o ponto “Educação e Ensino” conta com quatro perguntas e gira em torno da qualidade da educação no estado que, em outros tempos, teria sido líder no ensino primário. Faz um panorama geral do que pensa da educação e aponta algumas soluções para a questão

Nenhum outro programa é mais importante. Na base de qualquer programa de desenvolvimento, há de estar a melhoria do nível de conhecimento de nossa gente. Não é possível continue nosso Estado com 60%, ou mais, de analfabetos. Não é possível continuemos com mais de um milhão de crianças, em idade escolar, sem escolas. O problema do ensino tem de ser atacado por todos os modos e meios. É humilhante a situação de Minas, em matéria de ensino.

Construirei [escolas] tantas quantas forem necessárias à alfabetização de, pelo menos, um milhão de crianças. Refiro-me ao ensino primário. Tenho planos que permitirão a construção de escolas funcionais e de baixo custo, por todo o Estado. A ampliação da rede de ensino primário será uma bandeira, para qual também serão convocados todos os mineiros.

Dois outros pontos que merecem destaque são “Proteção aos recursos naturais” e “Minérios – Siderurgia – Gusa – Reflorestamento”⁷⁷. Em relação ao primeiro ponto, Magalhães afirma que, para proteger os recursos naturais, é necessário fazer um levantamento das reservas minerais do Estado (cobre, zinco, estanho, chumbo, alumínio, níquel, urânio, tório, manganês) visando a industrialização do Estado e do país. Já em relação à exploração dos minérios, Magalhães elenca quatro itens que seriam implementados

- a) Para que se atenda aos melhores interesses do País, somente a empresas nacionais deve ser permitida a exportação de minérios;
- b) Um regime compensatório deve ser instituído em favor do Estado e do município em que se processe a lavra;
- c) A lavra deve ser estimulada desde que objetive não apenas a exportação mas também e principalmente a industrialização do minério, no Estado;
- d) O Estado deve criar condições de industrialização intensiva dos minérios nas regiões em que se encontrem, ou pelo menos, dentro do próprio território de Minas Gerais.

[a exportação compensada] (a) em participar a empresa exportadora mediante a subscrição de ações, no capital das sociedades que se criarem para a produção de aços e ligas; (b) na reversão de parte dos lucros de exportação em favor das comunidades situadas na área ou região da jazida, sob a forma, por exemplo, de construção e instalação de escolas primárias, escolas de formação técnico-profissional relacionada com a atividade metalúrgica, postos de saúde, centros de assistência social etc., ou (c) na fixação prévia, segundo interesse nacional, de quotas de exportação.

Poucos meses antes do fim da campanha, o ânimo da equipe de Magalhães é outro, até pequenas manifestações de euforia eram permitidas pelo candidato; ele próprio decide mudar o meio de transporte do início da campanha: troca o avião *Cessna* por um de maior porte, DC-3, alugado, com capacidade para mais de 20 passageiros. A empolgação era tanta, que Magalhães mandou pintar do lado de fora do avião o *slogan* “Manda Brasa”.

Roberto Resende, médico e parente de Magalhães, afirma que a influência de Jânio Quadros nos comícios mais ao final da campanha foi importante e fez com que os eleitores se tornassem mais receptivos a Magalhães. Contudo, aponta uma diferença entre ambos: “Ele, que nunca foi populista, fez o povo gostar dele e até mesmo se empolgar” (*Idem*). Resende

⁷⁷ Ressaltamos que a importância de citar estes pontos e como veremos nas discussões a seguir, recai na questão de Minas ser grande produtora de minérios e que tal atividade acabou por resultar em dois grandes desastres ambientais envolvendo as maiores mineradoras do país. Em 2015, a barragem da Samarco em Mariana se rompeu deixando 18 mortos e causando o maior desastre ambiental do Brasil. Já em 2019, a barragem da Vale em Brumadinho também se rompeu vitimando 270 pessoas, das quais 11 ainda estão desaparecidas.

ainda afirma que Magalhães sempre foi muito corajoso e narra dois fatos para provar a coragem do paciente.

Numa viagem a Carlos Chagas, com um avião bastante precário, chovia muito e só havia lama e água na pista de pouso. Poucas pessoas esperavam pelo comício na praça. O piloto afirma que seria melhor retornar e é Resende quem responde “José Afonso, o homem morre, mas não falha”; o piloto pouso, Resende se assusta, grita “José Afonso, você é louco?” e ouve “Não, doutor Roberto. O homem morre, mas não falha”. Enquanto isso, Magalhães estava pálido e mudo. Outro fato narrado foi o acidente sofrido quando Magalhães voltava de Juiz de Fora para Belo Horizonte, em que a porta do carro que estava abriu e Magalhães foi lançado para fora. Mesmo com o braço engessado, ferimentos na testa e a negativa do médico, prosseguiu nos comícios. Assim, afirma Resende: “Estas aventuras fizeram muito à campanha de Magalhães. Um candidato como esses não perde a eleição, diziam” (*Idem*).

Resende segue dizendo que é em Juiz de Fora, faltando 20 dias para a eleição, que ele tem certeza da vitória. Mudou-se para a cidade a fim de garantir mais votos para Magalhães, já que

Era preciso garantir o máximo de apoio em Juiz de Fora, tida como uma cidade difícil, com fama de governista e, portanto, do lado de Tancredo. Foram 20 dias de visitas e fábricas e portas de cinema. Fazendo panfletagem na Rua Halfeld, entregando o emblema de Magalhães – um pintinho que marcava seu nome - numa ponta da rua e um amigo na outra ponta distribuindo o emblema de Jânio Quadros – a vassoura que varreria a corrupção – Roberto percebeu “Grande parte recusou a vassoura e aceitou só a do pinto. Para mim a vitória de Magalhães ficou clara.” (*Idem*)

No dia 3 de outubro, já em Belo Horizonte, Roberto Resende chega à casa de Magalhães e o chama de governador e logo é questionado.

- Por que está dizendo isto?
- Senti que você vai ganhar em Juiz de Fora.
- Se eu ganhar lá, ganho no Estado inteiro. (MELO, 1994, p.165)

Em 3 de outubro de 1960, a UDN consegue eleger seis governadores no país, inclusive Magalhães Pinto. Há quase 20% de abstenção, dando a Magalhães Pinto 760.427 votos, contra 680.539 para Tancredo e 59.611 para José Ribeiro Pena. Clóvis Salgado é eleito vice-governador com 500.830 votos, contra 304.365 para San Tiago Dantas, 198.028 para José Maria Alkmin e 134.159 para Nelson Luiz Thibau. Jânio Quadros vence em Minas com

692.044 votos, contra 679.951 para Henrique Teixeira Lott e 183.599 para Ademar de Barros. Milton Campos vence em Minas para vice-presidente, mas perde no país para João Goulart. Jânio é eleito no país com 5.636.623 votos e João Goulart vence com 4.547.010.

Algumas análises são feitas em torno da vitória de Magalhães Pinto. Bandeira de Melo afirma que assessores e companheiros de campanha dizem que o excesso de confiança de Tancredo, até à própria intuição política de Magalhães, explicam a virada deste, ao lado da grande sensibilidade que Magalhães tinha no trato com o eleitorado e seus interesses. Já Norma Monteiro aponta quatro pontos que devem ser pensados nestas eleições: primeiro, a cisão dentro do próprio PSD a partir da candidatura paralela de José Ribeiro Pena; segundo, um erro de estratégia que resultou na indicação de dois candidatos a vice-governador; terceiro, o desgaste de Tancredo perante a opinião pública, provado pela denúncia da “banda de música” da UDN de que, como diretor do Banco do Brasil, teria privilegiado um trustee americano; quarto, a fulminante campanha de Jânio Quadros à presidência que acabou por favorecer todos os candidatos udenistas nos estados (MONTEIRO, 1994, p.458).

O jornal *O Seminário* – da semana entre os dias 1 e 7 de outubro de 1960, ou seja, durante o período eleitoral – apresenta duas reportagens que chamam a atenção. A primeira, intitulada “Magalhães Pinto paga salário de fome aos funcionários do Banco Nacional de Minas” vai de encontro com um dos principais *slogans* da campanha: a situação do funcionalismo estadual. Em campanha, Magalhães Pinto criticava o atraso e os baixos valores pagos, ao mesmo tempo em que se identificava como sendo de origem pobre, deixando claro que entendia os problemas do povo. Contudo, segundo a reportagem, Magalhães Pinto é considerado pelos bancários do estado o pior representante da classe. O Banco Nacional ocupa o último lugar na lista de salários pagos aos funcionários: dos 877 funcionários do Nacional em Belo Horizonte, somente 166 são sindicalizados, sendo assim, o menor índice do Estado.

Já a segunda trata da relação entre o então candidato ao governo do Estado e a *Société Industrielle Mécanique et Carrosserie Automobile* (SIMCA), um trustee ítalo-francês trazido para Belo Horizonte em 1958. Segundo a reportagem, um acordo foi estabelecido entre o grupo automobilístico e o Banco Nacional que teria boa entrada com o governo federal, encabeçado por JK. Para tanto, Magalhães Pinto teria feito uma única proposta: a SIMCA simularia a construção de uma fábrica em BH, facilitando, assim, favores na Presidência da

República. Contudo, deixou claro que “jamais pretendia construir qualquer fábrica em Minas”.

O sr. Magalhães Pinto ao lançar o plano da fábrica de automóveis em Minas procurava não só conquistar a boa graça do Presidente da República, mas ainda via nisso uma excelente "promoção" eleitoral, pois, desde aquela época articulava as suas manobras de candidato ao governo do Estado. (O SEMINÁRIO, 1960, p.3)

A reportagem ainda afirma que Magalhães Pinto teria aconselhado a SIMCA a fazer algumas obras de terraplanagem em terrenos em Santa Luzia – local em que seria montada uma fábrica de automóveis, visto que o governador do estado, Bias Fortes, já teria acordado a desapropriação dos mesmos em até 48 horas, a partir de um acordo com os antigos proprietários e pago de imediato pela área. O caso foi vendido para a população como um passo importante do estado à industrialização, tendo Magalhães Pinto como o “campeão do desenvolvimento do Estado”. Contudo, tal negociação foi descoberta pelo jornalista José Costa que tratou a negociata como “caso de polícia”.

Há ainda referência ao que o jornal chama de “SIMCA *Press*”, em que um grupo de jornalistas e radialistas teriam sido subornados e contratados para publicitar a campanha eleitoral de Magalhães Pinto. Segundo a reportagem, as acusações foram feitas por Carlos Lacerda, naquele momento, em conflito aberto com o então candidato da UDN ao governo de Minas. Afirma a reportagem

Testa-de-ferro de grupos imperialistas franceses, e sócio dos mesmos em negociatas (caso de montagem dos carros importados de acordo com a Lei Bllac Pinto), o sr. Magalhães Pinto montou em seu escritório de "Relações Públicas", uma máquina para influenciar os pronunciamentos políticos de diversos órgãos da imprensa falada e escrita. O chefe da "Simca Press" é o Jornalista José Aparecido de Oliveira, que acumula estas funções com a do coordenador da campanha do sr. Jânio Quadros. O trabalho da "Simca Press" começou com a colocação, no serviço de relações públicas da "Simea", dos chefes da reportagem política dos principais jornais de Belo Horizonte. E cada um começou a receber 15 mil cruzeiros mensais, mas com o esclarecimento de que sua única missão consistia em levar aos jornais em que militavam a tomar posições simpáticas as sr. Magalhães Pinto. Pouco a pouco, a "Simca Press" foi crescendo, chegando ao ponto de dominar completamente a Sucursal da "Última Hora" em Minas que, contrariando a orientação nacional correta do órgão do sr. Samuel Wainer, assumiu a defesa do candidato que é o ponto de sustentáculo da campanha Jânio Quadros no estado montanhês.” (*Idem*)

Carlos Lacerda, em reportagem no *Tribuna da Imprensa* de 11 de abril de 1960, citada pelo *O Seminário*, afirma sobre o caso

Em vez de vigiar, a presidência da U.D.N. conspira contra nós, intriga e usa a imprensa para disseminar notícias falsas que me convém corrompendo jornalistas desonestos e enganando os honrados. Tudo para esconder fatos Irrecusáveis como este: ao concessionário da Simca falta a possibilidade de ser independente bastante para dizer o que a Oposição deve dizer sobre o escândalo dessas concessões. (*Tribuna de Imprensa*, 1960, s.n)

O jornal termina afirmando que, apesar das acusações de Lacerda, ele não deixa claro dois principais pontos: Magalhães Pinto não só teria corrompido uma parcela da mídia em benefício próprio, como também teria colocado os interesses nacionais abaixo de um grupo imperialista estrangeiro.

O sr. Magalhães Pinto nada mais é do que um agente de categoria do truste francês, que o usa para obter imensas vantagens Junto aos poderes públicos e que utiliza em sua atividade as mais variadas formas - de corrupção e suborno da Imprensa e dos círculos políticos. Eis aí o homem de Jânio em Minas, aquele que deseja impedir a vitória de Lott e de Tancredo Neves, os candidatos das forças nacionalistas. (*Idem*)

3.2. José de Magalhães Pinto: o governador

Como governador, busca aumentar a eficiência dos órgãos governamentais a partir de um rigoroso planejamento para aplicar os recursos. Com a criação do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig)⁷⁸, cujo principal objetivo era promover estudos sobre a economia mineira para estimular e racionalizar investimentos públicos e privados, Magalhães apoia a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)⁷⁹ para garantir financiamentos a médios e longos prazos para empreendimentos modernizantes. Monteiro define que a política econômica de Magalhães Pinto pressupunha o fortalecimento tanto da mentalidade de planejamento público como de sistema financeiro estadual (MONTEIRO, 1994, p.546).

⁷⁸ Criado pela Lei 2323, de 23 de dezembro de 1961 que substituiu o Conselho Estadual de Economia e Administração e a Coordenação do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Para mais detalhes <http://www.codemig.com.br>. Acesso em 09/04/2019.

⁷⁹ Criado pela Lei 2607, de 5 de janeiro de 1962. Para mais detalhes <https://www.bdmg.mg.gov.br>. Acesso em 09/04/2019.

Sendo assim, o Codemig tornou-se a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico responsável por planejar e gerar os “princípios orientadores da política de captação e de aplicação de recursos” (*Idem*). Em pouco tempo, foi possível a instalação de diversas fábricas em diferentes regiões do estado, ao mesmo tempo em que fez um levantamento sistemático do ensino primário em Minas. Expandiu-se o crédito público através dos bancos do estado⁸⁰, que se tornaram “efetivos instrumentos de financiamento” de novos projetos e daqueles já instalados.

Os esforços visando a aumentar o nível de racionalidade da ação governamental decorreram, em grande medida, da consciência crescente, por parte de Magalhães Pinto e de seus assessores, das dificuldades de acelerar a modernização econômica de Minas, em vista da proximidade do Estado dos pólos mais dinâmicos da economia brasileira, São Paulo e Rio de Janeiro. O planejamento passou a ser cada vez mais considerado como o pressuposto da eficácia da política econômica. As prioridades da ação governamental foram também rapidamente definidas: fortalecimento da infraestrutura; atuação sobre os pontos de estrangulamento da economia rural, especialmente com relação ao crédito, assistência técnica e mudança de mentalidade; amparo efetivo à implantação de novas indústrias, mediante facilidades de crédito, vantagens fiscais e apoio tecnológico. (MONTEIRO, 1994, p.547)

Para realização das metas propostas em campanha, Magalhães contou com grande apoio dos EUA na figura do presidente John Kennedy, através da Aliança para o Progresso⁸¹. Essa aproximação pode ser justificada pela dificuldade que os governos estaduais estavam tendo em captar mais recursos advindos do governo federal, já que João Goulart enfrentava crises com a sociedade e o governo americano. Para o presidente norte-americano, o lançamento da Aliança em 1961 para a América Latina pretendia

[...] se formos bem-sucedidos, se nosso empenho for arrojado o suficiente e determinado o suficiente, então o final desta década será marcado pelo início de uma nova era na experiência americana. Os padrões de vida de cada família americana estarão no auge, a educação básica estará disponível para todos, a fome será uma experiência esquecida, a necessidade de ajuda externa maciça terá passado, muitas nações terão entrado em um período de crescimento autossustentável e mesmo que ainda haja muito a fazer, cada república americana será a mestra de sua própria revolução. (FICO, 2014, p.27)

⁸⁰ Entre eles o Banco do Crédito Real; o Banco Mineiro da Produção; o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

⁸¹ Para mais detalhes <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em 07/10/2019.

Magalhães buscou modernizar a agricultura e a siderurgia, tão visadas em governos anteriores. O campo, através da criação da Eletrificação Rural de Minas Gerais S. A. (ERMIG) e da ampliação do crédito para os produtores rurais, foi o primeiro a sentir as medidas do governador⁸². Criou, ainda, o Conselho Superior de Agricultura, o Conselho de Assistência Social do Trabalhador Rural, a Comissão Especial de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce (Codevale) e o Conselho de Desenvolvimento do Sul de Minas.

Já para a siderurgia, focou em ampliar a produção e assegurar que o lucro ficasse cada vez mais no estado: “seu objetivo era transformar a exploração do grande potencial mineral em efetiva fonte de fortalecimento econômico do Estado” (*Idem*). Assim, criou a Metais de Minas Gerais S. A e transformou o Instituto de Tecnologia Industrial em Instituto de Minérios e Tecnologia. “Durante todo o seu Governo, Magalhães Pinto enfatizou a necessidade de reformulação da política mineral brasileira, que não canalizava para Minas os recursos provenientes da exploração das reservas estaduais” (MONTEIRO, 1994, p.548).

Na mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa em março de 1964, Magalhães Pinto explicou os motivos que o levaram a concentrar recursos no desenvolvimento rural e na industrialização do Estado. Abordou primeiro as desigualdades econômicas dentro de Minas, com as regiões pobres pesando tanto, de modo a fazer com que a renda *per capita* do Estado fosse apenas 70% da média nacional. Mostrou em seguida que a taxa de crescimento mineiro era inferior à do País e até mesmo à do Nordeste. Enfatizou a diminuição gradual da participação de Minas na renda nacional e no próprio conjunto da população brasileira, comparando a taxa de crescimento demográfico de Minas, no decênio 1950-1960, com a brasileira: 2,30% e 3,14%, respectivamente. Comentou também outros indicadores dos problemas econômicos do Estado: o índice elevado de migração, havendo mais mineiros fora de sua terra do que nordestinos fora do Nordeste; o elevado percentual de população rural - 60% - produzindo apenas 22% da renda estadual e, por fim, a baixa contribuição do setor industrial na composição da renda estadual: apenas 16%. (*Idem*)

Procurando diversificar a economia do Estado, estabeleceu bases para a criação da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (Utramig), pensada para formar mão de obra técnica especializada para o estado; expandiu as indústrias com a criação da Frigonorte e a Frimisa para abate, estocagem e industrialização da carne; a Prodemig e a Lactimisa, visando ampliar a entrada no mercado alimentício nacional.

⁸² “Durante seu Governo, duas experiências pioneiras foram iniciadas pela Secretaria de Agricultura: o Plano Integrado de Exploração Agrícola Racional do Vale do Palmital e o da alimentação do gado na seca. A Secretaria instituiu também as chamadas Unidades de Penetração Rural, com o objetivo de levar às regiões mais distantes, pelo preço de custo, os diversos insumos essenciais à produção agrícola.” (MONTEIRO, 1994, p.547).

Em outubro de 1963, regulamenta a Secretaria do Trabalho e Cultura Popular, criando um vínculo entre o governo e os sindicatos: “A época era de grande mobilização popular, forçando o Governo a ter de manifestar-se com relação às questões sociais que polarizavam a opinião política nacional” (*Idem*). Era a favor de uma regulamentação do estatuto de terra “em moldes racionais, democráticos, justos e humanos”. Considerava importante a ajuda norte americana através da Aliança para o Progresso, pois poderia, assim, implantar cooperativas habitacionais para resolver o problema de moradias no estado.

Ainda em 1963, segundo Bandeira de Melo, Darcy Bessone teria sido convidado ao Palácio da Liberdade, em que ouve do governador de Minas que este sairia como candidato à Presidência da República em 1965, tendo Miguel Arraes⁸³ como vice. Bessone seria o interlocutor. Destarte a conversa teria este tom:

- Mas como, se o Arraes é de esquerda e o senhor sempre foi visto como de direita?
- Eu sou de esquerda.
- Mas como de esquerda?
- Você não conhece a minha origem pobre?
- Mas hoje o senhor não é um banqueiro?
- Mas comecei como bancário. *Não tenho culpa de ter crescido.* (MELO, 1994, p.168, grifos meus)

Tal afirmação nos leva a inferir que Magalhães Pinto – banqueiro, signatário do Manifesto dos Mineiros, aliado a UDN – considera-se de esquerda por ter “origem pobre”. Contudo, o que pudemos perceber é que, mesmo com discursos simplistas, de aproximação com a classe trabalhadora, Magalhães nunca se aliou ao pensamento dos partidos considerados de esquerda naquele momento. E isso ficará mais claro ao longo da discussão seguinte. Para Bessone: “Não é um homem de ideologia. Via os conceitos de direita e esquerda como parte do jogo político e não tinha, em relação a eles, uma posição fechada a seu próprio respeito” (*Idem*, p.169).

Os jornais *O Jornal*, *Última Hora* e *Gazeta de Notícias*, no dia 29 de janeiro de 1964, noticiaram sobre a campanha de Magalhães Pinto para candidato ao Palácio do Planalto. Segundo o primeiro, sua viagem para se apresentar ao Brasil se iniciaria dali 45 dias em direção aos estados do Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe; partindo em sequência para os estados do Sul (*O Jornal*, 1964, p.1). O UH afirma que, dia 31

⁸³ Segundo Starling (1986), Magalhães tece articulações com o PSD de Juscelino, tenta agregar dissidentes da UDN e do PSD, até “flertar” com Arraes, numa chapa “Magalhães-Arraes” para 1965.

de janeiro, Magalhães fará um discurso sobre o balanço do seu terceiro ano como governador e então passaria o cargo para seu vice, Clóvis Salgado. A viagem ao Nordeste seria “para observações políticas” (Última Hora, 1964, p.1). A edição do *Jornal do Brasil* do dia seguinte reafirma a coletiva de imprensa para falar do “trabalho e paz” do governo, onde, além de discursos, as festividades contarão com a inauguração de obras na capital mineira, bem como um desfile militar e a apresentação da Escola de Samba da Portela (Jornal do Brasil, 1964, p.12).

A *Tribuna de Imprensa*, também no dia 30, apresenta o que seria o *slogan* da campanha de Magalhães Pinto: “MP-65⁸⁴ – O Brasil precisa de paz”. Afirma, ainda, que o pronunciamento consistirá em três partes:

1^a) realizações estruturais em Minas, programadas e executadas durante o triênio; 2^a) posição política do governador do Estado em face da conjuntura política do País; 3^a) posição política em relação à sua candidatura à Presidência da República e seu pensamento sobre os problemas nacionais. (Tribuna da Imprensa, 1964, p.4)

Segue afirmando que pontos administrativos foram analisados junto a Jânio Quadros, ao passo que questões levantadas em torno da “posição popular e progressista” têm o aval de Miguel Arraes, deixando, assim, claro que “O sr. Magalhães Pinto cuida do assunto com muito cuidado, pois, em fevereiro, ao que tudo indica, estará fazendo uma campanha eleitoral no Norte e Nordeste do País, pois ‘sua candidatura é irreversível’” (*Idem*).

O *Jornal do Comércio*, ao dia 31 de janeiro, afirma que o pronunciamento de Magalhães Pinto será transmitido pela TV e que falará sobre

o perigo que corre o povo brasileiro com as divisões políticas violentas [e que] no centro do conflito ‘entre as facções que se degladiam’, se encontra o problema sócio-econômico, para o equacionamento do qual, pede a realização imediata das reformas de base [...] diante da situação da crise brasileira, que oferece, contudo, perspectivas de soluções duradouras e profundas [e apresenta] métodos específicos para que se alcance estágios do progresso [onde] no centro dos conflitos, está o problema sócio-econômico [afirmando] acreditar na vocação cristã, democrática e progressista do povo brasileiro, através de um diálogo profundo entre as correntes partidárias. (Jornal do Comércio, 1964, p.3)

⁸⁴ MP, refere-se a Magalhães Pinto. 65, ao ano 1965.

Mais detalhes das comemorações sobre os três anos de governo são descritos pelo jornal, que afirma que os festejos do triênio seguirão intensos pelo mês de fevereiro, com inauguração de diferentes obras e que, no almoço oferecido naquele dia, os jornalistas receberiam um troféu escrito “O minério é mineiro: de Minas para o Brasil”. Ainda para celebrar, descreve que cada escola de samba da cidade a se apresentar conduzirá faixas com os dizeres: “A escola de samba (nome de cada uma) saúda o Governador da Paz e pede licença”. Já as ruas estarão enfeitadas com as palavras, sendo que todos os textos terão a sigla MP: “MP: três anos de paz. Minas trabalha em Paz. Paz para o Trabalho. Energia para o campo. Seiscentas novas escolas em Minas. O minério é mineiro. Mais saúde para os mineiros. Combate à ignorância, à doença e à miséria” (*Idem*).

O Jornal, em matéria da mesma data, afirma que o pronunciamento de Magalhães Pinto pautará na crise brasileira que, para ele, pode “refundar em desfechos extralegais, ‘embora contenha em si, as perspectivas de soluções animadoras’” (*O Jornal*, 1964, p.1). Continua a reportagem destacando e descrevendo alguns pontos do pronunciamento. “Elas [as soluções] não virão sem as reformas [...] só será possível resolver os problemas tendo em vista ‘a vocação democrática e progressista do povo brasileiro e a harmonização das correntes político-partidárias em favor do desenvolvimento nacional.’” (*Idem*).

Segundo *O Jornal*, Adhemar de Barros também fará um pronunciamento à nação sobre seu primeiro ano de governador de São Paulo. Concordeará com Magalhães Pinto sobre as questões em torno da “existência de uma crise geral no país, que poderá levar de roldão as nossas instituições”. Contudo, o paulista adotará uma linha bastante diferente ao falar sobre as soluções para o país.

Para superar as dificuldades nacionais [...] a ênfase na necessidade de preservar a Constituição das investidas do governo federal e de fortalecer a autonomia dos Estados. Será, em síntese, uma reafirmação do espírito constitucionalista de 1932, ao qual aludirá, prometendo novamente lutar em defesa da nossa Carta Magna. (*Idem*)

O Correio da Manhã, na mesma data, noticia

No seu pronunciamento, o sr. Magalhães Pinto reafirma a sua índole democrática e cristã, defende a reforma agrária com a participação dos Estados na sua execução, analisa dos efeitos da inflação e faz, ainda, um apelo à pacificação dos espíritos e combate às dissensões que se registram nas mais diferentes áreas políticas. Aborda o sr. Magalhães Pinto, ainda, a

sua administração e menciona a política de minérios. (Correio de manhã, 1964, p.6)

O *Última Hora*, em sua coluna “Informa e Comenta”, assinada por Paulo Francis, opina sobre o Discurso de Magalhães.

Hoje, o Governador Magalhães Pinto oferecerá um almoço à imprensa em Belo Horizonte, quando discursará sobre sua administração (em terceiro aniversário) e lançará sua plataforma de candidato à Presidência. Em várias passagens, criticará o terrorismo planejado dos grupos de extrema direita e o culto do “homem providencial”, assim como as intenções reais que se escondem sob essas táticas: a manutenção da arcaica estrutura do campo e da espoliação estrangeira (mencionará a luta contra a Hanna-IBAD). Magalhães está informando não só da participação direta do Carlos [Lacerda] no caso CUTAL, como das táticas que o IBAD empregará na convenção, que serão substancialmente as mesmas já testadas em Curitiba. Desta vez, porém, as coisas serão diferentes. É lamentável, aliás o destino da UDN, ontem babosamente comentado pelo principal vespertino do IBAD na GB. Tamanha é a subserviência do partido aos desígnios do Carlos, que assistimos ao absurdo da antecipação da convenção nacional, para favorecer o “fuehrer”, enquanto ele impõe o oposto ao diretório da GB, para impedir a candidatura Amaral Netto.⁸⁵ (Última Hora, 1964, p.3)

Esses excertos nos mostram um ainda governador já com pretensões presidenciais. Antes mesmo de terminar seu mandato, Magalhães já pretendia deixar o cargo e sair em viagens pelo Brasil se apresentando como o candidato à presidência que sabia exatamente como consertar os problemas que o país enfrentava naqueles anos. Pelas fontes pesquisadas, não nos é possível datar o momento em que Magalhães Pinto toma a decisão de se candidatar ao Executivo⁸⁶ e nem que tal desejo já era algo ambicionado desde o início de sua carreira política. Contudo, segundo sua mãe, Dona Maricota, o destino⁸⁷ de Magalhães Pinto era ser grande. E, para isso, sempre quis o poder, sempre buscou o poder. Segundo Bandeira de Melo, ninguém mudou tanto na vida política e na pública quanto Magalhães, mas não deixou de ser ele mesmo: sempre viciado em política (MELO, 1994, p.116-117).

Para muitos, esse vício em política era porque o destino de Magalhães não era outro a não ser Presidente da República, por sua obstinação e capacidade política. Mas, para outros,

⁸⁵ Para mais informações <https://www.camara.leg.br/deputados/74832/biografia>. Acesso em 02/12/2019.

⁸⁶ Mas, pelas reportagens citadas, o ano de 1965 nos pareceu decisivo para entendermos o lugar que Magalhães Pinto ocupa na política nacional e o porquê da decisão de lançar-se candidato.

⁸⁷ Compreendemos que o termo destino destoa quando fazemos uma análise historiográfica das fontes de pesquisa, contudo, conforme as mesmas, muitos daqueles que conheceram e conviveram com Magalhães Pinto, usam este termo para justificar os caminhos percorridos por ele.

seu destino era somente ser grande. Apesar disso, ao longo do tempo, ele próprio mudou seu caminho, jogando o jogo que era preciso jogar. Para Bandeira de Melo

[...] Magalhães trocou seu destino marcado por outro mais a seu gosto, teria desenhado ele próprio uma espécie de destino artesanal costurado de sonhos e de obstinação. Tudo é destino, dirão os realistas, o que é aceitável, mas nada que se refira a Magalhães Pinto tem a lógica dos projetos matemáticos. (*Idem*)

Enxergamos em Magalhães Pinto, neste trabalho, duas características descritas como traços da mineiridade e que nos permitem entender por que tinha entrada tanto na esquerda quanto na extrema direita: era oportunista e hábil. Assim, o dia 31 de março de 1964 muda muita coisa. Para o país, para o próprio Magalhães Pinto.

3.3. Magalhães Pinto: o conspirador

Traduz-se por novas perspectivas a presidência da República. Um homem como Magalhães Pinto, inquieto, jeitoso no trato político, ousado, e sobretudo empreendedor, realmente não é de acreditar que uma batalha está perdida até que se entre em campo e se prove isto, ou o contrário. Mas que se prove. Sabia virar um jogo. Magalhães chegara num ponto crucial, aquele em que não há mais retorno para os que traçam um destino e fazem o que podem para interferir no desenrolar dos fatos. E àquela altura, o destino que Magalhães escolhera para si já não tinha lugar para mais nada que não fosse avançar um novo degrau na política. (MELO, 1994, p.158)

Como bem sabemos, tal desejo não se realizou. Em 31 de março de 1964, o governo João Goulart é derrubado pelo Golpe iniciado em Juiz de Fora – tido por Magalhães Pinto como a “Revolução de 1964” – e nosso personagem seria figura central na preparação, execução e continuidade daqueles 21 anos. Em seu estudo sobre o papel do IPES, os “Novos Inconfidentes” em Minas Gerais, Heloisa Starling afirma que eleger Magalhães Pinto como “o chefe civil da revolução” após a vitória do golpe em 1964 apresenta alguns equívocos básicos.

Para a autora, análises anteriores localizam movimentações em Minas após a renúncia de Jânio Quadros, como em 1961 com o Manifesto dos Governadores em que, a partir desse momento, Magalhães teria iniciado “articulações conspiratórias” que culminariam em março de 1964. “O longo período transcorrido – de 1961 a 1964 – seria explicado em função da necessidade de criação do ‘momento ideal’, quando a ‘maturidade do povo e das Forças Armadas’ possibilitasse o desencadeamento de um movimento consequente” (STARLING,

1986, p.128). Assim, segue Starling, ao centrar o movimento conspiratório na figura civil do governador (e de seus secretários, Oswaldo Pierucetti e José Aparecido de Castro), o golpe de 1964, “altamente político e civil em sua formação e execução”, exclui diversos elementos opositores que fizeram parte “de uma poderosa mobilização conservador-oposicionista” (*Idem*, p.129), em especial o IPES.

Contudo, nosso trabalho entende a liderança atribuída a Magalhães Pinto a partir de novos documentos que, à época, Heloisa Starling não teve acesso. Então, ainda como governador, passa a conspirar com grupos nacionais e apoio americano. Segundo Carlos Fico, existe farta documentação sobre a campanha de desestabilização do governo de João Goulart já em 1961, mas não existem evidências que comprovem que todos os envolvidos, desde o início, planejavam sua derrubada. É certo que queriam enfraquecê-lo visando as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965. Já o papel americano, na tentativa de desestabilização, veio por meio de apoio financeiro e militar. US\$5 milhões teriam sido liberados pelos Estados Unidos para os governadores que fizessem oposição a Goulart. E nesta “negociação” estava Magalhães Pinto, governador da “ilha de sanidade administrativa” mais ativa na conspiração contra Jango, que viria, em 1964, a ser um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março (FICO, 2014, p.31-32).

Militarmente, a *Operação Brother Sam*⁸⁸, mantida secreta por 12 anos⁸⁹, era mais uma parte do plano americano de interferência no Brasil. A operação consistia no envio de tropas da Marinha norte-americana para o porto de Santos com chegada marcada para 11 de abril, visando apoio aos golpistas caso houvesse reação dos legalistas⁹⁰. Em reunião entre o embaixador Lindon Gordon e Richard Goodwin, secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, o presidente John Kennedy concorda com as colocações de ambos. Carlos Fico transcreve o tom do encontro

Gordon: Creio que uma de nossas tarefas mais importantes consiste em fortalecer a estrutura militar. É preciso deixar claro, porém com discrição,

⁸⁸ Para uma análise completa sobre o que foi a *Operação Brother Sam*, ver: FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁹ Somente em 1976, o jornalista Marcos Sá Corrêa, em matéria pelo *Jornal do Brasil*, trouxe a público o plano americano. Em 2013, o documentário *O dia que durou 21 anos*, de Camilo Tavares, apresenta outros momentos de conversas em que Kennedy sustenta o apoio americano ao golpe e momentos em que Lyndon Johnson, seu sucessor afirma que não seria possível engolir mais esse “cara” (Jango).

⁹⁰ A Operação foi desnecessária, pois, em 2 de abril, João Goulart, já deposto, partiria para o exílio no Uruguai, sem qualquer resistência.

que nós não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, contato que fique claro o motivo...

Kennedy: Contra a esquerda.

Gordon: Ele [Goulart] está entregando o maldito país aos...

Kennedy: Aos comunistas.

[...]

Goodwin: [...] Nós podemos muito bem querer que eles assumam o poder até o final do ano, se puderem. (FICO, 2014, p.75)

A documentação disponibilizada online pelo *Opening the Archives Project*, da Universidade de *Brown*, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá, conta com diversos documentos referentes ao período entre 1963-1973 e que, a partir de agora, serão de grande valia para compreender o papel de Magalhães Pinto no cenário nacional anterior ao Golpe.

Em telegrama escrito pelo então embaixador americano Lindon Gordon, em 9 de março de 1962, endereçado ao Departamento de Estado dos EUA, nomeado de “Reações para a volta de Jânio Quadros à vida política”, diz sobre o retorno do ex-presidente ao país. Segundo o telegrama, Jânio desembarcou em Santos dia 7 de março com a presença de seis a 18 mil admiradores, onde declarou “emoção” ao estar de volta ao Brasil e afirmou: “aqueles que irão entender são quem quer entender”, referindo-se à sua renúncia em agosto do ano anterior. Dentro desse mar de gente, segue Gordon, somente Magalhães Pinto estava presente já que, em fevereiro daquele ano, teria começado “uma campanha para legitimar o retorno de Quadros à vida política brasileira”. Já o presidente Goulart não mandou nenhum representante⁹¹.

Outro telegrama de Lindon Gordon, datado de 27 de março de 1962 e endereçado ao Departamento de Estado dos EUA, “busca chamar a atenção antes da chegada de João Goulart aos EUA para uma situação no Brasil substancialmente melhorada”, desde o telegrama enviado por ele em 16 de dezembro de 1961. Ao longo do telegrama, Gordon afirma que Goulart superou tensões nos campos políticos e econômicos e afirma que o presidente tem apoio de associações rurais para a realização da reforma agrária e outras realizações. Para Gordon, o único opositor de Goulart naquele momento seria o ex-presidente Jânio Quadros, que teria o apoio de Magalhães Pinto, chamado de ativo opositor do regime e afirma que com

⁹¹ “Reactions to Jânio Quadros, Return to Political Life” (1962). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

exceção da esquerda, todos os líderes políticos do Brasil, abertamente ou em silêncio, expressam desapontamento em relação ao ex-presidente⁹².

Já em 2 de julho de 1962, Lindon Gordon narra a “recente crise” gerada pela nomeação de San Tiago Dantas para Primeiro-Ministro de João Goulart que, apesar de ainda ser obscura, resultou em situações que precisam ser resolvidas agora. Não obstante em fazer elogios à figura de San Tiago, o telegrama deixa claro que o mesmo cometeu erros em sua campanha, sendo que um deles teria sido “não consultar nem Carvalho Pinto ou Adhemar de Barros que controlavam as disputas, mas encontrar somente com Jânio Quadros em São Paulo e com o inimigo do PSD Magalhães Pinto em Minas Gerais.”⁹³

Esses três telegramas nos permitem levar a algumas observações: Magalhães Pinto permanecia fiel a Jânio Quadros como fora nas eleições presidenciais de 1960; ao ser chamado pelo embaixador de “ativo opositor do regime”, Magalhães pode ter aberto as portas para uma entrada maior no governo americano que já dava sinais, mesmo com a positiva exposição de Gordon, de preocupação com a situação do Brasil governado por Goulart. Mesmo governador, já dispunha de muita influência no campo político nacional, sendo ativamente contactado por figuras públicas.

No discurso de abertura da “1ª Conferência de Governadores”, em Araxá, entre os dias 8 a 10 de junho de 1962, Magalhães afirma que o país está em crise e que “A Nação está intranquila. Permanecem solúveis problemas políticos, econômicos e sociais gerando a decepção e inconformidade” e continua

[...] a democracia no Brasil reclama, já, o esforço de sua consolidação, através da emancipação econômica e do progresso social. As transformações nesse campo, objeto de amplo debate, aceitas pelo consenso, retardam-se perigosamente. Os governos como que se inviabilizam pelo apêgo a construções jurídico-políticas ultrapassadas, que consagram uma ordem econômica e social preemptra. Aprofunda-se a divergência entre o povo e as instituições.

Segundo ele, pode-se perceber a crise através

⁹² Amembassy Brasilia, and Ambassador Gordon, “Update on Brazil Situation Prior to Goulart Visit” (1962). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

⁹³ Gordon, Lincoln, “Dantas Nomination” (1962). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

[...] cotidiano das manifestações incontroladas, interessadas ou não, em prejuízo da ordem e com ameaça da liberdade [...] É de responder-se, desde logo, aos que estranham uma reunião de Governadores, que ela decorre do adiantamento das reformas ou da indiferença por elas. Quando o arcaísmo dos órgãos ou a perplexidade dos que os personalizam começam a suscitar a desesperança, rompem-se os fundamentos do respeito e da estima devidos às instituições em seu conjunto.

Para solucionar a crise imposta naquele momento, Magalhães chama os Poderes, a fim de que cada um ocupe o lugar que lhe cabe,

Cumpre-nos estar atentos ao problema para que possamos dar ao povo o que ele espera de nós. Do Legislativo, o exercício da fiscalização e da crítica, ao lado da eficiência e rapidez na elaboração das leis reclamadas pelo povo. Do Executivo, autoridade uma e fortalecida, ação planejada e realizações [...] Nosso propósito, construtivo, visa a dar consequência ao sentimento dos nossos próprios deveres, no sentido de colaborar, estimular, propor e sugerir. Responsáveis também pelos destinos da Federação, que representamos, somos parte solidária no drama que vive a Nação. Reunindo-nos, aceitamos a parcela de obrigações que nos incumbe na tarefa comum de deter a marcha para o caos.

Assim, dá papel de destaque ao Executivo, dirigindo-se ao governo de João Goulart.

Temos de resistir ao desencanto e ao pânico com a esperança e a ação ordenada, visando a restabelecer os fatores de progresso e o predomínio dos ideais que justificam nossa presença na vida pública. Os métodos até aqui adotados para a eliminação dos contrastes e das injustiças, da pobreza e da desordem, têm se mostrado inoperantes. É o próprio povo que pede um *novo caminho* para o Brasil. Pode ter perdido a confiança neste ou naquele dos seus dirigentes.

Segue em tom de crítica ao governo

Mas o povo crê no Brasil. Sabe que o País está em condições de trilhar um *novo caminho*. Por isso espera de nós não uma atitude oportunista, mas uma posição nova e criadora, especificamente brasileira e democrática. Importa-nos, pois, lutar por um caminho que não seja uma evasão, nem simples acomodação de atitudes irreconciliáveis [...] Seria ilusório acreditar numa economia que produz para atender ao poder aquisitivo dos que mais possuem e ao lucro fácil dos que mais ganham. O desenvolvimento só é humano quando responde às necessidades reais do povo, e não à ambição desmedida de alguns. Em nosso caso, atende apenas a uma minoria. É desconcertante o contraste entre o progresso industrial em algumas áreas do País e a generalizada provação do povo, em cujos lares faltam cada vez mais o alimento, a roupa e o remédio.

Para então, apresentar planos que possibilitem a superação da “crise” causada pelo governo

Apontaremos as medidas que, por certo, conterão a alta do custo-de-vida, preocupação de todos e de toda hora. Visamos a estabelecer um novo comportamento, baseado na modéstia, na austeridade, na fraternidade. É mister que o cidadão, imbuído da mentalidade de que a todos cumpre cooperar, procure, na palavra e no exemplo, favorecer o estabelecimento de clima de trabalho e de confiança, para que a Pátria caminhe para o futuro dentro de um progresso sistematizado e humano [...] Das sugestões oferecidas, consta, por exemplo, a necessidade de criar-se algo como um Conselho Nacional de Planejamento e Execução das Reformas de Base, que se encarregue da completa integração de medidas e providências. De nossa parte, não cremos no êxito de qualquer reforma que não tenha por fundamento uma perfeita regulamentação do condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social. A garantia da propriedade privada tem de ser compreendida nos exatos termos do nosso estatuto fundamental. “O direito de todo homem de usar de bens temporais para seu sustento deve ser superior a qualquer outro direito econômico e, portanto, também ao direito de propriedade privada”.

Ao defender a propriedade privada, recorre às palavras papais e afirma a necessidade de reformas

Quem o diz não é algum líder revolucionário em projeto ou já se realizando pela ação. É João XXIII (Mater et Magistra, nº 39), que, nesse passo, repete a Pio XII. Na exigência de assegurar a todos o acesso aos bens da cultura, da técnica e da civilização, acha-se a raiz de duas reformas às quais todos concordam em dar prioridade: a reforma agrária e a reforma urbana [...] Na linha de prioridades impostas pela natureza crítica ou crucial dos problemas, devemos considerar, também de acordo com as sugestões dominantes, a reforma eleitoral, a reforma bancária, a reforma tributária, a estatização dos serviços de utilidade pública e a disciplina dos investimentos estrangeiros com o controle da remessa de lucros. Que a ênfase dada à necessidade de um planejamento das reformas de base não seja interpretada como pretexto para adiar. Por outro lado, impõe-se, desde já, um Plano Nacional de Emergência, pois ressaltam, entre os problemas atuais, os que devem ser enfrentados de modo urgente e absolutamente preferencial. São focos fomentadores de uma crise aguda, que põe em perigo iminente o nosso teor de vida democrático e o próprio regime de liberdade e de justiça social.

Finalizando o discurso, cita Deus e o papel dos governadores para a realização das reformas, visando construir um “novo caminho”

Não há dúvida de que a Nação está voltada para este plenário, na expectativa de que lhe transmitamos uma mensagem de esperança. Deus há

de permitir que não haja novas frustrações. Daqui sairá uma mensagem e uma advertência. É a Autoridade que a Nação reclama para resguardar sem intervalos a liberdade dos cidadãos como fundamento do regime que cumpre manter e aprimorar. É o govêrno responsável que o povo reclama, na certeza de que, sem o atendimento dessa preliminar, não serão enfrentados e resolvidos os impasses econômicos e sociais que atormentam o País, nesta quadra de sua evolução. A nós, os Governadores, não se dirá que faltamos à ansiedade e à confiança dos brasileiros. Estou certo de que, juntos, marcharemos ao encontro das aspirações e sentimentos do povo. Com a mais consciente decisão de luta, o Governador de Minas quer alinhar-se como soldado na revolução pacífica, que esta reunião se propõe com seu objetivo essencial. Essa revolução, é preciso fazê-la, antes que outras a frustrem, e o País se veja lançado, inerte, às aventuras que nada constroem. Com a ajuda de Deus e o pensamento na Pátria, saberemos abrir no *nôvo caminho*.

Apesar de longo, acreditamos ser necessária a transcrição quase na íntegra, já que ele nos traz pontos extremamente importantes quando pensamos o lugar político que Magalhães Pinto ocupa no cenário nacional. É mister observar que, já nas primeiras linhas, Magalhães questiona a democracia brasileira naquele momento, colocando o povo como aquele que sofrerá as consequências da crise instalada pelo governo Jango, levando-nos a entender que este poderia incitar o povo à desordem política e social. Contudo, poucas linhas depois, defende as Reformas de Base propostas por Jango, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de uma reforma agrária – baseada na necessidade ímpar da propriedade privada, recorrendo ao catolicismo para corroborar sua afirmação. Assim, ao citar Deus, mostra-nos a influência da Igreja, na figura de João XXIII, que procurava apontar uma saída que evitasse o comunismo.

Segundo o telegrama datado escrito por Philip Raine – Encarregado de Negócios dos Estados Unidos – de 20 de julho de 1962, intitulado “Plano de Goulart para modificar o Sistema Parlamentarista do Brasil”, a ideia do presidente é “retornar cheio de poderes antes da passagem da emenda constitucional instalada pelo parlamento em setembro”. Afirma ainda que os métodos são tão desonestos que podem ser chamados de enredo, ao invés de planos.

A par do plano, parece haver elementos politicamente díspares, por outro lado, a extrema direita do Grupo Compacto do PTB, liderado pelo deputado Almino Afonso; os líderes trabalhistas nacionalistas de esquerda, possivelmente os líderes comunistas; Samuel Weiner, jornalista do Última Hora; e ao centro e direita, o ex-presidente Juscelino Kubitschek; o governador de São Paulo Carvalho Pinto; o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e outros governadores mais ou menos conservadores [...].

O documento segue narrando um possível plano de Goulart elencando seus métodos de ação, quem iria apoiá-lo e a própria figura de Goulart é analisada. Magalhães Pinto é descrito como aquele que acredita que reformas devem ocorrer em breve na estrutura econômica e social do Brasil para que o sistema existente possa sobreviver⁹⁴. Após a vitória de João Goulart no plebiscito de 1963, as movimentações do governo norte-americano intensificam-se. Segundo Fico, Kennedy autoriza a elaboração de um “plano de contingência”, buscando traçar possíveis cenários decorrentes da crise no país e quais caminhos o governo do EUA deveria seguir. A partir de então, Magalhães Pinto passaria a seguir à risca as recomendações norte-americanas (FICO, 2014, p.76-77).

Para Benevides (1981) e Dulci (1986), o ano de 1964 já sinalizava para a radicalização, tanto pelo lado das esquerdas quanto pelo lado dos militares. O ponto inicial foi o Comício da Central do Brasil em 13 de março que, segundo Dulci, “reuniu toda a liderança das esquerdas e grande massa popular [...] foi preparado de forma a não extravasar as fronteiras da legalidade”. Contudo, devido a alguns discursos mais inflamados e a infiltração da direita, os militares e a oposição lançaram a Frente de Defesa da Constituição, “visando aglutinar as correntes antirreformistas de todos os partidos” (DULCI, 1986, p. 204).

Assim, intensificam-se os contatos entre os governadores de oposição Lacerda, Magalhães e Adhemar, buscando coordenar a derrubada de Goulart. Magalhães lança, no dia 21 de março, um manifesto reafirmando a necessidade de reformas e defendendo a legalidade da Constituição. Contudo, no dia 31, afirma que a interferência militar é justificada “a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República” (DULCI, 1986, p.207) e, segundo Benevides, em 1976, Magalhães Pinto afirmou “Topo tudo, exceto que se conduza esta nação para o jogo comunista” (BENEVIDES, 1986, p.140).

Em um encontro entre Magalhães Pinto e o Marechal Odílio Denis⁹⁵, em Juiz de Fora, no dia 28 de março de 1964, Carlos Fico afirma que “é bastante provável que Magalhães se comprometera a agir de comum acordo com os planos do governo norte-americano”, pois todos aqueles que conspiravam contra Jango o faziam a partir da certeza de que ele implantaria uma “república sindicalista” e que esta, por não conseguir resistir à ideologia

⁹⁴ Raine, Philip, "Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil" (1962). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

⁹⁵ Desde a renúncia de Jânio Quadros, passa a conspirar contra a posse de João Goulart. Para mais informações sobre o Marechal https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/odilio_denis. Acesso em 25/05/2020.

comunista, seria “controlada e superada pela instauração de um regime decididamente comunista no Brasil” (FICO, 2014, p.69).

Com o apoio de Magalhães, apesar de não haver provas documentais para corroborar a decisão, Fico nos apresenta alguns indícios. O primeiro diz respeito ao fato de que o governo dos EUA supunha, desde 1963, que, se caso ocorresse a derrubada de João Goulart, um grande estado brasileiro deveria assumir um “governo alternativo provisório”, que lhe permitiria apoiar a queda de Jango com alguma constitucionalidade, caso que não era desconhecido do direito internacional, sobretudo quando um governo dito tirânico está sendo combatido internamente. Apesar de este não ser o caso, era exatamente o que os americanos necessitavam para derrubar Goulart⁹⁶ (FICO, 2014, p.70).

Outro indício nos remete à movimentação das tropas saídas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Depois de seu início, Afonso Arinos, que fora ministro de Relações Exteriores de Jânio Quadros, avisou Jango (através de San Tiago Dantas) de que os Estados Unidos apoiariam um possível golpe contra seu governo e que reconheceriam um governo alternativo, com Magalhães Pinto à frente (FICO, 2014, p.71). Apesar da deflagração do golpe não ter dependido do apoio americano e ter sido tomado por iniciativa própria – de Olympio Mourão Filho – é notável que os EUA tinham interesse em apoiar os golpistas. Magalhães, neste sentido, teve participação direta para confirmar a influência comunista em torno de Goulart e consolidar o apoio americano a um eventual governo alternativo. Em seu manifesto dizia

Contra isso [o comunismo] brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade. Nossa atitude, neste momento histórico, não representa senão o dever de nos inclinar aos imperativos dessa vocação. E Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora. (FICO, 2014, p.72)

A temática em torno do anticomunismo que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, tem seus períodos críticos de 1935/37 e 1961/64, merece destaque. Como afirmamos no capítulo anterior, um dos pontos que os membros das “várias UDNs” defendiam era a necessidade de livrar o Brasil do comunismo e, para tanto, não mediram esforços para tirar do caminho aqueles que aproximariam o país de Moscou e Cuba.

⁹⁶ Segundo Fico, após a reunião com Denis, Magalhães montou um secretariado especial, com Milton Campos, José Maria Alkmin e Afonso Arinos de Melo Franco.

Em documento datilografado encontrado na Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte, intitulado “A posição de Minas”, apesar de não estar datado, leva-nos a crer, pelo conteúdo, que as palavras estão dirigidas ao então presidente João Goulart,

Em face dos riscos que ameaçam as instituições democráticas nacionais e da inquietação social que angustia o povo brasileiro, Minas tem o dever de tomar posição patriótica, de firmeza viril e inequívoca. Assume, dêsse modo, a responsabilidade que lhes cabe no destino da Federação, para cuja integridade deverão unir-se, em sentimento e ação comuns, tôdas as forças, civis e militares, em todos os seus Estados. Não nos é lícito ocultar a gravidade do momento que vivemos. Os sofrimentos do povo aumentam a cada instante, na medida em que providências inadiáveis deixam de ser tomadas. As crises de tôda ordem se sucedem, abalando os alicerces morais, sociais, econômicos e jurídicos da Nação. Dentre essas, avulta, com conseqüências imprevisíveis, a crise de autoridade. Instabilizam-se todos os poderes de que depende a tranquilidade do País. No quadro da nossa realidade, surgem os agitadores e os inimigos da democracia, os quais, a pretexto de aprimorá-la, desejam, antes, suprimí-la pela implantação da desordem e do desrespeito à Constituição. O resultado são a desconfiança generalizada, a ineficiência administrativa, o conflito das classes, a infiltração comunista ostensiva na administração pública, as greves ilegais, o recrudescimento do processo inflacionário, as ameaças de subversão, a desintegração social [...]. Minas tem presente o sentido da continuidade de sua história. Quer a ordem, luta pela paz e pela liberdade, ama a civilização cristã brasileira, prega a necessidade imediata das reformas de base, propugna por uma democracia evolutiva, mais humana, dinâmica e ativa, em condições de realizar justiça social autêntica, de acôrdo com os reclamos da consciência universal dos povos subdesenvolvidos, particularmente a nação brasileira [...].

Conclui deixando claro que a posição de Goulart não deixou outra solução a não ser uma interferência, ou seja, um golpe

Para sua concretização, estão mobilizados todos os mineiros, homens e mulheres, civis e militares, porque a obra é de todos, a fim de que tenha grandeza a missão que nos cabe. A nossa disposição ao sacrificio pelo bem da Pátria e para a solução imediata dos problemas do povo, há-de soar como advertência e alerta a todos os brasileiros que tenham responsabilidade nos destinos do País. E deverá ser também compreendida como mensagem à consciência nacional dos altos propósitos que nos anima na decisão de lutar pelas instituições democráticas brasileiras e pelos valores permanentes da civilização cristã, sob cujo signo se fundou a nossa Pátria e se faz a nossa história. (A Posição de Minas, s/d)

Outro documento do mesmo fundo, mas datilografado com os dizeres “Estado de Minas. Gabinete do Governador”, permite-nos continuar traçando a participação de

Magalhães Pinto naqueles meses iniciais de 1964. No texto, deixa claro que uma revolução é sempre dolorosa e que Minas é contra todo tipo de sublevação, mas afirma que “não mediremos sacrifícios na defesa desse ideal comum [preservação e aperfeiçoamento das instituições]”. E afirma que, para

se dar a melhor solução aos problemas que angustiam e mesmo desesperam o povo brasileiro [está em contato] com Governadores e demais autoridades, venho encontrando a melhor receptividade para uma retomada de posição, que assegure paz e tranquilidade ao povo brasileiro, o controle das emissões e o aperfeiçoamento das instituições democráticas. (Documento sem título, s/d, p.1-5)

Em outro escrito, datilografado em papel quadriculado e publicado na primeira página do *Jornal do Brasil*, um longo texto é produzido por Magalhães em um momento anterior ao 31 de março. Critica João Goulart, coloca-se como articulador de um movimento em conjunto com outros governadores para discutir os rumos do país e reafirma a importância das reformas de base. Apesar de, em vários momentos, afirmar que não pretende ir contra o governo, é notória sua intenção de articular contra Jango. Ainda faz referências a uma possível candidatura à presidência, afirmando que esta seria condizente com o momento de extrema gravidade que o país passa. Alguns trechos merecem destaque:

A conturbada situação do país não permite que as direções políticas concentrem suas preocupações na procura de fórmula e na escolha de nomes para a sucessão presidencial de 1965. Embora reconheça legítima a afirmação, desde já, de pretensões à futura Presidência da república, o fato é que existem problemas não resolvidos, já agora também de ordem pública, que estão a exigir uma decisão séria, obstinada e patriótica de solução [...] Tenho conversado ultimamente, numa tomada de contatos sistemática, com dirigentes políticos, civis e militares, de todos os níveis. Presidentes de partidos, líderes parlamentares, governadores, ministros, dirigentes das atividades econômicas, patrões e empresários.

Insiste em seu papel de defensor da ordem, como governador

Prosseguirei nesse esforço de conhecer diagnósticos, previsões e planos, pois entendo que chegou o momento em que alguém há de tomar a iniciativa de coordenar as apreensões e os propósitos construtivos para torna-los um dado eficiente e positivo na atual situação do país. Como Governador de Minas, com as históricas responsabilidades de meu estado na condução da vida brasileira, e atendendo a apelos insistentes que recebo de tantos setores, decidir tomar a iniciativa, correndo os riscos de interpretação que cercam

uma missão dessa ordem. Devo esclarecer que não desempenho qualquer missão confiada pelo Senhor Presidente da República, a quem, no entanto, espero transmitir os resultados das sondagens e das conversas encetadas para que ele, com sua alta responsabilidade, seja alertado a respeito do que, do seu governo e da situação do país, pensamos todos nós, que nem sempre temos oportunidade de lhe transmitir ordenada e precisamente as preocupações que nos assaltam à opinião pública, ante a notória insuficiência do comando do Estado na atual conjuntura nacional.

Reforça que não intenta contra o presidente, mas que é necessário que este aja de acordo com o cargo a que foi confiada e que, mesmo com intenções de concorrer à presidência em 1965, não o faz naquele momento.

É claro que não pretendemos articular um libelo contra o governo nem nos move de fazer oposicionismo político, mas tão somente indicar, com objetividade, ao Senhor João Goulart, a parcela de responsabilidade do seu governo na deterioração da confiança popular na eficácia das instituições e no êxito das medidas de correção da estrutura econômica e social [...] Entendemos que a crise política que o atual governo teve de enfrentar para se afirm[ar] ampliou desmedidamente os problemas com que se defronta o Senhor Presidente da República. A nação, no entanto, há longos meses lhe devolveu a tranquilidade do seu mandato e, em correspondência, não recebeu ainda os benefícios que esperava da estabilidade do poder político, centralizado nos moldes presidencialistas sob a liderança do Executivo. Somos publicamente solidários com o empenho do Senhor Presidente da República e das forças políticas que o apoiam de promover as reformas de estrutura há muito reclamadas. Estamos certos de que o Congresso nacional vencerá as dificuldades oriundas de sua própria constituição, representativa em escala tão grande dos quadros dominantes da vida brasileira, e promoverá finalmente a abolição dos privilégios que estrangulam o desenvolvimento do país e consolidam insuportáveis injustiças sociais. Consideramos legítima a pressão da opinião pública sobre o Congresso para tal fim e entendemos que, na medida em que exprime sua liderança nacional, o Senhor Presidente da República está no dever de atuar em favor da efetivação das reformas [...] Quero declarar, no entanto, que minha eventual candidatura à sucessão presidencial não está posta nas atuais articulações e que se trata de uma hipótese perfeita e facilmente (rasurado), desde que isso seja necessário ao êxito do esforço de união das forças democráticas e populares para uma solução pronta, imediata, inadiável, da gravíssima situação do país.

Chega-se ao ano de 1964. Jango aproxima-se ainda mais da sociedade, buscando apoio para as reformas e, em 13 de março, no conhecido Comício da Central do Brasil, sai às ruas. Acompanhado de Leonel Brizola, Jango discursa a favor da reforma da Constituição, da

reforma agrária, do voto dos analfabetos, cabos, sargentos e marinheiros⁹⁷. Para os militares, este Comício foi uma afronta às Forças Armadas e uma comprovação da aproximação do presidente com a esquerda e uma intervenção dos militares não era vista como um golpe, mas sim como um contragolpe (D'ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994a), pois o verdadeiro golpe seria dado pelo presidente.

A reação da direita civil foi imediata. Em São Paulo, no dia 19 de março, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade⁹⁸, que marchava contra o avanço do comunismo e cujas demandas se tornaram “fundamentais para legitimar as posições favoráveis à intervenção militar golpista” (REIS, 2004, p.39). Em Minas Gerais, organizada pela Liga da Mulher Democrata (LINDE), orientada pelo IPES-IBAD, assim como em todo país, a Marcha ocorreu após a queda de Jango. Para a autora, diferentemente do que ocorrera em São Paulo, o protesto em Minas era a comemoração da vitória militar, apesar de ambas ter um único objetivo: legitimar a intervenção militar. Assim, afirma

No primeiro caso, o ‘apelo popular’ manifesto por 500 mil pessoas visava a convencer as Forças Armadas de que havia chegado a hora de intervirem; no segundo caso, consagrava-se a ação armada como um movimento popular, posto que o “povo” saíra as ruas para comemorar seu triunfo. (STARLING, 1986, p.185)

Marcada para as 16 horas do dia 13 de maio, a Marcha iniciou-se na escadaria da Igreja São José em direção à Praça 21 de abril, onde os discursos foram proferidos e a marcha terminou. Heloisa Starling narra o evento

Alto-falantes e um sistema especial de iluminação foram instalados na Avenida Afonso Pena, enquanto ‘mensageiros volantes’ em sua maioria alunos do Colégio Militar e do Colégio Helena Guerra, além das Bandeirantes, receberam a tarefa de cuidar da panfletagem, e em conjunto com estudantes de outros colégios, agitar freneticamente bandeirinhas de Minas Gerais, dando à manifestação o ‘caráter cívico’ tão ao gosto da LIMDE [...] A direção do movimento conservador não esqueceu sequer do tradicional papel picado, atirado do alto de edifícios que, em sua maioria, abrigavam escritórios comerciais, bancos e firmas particulares. (*Idem*, p.186)

⁹⁷Ver discurso completo em <http://www.sul21.com.br/jornal/2011/09/discurso-de-joao-goulart-no-comicio-de-13-de-marco-de-1964-na-central-do-brasil-rio-de-janeiro/>. Acessado em 22/11/2019.

⁹⁸ Ver editorial da Folha de São Paulo do dia 20 de março de 1964: São Paulo parou para defender o regime http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm. Acessado em 22/11/2019.

Magalhães Pinto teria, segundo Starling, ofuscado o momento de triunfo do IPES Novos Inconfidentes ao subir ao palanque “por imposição direta do general Olympio Mourão Filho”, mas seu nome não constava na lista oficial de oradores no movimento, pois a direção do movimento “estava dispost[a] a impedir que Magalhães transformasse a Marcha em um momento de triunfo pessoal” (*Idem*, p.187-188).

Aproximamo-nos do golpe. Os militares estavam cada vez mais organizados em torno do objetivo de tirar João Goulart do poder e o dia chegara. Na noite do dia 30 de março, os sargentos organizaram um baile no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, onde esperavam que o presidente aparecesse. João Goulart, mesmo sob ordem das Forças Armadas para não comparecer, não só foi ao baile, como discursou em favor dos sargentos, caracterizando assim, a gota d’água para aqueles que conspiravam contra o presidente⁹⁹. Assim, o golpe é deflagrado em Minas Gerais com Olympio Mourão Filho, que desloca sua tropa de Juiz de Fora e parte para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de derrubar o governo. Jango foi deposto, exilou-se no Uruguai e começaram os longos 21 anos de governo militar.

Em telegrama de 30 de março de 1964, bastante rasurado, intitulado “Planos dos Revolucionários de Minas Gerais”, afirma que

Em 30 de março de 1964 (apagado) o comandante de (apagado) fez as seguintes declarações significativas:

O presidente Goulart precisa ser removido e removido com pressa. Não há mais possibilidade legal de solução. Se as Forças Armadas não agirem agora, em breve eles estão sem líder.

O governador de Minas Gerais Magalhães Pinto percebeu que Goulart tem que ir (apagado). O movimento está sendo mantido e tem sido coordenado com os governadores de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, e possivelmente Bahia e Rio Grande do Norte a posição de Miguel Arraes é uma incógnita.

O petróleo é um problema. Os comunistas controlam os portos e as ferrovias mas não as rodovias. Reservas de petróleo em estados chave estão sendo mantidas ao mínimo, geralmente em uso diário. Democratas irão, portanto, ter que confiar no porto de Vitória para pegar petróleo. Podemos manter o controle deste porto.

Goulart tentará remover o Ministro da Guerra General Jair Dantas Ribeiro, que está morrendo de câncer, num futuro próximo; poderá ser substituído pelo General Ladário Telles ou o General Assim Brasil [...]

Não tem data nem hora marcadas mas o movimento vai sair [...] ¹⁰⁰.

⁹⁹ Segundo Toledo, "sem atirar contra o próprio peito, Goulart parecia preferir o suicídio político" (*Ibidem*).

¹⁰⁰ "Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais" (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Já o telegrama de 31 de março de 1964, intitulado “Relatório sobre os eventos militares do 31 de março”, e encaminhado para o Departamento de Estado Americano, para a Casa Branca e várias outras unidades do governo dos Estados Unidos, afirma que “todas as guarnições federais em Minas Gerais se juntaram à rebelião, incluindo a Base da Força Aérea em Belo Horizonte”. Segue afirmando que tropas saídas de Juiz de Fora seguem para o Rio. “O governador Magalhães Pinto espera ir em breve dizer a Goulart que ele precisa renunciar”. A segunda parte do telegrama mostra que em “São Paulo ainda quieta, mas as escolas já avisaram que amanhã fecharão”. Tropas do Mato Grosso estariam vindo para ajudar Minas. As Forças estão em alerta total. No Rio, não há movimentação da Aeronáutica, mas espera-se que, se o Exército agir, “ajam em conjunto, mas eles consideram os relatórios não verificados.”¹⁰¹

Em outro manifesto, Magalhães Pinto reafirma suas críticas ao governo de João Goulart, bem como seu papel e o de Minas para a resolução da crise em defesa da democracia.

Todas as vezes em que, no decurso da nossa História, estiveram em risco as instituições democráticas e a liberdade, a voz de Minas Gerais, se fez ouvir, sem qualquer preocupação regionalista e superando as naturais divergências e competições internas. Os riscos que ameaçam a democracia variam ao longo do tempo. Hoje eles avultam no Brasil, indubitáveis e graves, trazidos pela aguda crise econômica gerada pela exacerbação descontrolada do processo inflacionário, levando o país a uma situação verdadeiramente crítica, caracterizada por uma insegurança geral e por antagonismos sociais, que as instituições políticas não se estão revelando capazes de compor ou de conter. A incapacidade dos poderes e órgãos constitucionais para debelar a desordem que se origina no campo econômico e se espalha a todos os setores da vida social, é agravada pelo desajustamento dos quadros políticos, que se exaurem em dissídios, rivalidades e desconfianças, desligadas da realidade nacional.

Segundo Magalhães reafirma, como já o fez em vários outros excertos aqui transcritos, a necessidade de interromper o governo de Jango, para assim, trazer de volta a confiança política, social e econômica que o país perdeu.

Esta conjuntura, se perdurar durante mais algum tempo, poderá levar o Brasil ao colapso das instituições democráticas, enraizadas na nossa vida e caras ao nosso povo, e poderá conduzi-lo até mesmo nos horrores da guerra civil. É nesta hora de apreensões e ansiedade que homens públicos de Minas Gerais, fiéis à tradição de sua terra e seus representantes das mais variadas forças políticas e sociais montanhesas, julgam de seu dever alertar a Nação

¹⁰¹ "Report on March 31 military events" (1964). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

sobre a imperiosa necessidade de cerrarmos fileiras em torno da legalidade constitucional. Restaurada a atmosfera de respeito e confiança em torno dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das Forças Armadas e das organizações de produção e do trabalho estabelecidas na forma de Constituição, faremos com que tais poderes e organizações se nutram, por sua vez, de respeito e confiança próprios, o que é elemento indispensável para que se possam, nos limites das suas competências, exercer uma ação coordenada e profícua no combate à crise que atravessamos. Nada há, nessa crise, que ameace de forma irreparável o futuro do Brasil. A potencialidade econômica e a capacidade política do nosso povo podem, ainda fazer frente, com vantagem, ao grave desgaste que nos é imposto pela inflação imoderada, pela desorganização da produção e do trabalho e pela indisciplina geralmente reinante.

No estilo “morde e assopra”, sinaliza que nenhum movimento radical ajudará o Brasil a restabelecer a democracia, sendo necessária a participação de todos para defender do jogo comunista

Tais medidas devem ser corajosas e prudentes, e nestas se incluem as reformas sociais e administrativas necessárias, as quais devem evitar o radicalismo e a demagogia. Não será adotando posições extremadas, de direita ou de esquerda, que traduzem, de um lado, o conservantismo dos que querem defender posições sociais ultrapassadas, e de outro lado, a agressividade dos que não compreenderam o sentido evolutivo das reformas sociais em nossa época, que lograremos manter no rumo certo a marcha progressiva de democracia brasileira. A defesa da democracia não se faz com abstrações verbalistas e intemporais, mas somente mediante a sensata aplicação dos seus princípios eternos às contingências do tempo. Hoje a democracia brasileira é inseparável de uma política econômica renovadora e nacional e da plena incorporação dos trabalhadores às responsabilidades sociais e aos benefícios da produção. Os princípios básicos da democracia devem propiciar, entre nós, o desenvolvimento econômico e o progresso social, ou terão deixado de atingir os seus objetivos. É sob estas altas inspirações que os mineiros, mais uma vez, alertam a Nação sobre os riscos que estamos correndo e manifestam o seu firme empenho de unidos defenderem a Constituição, manterem os poderes constitucionais e servirem ao desenvolvimento econômico e o progresso social do Brasil, conclamando, ao mesmo tempo, todos os brasileiros de boa vontade, a que se unam nessa atitude quando se torne necessário nessa luta.

Uma carta datada de 31 de março de 1964 (Figura 11), endereçada ao governador, chamou-nos a atenção quanto ao levantamento de fontes na Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte. Segue a transcrição

Alfenas, 31 de março de 1964.
Exmo. Sr. Governador Dr. José de Magalhães Pinto

Na qualidade de mulher brasileira, mineira e educadora de três gerações alfenenses, que jamais fôra indiferente à sorte de sua Pátria sentindo sempre estuar o sangue em suas véias de patriótico entusiasmo nos seus dias gloriosos, assim como tem carpido lágrimas amargas em seus infortúnios – cumpro o dever cívico de vir apresentar-lhe meus vibrantes aplausos pela desassombrada e patriótica atuação de V.Exa. neste momento em que nossa liberdade político-social se vê na iminência de ser cerceada por falsos brasileiros nitidamente comunistas, em postos de comando! Minas Gerais, berço da liberdade, banhada pelo sangue de Felipe dos Santos e de Tiradentes, não poderia agir de outra fôrma, quando a ideologia comunista, contrária á idéia de deus, de Pátria e da Família cristãmente constituída, ameaça invadir nossa terra e conspurcar nossa gente... Como mulher e educadora Alfenense, junto minha voz á de V. exa, conclamando a mocidade mineira ao exato cumprimento de seu dever cívico, nêste momento em que a Social Democria Cristã se acha ameaçada até por falsos brasileiros...Avante! Mocidade mineira! Avante! Brasileiros! Uni-vos todos por Deus e pela Pátria. De V.Exa. serva grata e admiradora.
Maria José Leite Corrêa. Professora dos cursos – Científico e Normal do Colégio de Alfenas.

O comunismo, desde os anos 30, tornou-se motivo de preocupação entre os militares e da sociedade em geral. Após a Coluna Prestes, em 1922, e a Intentona Comunista, em 1935, liderada pelo próprio Luís Carlos Prestes, os oficiais passaram a ver o comunismo com um inimigo do Exército e da soberania nacional. Assim, o comunismo passou a corroborar as funções das Forças Armadas: combater inimigos externos em defesa da nação, ou seja, da democracia. O ideal do socialismo feria valores militares, tais como: o fim das fronteiras e o fim das diferenças entre os homens.

Em sua tese *Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que, entre 1961 e 1964, o tema do anticomunismo tornou-se central na política brasileira “constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março” (MOTTA, 2000, p.286). Para o professor, o objetivo das manifestações contra Jango não era dar um golpe, mas, sim, combater o comunismo, tendo a solução autoritária como um meio para acabar com a ameaça comunista e não um fim (*Idem*, p.339). Assim, afirma Motta

[...] os líderes de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica em desconsiderar a existência de manipulações. As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra, malignos. A estratégia era a mesma em décadas:

passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular. (*Idem*)

Com o golpe consolidado, General Olympio Mourão, líder das tropas saídas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, já no Quartel General do 4º RM, dirige-se aos militares e ao povo

- COMUNICADO Nº1 –

O General OLYMPIO MOURÃO FILHO, Comandante da Força de Defesa da Democracia no Estado de Minas Gerais faz saber a todos os seus Comandados e ao povo, que continua em vigor o Código Penal Militar, e que suas disposições sobre crimes praticados em tempo de guerra, serão aplicados em todo o território da sua jurisdição, nos casos nele previsto. Dado e passado no Quartel General da 4º RM e 4ºDI aos 31 de março de 1964. Gen. Div. OLYMPIO MOURÃO FILHO, Cmt. da 4ª RM e 4ª DI. (Diário Mercantil, 1/4/64, p.1)

Em outro comunicado, publicado no mesmo dia pelo *Diário Mercantil*, Mourão justifica o 31 de março como consequência dos atos de João Goulart

À NAÇÃO E ÀS FORÇAS ARMADAS: faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Sr. Chefe do Poder Executivo [Jango], vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de medo e desespero. Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome do operariado brasileiro, quando é certo que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.

Segue afirmando que o Brasil não pode se submeter à ditadura

E o atual Governo, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil veem servindo essas organizações, dá-lhes apoio oficial ou oficiosamente, concedendo-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, gerais e altos funcionários, objetivando assim por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social. Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico ‘Círculo de Sargento’, e recentemente, essas organizações e esse Governo tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despuorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela

devem predominar. O Povo, Governos Estaduais e Forças Armadas, animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem esse processo de aviltamento das forças vivas da Nação, tão bem concebido e caprichosamente executado pelo Sr. Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramente, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, em um ajuntamento de sub-homens, que se submetem a seus planos ditatoriais. Na certeza de que o Chefe de Governo está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Forças Armadas e, em nome delas o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com ele se tornarem coniventes.

Por fim, pede que o povo brasileiro defenda a “Revolução” que restaurará a ordem quebrada por Jango

Eis o motivo pelo qual conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento. O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe de governo comunista, não merece havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que acusa, para, de acordo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica. Gen. Div. OLYMPIO MOURÃO FILHO – Comandante da 4ª RM e 4ª DI. (Diário Mercantil, 1/4/64, p.1 e 5)

Diversos jornais de todo o país noticiam, em primeira página, o êxito da “Revolução” já no dia primeiro de abril. O editorial do *Jornal do Brasil* afirma

Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada

[...]

Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade ... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas. (Jornal do Brasil, 1964, s.n)

Quatro reportagens do dia 02 de abril nos chamam a atenção, jornais de grande circulação no país comemoram a “volta à normalidade”. Noticiam:

O Estado de Minas,

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade. (O Estado de Minas, 1964, s.n)

O Globo,

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos [...] Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. (O Globo, 1964, s.n)

O Dia: “A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento.” (O Dia, 1964, s.n).

E a Tribuna de Imprensa,

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou., o Sr João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. (Tribuna de Imprensa, 1964, s.n)

A reportagem mais incisiva, e talvez mais marcante daquele momento, foi o editorial do dia 04 de abril do jornal *O Globo*

Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente das vinculações políticas simpáticas ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é de essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a ancora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada... (O Globo, 1964, s.n)

A revista *O Cruzeiro*, em sua edição logo após o 31 de março, passa a tratar Magalhães Pinto como o mártir que salvou o Brasil do jugo de João Goulart, descrevendo aquele momento como “a histórica arrancada pelas liberdades democráticas” em que Magalhães Pinto é “o grande herói da insurreição vitoriosa” (CAZARIN; MENEZES, 2014, p.118).

Em 11 de abril, o *Diário Mercantil* de Juiz de Fora afirma

O Brasil inteiro viveu momentos de séria apreensão e justificada preocupação durante os dias que marcaram a revolução democrática em defesa da tranquilidade, da paz e do progresso do País, contra a ação perniciosa dos que desejavam, a todo transe, a bolchevização de nossa pátria. A tentativa de comunização do Brasil, que vinha sendo arquitetada pelo governo e seus asseclas, inspirados nas cartilhas do regime vermelho de escravização do homem e de negação de tudo quanto há de mais sagrado para a família, felizmente foi interceptada pelos verdadeiros patriotas. O General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar, empunhou a Bandeira da Democracia e seu brado ecoou por todo o país, mobilizando-se todos os autênticos brasileiros na defesa de nossos costumes, de nossas tradições cristãs e democráticas. Ao lado do grande ‘General da Vitória’, muitos trabalharam nos dias, em todas as horas e em todos os instantes que foram necessários. (*Diário Mercantil*, 11/4/64, p.7)

Como afirmamos no item anterior, Magalhães Pinto, no começo de 1964, torna pública sua intenção de candidatar-se à presidente da República, mas a “revolução” que ajudara a planejar colocaria alguns empecilhos em seus planos. A revista *O Cruzeiro*, de 09 de maio de 1964, em editorial na coluna “Política” – intitulada “Bloqueada a sucessão de 1965” – traz os rostos de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, onde afirma que este é o principal alvo dos grupos dominantes no Exército, já que não aceitariam sua volta ao poder. O texto assim inicia

A Revolução vitoriosa abortou a campanha pela sucessão presidencial da República, iniciada pelos partidos sob o impacto dos preparativos golpistas que se atribuíam ao Governo deposto. Quando o Sr. Carlos Lacerda lutava dentro da UDN por uma decisão imediata, quando o Sr. Adhemar de Barros tomou a dianteira lançando-se candidato, quando o próprio Sr. Juscelino Kubistchek levou o PSD a oficializar sua candidatura com dois anos de antecedência, todos eles entendiam que essa era a maneira mais eficaz de criar pólos de atração política que neutralizassem o predomínio da ação governamental. Queriam eles criar um fato novo que constrangesse o Sr. João Goulart num esquema de coisas do qual estaria excluída toda e qualquer possibilidade de sua continuação no poder. Esse objetivo foi coberto pela revolução evidentemente com mais eficiência e realismo. Já

agora a antecipação da campanha perdeu sentido e os próprios temas do governo criados pela revolução tornam inoperantes os esforços dos candidatos para se manterem em cena. (O Cruzeiro, 1964, s.n)

Assim, estaria circulando nos ambientes políticos a possibilidade de os candidatos à sucessão cancelarem suas candidaturas: Adhemar seria o primeiro; Magalhães Pinto também estaria disposto a retirar seu nome da disputa; Lacerda deveria ser convencido visando “a tranquilidade política para pôr em ordem a administração do País”. Já JK, candidato desde 31 de janeiro de 1961, estava cercado e como era preterido dos meios políticos revolucionários, por “sua aliança de 1955 com o PTB e as esquerdas teriam deixado marca que inquieta ainda as novas gerações militares, desejosas de fechar tôda e qualquer porta ao ressurgimento do dispositivo subversivo no primeiro plano da vida nacional”, acompanhou toda essa movimentação e teve a garantia pelo Chefe do Governo, Marechal Castello Branco de que “o regime se restabelecerá rapidamente das feridas abertas pela cirurgia revolucionária, permitindo que a sucessão presidencial se desenrole em termos absolutamente normais” (*Idem*), (Figura 12).

Sobre sua participação no Golpe contra Goulart, é interessante notar o depoimento para o documentário *Jango*, de Silvio Tendler, em 1984. Transcreve-se integralmente suas palavras

Porque, na verdade, haviam dois movimentos: o de Minas, que eu chamo que era movimento ingênuo, patriota, que queria apenas por ordem no país, e não desejava nada de pessoal. Eu jamais desejei. Tanto que, chegado ao Rio de Janeiro, o Carlos Lacerda e o Juscelino me procuraram dizendo que era hora de eu assumir o poder. Eu não fiz o movimento para me tornar presidente da república. Foi sem pleitear qualquer coisa de pessoal. O que eu queria era que o Brasil entrasse no seu caminho verdadeiro da ordem, da tranquilidade. No Rio de Janeiro havia um grupo que se preparou. Se preparou muito bem. Esse grupo parece que Lincoln Gordon tava ligado. Porque esse grupo teve recursos. Nós, em Minas, fizemos com os nossos recursos próprios. E poucos. E nem depois fomos indenizados. Porque o presidente Castelo era do outro grupo.

Ao longo deste capítulo, foi possível observar como Magalhães Pinto pensava o mundo político a partir da campanha para o governo do estado de Minas Gerais em 1958. A vitória contra o já conhecido e experiente Tancredo Neves possibilitou a Magalhães ampliar suas redes de relações, além de colocá-lo como um dos nomes mais proeminentes da política

nacional no pré-64. Percebemos que as estratégias de “neutralidade” nutridas por ele lhe renderam apoios e críticas dos principais jornais mineiros do período.

Compreender como os mais diferentes jornais e revistas entenderam o Golpe Civil Militar de 1964 nos permitiu localizar o lugar que Magalhães Pinto ocupou na conspiração contra João Goulart. Sua liderança é inegável. Tratá-lo como “líder civil” da “Revolução” não nos parece exagero, fato este que buscamos mostrar nas páginas acima e que apresentaremos no capítulo seguinte: Magalhães Pinto foi peça chave para os eventos pré-64, além de estar diretamente envolvido em vários momentos decisivos durante a Ditadura Militar.

CAPÍTULO IV - De conspirador a ministro: os 21 anos de Ditadura

[Costa e Silva] também não conseguiu superar as contradições que viriam a explodir, num espasmo de violência, na decretação do AI-5, produto de um equívoco [...].

(MAGALHÃES PINTO *apud* MELO, 1994, p.173)

Em editorial intitulado “MAGALHÃES: Foi pela liberdade democrática que ele desencadeou a Revolução”, Oyama Telles, em 18 de julho de 1976, afirma que, para Magalhães, os episódios sobre o 31 de março de 1964, devem ficar para os

intérpretes da história [já que] a estes sim, cumpre, além da análise, o juízo de um acontecimento sobre cujas legítimas razões deixou estereotipado no manifesto que, naquele dia, do Palácio da Aclamação ele dirigira à Nação brasileira e que hoje se iguala a um documento histórico.

Fazendo referência ao “documento histórico” citado acima, e que deixa bastante clara a posição de Magalhães Pinto sobre o governo que ajudara a derrubar, vale destacar alguns excertos da fala do, naquele momento, senador Magalhães Pinto:

Ante o malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as Forças sediadas em Minas Gerais, responsáveis pela segurança das instituições federais no que mais lhes importa e importa ao País, isto é, a fidelidade aos princípios da hierarquia, garantidores da normalidade institucional e da paz pública, consideram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República. (*Idem*)

Depois do plebiscito da campanha pelas Reformas de Base (que, de início, contava com seu apoio), Magalhães Pinto declarou

Um País de iguais sentimentos cristãos (referindo a Cuba), vive hoje sob a prepotência de uma ditadura comunista. A hora é difícil. Mas estamos certo de que o nosso, povo especialmente os poderes constituídos, saberão evitar que o Brasil mergulhe em doutrinas e credos exóticos [...] Minas, pelo seu passado, sempre será uma cidadela do civismo e do bem da Pátria. (*Idem*)

Sempre afirmando a vocação de Minas em defesa das liberdades, “A vocação democrática de Minas só em casos extremos tolera regimes de exceção, ou restritivas da liberdade. Se tentarem escravizar o Brasil, meus homens se levantarão” (*Idem*). E assim, fica

a pergunta: como um homem, que afirma categoricamente ser um defensor das liberdades, apoia a derrubada de um presidente eleito democraticamente e, poucos anos depois, assina o AI-5?

Um ano após o golpe que liderou, Magalhães Pinto, em discurso datilografado em papel timbrado do Gabinete Civil do Governador, analisa aquele 31 de março e faz um balanço bastante claro da posição que ainda defende dentro do Regime.

Faz hoje exatamente um ano que, do Palácio da Liberdade, convocamos os mineiros para a Revolução, conscientes da responsabilidade que assumíamos e na certeza de que interpretávamos os sentimentos e as aspirações dos brasileiros. A insegurança, a insatisfação, a inconformidade estavam presentes no coração de todos, nas interrogações do povo e nos pronunciamentos públicos. Minas, que sempre desejou a paz, sentiu-se no dever de lutar por ela. De onde vinha a nossa força? Da união dos mineiros. Da união das suas Forças Armadas – Exército, Aeronáutica e Polícia Militar. Da união das famílias, que se traduzia na prece da mulher, tocada pela fé e de civismo. Da união das forças políticas, sem distinção de legendas, porque sempre se unem os mineiros, no cumprimento do dever para com a Pátria. Sentimos, naquêlê dia memorável, que, para arrostar o risco assumido com determinação, contaríamos com o apoio corajoso e exaltado da gente mineira. As legiões de voluntários, de tôdas as categorias sociais e de tôda a parte, revelavam a solidariedade que, ainda hoje, ao recordá-la, nos emociona.

Segundo Magalhães, o golpe de 1964 foi o caminho necessário para honrar o Brasil que todos queriam

Quais nossos objetivos? Restaurar a Constituição, fortalecer o regime federativo abalado, preservar a democracia ameaçada pelos extremismos excitados e resolver os problemas do povo, promovendo o bem-estar social. Procurar nôvo caminho para o País, que pudesse ser trilhado por todos. Pela mocidade, na busca de um futuro melhor, a que tem direito. Pelos operários, amparados pela justiça social, sem explorações demagógicas. Pelas famílias, no conforto mínimo de uma vida digna. Pelas mães, espôsas e filhas, em preces de agradecimento, sem as angústias do presente e o temor do futuro. Batíamos-nos por uma vida pública purificada. Lutávamos por acelerar o desenvolvimento harmônico das regiões brasileiras, em benefício de todos e não só de alguns. Combatíamos as desigualdades, para que a convivência dos brasileiros se caracterizasse pela cordialidade, não pelo tom hostil que a luta de classes provoca. Queríamos, enfim, Senhor Presidente, um Brasil pelo qual Minas sempre lutou, um Brasil unido e forte. Por quê a certeza da vitória? Porque a nossa união e os nossos ideais me apoiavam na fé que não pode faltar ao lutador. Estávamos arregimentados em um só bloco, um só corpo, uma só alma, para enfrentar até o sacrifício, os riscos da nossa decisão. Éramos uma força de libertação disposta a não se deter diante de

qualquer outra, na defesa da grande Nação, que [rasurado] unida, cristã e democrática. Cumprimos o dever.

Referindo-se a 31 de março como “Revolução”, dirige-se ao então presidente Castello Branco mostrando seu apoio e o de Minas para que ele siga com os objetivos do movimento.

A Revolução foi do povo. Não teve primeiros lugares. Todos os que pelejaram no grande movimento serão lembrados, com a honra e gratidão, nas páginas da história. Senhor Presidente, após a vitória, sem fugirmos às responsabilidades que assumimos da Revolução, os mineiros voltamos ao trabalho, às nossas lutas, aos deveres cotidianos. À Vossa excelência coube o pesado encargo de governar o País, ameaçado e cheio de sofrimentos. Ao mesmo tempo, foi-lhe atribuída a missão de executar os objetivos da Revolução. No momento em que Vossa Excelência recebeu o Governo da República, assumiu, também, o grave dever de não permitir que se frustrem as ideias do movimento revolucionário e as justas aspirações do povo. Conhecemos o seu trabalho e o seu esforço, demo-lhes tôdas as horas, apoio sério e desinteressado. De Minas, Vossa Excelência recebeu sempre a palavra autêntica e leal. Tem sido a palavra de um govêrno fiel às aspirações da História e da Revolução, até à custo de incompreensões. Tem sido a palavra de um Govêrno empenhado no dever de valar porque não se decepcionam àqueles que, há um ano, se juntaram a nós. Saudando Vossa excelência, em nome de Minas, de seu povo e seu Govêrno, agradeço-lhe a grande honra da presença às festividades do primeiro aniversário da Revolução, cujo destino se confiou no soldado e no patriota. Que o Brasil de hoje, Senhor Presidente, seja o encontro do passado com o futuro; o Brasil do desenvolvimento agressivo, que corresponda à justa inconformidade de um povo ainda pobre, com tantas riquezas a dinamizar; um Brasil, enfim, fortalecido pela decisão de lutar, sem pausa, com severa determinação, para assegurar a todos os seus filhos uma vida mais humana e mais digna.

4.1. A institucionalização do Regime: os Atos Institucionais e a oposição

Com o Golpe concretizado, era preciso fazê-lo funcionar legalmente¹⁰². Assim, em 9 de abril de 1964, foi redigido o Ato Institucional nº1 que, além de justificar a “Revolução”, deixava claro suas intenções.

À NAÇÃO

¹⁰² Para Carlos Fico, os Atos Institucionais “[...] não existiam como diploma legal no Brasil. Quando houve o golpe, para dar uma aparência juridicidade, os advogados que ajudavam os golpistas sugeriram essa fórmula: estabelecer as regras que pautaram o regime militar por meio de um ato. O primeiro não tem número, mas depois vieram outros e o primeiro ficou conhecido como AI-1. Mas não havia essa tradição. Naturalmente, não havia nada de institucional, são atos de exceção que instauraram um regime de exceção, algo que foi se agravando” (EL PAÍS, 2019).

[...] O ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da nação em quase sua totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituídos, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...] A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar [...]

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo [...]. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País.

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1964, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República [...]. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação (AI-1 *apud* ALVES, 2005, p. 65)

É preciso localizar quais e como eram as lideranças políticas naquele momento para entender, assim, como foram os primeiros anos do Regime. É inegável que o Golpe teve apoio de setores civis e militares, dentre aqueles, muitos políticos de renome no país (como já afirmamos anteriormente). Contudo, mesmo com todo apoio dado ao movimento, cada grupo objetivava seguir um caminho: havia os que só queriam retirar Jango e seus aliados comunistas (aqui encontramos Magalhães Pinto, segundo Reis, seriam os liberais-conservadores); havia ainda, dentro desse espectro, os conservadores arcaicos, defensores da família e da Igreja Católica (REIS, 2014, p.48-49).

Como sabemos, o golpe não acabou ali e Castello Branco foi eleito, de forma indireta, o primeiro presidente do novo regime. Muitas são as versões sobre a figura de Castello. O fato de negar ser conspirador contrastava com suas atitudes como presidente. Contudo, devido à rígida formação militar, era também um defensor da legalidade. Em seu governo, também fica clara a perda de popularidade, corroborada com as eleições de 1965 (em Minas Gerais e na Guanabara foram vitoriosos os candidatos da oposição). Com essa primeira derrota, o presidente edita o AI-2 em 27 de outubro que, além de suspender o pluripartidarismo, transforma as eleições em indiretas, visando não perder o controle do governo.

Segundo Bolívar Lamounier, as eleições de 1965 foram determinantes para a edição do AI-2, sendo assim, uma *over-reaction* de Castelo.

O episódio de 1965 diz respeito [...] à reação dos militares da linha dura aos resultados da eleição [...] a vitória de políticos tradicionais do antigo PSD [...] foi vista como uma perigosa arregimentação de forças 'anti-revolucionárias', corruptas e subversivas, pela linha dura, que exigiu medidas drásticas. Mais que uma correção das 'distorções' específicas que a eleição havia trazido [...] essas medidas significaram, na verdade, um cerceamento quase definitivo de moderação do presidente Castello Branco. (LAMOUNIER *apud* FICO, 2004, p.74)

Contudo, Fico contesta tal afirmação quando diz que, tirando a ânsia por punições e diretrizes econômicas, o golpe não foi coordenado¹⁰³ e “tudo o mais era improvisado”. Para ele

O endurecimento representado pelo AI-2 articula-se, certamente, ao episódio da eleição de outubro de 1965, mas não apenas. Ele também foi uma vitória parcial da linha dura, que promoveu intensa atividade de pressão desde os meados de 1964 até a conquista do Ato, em outubro de 1965 [...] nesse sentido, ao contrário do que afirma Lamounier, a vitória dos oposicionistas em outubro pode ser entendida como pretexto para o AI-2, não sua causa principal. (FICO, 2004, p.75)

Para Alves, Castello Branco não esperou a votação no Congresso e baixou o AI-2, com a justificativa de que o movimento de 1964 foi uma “autêntica Revolução [que] representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte”. Segue afirmando que a Revolução não foi, ela é e continuará sendo, ao mesmo tempo em que deixa claro o perigo do “inimigo externo” e que o ato era necessário porque “agitadores de várias matizes e elementos da situação eliminada [...] já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária” (ALVES, 2005, p.110).

Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a Revolução, implantada para restabelecer a paz, promover a honra nacional[...]

Considerando que o país precisa de tranquilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do Povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

¹⁰³ Muitos militares afirmam a ausência de organização e projetos específicos, posto que as decisões eram tomadas de acordo com os acontecimentos. Para muitos, a duração do regime é muitas vezes associada a essa falta de projeto (D'ARAUJO; CASTRO; SOARES, 1994a).

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs. (AI-2 *apud* ALVES, 2005, p.110)

Segundo Daniel Aarão Reis, o AI-2 foi uma reação às eleições em Minas Gerais e na Guanabara, em outubro de 1965, com as vitórias da oposição¹⁰⁴ (REIS, 2014, p.61). Dois partidos surgiram: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹⁰⁵ de apoio à ditadura e O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁰⁶, o partido de oposição legal ao regime. Com o AI-2, sob total responsabilidade do governo, ocorreu a

Entronização de eleições indiretas para presidente da República, dissolução dos partidos existentes, com imposição de cima para baixo, de um sistema bipartidário; milhares de novas cassações (no fim do governo de Castello, mais de 3500 pessoas haviam sido punidas pelos atos de exceção); deposição de governadores legalmente eleitos; recesso temporário do Congresso nacional (entre 20 e outubro e 22 de novembro de 1966); decretação de eleições indiretas também para governadores, em sessões públicas e com voto nominal dos parlamentares, o que facilitava o controle e a decretação de medidas repressivas, no caso de eventuais rebeldias (o mesmo expediente já fora adotado para a eleição de presidente da República); extinção de eleições para prefeitos das capitais, a serem designados pelos governadores, após anuência das respectivas assembleias legislativas (Ato Institucional n.3 – AI 3, editado em fevereiro de 1966). (REIS, 2014, p.61-62)

Com o bipartidarismo¹⁰⁷, Magalhães Pinto ingressa na ARENA em março de 1966 e disputaria, assim, sua primeira eleição depois do governo de Minas. Segundo telegrama de 26 de janeiro de 1966, até este momento, Magalhães Pinto estava relutante em entrar para a ARENA e levar outros ex-filiados da UDN para o novo partido com ele. Castelo Branco teria falado pessoalmente com Magalhães em ocasiões recentes, Bilac Pinto, em nome do

¹⁰⁴ Israel Pinheiro e Negrão de Lima, respectivamente.

¹⁰⁵ Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, afirmam sobre a ARENA “Quem quisesse permanecer na política, e não estivesse preso ou cassado, precisava escolher um partido, e ficou difícil formar o MDB – a maior parte dos políticos em atividade correu para se abrigar na Arena. O partido do governo reunia a fina flor do conservadorismo, filiou praticamente toda a UDN, boa parcela do PSD e uma estreita fatia do PTB. Enquanto existiu, a Arena foi incapaz de atuar como partido e formular alternativas políticas nacionais; em compensação, sofria de incurável vocação adesista, sua postura era subserviente e seus integrantes aprovavam quase todos os projetos que o Executivo enviava ao Congresso (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.458).

¹⁰⁶ Sua base era originária do PTB e do PSD, reunindo em torno de um único consenso: a volta da democracia.

¹⁰⁷ Lilia Schwarcz e Heloisa Starling assim definem os dois novos partidos: “A Arena passou para a história como o partido do “sim, senhor”, e os militares esperavam que o MDB fosse dócil o suficiente para atuar como o partido do ‘sim’. Afinal, era oposição consentida e, entre 1966 e 1970, quando se consolidou como força política de oposição real, quem combatia a ditadura não via nenhuma razão para confiar nele (*Ibidem*).

presidente, teria ido várias vezes a Minas Gerais tentar persuadir o ex-governador a filiar-se à ARENA, mas, segundo ele, “até agora, sem sucesso.”¹⁰⁸

Em entrevista anunciando sua entrada no partido do governo, afirmou que o Ministro da Guerra, Costa e Silva, tem todas as qualidades para ser presidente do Brasil; e que sua filiação à ARENA não seria um impeditivo de fazer críticas construtivas em economia e política financeiras¹⁰⁹. Em 15 de novembro de 1966, é eleito o deputado federal mineiro mais votado, tendo 187.567 votos, três vezes mais que Israel Pinheiro Filho e quase o dobro do mais votado pelo MDB, João Herculino de Souza Lopes. Minas elegeu 37 deputados pela ARENA e 11 pelo MDB¹¹⁰. Já para a vaga do Senado, Milton Campos foi eleito pela ARENA com 979.631 votos (MELO, 1994, p.170).

Após sua entrada na ARENA, Magalhães Pinto anunciou – em 29 de abril de 1966 – que seria candidato à vice-presidência do partido. Segundo ele, sua candidatura tem o apoio de “fortes forças militares e políticas” e que acredita que Castelo Branco não vetará sua pretensão. Contudo, afirma que seu nome não é um dos preferidos do presidente. Na mesma entrevista, afirmou que tem “total identificação” com Costa e Silva, confirmando que este será capaz de ganhar a eleição porque “ele sente e entende os problemas das pessoas”¹¹¹.

Já o AI-3, decretado em 05 de fevereiro de 1966, tinha o claro objetivo de controlar os Estados maiores, e assim dizia no preâmbulo

Considerando ser imperiosa a adoção de medidas que não se permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução;
Considerando a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do país;
Considerando que a edição do Ato Institucional Nº2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;
Considerando que é imprescindível se estenda à eleição dos governadores e vice-governadores de Estado o processo instituído para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;

¹⁰⁸ "Biweekly Summary No. 1 (January 11-24, 1966)" (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹⁰⁹ "Biweekly Summary No. 4 (February 24 - March 9, 1966)" (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹¹⁰ Alguns nomes eleitos em ambos os partidos merecem destaque. Pela ARENA: Aureliano Chaves, José Bonifácio Lafayette de Andrada, Aécio Ferreira da Cunha (pai de Aécio Neves da Cunha), José Monteiro de Castro, José Maria Alkmin, Gustavo Capanema, Hélio Carvalho Garcia. Já pelo MDB foram eleitos: Tancredo de Almeida Neves, José Maria Magalhães, Edgar de Godoi da Mata Machado.

¹¹¹ "Biweekly Summary No. 8 (April 23-May 3, 1966)" (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Considerando, mais, que é conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos municípios das Capitais de Estado. (AI-3 *apud* ALVES, 2005, p.122)

Foram 18 atos complementares baixados entre junho e julho de 1966 visando controlar, de todas as maneiras, as eleições de novembro. A necessidade de uma nova Constituição tornava-se imperiosa para legitimar os atos institucionais da Revolução. A campanha para a elaboração de uma nova carta visava intimidar a oposição e deixar a ARENA com plenos poderes para aprovar e redigir uma Constituição “altamente autoritária, destinada a institucionalizar o Estado de Segurança nacional” (ALVES, 2005, p.124).

Castello Branco tentou minar a participação do Congresso na redação da nova carta. MBD e ARENA uniram-se contra o presidente, exigindo direito de apresentar propostas e emendas à constituição, mas foram excluídos do processo. A crise entre os poderes se estendeu ao longo do ano, chegando, em 20 de outubro de 1966, ao fechamento do Congresso pelo ato complementar 23 por um mês, visando concentrar atenção às eleições do mês seguinte.

Considerando [...] que se constitui [...] naquela casa do Congresso nacional [...] um agrupamento de elementos contra-revolucionários com a finalidade de tumultuar a paz pública e perturbar o próximo pleito de 15 de novembro, embora comprometendo o prestígio e a autoridade do próprio Poder Legislativo, resolve [o Presidente da República] baixar o seguinte ato complementar. (Ato Complementar nº 23 *apud* ALVES, 2005, p.126)

Corroborando os indícios de que o governo de Castello Branco passava por momentos conturbados dentro e fora do Congresso Nacional, um telegrama, datado de 24 de janeiro de 1966, descreve uma ligação de 90 minutos feita pelo então presidente. Afirma que suas relações com o governador Magalhães Pinto melhoraram e que ele o ofereceu duas vezes um gabinete para que ele colaborasse com o governo. Magalhães não aceitou¹¹². Não há sinais de que a recusa tenha alguma relação com a pretensão de Magalhães em ser candidato à presidência, mas podemos levantar essa hipótese, pois a relação entre o ex-governador e o presidente passou a esfriar depois do AI-2, momento em que o governo passa a enfrentar

¹¹² “Castello Branco call” (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

ainda mais críticas e Magalhães era um destes, talvez por já entender que Castelo Branco¹¹³ poderia ter perdido as rédeas do poder.

Outro telegrama datado de 28 de setembro de 1966, intitulado “*Weekly Summary No. 39*”, afirma que Magalhães Pinto fora entrevistado por TVs em São Paulo e que ele teria “atacado fortemente” o governo de Castelo Branco e “apoiado entusiasticamente” a candidatura de Costa e Silva. Magalhães afirmou que o “povo brasileiro está agindo quase igual a um front unido contra o governo”. Magalhães teria rejeitado a ideia de que os estudantes seriam um “movimento subversivo” e afirmou que eles representam importantes queixas populares. Na mesma entrevista, teria expressado “repetitivamente” sua confiança como presidente no Marechal Costa e Silva, já que ele corrigirá todos os erros presentes do governo e “dará o Brasil feliz, dias melhores”. E insistiu em apoiar a candidatura de Costa e Silva, pois está convencido de que o novo presidente fará importantes mudanças nas políticas do governo para “satisfazer as pessoas” e governar pacificamente¹¹⁴.

Em novembro de 1966, uma reportagem do *Correio da Manhã*, intitulada “Magalhães Pinto acusa Castelo: só falta agora cassar crianças”, explica os motivos do rompimento de Magalhães do governo que ajudara a criar. Eis as declarações do ex-governador

Não combat[o] os homens pelo simples gosto de combater, mas o presidente Castelo Branco entrou na fase de Herodes e agora só falta cassar as crianças. Se o marechal Castelo Branco tivesse executado o govêrno que todos nós que ajudamos a fazer a revolução imaginávamos, certamente teria continuado a receber o meu apoio. (CORREIO DA MANHÃ, 24/11/1966, p.1)

A reportagem segue afirmando que, segundo Magalhães, sua expressiva votação¹¹⁵ como deputado federal por Minas demonstra o “inconformismo e um veto ao Govêrno do marechal, à sua orientação de sua política econômico-financeira e às violências praticadas até hoje”. Sua eleição pela ARENA, afirma o então deputado, seria para lutar “dentro do próprio

¹¹³ Recebe em 28 de fevereiro de 1966, o título de cidadão honorário de Minas Gerais. Em seu discurso agradece ao então governador Israel Pinheiro e cita a participação de Magalhães Pinto na ‘Revolução de Março’: “Eu não posso esquecer que a Revolução veio através da vigorosa iniciativa do ex-governador Magalhães Pinto e foi passada para mim como minha maior responsabilidade”. “President Castelo Branco Receives Title of Honorary Citizen of Minas Gerais” (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹¹⁴ “Weekly Summary No. 39” (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹¹⁵ Segundo ele, devido “à generosidade do povo mineiro – que detesta os pusilânimes e os acomodados- para com um dos muitos combatentes do regime que o vem privando os direitos sem os quais não pode permanecer silencioso, pois é democrata por essência” (CORREIO DA MANHÃ, 24/11/1966, p.1).

acampamento situacionista, quis demonstrar que iria derrotar as ideias do Govêrno na sua própria área de influência”. Afirma, ainda, que não pretende criar um partido de oposição, pois acredita nas ações de Costa e Silva¹¹⁶ (*Idem*).

Em 1967, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto tornaram ainda mais duras suas críticas ao governo frente sua relação com o Congresso e com o Judiciário¹¹⁷. Lacerda, juntamente com João Goulart e JK, organizou um movimento político, a *Frente Ampla*, que visava aliar antigas lideranças políticas e traçar atividades de oposição frente ao governo¹¹⁸ (ALVES, 2005, p.154-155). Lilia Schwarcz e Heloisa Starling afirmam que a Frente Ampla era uma alternativa “oposicionista real”, pois

reunia três grandes lideranças nacionais, abria canais de participação para a sociedade com comícios, reuniões públicas e manifestações de rua, e apresentava um programa mínimo para derrotar a ditadura no voto: restauração do poder civil, anistia, pluripartidarismo, direito de greve, constituinte, eleições diretas. (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.457)

Segundo reportagem da *Folha de São Paulo* de 26 de setembro de 1967, Carlos Lacerda foi até o Uruguai encontrar-se com João Goulart, que estava no exílio desde o 31 de março de 1964. Os dois, inimigos declarados, teriam conversado durante toda a manhã do dia 25 – com o também ex-presidente Juscelino Kubistchek, na figura do deputado Renato Archer – concluído que o Brasil precisava passar por um processo de redemocratização. Lacerda e Jango afirmaram que, para solucionar a crise no Brasil, era necessário “unir esforços [...] sem cultivar ressentimentos pessoais nem propósitos revanchistas” e completaria ainda aquele: “somente a união do povo brasileiro pode provocar uma mudança para a verdadeira democracia [...] para alcançar a mobilização da opinião pública. Hoje está comprovado que Jango não é um homem do partido Comunista nem eu dos Estados Unidos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967)¹¹⁹.

¹¹⁶ Em telegrama de 19 de julho de 1966, Castelo Branco teria afirmado que Costa e Silva seria o próximo presidente, mas se referiu a ele como ‘politicamente ingênuo’, adjetivo que segundo o mesmo, teria sido usado por Magalhães Pinto anteriormente, mas que talvez ele tenha uma visão diferente agora. "Castello Branco views on domestic matters" (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹¹⁷ Um dia após a edição do AI-2, Carlos Lacerda já se coloca em oposição ao governo de Castelo Branco. Magalhães Pinto, naquele momento, ainda está com o governo. "Carlos Lacerda Pronouncement" (1966). In: **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹¹⁸ Segundo Bandeira de Melo, Magalhães Pinto não chega a organizar a Frente Ampla, é somente convidado a integrá-la, mas nega, pois havia se engajado na candidatura de Costa e Silva (MELO, 1994, p.171).

¹¹⁹ Matéria completa disponível http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_26set1967.htm. Acesso em 07/01/2020.

O documento, conhecido como Pacto de Montevideu, fora assinado por Carlos Lacerda e João Goulart, com apoio de Juscelino Kubistchek e Magalhães Pinto, eis alguns trechos

É preciso que se transforme, corajosa e democraticamente, a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do país. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais, em favor do seu povo e não de grupos externos e internos, que sangram e exploram o seu trabalho [...]

Ninguém tem o direito de suprimir pela mistificação, pela usurpação total do poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do país de solucionar, pacificamente, os grandes problemas do nosso tempo.

"Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais, nem propósitos revanchistas [...]

A retomada do processo democrático, pela eleição direta, é essencial para conquistar, ao mesmo tempo, o direito de decisão, que pertence ao povo, e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do Brasil para o esforço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional.

A frente Ampla é o instrumento capaz de atender com esse sentido, responsabilmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional, e pela retomada dos esforços para formular e pôr em execução as reformas fundamentais e a reconquista da direção dos órgãos que decidem do destino do Brasil.

A formação desse movimento - uma verdadeira Frente Ampla do povo, integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes políticas - é a grande tarefa que nos cabe realizar com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as, sem desfalecimento, para reconduzir o Brasil ao caminho democrático".

Para Daniel Aarão Reis, a Frente Ampla era considerada pelas direitas um movimento *contre-nature* – já que reunia figuras políticas extremamente opostas, até então – ao mesmo tempo em que “exprimiam a insatisfação das lideranças civis, golpistas ou não, marginalizadas pelo regime ditatorial” (REIS, 2014, p.67). E continua

Nessa mesma faixa de opinião, e pelos mesmos motivos, correntes liberais ou, no polo oposto, corporativistas, distanciavam-se do governo e articulavam críticas. Na oposição liberal-conservadora, destacava-se parte importante da grande imprensa, capitaneada por O Estado de S. Paulo, Correio de Manhã e Jornal do Brasil. Alinhavam-se em posições afins setores minoritários, mas expressivos da Igreja Católica, transitando para posições hostis ao poder, denunciando a política econômica e as violações – repetidas – dos direitos humanos e democráticos. (*Idem*)

Maria Helena Alves afirma que o movimento da Frente Ampla chamou a atenção do governo, já que foram planejados comícios e manifestações de rua. Contudo, no início de abril de 1968, o movimento foi proibido. Segundo Schwarcz e Starling, “os militares jamais perdoaram Carlos Lacerda, a quem consideraram traidor: em dezembro do mesmo ano, seu nome encabeçou a lista de cassações do AI-5¹²⁰ e ele foi preso. Nunca mais voltaria à vida política” (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.457-458). (Figura 13)

A Frente Ampla foi proscrita como organização e proibida de realizar comícios, reuniões e passeatas, divulgar declarações políticas ou publicações de qualquer espécie. O Departamento de Polícia Federal (DPF) recebeu ordens de deter quem quer que violasse estas proibições. Além disso, deveria o DPF apreender livros, revistas, jornais ou qualquer outro material impresso de responsabilidade da Frente. O Estado pretendia assim eliminar por simples decreto um movimento social, dando com isso novo exemplo das contradições entre o processo de liberalização e o emprego da repressão para remover da cena política setores ‘antagônicos’ da oposição. (ALVES, 2005, p.156)

4.2. Magalhães Pinto: o ministro

Magalhães foi empossado em 01 de janeiro de 1967, mas, a convite de Costa e Silva, aceita o cargo para ministro de Relações Exteriores e, no dia 15 de março, juntamente com o novo presidente, assume a pasta, sendo o último ministro no cargo fora dos quadros da diplomacia brasileira¹²¹. Segundo Paulo Vizontini, os estudos envolvendo os 21 anos de Regime Militar se apegam às temáticas da repressão e da política interna, enquanto as questões em torno da economia e da política externa imediatamente são associadas aos “aspectos político-repressivos internos” e acabam por “distorcer a realidade mostrando a ditadura como meramente ‘entreguista’”. Contudo, sugere o autor, “a política externa do regime militar e sua relação com o desenvolvimento aponta para a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista durante esse período, apesar de sua inflexão conservadora” (VIZENTINI, 2014, p,143).

¹²⁰ Segundo Márcio de Paiva Delgado, “a respeito dos membros/simpatizantes da Frente Ampla que foram cassados em decorrência do AI-5 (lembrando que outros já haviam sido cassados anteriormente, sendo que alguns antes mesmo da formação do próprio movimento), os nomes somaram 53 deputados federais (sem contar deputados estaduais), ou seja, aproximadamente 56% dos deputados cassados pelo AI-5 tiveram algum contato com o movimento” (DELGADO, 2013, p.216).

¹²¹ Para entender como se dá o ingresso na carreira diplomática ver <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-as-carreiras-do-servico-exterior>. Acesso em 08/01/2020.

Em artigo publicado na coletânea *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964*, Mirian Saraiva e Tullo Vigevani analisam continuidades e descontinuidades na política externa brasileira, desde 1961 até 2011. Ao apresentar referências sobre os estudos em relação à política externa, os autores lançam três paradigmas de análise para a realidade brasileira: a Política Externa Independente; o Pragmatismo Responsável e a autonomia pela diversificação (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p.219). Para o nosso caso, somente a primeira análise nos será cara¹²².

Segundo os autores, a PEI pode ser identificada a partir da posse de Jânio Quadros e significou uma mudança profunda na política externa nacional: o país abandonou o que eles analisam como americanismo e abriu-se para o globalismo. Ou seja

O presidente orientou-se pelo universalismo, tendo como perspectiva abrir o país para relações com todos os demais, como instrumento para obter a própria projeção internacional. Isso significava buscar a independência de comportamento em relação aos estados Unidos, uma vez que o poder de barganha viria sobretudo da diversificação de parceiros. (*Idem*)

Com a PEI, o governo brasileiro rompeu relações com a Portugal do fascista Oliveira Salazar e aproximou-se de Cuba, num momento em que aumentavam as tensões entre EUA e Fidel Castro. Sobre Cuba, o então ministro Afonso Arinos de Melo dizia: “Temos o dever de respeitar, de pugnar, de defender e de cooperar na defesa da autodeterminação dos povos. Nisso temos o dever de cooperar com o princípio da não-intervenção” (*Idem*, 220).

Para os autores em questão, os princípios básicos da PEI eram

Ampliação do mercado interno; formulação autônoma dos planos de desenvolvimento; manutenção da paz com coexistência pacífica; desarmamento geral e progressivo; não intervenção em assuntos interno de outros países; autodeterminação dos povos; respeito ao direito internacional; e apoio à emancipação de territórios não autônomos.¹²³ (*Idem*, p.221)

Com a posse de Costa e Silva e a promessa de “retomar o desenvolvimento econômico e liberalizar o regime” a ideia era de que a participação da burguesia nacional aumentasse – já que, com a posse de Castelo Branco, os militares “passaram a governar apoiados em tecnocratas” – os Estados Unidos interferiram para que aquele mantivesse a equipe econômica

¹²² O Pragmatismo Responsável pode ser identificado no governo Geisel a partir de 1974; já o paradigma da autonomia pela diversificação é identificado com o primeiro governo Lula, em 2003 (SARAIVA; VIGEVANI, 2014).

¹²³ Quase todos os pontos contrários à política externa americana.

deste e estava lançado o primeiro conflito entre os dois países (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p.144-146).

Segundo Bandeira de Melo, no período em que foi ministro (1967-1969), Magalhães “teve uma agenda movimentada, procurando intensificar tanto a abertura de novos mercados para atração de recursos ao desenvolvimento nacional como a cooperação tecnológica, científica e econômica” (MELO, 1994, p.171). Imediatamente após o 31 de março de 1964, o governo brasileiro tratou de alinhar-se bilateralmente com os Estados Unidos. Para Vizontini, tal política era embasada “[pela] geopolítica típica da Guerra fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas no perigo comunista¹²⁴” (VIZENTINI, 2014, p.145).

Magalhães Pinto aproximou-se das perspectivas da PEI, “embora sem fazer referência à reforma social” (*Idem*, p.147), com o que chamou de “Diplomacia da Prosperidade”, baseada na

convicção de que o desenvolvimento é uma responsabilidade nacional — a ser exercida principalmente através de instrumentos internos. Reconhece o governo, contudo, o caráter estratégico do setor externo, tanto em termos de comércio como de capitais e técnica. Por isso, acolhe a colaboração estrangeira, mas compreende o seu caráter supletivo.

E tendo como finalidade

colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, aproveitando-se ao máximo as oportunidades que o setor externo possa oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país; trata-se, igualmente, de atuação vigilante para impedir que se criem obstáculos ou se fechem oportunidades ao desenvolvimento do Brasil¹²⁵.

Em seu discurso de posse como ministro, assim como em seus discursos como deputado e governador, destaca o papel e sua preocupação com o povo

¹²⁴ O atual ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, escreveu um artigo em que afirma ainda existir uma ameaça comunista nos países latino-americanos. Texto disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/21163-para-alem-do-horizonte-comunista-terca-livre-18-12-2019>. Acesso em 09/01/2020.

¹²⁵ “Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Arthur Costa e Silva”, em 01 de março de 1968. Texto completo disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Mensagens_Presidenciais/Costa_Silva.pdf. Acesso em 10/01/2020.

A política externa, em nossos dias, se reveste de tal importância para o destino das nações que não mais se concebe a sua manipulação na sombra das chancelarias, no segredo dos gabinetes, nas negociações sigilosas. Hoje, e cada vez mais, o povo inspira sua elaboração e, mesmo, a sua execução. Côscio desta tendência, espero trazer para o Itamaraty a minha experiência de contato íntimo e constante com o povo, buscando imprimir à nossa política exterior a flexibilidade que lhe deseja dar o ilustre Presidente Costa e Silva para melhor atender os anseios e aspirações dos brasileiros.

E continua

Impõe-se, nesta hora, uma política que reflita no plano internacional as aspirações de um povo firmemente decidido a acelerar o processo de seu desenvolvimento. Daí a necessidade de dar sentido eminentemente realista e o devido conteúdo econômico à nossa diplomacia. Ampliação efetiva dos mercados externos, preços justos e estáveis para os nossos produtos, intensificação da ajuda técnica e econômica, promoção de cooperação científica devem figurar entre os nossos objetivos primordiais.

Por fim, define o que será a “diplomacia a serviço da prosperidade”

Estamos convencidos de que as desigualdades externas, tanto no plano internacional quanto no plano interno, são a principal fonte de insegurança, de insatisfação, de inquietudes, constituindo, por conseguinte, a mais grave ameaça à paz. Uma nação sufocada pela estagnação é uma nação insegura, como é inseguro um mundo em que se estratifique o presente desequilíbrio entre Estados ricos e Estados pobres. Toda a influência que o Brasil pode hoje exercer, pela sua importância política, demográfica, geográfica, cultural e estratégica será utilizada para promover uma decidida arrancada no caminho da prosperidade. Nos entendimentos de chancelarias, nas mesas de negociação e nos foros multilaterais, a preocupação primeira de nossa diplomacia será contribuir para a plena emancipação econômica do país¹²⁶.

Vizentini afirma que, no plano internacional, a diplomacia brasileira passou a “contrariar frontalmente Washington” e afirmava que “a *détente*¹²⁷ entre os EUA e a URSS fazia emergir o antagonismo Norte-Sul, e, em função disso, definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com este, visando a alterar as regras injustas do sistema internacional” (VIZENTINI, 2014, p.147).

Para Bandeira de Melo, Magalhães Pinto, contrariando mais uma vez o governo anterior, foi contra a organização de uma força militar interamericana para intervir em outros

¹²⁶ “Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto”, 15 de março de 1967. Texto completo disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/150-jose-de-magalhaes-pinto>. Acesso em 10/01/2020.

¹²⁷ Diminuição da tensão das relações entre nações ou governos.

países, afirmando que “a preservação a paz e da segurança interna constitui a responsabilidade precípua dos governos nacionais e das forças armadas de cada país americano” (MELO, 1994, p.171). Não obstante, afirmam Vizentini e Bandeira de Melo, tal política fez com que Magalhães se recusasse a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Na América Latina, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) passou a criticar a criação de uma Força Interamericana de Paz, propôs a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de buscar relacionar-se com a Hispanoamérica por meio da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), e não da OEA, dentro de um enfoque que se afastava do pan-americanismo e buscava o latino-americanismo. Tal política agravou as relações com os Estados Unidos, que passou a criticar Costa e Silva e a estabelecer novas alianças e estratégias para recolocar o Brasil no caminho de 1964. (VIZENTINI, 2014, p.147)

Em seu discurso de posse, quando o assunto é a América Latina, assegura “No plano regional, haveremos de esforçar-nos para que a Organização dos Estados Americanos possa ser instrumento efetivo da integração continental, capaz de fazer das Américas um baluarte unido e próspero do mundo ocidental”¹²⁸. Quanto às relações externas, é categórico quanto à política que será adotada

A defesa intransigente dos interesses nacionais norteará sempre a política externa do governo que ora se inicia. Política realista, sem preconceitos ou prevenções. Nesse plano de realismo, manteremos diálogo com todas as áreas do mundo. Com a consciência de que esta é uma nação vigilante na defesa de sua soberania e coesa em torno de suas instituições políticas, jamais agiremos premidos pelo meio que conduz a omissões e renúncias. Totalmente devotados à causa da paz, continuaremos a dar nosso completo apoio às Nações Unidas para consecução de seus altos objetivos. (*Idem*)

E seguindo, para finalizar seu discurso, defendendo o diálogo com o Congresso Nacional, bem como o governo de Costa e Silva

É minha intenção realizar uma política aberta aos diversos setores da opinião pública. Os brasileiros, sem distinção, estão convidados a oferecer a contribuição de sua experiência, pois, a ninguém seria lícito permanecer indiferente aos problemas da nossa vida internacional. Estou particularmente interessado em estreitar a colaboração do Itamaraty com o Congresso

¹²⁸ “Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto”, 15 de março de 1967. Texto completo disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/150-jose-de-magalhaes-pinto>. Acesso em 10/01/2020.

Nacional. Acolherei sempre com a maior consideração as opiniões e sugestões dos nobres parlamentares. Para que a nossa atuação traduza fielmente as aspirações do povo brasileiro, estou certo de contar ainda com a cooperação de todos os órgãos de divulgação do país. Muito espero do trabalho da equipe competente e devotada desta Casa, autêntica elite do serviço público nacional, cuidadosamente preparada e adestrada para o exercício de suas funções. Juntos, realizaremos a política externa do governo Costa e Silva. Política de um povo consciente de sua soberania e vigilante na sua defesa. Política franca e generosa, honrada e leal como a alma brasileira. (*Idem*)

Assim, como ministro, já em 1967, participa: da Reunião de Chefes de Estados Americanos, em *Punta del Este*; da Assembleia Geral da Emergência da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque; da II Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, no Paraguai; da XXII Sessão da Assembleia Geral da ONU e da XII Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos, em Washington; encontra também com o presidente do Chile, Eduardo Frei; com a primeira ministra da Índia, Indira Gandhi e com a rainha Elizabeth II, para “manter contatos para impulsionar o intercâmbio entre Inglaterra, Brasil e Índia” (MELO, 1994, p.173). Neste período, participou ainda de reunião na ONU, onde somente Brasil e África do Sul votaram contra a independência das três mais importantes colônias portuguesas: Angola¹²⁹, Moçambique e Guiné.

No que se refere ao continente africano, é importante ponderar que, embora fosse crescente o interesse do regime militar em avançar a parceria política e comercial com países do continente, as relações com Portugal continuavam tendo caráter especial para a diplomacia brasileira. O Brasil sob o governo de Costa e Silva continuava a política implementada por Vasco Leitão da Cunha de “melhorar as relações com Portugal” (BARRETO, 2014, p. 8), ainda que isso obstasse a plena consecução de uma política africanista. (ZIEMATH, 2016, p.56-57)

Em 1968, participa da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento na Índia, além de visitar oficialmente Paquistão, Portugal e Japão. Já em 1969, chanceleres de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia firmaram o Tratado da Bacia do Prata, que dispõe que o Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) (Figura 14)

¹²⁹ Para Leticia Pinheiro, a política externa de Costa e Silva e Magalhães Pinto de aproximar-se do Terceiro Mundo, incluindo as colônias portuguesas, fez que com que Salazar (presidente português) interferisse e o Brasil voltou à “costumeira política de apoio a Lisboa” (PINHEIRO, 2007, p.90).

É reconhecido como órgão permanente da bacia, encarregado de promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais, que tenham por objeto o desenvolvimento integrado da bacia do Prata, e da assistência técnica e financeira que promova com o apoio dos organismos internacionais que estime convenientes, bem como de executar as decisões que adotem os ministros das Relações Exteriores. (CERVO, 2001, p.224)

Em relatório final sob sua gestão, Magalhães Pinto deixou claro

Não podemos fazer nosso desenvolvimento depender da simples acumulação do mais escasso fator de produção ao nosso alcance: o capital. Tampouco pode o desenvolvimento depender apenas da secular conquista de mercados internacionais. Desenvolvimento para o Brasil significa sobretudo a formação do grande mercado interno. Em outras palavras, a integração nacional. (Editorial MAGALHÃES PINTO: EMPRESÁRIO E POLÍTICO QUE NUNCA CONHECEU A DERROTA, s/d)

4.2.1. O sequestro do embaixador Charles Elbrick

Depois de várias reuniões de tomada e cumprimento de medidas dolorosas das quais o público está ciente, a fim de preservar uma vida ameaçada, vimos que a última demanda agora foi cumprida. Os prisioneiros já chegaram num avião da FAB. O único passo agora é esperar a liberação do embaixador Elbrick e vê-se terminar esse evento que trouxe repercussões tão ruins para o Brasil. O governo federal, no entanto, está certo que cumpriu seu dever¹³⁰ (ALMEIDA, 2019, p.113)

No dia 4 de setembro de 1969, membros da Aliança Libertadora Nacional (ANL) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) planejaram e executaram o sequestro do então embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em solo brasileiro. O objetivo da ação era claro: libertar de 15 prisioneiros políticos e denunciar para o mundo a imagem do regime instalado.

Era um tipo de ação inesperada e de largo alcance: buscava a repercussão aberta, transformava a luta armada, a tortura e a existência de presos políticos no país em notícia internacional – fato que os militares negavam reiteradamente -, e desmoralizava a ditadura. (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.462)

¹³⁰ José de Magalhães Pinto – Ministro das Relações Exteriores.

O plano deu certo, no mesmo dia a ação repercutiu em todos os lugares. O sequestro durou três dias e a Junta Militar, que então governava o Brasil, negava-se a negociar com “terroristas”.

É preciso entender como encontrava-se o clima político naquele momento. Costa e Silva sofre um acidente vascular cerebral em agosto de 1969. Com isso, é impedido de continuar no governo e seu vice, Pedro Aleixo, também não assume, pois se opôs abertamente ao AI-5 e não serviria aos propósitos dos militares. O governo passa, então, em mãos de uma Junta Militar formada por três ministros (AI-12): Lyra Tavares, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica. Neste momento, os círculos de poder mostram-se conflitantes, fato que não se restringe somente a 1969, assim, afirma Pâmela Almeida

A conjuntura aberta pelo período em que a Junta Militar esteve no poder e o sequestro de Elbrick trouxeram à tona, mais uma vez, as disputas de poder no interior da corporação militar. Não é possível perder de vista que estas disputas envolviam não apenas a legitimidade da Junta, mas também e, sobretudo, as discussões sobre quem ocuparia o próximo cargo de presidente. (RESENDE, 2019, p.114)

Charles Elbrick, de acordo com a reportagem do *Jornal do Brasil*, duas semanas antes do sequestro, teria dispensado sua segurança particular pois “estava há pouco tempo no Brasil e era pouco conhecido”. A nota oficial do Itamaraty, publicada na mesma edição, afirma

O Ministério das Relações Exteriores recebeu da Embaixada norte-americana comunicação de que o Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Sr. Charles Burke Elbrick, foi vítima de seqüestro por parte de elementos terroristas. Imediatamente o lamentável acontecimento foi levado ao conhecimento dos Ministros Militares que respondem pela Presidência da República, ao Ministro da Justiça e autoridades do setor de segurança. Foram de pronto ordenadas medidas para a localização do Embaixador Elbrick, bem como para a descoberta e captura dos criminosos. O Ministro Magalhães Pinto compareceu pessoalmente à Embaixada norte-americana para apresentar solidariedade do Governo brasileiro e comunicar ao Ministro-Conselheiro Sr. William Belton, as providências tomadas. O Governo brasileiro sabe que interpreta o pensamento do povo quando manifesta sua mais veemente repulsa àquele ato criminoso e está seguro de que a população compreende que este inominável atentado contra a intangibilidade pessoal do representante diplomático de um país amigo representa, ademais, um ato de puro e simples terrorismo em detrimento do prestígio internacional do Brasil. (JORNAL DO BRASIL, 05/09/1969)

No “manifesto revolucionário”, que deveria ser lido em rede nacional, os integrantes da ANL e do MR-8 são bastante elucidativos sobre quais eram suas intenções com aquela ação. Eis alguns trechos

[...] com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados. O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração.

[...] Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma: quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

[...] A vida e morte do sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ele atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) a libertação de presos políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) a publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país [...]

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente. (RESENDE, 2019, p.186-187)

A partir da divulgação do manifesto, a resposta do governo veio através do Secretário de Imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas

Se se registravam sinais de inquietação militar e inconformidade quanto à permanência da Junta, foi com o sequestro que eles cresceram. Vejo que o primeiro bilhete dos raptos, impondo condições, de início que todas as emissoras de rádio, televisão e jornais divulgassem sus manifesto

conclamando o povo à revolução. Depois, exigindo a troca do americano por um grupo de estudantes e líderes operários, presos em vários Estados, aparentemente sem a menor ligação entre eles. Os mais radicais tiveram reação imediata, especialmente no Rio: “jamais compactuar com subversivos. Lutar até o fim. Para cada ação violenta de um lado, três ou quatro do outro. Deixar os acontecimentos como estavam e, caso cumprida a promessa e morto o Embaixador, fuzilar os quinze exigidos em troca”. (CHAGAS *apud* RESENDE, 2019, p.114-115)

Assim, o governo brasileiro, na figura de Magalhães Pinto e do chefe-adjunto da missão da embaixada norte-americana, William Belton, passaram a negociar a soltura de Elbrick. Juntamente com Robert W. Dean, diretor do *Bureau for Latin America* do Departamento de Estado Americano, os três buscavam não só a troca de informações, mas estratégias de ação. Para Belton, afirma Resende, a libertação de Elbrick, não seria possível apenas com a “boa vontade” do governo brasileiro, já que havia, dentro das Forças Armadas, grande dissenso em relação ao caso (*Idem*).

Como era a ligação direta entre Washington e o Brasil, Belton afirmara que pouco estava sendo feito para preservar a vida do embaixador, inclusive por parte do governo norte-americano. Em documento assinado por Belton para Dean, este explica sua posição

Belton pediu orientação de Washington ao governo do Brasil em relação ao cumprimento dessas demandas. Eu disse que o deixaria saber qual era a nossa posição o mais cedo possível, mas que minha reação inicial foi que, por todos os meios, se fizesse tudo o que fosse necessário para salvar o embaixador. (*Idem*)

Mas um documento confidencial do governo americano, datado de 5 de setembro de 1969 e assinado pelo ministro para Assuntos Comerciais da Embaixada Britânica no Rio de Janeiro, Jeffrey C. Petersen, demonstra a repercussão do “caso Elbrick”

Se o embaixador não for recuperado vivo, o efeito nas relações Brasil/Estados Unidos, poderá, obviamente, ser grave, e o efeito da imagem do Brasil nos estados Unidos, pouco aquém de desastroso. Para evitar essa situação, o governo brasileiro talvez seja forçado à humilhação de aceitar todas as exigências de grupos terroristas responsáveis, pouco depois de ter alegado que as atividades desses mesmos grupos não apresentavam uma séria ameaça. (RESENDE, 2019, p.116)

Geraldo Cantarino afirma que, em conversa com Magalhães Pinto, Petersen assevera que inexistia uma coordenação de forças de segurança no Brasil, ao mesmo tempo em que a

pressão para solucionar o caso não estava apenas dentro das Forças Armadas. (CANTARINO, 2014, p.76). Há que se salientar que, naquele momento, o governo norte-americano não havia se posicionado oficialmente perante o governo brasileiro e que, apesar disso, era claro que a responsabilidade pelas negociações e pela vida do embaixador era da Junta Militar. Assim, ainda no dia 4, no Itamaraty, a Junta Militar, Magalhães Pinto, Gama e Silva (Ministro da Justiça), o general Jaime Portela e o chefe do Serviço Nacional de Informações, Carlos Alberto Fontoura, reuniram-se e, após intensas negociações, resolveram ceder às exigências dos sequestradores. Magalhães Pinto, no dia seguinte, faz o seguinte comunicado à imprensa

São do conhecimento público as circunstâncias ligadas ao sequestro do Embaixador dos Estados Unidos da América, Sr. Charles Burke Elbrick, por terroristas empenhados na subversão da ordem pública nacional. Em manifesto lançado na ocasião do delito, os terroristas exigem, sob a ameaça de matar o embaixador, que o governo faça divulgar na íntegra aquele manifesto e envie para o exterior quinze indivíduos atualmente detidos por atividades subversivas. Convencido de interpretar com fidelidade os sentimentos profundos e autênticos do povo brasileiro, o governo decidiu fazer o que está a seu alcance para evitar que se sacrifique mais uma vida humana, sobretudo quando se trata da pessoa de um representante diplomático, ao qual o Estado brasileiro, tradicionalmente hospitaleiro, deve proteção especial. O governo já autorizou a divulgação do manifesto e determinará a transferência para o exterior dos 15 detidos, cujos nomes já lhe foram indicados. Desse modo, recairá totalmente sobre os sequestradores a responsabilidade por qualquer dano à incolumidade da pessoa do Embaixador Charles Burke Elbrick. (JORNAL DO BRASIL, 06/09/1969)

Neste comunicado, a intenção do governo brasileiro não foi apenas a de informar que haviam cedido às exigências dos “terroristas”, era, além de tudo, construir uma narrativa de que aquele “incidente político” fora causado por sequestradores e, assim como aqueles que serão libertados, subversivos. A Junta Militar sabia que, ao menos simbolicamente, a leitura do manifesto em rede nacional seria uma derrota. Então, nada mais propício que lançar toda a responsabilidade do acontecimento na conta dos guerrilheiros.

Assim, agora chegara a vez do governo brasileiro, através de Magalhães Pinto, de pressionar o governo americano. Em mensagem para Belton, que imediatamente remeteu-se ao Secretário de estado, William P. Rogers, aquele enfatiza

O ministro do Exterior Magalhães Pinto me disse essa tarde que a decisão de negociar com os sequestradores foi muito difícil para os ministros militares e que há grupos dentro das Forças Armadas que estão descontentes com a decisão [...] Magalhães Pinto também afirmou que alguma manifestação de

apreço por parte do governo dos EUA, que poderia ser publicada na imprensa de amanhã também poderia ser muito útil. Ele acha que deve vir de Washington, em vez de partir daqui. (RESENDE, 2019, p.118)

A resposta de Belton seguiu no sentido de afirmar que, mesmo com os esforços lançados pelo governo brasileiro para solucionar o caso, as relações entre os dois países, a partir daquele momento, teriam um custo político muito alto. Além de, assim como Magalhães, corroborar com a necessidade de uma manifestação da alta cúpula do governo norte-americano. Assim, ele escreve “peço que o Presidente e o Secretário de estado enviem mensagens adequadas o mais rapidamente possível depois de sabermos da libertação segura de Elbrick” (*Idem*, p.119).

Com a pressão de Belton por uma posição clara do governo americano, Dean enviou para Charles A. Meyer¹³¹ a seguinte mensagem

Belton também afirmou que a decisão de negociar com os sequestradores e cumprir com suas exigências era muito difícil para o governo e que certos elementos nas fileiras não estavam muito felizes com isso. Ele disse que foi perguntado em bases confidenciais (presumivelmente por Magalhães Pinto) que nós fazemos o que podemos para que isso pareça ser a coisa certa a ser feita. Ele sugeriu que uma mensagem de alto nível de apreciação na linha da declaração do meio-dia de McCloskey hoje seria muito útil, particularmente se chegasse ao Brasil hoje à noite a tempo para os jornais de amanhã de manhã. Uma mensagem do próprio presidente Nixon seria ótima, mas, se isso fosse difícil, uma do Secretário Rogers seria de grande ajuda. Sugiro a seguinte mensagem ao Presidente Costa e Silva ou ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto: “Em meu próprio nome e em nome do Governo dos Estados Unidos, gostaria de expressar-lhe nossa profunda gratidão pelas ações que você e o Governo do Brasil tomou e está adotando para o retorno seguro do Embaixador Elbrick”. Pessoalmente acredito que uma mensagem do secretário Rogers ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, pode ser o nível correto nesse caso. Talvez devêssemos reservar qualquer palavra ao nosso Presidente para o momento da libertação do Embaixador Elbrick. No entanto, se decidirmos enviar uma mensagem de Presidente para Presidente neste momento, eu recomendaria acrescentar uma nota sobre a saúde do Presidente, talvez na seguinte linha: “Fiquei muito triste por saber de sua doença recente, mas sou encorajado por relatos que tenho tido sobre a melhora de sua saúde e envio meus melhores votos para uma rápida recuperação.” (*Idem*)

O que se sabe é que Richard Nixon decidiu se pronunciar. Contudo, a Casa Branca não estava disposta a divulgar a nota para a imprensa¹³². Não obstante, a partir de todos os

¹³¹ Secretário de Estado Assistente de Assuntos Interamericanos entre 1969-1973.

¹³² Não podemos afirmar que a carta teria sido mesmo escrita pelo Presidente norte-americano.

documentos acima citados, parece-nos claro o pouco empenho da alta cúpula do governo norte-americano em resolver o “caso Elbrick”, deixando sob total responsabilidade do governo brasileiro arcar com as pressões, as chantagens e a vida do embaixador caso as negociações não fossem positivas para a diplomacia. Assim, no dia da libertação de Charles Elbrick, a Junta Militar emite um comunicado oficial

Os acontecimentos que acabam de abalar profundamente os sentimentos do povo brasileiro, despertando-lhe a mais justa indignação, demonstram de modo inequívoco o quanto eram procedentes as razões que determinaram à decisão adotada pelo Alto Comando das Forças Armadas, no impedimento transitório do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de editar o Ato Institucional nº12 [...] serão preservadas a qualquer preço, a ordem e a tranquilidade da comunidade brasileira. Pode o povo brasileiro confiar, nesta grave conjuntura, na ação serena e energética dos seus dirigentes, que contam com o apoio patriótico das forças armadas, unidas e coesas para a salvaguarda dos valores espirituais e dos ideais que inspiraram a Revolução de março. (*Idem*, p.121)

Todas as análises afirmam o papel definitivo da Junta Militar para a resolução do sequestro, mas a figura de Magalhães Pinto não pode ser deixada de lado. Ele assumiu, desde o início, a frente das conversas entre os governos brasileiro e norte-americano, chegando até a pressionar aquele para que resolvesse a situação de maneira mais rápida e com o mínimo de consequências nas relações dos dois países.

4.3. Magalhães Pinto e o AI-5

Costa e Silva assume o governo com a situação econômica favorável devido ao PAEG, mas o país será marcado por intensas agitações sociais e endurecimento do regime sob a égide do AI-5.

O novo presidente assume com a disposição de governar dentro da legalidade e da constituição. Fala em humanização e, sobretudo, em democracia. Mas vai acontecer o contrário. Será um governo turbulento e truculento. Logo no primeiro ano, há um grande número de protestos. A oposição começa a se manifestar [...]. (COUTO, 1995, p.88)

Assim, em 13 de dezembro de 1968, decretava-se o Ato Institucional Nº5. Em 13 de dezembro de 2019, membros do governo afirmam a possibilidade de um “novo AI-5”¹³³. Desconhecimento da História? Medo do povo? Entender o que foi este momento e as posições tomadas a partir daquela data por Magalhães Pinto são essenciais para questionar as atitudes deste ao se tornar ministro de Costa e Silva e daqueles que, 51 anos depois, fizeram afirmações como as que presenciamos¹³⁴.

Em entrevista à BBC Brasil, Carlos Fico afirma que “negar a ditadura é ignorância histórica”¹³⁵. Ao ser questionado sobre o contexto pós AI-5 e porque o regime chegou aquele extremo, ele nos dá um panorama geral do país naquele momento

Em 1968, houve protestos frequentes dos estudantes, que eram reprimidos com violência pela polícia. Em março, um dos estudantes (Edson Luís) acabou morto em uma dessas manifestações no Rio, no restaurante Calabouço. O episódio motivou muitas passeatas contra o regime, que levaram a ala mais radical a pressionar o presidente Costa e Silva a decretar um novo ato institucional que permitisse punições excepcionais, como cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Ele próprio não queria um novo ato que reabrisse a temporada de punições, e inicialmente conseguiu evitar a medida, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional em junho. Digo reabrir porque os primeiros atos institucionais após o golpe haviam liberado punições excepcionais, mas com prazos determinado. Quando Costa e Silva assumiu, ele não tinha mais esses mecanismos punitivos em mãos. Depois dessa reunião, entretanto, militares e civis da direita mais radical começaram a agir para criar um clima de conflagração que obrigasse Costa e Silva a decretar o ato. (BBC BRASIL, 2018)

Fazendo um balanço sobre como o AI-5 afetou a sociedade, Carlos Fico é categórico

¹³³ Em entrevista ao canal do YouTube de Leda Nagle, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, afirmou que, caso a esquerda radicalizasse em manifestações contra o governo este deveria dar uma “resposta”: “[...] vai chegar um momento em que a situação vai ser igual ao final dos anos 1960 no Brasil, quando sequestravam aeronaves, executavam e sequestravam grandes autoridades, cônsules, embaixadores, execução de policiais, militares”. Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm>. Acesso em 16/12/2019.

¹³⁴ Poucos dias depois, o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante coletiva de imprensa em Washington, afirmou "Sejam responsáveis, pratiquem a democracia. Ou democracia é só quando o seu lado ganha? Quando o outro lado ganha, com dez meses você já chama todo mundo para quebrar a rua? Que responsabilidade é essa? Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? Levando o povo para a rua para quebrar tudo. Isso é estúpido, é burro, não está à altura da nossa tradição democrática." Ver mais em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/nao-se-assustem-se-alguem-pedir-o-ai-5-diz-guedes.shtml>. Acesso em 16/12/2019.

¹³⁵ Refere-se ao recém-eleito presidente da República Jair Bolsonaro que defende a ditadura. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289>. Acesso em 09/01/2020.

O AI-5 foi uma espécie de paroxismo de uma tradição que, no entanto, vem de longa data, infelizmente, no Brasil. Eu a chamo de utopia autoritária. É a ideia de que o povo é despreparado. De que o Congresso Nacional é um obstáculo. E que, portanto, eventualmente seria conveniente, admissível, fazer algumas coisas fora dos parâmetros constitucionais. Uma das frases famosas sobre o AI-5 é do Delfim Netto (então Ministro da Fazenda), que o defendeu por ter conseguido fazer uma reforma tributária que durou 25 anos. É justamente essa a perspectiva: de que eventualmente é preciso medidas autoritárias para impor decisões certas, segundo determinada elite que esteja no poder. Isso perpassa todo o período republicano brasileiro, mas foi levado ao extremo durante as nossas duas ditaduras, o Estado Novo e a ditadura militar. E o AI-5 é o paroxismo dessa visão. (BBC Brasil, 2018)

Wanderley Guilherme dos Santos, no ensaio *A Praxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa*, identifica três modalidades do pensamento político brasileiro da época: o autoritarismo baseado em argumentos éticos e naturalistas; o autoritarismo justificado a partir de uma ordem histórica estrutural; e o que ele define como autoritarismo estrutural que vê em um sistema político autoritário o caminho para se chegar em uma sociedade liberal (SANTOS, 1978).

Santos afirma que, desde a independência, podemos perceber traços do autoritarismo instrumental. Segundo ele, tanto a elite imperial quanto as elites “liberais” defendiam a ideia de que o Estado deveria fixar metas para a sociedade, pois esta não era capaz de pensá-las, a fim de atingir a modernização do institucional (*Idem*, p.103-104). O conceito de autoritarismo instrumental foi apresentado por Oliveira Viana na década de 1920, ao afirmar que não existe um sistema político liberal numa sociedade que não seja liberal, atesta Santos que afirma

O Brasil [...] não possui uma sociedade liberal mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Assim, concluiria Oliveira Vianna, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. (*Idem*, p.93)

A utilização do conceito de autoritarismo instrumental nos é entendida, neste trabalho, a partir da ideia de que, para se salvar o Brasil, é necessária a criação de um Estado forte, pautado numa legislação que endosse os objetivos da Revolução. Assim, o que diz o AI-5?

Para Carlos Fico, o AI-5, decretado por Costa e Silva e somente revogado 10 anos depois por Ernesto Geisel, significou a institucionalização da repressão e do terror promovido pelo Estado brasileiro. Em entrevista ao jornal *El País*¹³⁶, de forma bastante clara, explica o *modus operandi* do Ato

O AI-5 permitia o fechamento do Congresso e a cassação de mandatos de parlamentares, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, tudo isso sumariamente. Também permitia nomeação de interventores no lugar de governadores e prefeitos. Permitia ainda a demissão sumária de funcionários públicos e a passagem para a reserva de militares legalistas e democráticos. O AI-5 também acabou com direitos básicos que garantem o desempenho dos juízes e suspendeu o direito de habeas corpus, o que permitiu a montagem de uma polícia política clandestina que promovia prisões e torturas para obter confissões. Mesmo que você soubesse que alguém foi preso e estava sendo torturado, você não podia usar esse recurso do habeas corpus. Até então, havia repressão feita pela polícia. E o AI-5 permitiu que o presidente lançasse diretrizes secretas por meio das quais ele criou um sistema clandestino de repressão, chamado DOI-CODI¹³⁷. Envolvia não só a polícia tradicional, mas também os militares. Em cada unidade do Exército havia um DOI-CODI, espaços onde pessoas presas foram torturadas e muitas vezes mortas. (EL PAÍS, 2019)

O AI-5 foi imposto num momento de “inquietação política e movimentação oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas pré-1964 e início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária” (SCHWARCZ, STARLING, 2014, p.455). Foi ainda, segundo pretexto dos militares, resultado de um discurso do deputado Márcio Moreira Alves contra o regime, em que se refere ao Exército como um local de torturadores. O ministro da Justiça tentou processá-lo, mas não conseguiu. O AI-5 foi baixado.

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância. Apesar disso, não foi o único instrumento de exceção criado pelas Forças Armadas e nem significou um ‘golpe dentro do golpe’¹³⁸ aplicado por facções intramilitares radicais para garantir a expansão do arbítrio e da

¹³⁶ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/26/politica/1574785901_729738.html. Acesso em 08/01/2020.

¹³⁷ Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão, que tinha como objetivo combater inimigos internos que supostamente ameaçariam a segurança nacional. Para mais informações <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>. Acesso em 08/01/2020.

¹³⁸ Em trabalho anterior COSTA (2014), concordamos com tal afirmação.

repressão política. O AI-5 fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias, mas dotadas de valor legal ou autoconferidas pelos militares. (*Idem*)

Aqui se faz necessária a avaliação de Carlos Fico sobre a constituição do aparato repressivo. Para o autor, assim como o AI-2, o AI-5 não foi uma resposta à “luta armada”, pois, desde o início do regime, setores da linha dura tinham o interesse em constituir um “aparato global de controle da sociedade” (FICO, 2004, p.81). E reafirma

A ala dura, assim como os militares mais moderados, tinha uma visão quimérica, ou utópica, de que para tornar o Brasil uma grande potência bastaria com que fossem eliminados alguns obstáculos. E essa eliminação, no caso da linha dura, passava por prisões, torturas, suspensão de direitos políticos, cassação de mandato... Os militares mais moderados também achavam que era possível tornar o Brasil uma grande potência eliminando obstáculos, mas eles atuavam numa linha que eu chamo de pedagogia autoritária. Eles viam a sociedade brasileira como despreparada e achavam que os civis eram corruptos, sobretudo os políticos. Embora não fossem adeptos da violência e da tortura, possuíam essa visão autoritária. (EL PAÍS, 2019)

Neste sentido, qual é a posição tomada por Magalhães Pinto? Ele mesmo define

A minha formação política me levaria, naquela hora, à ruptura com a situação que se prenunciava. Porém, mais uma cisão no esquema revolucionário seria fatal. Preferi aceitar o compromisso de Costa e Silva de que o ato autoritário teria vigência por seis ou oito meses. (MELO, 1994, p.173)

Eis excertos do voto de Magalhães Pinto naquele 13 de dezembro

[...] Nós depressa demais instituímos assim uma legalidade que não correspondia à realidade [...] Eu também confesso, como o vice-presidente da República, que realmente com este ato nós estamos instituindo uma ditadura. E acho que se ela é necessária, devemos tomar a responsabilidade de fazê-la. Eu não conheço bem, dentro do mecanismo constitucional, comparando os textos, se o que resta caracteriza mesmo essa ditadura [...] Mas é certo também, senhor presidente, e aí eu quero lhe falar como homem da Revolução, com as responsabilidades que tive no desencadeamento desse movimento, que a Revolução precisa chegar ao seu fim [...] Então, no meu entender, senhor presidente, devemos fazer um Ato Institucional. Um Ato Institucional que resguarde, procurando colocar nele o essencial [...] De modo que, no meu entender, senhor presidente, devemos preservar a Revolução, tudo fazer para que ela possa atingir os seus objetivos [...] Eu devo lhe dizer que quando tomei a responsabilidade de deflagrar o

movimento, não me senti tão constrangido como estou neste momento, mas devo lhe dizer que dou toda a solidariedade, não só a Vossa Excelência, como à Revolução porque, na verdade, como homem que naquela hora teve a responsabilidade de deflagrá-la, não desejo vê-la perdida.

É mister analisarmos os trechos acima para entendermos as contradições no voto de Magalhães Pinto. Quando afirma que “legalizaram muito rápido a Revolução” e que “não condizia com a realidade”, é fato notar que a “Revolução” foi produto de um golpe: um presidente eleito foi destituído do cargo e, para que o novo governo tivesse a mínima legalidade perante a população, novos decretos e atos foram promulgados a toque de caixa. Parece-nos um *mea culpa*, assim como boa parte do voto de Magalhães. Mais à frente, quando afirma que “estamos instituindo uma ditadura” é claro que ele ignorou o fato de estarmos vivendo em uma desde 31 de março de 1964 e que esta precisa chegar ao fim, pois parece que tomou rumos que ele, como um “homem da revolução”, não esperava. Contudo, mesmo sendo um homem que se dizia a favor das liberdades, que assinou o *Manifesto dos Mineiros*, Magalhães Pinto, com ressalvas nada convincentes, concordava com a promulgação do AI-5. (Figura 15).

Em entrevista posterior à revista *Manchete* em 3 de setembro de 1977, quando questionado sobre a manutenção do AI-5, afirma:

Eu considero que a Constituição, a emenda da Constituição, deve dar as salvaguardas indispensáveis ao Executivo. No mundo de hoje, devemos ser pacíficos, mas não podemos ignorar a presença dos que desejam conturbar. Então, eu acho necessário um presidencialismo forte que nas horas indispensáveis possa ter atuação. (MANCHETE, 1977, p.74)

Poucos meses depois, o Zero Hora, de 29 de outubro de 1977, afirma que Magalhães Pinto tem a esperança de que os Atos Institucionais acabem “antes de sua possível posse na Presidência da República”. Assegura, ainda, que só foi um dos signatários do AI-5 porque Costa e Silva garantiu que sua duração seria de, no máximo, um ano. Contudo, afirma “Temos problemas a resolver que não são fáceis, mas também não são insolúveis” (ZERO HORA, 1977).

Já em 1978, entrevistado pelo *O Pasquim*, com a reportagem “Afinal, o que se passa na cabeça do Magalhães?”, ao ser questionado sobre se entraria para a História como um candidato a presidente ou como um dos relatores ao AI-5, é enfático

Posso entrar pra História como candidato ou como Presidente. Depende das circunstâncias. Digamos que eu ganhe...Quanto ao AI-5 não relator mas subscritor. Foi um momento difícil para o país e julguei-me no dever de estar solidário ao Presidente Costa e Silva do qual eu era ministro. Ele me expôs a situação dizendo que eu era contra o AI-5, que tinha meditado durante toda uma noite, mas que havia chegado à conclusão de que naquele momento era preciso baixar um Ato que duraria apensa oito ou nove meses, quando seriam realizadas as eleições. Queria que as eleições de novembro fossem realizadas sem o AI-5. Fui leal ao Presidente e com minha palavra pude evitar muitas punições injustas. Sobre outras protestei, mas não consegui nada. Nas Atas do Conselho de Segurança devem constar minhas discordâncias. (O PASQUIM, 1978, p.6)

Mais adiante, ao ser questionado sobre em qual momento esteve mais comprometido, 64 ou 68, responde

O AI-5 foi produto de um equívoco da época. Houve a ilusão do governo de que iria ganhar na Câmara dos Deputados, ilusão da qual não participei. Falei várias vezes ao presidente que era preciso circunscrever a ação do caso presentem quer dizer, ao caso Márcio Alves, não devendo deixá-lo por conta do Congresso que dificilmente permitiria a licença para o processo. Ofereci meus préstimos para ajudar mas disseram que não seriam necessários pois estava tudo tranqüilo, sob controle, etc. na hora da apuração estava na posse do Presidente do Superior Tribunal onde me comunicaram que naquele momento tinham acabado de conceder, por unanimidade, habeas-corpus para Vladimir Palmeira. Em seguida me perguntaram: “E lá na Câmara, como está?” “O governo deve perder mas em todo caso vamos esperar o resultado”. Cinco minutos depois chegou o resultado da Câmara. Eu disse ao Galloti (Ministro Luiz Galloti): - “É dose pra elefante: o Supremo dá por unanimidade e a Câmara nega licença! É uma modificação completa. Pode haver coisa”. Senti isso logo. Precisava viajar mas o avião da FAB estava com defeito, quer dizer os aviões já haviam sido recolhidos. (*Idem*, p.7)

Apesar de ser uma resposta bastante vaga, dá ao menos dois sinais importantes: anos depois, Magalhães Pinto enxerga o erro que foi o AI-5 e, ao mesmo tempo, vemos como ele estava próximo da tomada de decisões do governo Costa e Silva. Segundo Magalhães Pinto, mais adiante na entrevista, Costa e Silva precisou ceder para que o Exército se mantivesse unido, ou seja, o AI-5 vinha sendo pensado não somente pelo presidente e afirma

Quando a gente examina à distância chega a essa conclusão [de que muita coisa desandou com a necessidade de manter o exército unido], mas naquele momento...minha conclusão era de que se o Presidente não cedesse poderia haver o pior. Não acredito que teria sido deposto, mas haveria um endurecimento muito maior [...] Sim: o AI-5 que ele evitou. Com o outro AI-5 sumia o Supremo, o Congresso...sumia o Supremo, o Congresso, enquanto

o AI-5 com o qual Costa e Silva concordou só aposentou ministros e pôs o Congresso em recesso. O que se queria era muito mais grave. (*Idem*)

Neste sentido, conclui Carlos Fico

O motivo real não tinha relação com as manifestações estudantis, mas sim com a velha insatisfação que havia entre os militares mais radicais, que eram chamados de linha-dura, desde o golpe de 64. O primeiro ato institucional permitiu as chamadas comissões revolucionárias por um prazo muito curto, entre março e junho de 64. E esses militares radicais começaram a exigir a reabertura da temporada de punições ao então presidente Castello Branco. Eles conseguiram isso com o AI-2, em outubro de 65, mas também foi um ato com prazo de vencimento. E, portanto, eles voltaram a pressionar para uma nova temporada de cassações, suspensão de direitos políticos... E se tornaram vitoriosos justamente com o AI-5, em dezembro de 68, quando Costa e Silva era presidente. Ele é mais uma expressão da vitória da linha dura, que desde 1964 vinha demandando mecanismos de repressão mais fortes, de modo que as passeatas estudantis não passam de mera justificativa. (EL PAÍS, 2019)

4.4. Eleições de 1970

21 de junho de 1970. Guadalajara, México. Final da Copa do Mundo FIFA entre Brasil e Itália. Placar de 4x1 para a “amarelinha”. O tricampeonato de futebol é brasileiro. O país inteiro entoava “Pra frente, Brasil”¹³⁹. Emílio Garrastazu Médici, presidente há quase oito meses (tomou posse em 30 de outubro de 1969), aproveitou-se da oportunidade para, além de reforçar sua figura como homem comum/torcedor, exaltar a imagem do regime.

Janaina Cordeiro, em sua tese, afirma que, durante os primeiros anos da década de 1970, o Brasil passava por uma sensação da construção do novo, da chegada do futuro, pautada pela já citada Copa do México, a abertura das obras da Transamazônica e as celebrações do Sesquicentenário da Independência entre abril e setembro de 1972 (CORDEIRO, 2012, p.25). Enquanto o regime celebrava seus grandes feitos, o “Milagre Brasileiro”, por outro lado, a repressão, a punição e a tortura tornam-se política de Estado.

Só a oposição fala em democracia e, ainda sim, sem ressonância. Censura, repressão e ambiente triunfalista bloqueiam o debate de ideias e as críticas.

¹³⁹ A música, composta por Miguel Gustavo, tornou-se símbolo da vitória brasileira no México, e, também, uma “espécie de Hino dos anos Médici” (CORDEIRO, 2012: 114). Eis uma parte da letra “Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração (...) De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão (...) Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil”. In: <http://memorialdademocracia.com.br/card/90-milhoes-em-acao-pra-frente-brasil>. Acesso em 24/06/2020.

A impressão passada ao povo é a de que desenvolvimento exige governo forte. Governo militar. Com raro profissionalismo, o marketing governamental estimula a autoestima do povo e, sobretudo, suas esperanças, ligando ambas ao desempenho e à ideia de um futuro brilhante. (COUTO, 1995, p.114)

Reis corrobora a afirmação supracitada

A ditadura dispunha de altos índices de popularidade, os estádios aplaudiam o ditador de turno (Garrastazu Médici), o regime voltava a legitimar-se, reagrupando a ampla frente de forças de direita e de centro que sustentara a intervenção militar, agora em nome da eficiência e da modernização realmente existente. Quem não estivesse gostando, que se retirasse: Brasil, ame-o ou deixe-o. Ou então, que enfrentasse o braço duro da repressão e a tortura como política de Estado, executada pelos serviços de inteligência das forças armadas, devidamente centralizados pelo Governo e financiados e apoiados pelos expoentes do grande capital nacional. (REIS, 2004, p.42)

Contudo, daquele 21 de junho até as eleições gerais em 15 de novembro, a euforia deu lugar à desconfiança em relação ao regime. Com o ataque cardíaco de Costa e Silva em agosto de 1969, o vice-presidente, segundo a Constituição de 1967, deveria tomar posse imediatamente “em caso de morte ou incapacidade” daquele. Pedro Aleixo, então vice, opusera-se abertamente contra o AI-5 “não servindo portanto aos propósitos das forças que controlavam o Estado”. Assim, contrariando a Constituição, o Alto Comando das Forças Armadas retirou o nome de Aleixo, pois “a solução constitucional não era viável” e nomeou uma Junta Militar (AI-12) formada pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica (CHAGAS; CASTELLO BRANCO *apud* ALVES, 2005, p.175). O nome de Médici foi escolhido por um grupo de sete generais, inaugurando um “processo informal de transferência do poder que, em versão modificada, perdurou durante vários anos” (*Idem*).

Durante todo período militar, muitos atores passaram a rejeitar questões relacionadas com a política, apesar da crescente adesão à luta armada e à campanha pelo voto nulo nas eleições de 1970. Dúvidas sobre como a ARENA e o MBD desempenhariam seus papéis neste cenário também foram postos em xeque. Alessandra Carvalho, ao estudar os parlamentares dos dois partidos políticos do regime, afirma

[...] a ditadura militar reduziu muitíssimo a influência e o poder dos políticos, por conta das restrições e alterações impostas de forma autoritária. Em diversos momentos, muitos indivíduos colocaram em dúvida a viabilidade e o sentido de continuar com suas atividades. Todos

presenciaram a diminuição de seu prestígio na sociedade e as dificuldades para desempenhar suas funções mais elementares de representação. (CARVALHO, 2008, p.16)

O bipartidarismo, imposto pelo AI-2, possibilitou um maior controle do governo, mas, ao mesmo tempo, ainda que com várias restrições, permitiu a participação dos autônomos de políticos, sejam da ARENA ou do MDB. Segundo Carvalho, já em 1966, novos deputados do MDB, tidos como imaturos ao criticarem o governo, aproximaram-se de setores da sociedade civil, como os sindicatos e o movimento estudantil, mas foram interrompidos pelo AI-5 (*Idem*, p.31).

O pleito de 1970 manteve a ARENA com a maioria dos eleitos. Contudo, afirma Alencastro, é preciso salientar que havia cinco milhões de votantes a mais que em 1966, ou seja, um aumento de 30% no número de votos em relação à eleição anterior¹⁴⁰. Percebemos aí, segue o autor, que o MDB venceu em estados em que já havia uma oposição à ARENA consolidada, como o Rio Grande do Sul (PTB), Rio de Janeiro e Guanabara (PTB e PSD), em Goiás e na Paraíba (PSD), além de ter ajudado na rearticulação do movimento social em Pernambuco (ALENCASTRO, 2014, p.7).

Alencastro destaca, ainda, a importância da campanha para os votos brancos e nulos: em números absolutos, passaram de 21% para 30% (*Idem*). A baixa participação popular chamou a atenção da sociedade. A revista *Veja* noticiou em 25 de novembro de 1970

No princípio foi o pânico. Computados os eleitores que simplesmente não foram votar, os que votaram em branco ou anularam seu voto, ficou claro que quase 50% dos brasileiros habilitados se recusaram a escolher representantes para o Congresso Nacional e as assembleias legislativas.

No intitulado *Manifesto contra a farsa eleitoral – ao povo brasileiro*, assinado pela ANL, pelo MR-8, pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e pelo PRT em outubro de 1970, questionou-se o pleito eleitoral e o bipartidarismo

A ditadura consentiu na realização de eleições a 15 de novembro. O que pretende ela com isso? Pretende dar ao povo a ilusão de que pode escolher seus representantes e seus governantes. Mas, qual é a verdade? Só há dois partidos, e o povo terá de escolher entre eles: a ARENA e o MDB. A ARENA é o partido do governo, o partido da ditadura. Está de acordo e é co-

¹⁴⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Golpe de 1964 e o voto popular**. São Paulo: Novos Estudos, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n98/01.pdf>. Acesso em 24/06/2020.

responsável de todos os crimes que vão sendo cometidos contra o Brasil e o nosso povo nestes seis anos. O MDB se diz ‘partido de oposição’. Mas, oposição a que? De oposição a esse regime de terror, de perseguições, de cassações, de torturas, de angústias, de [ilegível] do povo?

O MDB, partido de oposição, também é duramente criticado

Não! O MDB é uma falsa ‘oposição ao governo’, pois defende abertamente o regime, isto é, o conjunto desta situação. São seus porta-vozes mais autorizados que o afirmam. Querem manter certas [ilegível], querem embelezar as coisas, mas para defender a situação instaurada em 1964, para assegurar suas posições, [ilegível] fazem barganhas de todo tipo e até aceitaram que o ditador indicasse um homem do MDB para ser governador da Guanabara. Talvez haja dentro do MDB alguns patriotas honestos e iludidos que se opunham sinceramente à ditadura, mas são apenas elementos isolados. Portanto, votar no MDB é também dar um voto de confiança à ditadura [...]

O documento segue elencando os feitos da ditadura para justificar a campanha pelo voto nulo

por isso, ao invés de votar, o povo deve protestar contra a ditadura no dia 15 de novembro. Esse deve ser um DIA DE PROTESTO. E, para protestar o jeito é ANULAR O VOTO”. O jeito é escrever qualquer frase de protesto no papel e botar na urna. É riscar uma cédula. É dizer ali o que se está pensando [...] VOTO NULO CONTRA A DITADURA. VOTO NULO CONTRA O ARROCHO SALARIAL. VOTO NULO CONTRA A TORTURA. VOTO NULO CONTRA A CENSURA. VOTO NULO CONTRA AS CASSAÇÕES. VOTO NULO CONTRA OS AMERICANOS. VOTO NULO CONTRA A FARSA ELEITORAL [...]

Contudo, cabe ressaltar o papel do MDB ao longo do regime como uma voz de ressonância da insatisfação popular. Ao longo dos anos 1970, o MBD cresceu nas áreas urbanas (na eleição de 1970, elegeu três Senadores e 87 deputados), com queda da ARENA, que passou a concentrar seu poder em municípios menores e nas áreas rurais, o que já se percebe nas eleições de 1970 (CARVALHO *apud* LAMOUNIER, 1978; KINZO, 1988/2008, p.48). Apesar dos novos partidos, seus correligionários eram políticos de longa data e isso permitiu tanto a sobrevivência de seus partícipes quando das próprias legendas. (Figuras 16 e 17).

Desde o início, e com maior intensidade durante a década de 1970, o MDB encontrou nas cidades, entre os assalariados e trabalhadores populares, sua

principal fonte de apoio. Foi também entre as ocupações urbanas que recrutou a maior parte de sua bancada. Para os arenistas, a população dos municípios menores e das áreas rurais, assim como as classes urbanas mais altas, formaram sua base eleitoral. (*Idem*, p.108)

4.5 Magalhães Pinto: o senador

O político é aquele que humaniza o Estado, dando à sua força o caráter de poder consentido que lhe cumpre exprimir as aspirações da sociedade.

(Magalhães Pinto, Presidente do Senado, s/d)

Em 15 de novembro de 1970, novas eleições gerais ocorrem e Magalhães Pinto, agora com 62 anos, tenta uma vaga no Senado Federal. Numa disputa acirrada, é eleito o senador¹⁴¹ mais votado do estado, pela ARENA. A outra vaga fica com Gustavo Capanema¹⁴². Assim, a bancada do Senado de Minas Gerais é composta por um ex-udenista e um ex-pessedista, respectivamente.

Nesta mesma eleição, Minas Gerais ainda preencheria 35 cadeiras de deputado federal, sendo 28 eleitos pela ARENA e sete pelo MDB; 59 deputados estaduais, 47 da ARENA e 12 do MDB. A eleição, neste momento para deputados, era vinculada, ou seja, o eleitor era obrigado a votar em candidatos estaduais e federais do mesmo partido. Alguns nomes merecem destaque; foram eleitos deputados federais pela Arena: José Bonifácio Lafayette de Andrada, Aécio Ferreira da Cunha (pai do futuro candidato à presidência em 2014, Aécio Neves), Aureliano Chaves e Chrispim Jacques Bias Fortes. Já pelo MDB, Tancredo Neves é reeleito.

Em fevereiro de 1971, assume como Senador. Durante seu mandato participa das Comissões de Relações Exteriores, de Finanças, de Segurança, de Orçamento e de Serviço Público. Mas é como presidente do Senado, eleito por unanimidade em 1975, que Magalhães Pinto volta como um dos principais políticos no cenário nacional. Com sua eleição para o biênio 1975-1976, assume também a presidência do Congresso Nacional, prometendo “assegurar a austeridade, a eficiência e a soberania do Legislativo” (DIÁRIO DA TARDE, 1975). Eis alguns trechos do discurso de posse de Magalhães

¹⁴¹ Eleito com 1.680.638 votos.

¹⁴² Eleito com 1.201.142 votos.

Srs. Senadores, Presidir o Senado, com o propósito de assegurar a austeridade a eficiência e a soberania do Legislativo, é identificar-se com a própria Instituição, participando de uma tarefa comum, na qual não se distinguem os que integramos a Maioria e os que se engrandecem na Minoria. Este o entendimento que faço da expressiva votação que acaba de ser proferida. Para esta missão estarão sempre voltados meus pensamentos, como voltados estão para as tradições desta Casa, que, com a ajuda de Deus, espero resguardar e honrar. *Iniciei a minha vida pública, em Minas Gerais ao lado de eminentes conterrâneos, reclamando o retorno do País a vigência das franquias democráticas. Foi ainda sob idêntica inspiração que participei, como governador do meu Estado, da vanguarda civil da Revolução de 1964, deflagrada precisamente para salvar aqueles valores e preservar, a Nação do caos.* Desde então, as estruturas produtivas do País vêm sendo dinamizadas e modernizadas. *A riqueza nacional desenvolveu-se em ritmo acelerado. Conquistamos uma ordem econômica que ainda precisa chegar às amplas e profundas camadas do povo, mas já oferece a base indispensável à realização deste objetivo.*

[...]

Liberalizando por meio das eleições e da visível descontração política a vida pública, o Presidente Geisel revelou a medida da sua compreensão para o papel que podemos desempenhar nessa tarefa, para a qual nos convocou, de recompor no mais alto nível as instituições civis do Brasil. *Mais de 30 anos de vida pública devotada ao meu País deram-me humildade diante dos fatos, sem transigir na fidelidade devida aos meus ideais democráticos.* Na vida parlamentar, nos postos executivos, na ação diplomática, o diálogo foi, por isso mesmo, meu instrumento de trabalho. Este é o compromisso que orientará meu desempenho nesta Casa. A construção jurídica e política de uma sociedade nova e aberta, fundada nos ideais da Revolução de 1964, e na qual se possam integrar plenamente os milhões de brasileiros que estão continuamente chegando à maioria, exige de nós a mobilização de todas as nossas reservas de generosidade e de patriotismo. Vivemos num mundo cheio de perigos, mas em que as nações trocam a rígida e estéril hostilidade mútua pelo diálogo, calcado, evidentemente, na prudência e na defesa de legítimos Interesses nacionais. A política externa do Governo Geisel expressa essa nova compreensão da realidade internacional. É preciso expandir esse trabalho, também já iniciado, da busca da flexibilidade e da tolerância internas. É para todos nós um privilégio viver neste tempo, empenhados na luta por preservar, em nosso País, dignidade e paz para o homem. Ao desafio superior há que servir-se com serenidade. Com firmeza que não acabe em intolerância. Com aquela sabedoria que consiste não em resolver problemas, mas em evitar que eles se formem [...]. (ANAIS DO SENADO, 1975, livro 1, grifos meus)

Os trechos em destaque nos mostram que, mesmo depois de passar pelos “anos de chumbo” de Costa e Silva e pelas sevícias do AI-5, Magalhães Pinto segue com seu discurso de ser um defensor da democracia, sendo a “Revolução de 64” a salvadora do país do caos e a responsável pela guinada econômica do governo Médici (“Milagre Econômico”), seguida no governo Geisel.

Pela posse de Magalhães Pinto, várias colunas noticiam o acontecimento. Praticamente todas positivas, rasgando elogios ao ex-deputado, governador e ministro. Algumas são misteres em aludir.

Torna-se por todos os títulos, o mais qualificado porta-voz do Poder Legislativo [...] suas palavras não transmitiram apenas, é lícito crer, as convicções e esperanças pessoais de um veterano parlamentar. Mais que isso, elas espelharam o estado de espírito que domina, no momento de sua instalação, a nova legislatura. (s/d)

O *Correio Braziliense*, pelo editorial “O Homem certo”, é sintomático quanto à figura de Magalhães Pinto como um homem digno para o cargo que acabara de ser eleito.

Uma figura como a do senador Magalhães Pinto não se recupera, reconhece-se, porque ela pertence a uma galeria de homens que está sempre presente à atualidade e à vida da Nação – este o raciocínio que nos ocorre, em primeiro lugar, diante da manifestação unânime da sua indicação para a Presidência do Senado Federal. Na História da República, Magalhães Pinto, em 1964, conquistou um lugar de destaque. Depois de 10 anos daqueles acontecimentos, a sua atuação de estadista naquele transe histórico continua a ser um exemplo de comportamento de homem público. Governador de Minas Gerais, colocado, portanto, numa posição chave da política brasileira, podendo observar detalhadamente o caos que nos ameaçava, deu, numa hora de perigo, em que todos os riscos se erguiam contra a sua pessoa, o primeiro e decisivo passo da Revolução [...] Naquele momento em que a ilustre figura do Governador de Minas Gerais poderia promover-se a chefe da Nação, comandante de preservação da democracia brasileira, permaneceu no posto, para o qual o elegera o povo mineiro [...] eleito Senador, viu-se na sua atuação de parlamentar um modelo de dedicação e de amor ao trabalho [...] Todas as tarefas que lhe foram acometidas, desempenhou-as com brilho e galhardia. Não sendo um silencioso ou acomodado, participou da vida congressual com a mesma paixão com que pôs em todos os atos da sua vida privada. Pelo consenso de seus pares, sem a menor contestação, será nos próximos dois anos, presidente do Senado Federal, por consequência, o presidente do Congresso Nacional, o mineiro José de Magalhães Pinto, que foi, nos idos de março de 1964, o chefe civil da Revolução. Diga-se, então, que escolheram para chefiar o Senado, o homem certo. (CORREIO BRAZILIENSE, 1975)

Hélio Fernandes, na coluna *Fatos e Rumores* afirma

A eleição do ex-ministro e ex-governador Magalhães Pinto para a presidência do Senado, marca o primeiro grande acontecimento político de 1975. O mais importante acontecimento político de 1974, foi a eleição de 15 de novembro; o de 1975 foi a escolha de Magalhães Pinto para a presidência do Senado. E não foi por coincidência, nem constituiu um fato isolado, a

circunstância de Magalhães Pinto ter sido escolhido por unanimidade. Isso marca bem a tendência do momento [...]. Agora que tanto se fala em distensão política, mas poucos percebem que os campos estão cobertos de minas, (algumas prontas a explodir a uma pressão mais dura e firme), nada melhor do que saber que num dos postos mais representativos do sistema político, está um especialista em política. (S/d)

Franco Montoro, líder do MDB, em entrevista ao jornal *O Globo*, aplaudiu o discurso de Magalhães Pinto elogiando o trecho em que este afirma “a certeza de que o Presidente da República está determinado a encontrar sem precipitações a normalização institucional”. Outros membros do MDB também se mostraram animados com a fala de Magalhães. Lázaro Barbosa, eleito por Goiás, afirma que concordou “com 85 por cento do que foi dito pelo Presidente do Senado. Tranquilamente posso afirmar que subscrevo a maior parte do discurso do Senador Magalhães Pinto e as nossas discordâncias se situam em aspectos de ótica partidária”. Já Itamar Franco, eleito por Minas, disse que “a ampla participação da representação popular nas decisões governamentais permitirá que os benefícios gerados atinjam a sociedade como um todo”.

Aristóteles Drummond, no artigo *Categoria no Senado Federal*, afirma que a eleição de Magalhães Pinto traz ganhos para o Governo, para o parlamento e para a classe política brasileira: “Suas credenciais de habilidade, experiência, trânsito nas diferentes correntes de opinião, dedicação à causa democrática e pública representam uma tranquilidade para tantos que esperam ver o Brasil trilhar os caminhos da normalidade política”. Segue elogiando Magalhães e seus feitos por suas “arraigadas convicções democráticas”, tanto quando assinou o *Manifesto dos Mineiros*, quanto na “Revolução de 31 de março”, “quando a democracia era ameaçada e o caos conduzia o Brasil para uma anarquia da qual o povo já sofria suas primeiras consequências”.

Em editorial intitulado “A palavra da sabedoria forjada na experiência”, o discurso de posse de Magalhães Pinto é chamado de “lição de equilíbrio e serenidade”. E continua “a voz do cidadão que não apenas observou, mas viveu e extraiu dos fatos a essência da realidade”. Já o editorial “Diretrizes Revolucionárias” destaca o papel que os recém-eleitos presidentes da Câmara e do Senado terão pela frente, asseverando

Dois líderes, duas sentenças em favor do Congresso e da classe política. O povo brasileiro espera que os pares dos dois dirigentes do Congresso queiram honrar o compromisso público assumido, e que saibam, com lucidez e maturidade, colaborar entusiasticamente para o ressurgimento da vida

parlamentar brasileira. Esta tarefa não será difícil, a julgar pela plataforma comum dos Srs. Magalhães Pinto e Célio Borja, ambos naturalmente, perfeitamente afinados com as diretrizes traçadas pela Revolução e seguidas pelo Presidente Ernesto Geisel. (s/d)

Magalhães Pinto, que se dizia defensor das liberdades e da democracia, esteve, desde o início das conspirações contra o governo João Goulart, no centro das decisões. Trabalhou incansavelmente em prol do que acreditava ser o caminho para que o Brasil fugisse do julgo comunista cubano. Assinou o AI-5 e defendeu a sua necessidade. Foi ministro e aproximou-se novamente da América Latina. Foi senador e conversou com todos. Mas sua vida política ainda teria mais alguns momentos.

CAPÍTULO V- De ministro a candidato: velhas e novas tentativas

Amanhã, se Magalhães não for presidente, como é possível, como é provável, a História terá de registrar que um brasileiro tem o direito de sonhar e, por direito escrito para além dos papéis transitórios, pode, como qualquer brasileiro, aspirar ao que, mais que uma honra, é o dever cívico de exprimir a sua pátria. E quem não a exprime não a dirige; no máximo conseguirá oprimi-la. E toda opressão é passageira, tanto quanto é permanente o Brasil.

(REVISTA VOGUE, 1977, p.59)

Aos 67 anos, Magalhães Pinto parecia não estar preparado para abandonar a vida pública. De volta às funções como senador, depois do biênio 1975-76 como presidente do Senado, lança-se à sua penúltima participação na vida política brasileira: quer ser Presidente do Brasil. Em 1965, almejou o cargo. Durou pouco. Ainda era pouco conhecido no cenário nacional, mas agora, 13 anos depois da “Revolução” que ajudara a colocar em prática, entendeu que poderia ser sua chance de, assim como em 1964, ser o civil no meio militar.

Sabia que o caminho não seria fácil, afinal de contas, ganhara todas as eleições que disputou pelo voto popular. Era praticamente imbatível, mas nunca enfrentou os militares-políticos levados ao poder com sua ajuda. A eleição indireta de um civil – com candidatos militares, o regime ainda em voga, mesmo já falando-se em abertura e lei de anistia – foi recebida com bastante agitação do meio político.

5.1. O governo Geisel: do controle eleitoral à distensão

No editorial “Um compromisso”, fica clara a impressão de que o país vem passando por um momento de liberalização desde as eleições de 1970.

O Congresso Nacional está funcionando e esta garantia democratizadora corresponde plenamente às aspirações populares, que tão solenemente e tão incisivamente emergiram das urnas de 15 de novembro. Encaminhamo-nos, portanto, para a normalização. Não apressada nem mais acelerada, mas numa escalada que vemos segura e sem tropeços, a fim de um dia atingirmos a sonhada “plenitude democrática”. É a Revolução de 31 de março de 1964 chegando aos seus mais altos desígnios, numa fundamentação de que cumpre imprimir um roteiro de conscientização política, em que a segurança nacional esteja comprometida, tanto quanto as instituições, no mesmo ideal de fazer do Brasil uma potência independente e economicamente capacitada a desempenhar seu papel no concerto das nações mais adiantadas do nosso tempo. Ideal que deve irmanar os brasileiros em todos os quadrantes da

Nação em harmonia social e vontade unida, em ordem, progresso e liberdade. (s/d)

Empossado em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel objetivou manter e ampliar o apoio militar para que mudanças pudessem ser feitas e asseguradas, já que, para as Forças Armadas, Geisel era um herdeiro de Castelo Branco¹⁴³. Com isso, deixa claro que, para que se estabeleça a democracia, é necessário o fim do regime.

[...] a necessidade da abertura era ideia antiga de Geisel e Golbery, que foi sendo operada e ampliada, de modo improvisado, às vezes contraditório, conforme o balanço de poder e a evolução da realidade militar e política, muito especialmente quanto à linha dura das Forças Armadas. Como o projeto é de dentro para fora e tem adversários poderosos dentro e fora das Forças Armadas, eles não abrem mão dos poderes concentrados no governo. (COUTO, 1995, p.147)

É nesse contexto que Reis afirma que não havia mais simpatizantes da ditadura, todos se diziam democratas e se questionavam por que ainda existia um regime tão feroz e, com isso, a liberalização foi acontecendo e, a partir de 1974, o país assiste a um

[...] progressivo deslocamento da sociedade brasileira, e de suas elites políticas e econômicas, no rumo da defesa do restabelecimento das instituições democráticas. Passaram a compartilhar esta orientação as decisivas forças de centro e boa parte da própria direita [...] a ditadura, como fórmula política, perdia legitimidade aos olhos de grande parte dos de cima: capitalistas, chefes militares, políticos de expressão, formadores de opinião. Finalmente, mas não menos importante, as próprias esquerdas, no seu conjunto, superavam as diferentes propostas do confronto violento, e passavam a acolher, e a elaborar, perspectivas democráticas e de participação nas lutas institucionais. (REIS, 2004, p.44-45)

Os anos anteriores do “milagre econômico” agora davam lugar a um Estado preocupado em criar estruturas que sustentassem o apoio ao regime, partindo em duas direções: as eleições em 1974 e o fim do aparato repressivo. Segundo Alves, a chamada “política de distensão” de Geisel era

¹⁴³ “Os “castellistas” são comumente associados, de maneira equivocada, a posições “liberais”, enquanto seus opositores nas Forças Armadas, a “linha dura”, são associados a posições “radicais”. Mais fiel aos fatos, uma divisão desses grupos deveria associar os primeiros à institucionalização do regime e, os últimos, à administração da repressão.” (CODATO, 2005, p.92)

[...] um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’. A ‘continuidade’ traduzia-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, a ‘continuidade’ preservava os principais aspectos do modelo e a engrenagem do aparato repressivo. Sem ‘imobilidade’ encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva para um retorno à democracia. (ALVES, 2006, p.224)

Antes de sua posse, Geisel, ao convidar o general Dale Coutinho para o Ministério do Exército, expôs um de seus maiores problemas: a instabilidade entre o governo e o sistema político.

Na área política continuamos com a mesma droga. (...) Todos nós, de um modo geral, temos uma repulsa ao político, mas o político é necessário. Nós não podemos ter os políticos só para dar uma fantasia, quer dizer, não vamos ter o político para chegar no dia lá e votar no general Geisel ou votar no Médici. Não é? Ou chegar no dia tal e votar a lei que o governo quer. Quer dizer, isso tem que evoluir. (...) eu vou ver se consigo fazer um esforço para melhorar esse país, tem que trabalhar neste sentido. Não vou dar aos políticos o que eles querem, não vou, não vou me mancomunar com eles, mas vou viver com eles, eu tenho que viver com eles. Por que senão como é? Nós vamos, nós temos a outra alternativa, que é ir para uma ditadura. Então vamos fechar esse troço, vamos fechar o Congresso, vamos fechar tudo isso e vamos para uma ditadura, que é uma solução muito pior. Não é? Quer dizer, esse é um dos quadros em que a Revolução, no meu modo de ver as coisas, fracassou. (...) Ora o sujeito vai conversar com os políticos, ora dar coice nos políticos, fecha o Congresso, abre o Congresso, e vivemos nessa porcaria. (GASPARI, 2014, p.312)

Neste sentido, as mudanças nas leis eleitorais ao longo dos 21 anos de regime nos mostram como o governo lidava com os políticos. A incerteza acerca da continuidade dos trabalhos, bem como até onde suas ações poderiam ir, eram questionamentos constantes entre os parlamentares dentro do Congresso Nacional (CARVALHO, 2008, p.30).

5.1.1 As eleições de 1974

Marcadas para 15 de novembro, as eleições ocorreram para as assembleias estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Pautada na política de liberalização de Geisel, a campanha dos dois partidos – ARENA e MDB – ocorreram com maior liberdade, podendo ser acompanhada no rádio e na televisão, além de ter permitido que os candidatos chamassem o

povo para votar. Em 1970, os votos nulos corresponderam a 9,35% e os brancos a 20,91%. Em 1974, os índices caíram para, respectivamente, 7,23% e 13,11% (CARVALHO, 2012).

Assim, no dia do pleito, Carlos Castello Branco, na *Coluna do Castello*, nos dá um panorama de como o país se preparara para aquele momento

Hoje o povo está falando ao depositar seu voto no silêncio as urnas. Quando essa VOZ se fizer ouvir, na avalanche da apuração, as decisões voltam ao Governo e às forças em que se apoia. Não resta dúvida de que esta eleição de hoje mudou substancialmente de característica na medida em que se produziu a mobilização do eleitorado e em que se foi firmando a consciência de que a manifestação popular, pelo voto, poderia influenciar nos rumos do país, contribuindo para revisão de atitudes e para sustentação ou modificação de políticas até aqui decididas, no período revolucionário, no sigilo dos gabinetes e sob a influência exclusiva de tecnocratas respaldados numa política militar¹⁴⁴ [...]

Contudo, a “voz” das urnas trouxe a primeira grande derrota do governo: o aumento expressivo da votação para o MDB, em especial no Senado: foram 16 cadeiras numa disputa por 22 lugares. Na Câmara Federal, foram 161 cadeiras conquistadas contra 203 da ARENA, fato este que não dava a Geisel a maioria dos votos para aprovação de emendas parlamentares. Segundo Alves,

Para muitos observadores políticos, como para membros do próprio MDB, a vitória da oposição surpreendia porque expressava uma inversão das tendências eleitorais. As eleições foram em geral consideradas equivalentes a um plebiscito em que os eleitores votaram antes contra o governo do que na oposição. (ALVES, 2006, p.228)

A partir daquele 15 de novembro, o regime passava a ter uma oposição forte. O projeto de distensão poderia sofrer reveses, tanto pela esquerda quanto pela própria direita. Reis cita a utilização do aparato repressivo de Geisel frente ao massacre do comitê central do PCB e posterior desaparecimento de dez dirigentes; caso semelhante aconteceria com o PC do B em São Paulo (o assassinato de Vladimir Herzog). Tais eventos, conclui o autor, geraram tensões entre os partidários do regime e o presidente, “que almejava a reinstauração de um estado de direito, embora recorrendo eventualmente às medidas de força, que permitissem a prevalência de suas concepções” (REIS, 2014, p.108).

¹⁴⁴ “Hoje o povo e amanhã o Governo”, *Jornal do Brasil*, 15/11/1974. Disponível em: http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5392. Acesso em 29/06/2020.

Neste cenário, com o MDB como um partido “real” de oposição, o governo lança mão da Lei Falcão, com o objetivo de conter a expressiva votação do MDB para as eleições municipais de 1976. Baixada em primeiro de julho de 1976, o Decreto-Lei nº 6639, assinado por Armando Falcão, então Ministro da Justiça, determinava que os partidos só poderiam apresentar, no rádio e na televisão, o nome, número e um breve currículo dos candidatos, além de uma fotografia do candidato durante a campanha para as eleições municipais. Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, Carlos Castello Branco, em 18 de novembro, escreve

A partir desta eleição do dia 15, o sistema revolucionário deverá conviver com uma nova realidade. Embora os resultados negativos para o Governo tenham se dado em escala muito acima da prevista, essa nova realidade foi deliberadamente elaborada pelo Governo do General Ernesto Geisel, o qual, segundo toda as indicações, pretendia lançar experimentalmente as bases de viabili[d]dade de seu projeto de distensão política. Não cremos que os resultados, examinados em correlação com a situação nacional, sejam desestimulantes para o Governo, para a Revolução ou para o país. O sistema revolucionário continua a ter o controle de toda a área executiva nacional e estadual, embora, em alguns Estados, a ação governamental se veja compelida a pautar em normas de moderação o comportamento de quem até aqui não tinha relações a não ser de cortesia e de manifestações formalísticas com o Poder Legislativo¹⁴⁵.

5.1.2 O Pacote de Abril

Geisel, antes da posse, em longa conversa com Dale Coutinho disse

Eu não abro mão do Ato 5. O Ato 5 é um cajado. Eu sou besta de abrir mão desse negócio? Eu sei lá o que vem. Como essa história de abertura e descompressão. Ah, eu sou um sujeito profundamente democrático. Toda a minha vida fui [...]. Agora, não sou nenhum burro de amanhã fazer uma vasta abertura, fingir aí uma democracia e depois ter de recuar dois, três, quarto passos. Eu não vou recuar. Eu só vou caminhar para a frente, devagar, para não ter que recuar, não é? Seria uma beleza eu chegar: não há mais censura, e agora o troço é vontade, e a Câmara vota como quer, e não sei o quê. E no dia seguinte está o estudante fazendo bagunça na rua, está o padre fazendo *meeting*, está não sei o quê [...]. Quando for o caso, eu aplico. Porque se amanhã tiver um ministro, um desembargador, não sei o quê, salafrário, fazendo um mundo de bandalheiras por aí, e eu tiver provas do troço, eu faço, porque eu tenho o AI-5 [...]. Eu vou aplicar é racionalmente, com moderação e com decência e pronto. (GASPARI, 2014, p.316)

¹⁴⁵ “O que mudou com a eleição”. *Jornal do Brasil*, 18/11/1974. Disponível em http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5395. Acesso em 29/06/2020.

E não abriu. Pelo menos até 1978. Utilizou as prerrogativas do ato em cassações no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro em 1976. Mesmo sendo um democrata, como afirmou acima, recorreu, sempre que necessário, aos métodos já empregados em 1964. Nesse novo contexto, em que a oposição era realmente ativa no Congresso pós 1974, as negociações com o governo nem sempre saíam como esperava Geisel, que passou a responsabilizar o MDB pela não aprovação de uma reforma constitucional¹⁴⁶, afirmando que “não haveria liberdade para quem quer destruir a nação” (REIS, 2014, p.112). Assim, mais uma vez, recorrendo ao AI-5, Geisel fecha o Congresso por duas semanas.

Durante o fechamento do Congresso, Geisel e alguns assessores¹⁴⁷ reuniram-se e, em 13 de abril, foi assinada a Emenda Constitucional N°7¹⁴⁸, a mesma que fora rejeitada pelo Congresso poucos dias antes. No dia seguinte, assinou a Emenda Constitucional N°8, alterando a Constituição de 1969. O “Pacote de Abril”, como ficou conhecido, “fix[ou] os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado” (ALVES, 2006, p.234).

Buscando controlar o processo eleitoral para garantir a distensão, alguns artigos importantes da Constituição de 1969 foram alterados: o Artigo 13 tornava as eleições indiretas para governadores dos Estados; o Artigo 39 passou a determinar o número de cadeiras na Câmara a partir da população total, não em proporção aos número de eleitores (os estados do Norte e Nordeste, com altos índices de analfabetismo, permitiu um aumento da representação da ARENA, que era muito forte nessas regiões mais pobres); o Artigo 41 modificou a composição do Senado (peça chave para o governo) criando a figura do “senador biônico”¹⁴⁹; o Artigo 74 diminuiu o número de delegados das assembleias estaduais da proporção de um para 500 mil habitantes, para um a cada milhão, além de aumentar para seis anos o mandato presidencial; o Artigo 47 estabeleceu que toda emenda constitucional só poderia ser apresentada com as assinaturas de 1/3 dos membros da Câmara e do Senado (como 22% do Senado agora era composto pelos “senadores biônicos”, o MDB teria dificuldades para apresentar projetos, já que precisaria de maioria absoluta nas duas Casas); e, por fim, a Lei

¹⁴⁶ A votação foi 241 votos a favor e 156 contra, ou seja, o projeto foi rejeitado por não atingir a maioria de 2/3 dos votos.

¹⁴⁷ Entre eles Golbery do Couto e Silva e o chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação) e futuro presidente, João Batista Figueiredo.

¹⁴⁸ ALVES, 2006: 232.

¹⁴⁹ Parlamentares escolhidos diretamente pelo governo que ocupariam 1/3 das cadeiras do Senado para fortalecer o governo.

Falcão passou a valer tanto nas eleições municipais quanto nas estaduais e federais (ALVES, 2006, p.235-236).

À essa altura, Magalhães Pinto, já senador eleito para as 44ª e 45ª legislaturas, torna-se homem de confiança de Geisel. Segundo reportagem, intitulada “Magalhães na Distensão”, a escolha deste por Geisel para candidato à presidência do Senado deve-se ao fato que o presidente acha que “o senador mineiro é um dos poucos parlamentares que podem colocar o Congresso Nacional no mesmo ritmo de trabalho do Palácio do Planalto, bem como aperfeiçoar ainda mais o regime político do Brasil”. Mas, uma das razões pelas quais Magalhães é o ideal para o cargo, é que ele tem os mesmos pontos de vista de Geisel, ou seja, os AIs não serão revogados, pois são instrumentos necessários para a “defesa da Revolução e salvaguarda de suas metas, até mesmo a política”. Contudo, segue afirmando que “Magalhães Pinto considera que as nossas instituições devem passar, agora, pela etapa delicada da prática política, e ao Congresso caberá assumir o seu papel de integrante e participante da realidade brasileira”. (Figura 18).

Carlos Castello Branco, em editorial “Unidade política na direção do Congresso”, afirma que essa legislatura será responsável por restaurar “seu prestígio e a desempenhar novamente um papel nas decisões políticas e na elaboração legislativa”. Segundo ele, o momento nas duas casas deve ser de coesão, tanto entre seus presidentes quanto deles com Geisel. Há ainda que se atentar à oposição que, depois das eleições de 1974, “indicaram rumos definidos à representação popular”.

Para aliados e até oponentes políticos, Magalhães Pinto é tido como um conciliador, “surge sempre como ponto de união de diferentes tendências”, diria Franco Montoro, líder do MDB no Senado em 1976. Durante o seu mandato, afirmava Montoro que “sua passagem pela presidência do Senado coincidiu com o período de afirmação da Câmara Alta na vida brasileira” (MELO, 1994, p.175).

Ainda em 1976, é eleito pela Revista Visão como o “Homem de Visão” por sua atuação como empresário e político. Assim começa a homenagem, intitulada “Líder civil obtém o reconhecimento da nação”, “Empresário que não conheceu o revés, político que não sabe o que é derrota, José de Magalhães Pinto, mineiro de Santo Antônio do Monte, é o Homem de Visão de 1976”. Iniciando o especial narrando o acidente sofrido por Magalhães Pinto em viagem de carro do Rio de Janeiro para Belo Horizonte em 1960, assim é descrito

[...] mineiro de boa cepa, mestre em conhecer e compreender os homens, dotado de uma capacidade inata para comandar persuadindo, sem recorrer à autoridade, valendo-se de um agudo senso de percepção e de uma capacidade incomum para manipular o tempo, fator de maturação das soluções que anteviu com clareza. (REVISTA VISÃO, 1976, p.24)

Ao ser entrevistado, deixa claro que a vida pública lhe interessa “Sempre considerei todas as demais atividades meramente subsidiárias. A política me atraiu, desde cedo. Logo que pude, me dediquei a ela”. Sobre sua relação com Getúlio Vargas, por sua atuação como presidente da Associação Comercial, é lembrada por Magalhães

Começaram a chegar notícias de que o Governo me observava. Eu não sentia afinidade alguma com o recém-instalado Estado Novo. Mas, por força da posição que ocupava, passei um telegrama a Getúlio Vargas, solicitando que me recebesse. Ele atendeu: conversamos. Tive a impressão de que me acenava com vagas promessas de aproveitar-me, no Estado. Sem ser grosseiro, não demonstrei qualquer interesse [...]. Eu não tinha nada de pessoal contra os homens que exerciam o poder; mas não havia dúvida de que o regime não prestava. O dever de todos os eu o julgassem assim era combatê-lo. (*Idem*, p.26)

Dona Berenice, sua esposa, afirma que a carreira política de Magalhães ocorreu “por contingências naturais – pelo que era e pelo que havia feito”. E segue

Logo que nos conhecemos, em Lima Duarte, percebi que Magalhães tinha o que costume chamar de espírito de missão. Tendo iniciado muito cedo a luta pela vida, ganhou experiência também muito cedo. Inteligente, generoso, determinado, nunca deixou de se preocupar com os amigos ou com os que recorriam a ele. Não me lembro de vê-lo impaciente. Lembro-me, sim, de sua preocupação com assuntos de interesse público. Ele galgou, com êxito, os diversos degraus da vida pública. Essa é a ambição legítima de todos os que se decidem pela participação política. (*Idem*, p.30)

Sobre como a família convivia com o homem público e o homem de família, D. Berenice afirma

A solidariedade moral e o entusiasmo da família cresciam com as campanhas realizadas e com os deveres sempre maiores assumidos pelo Magalhães. Na intimidade do nosso lar, apreciávamos sua serenidade, sua fidelidade aos compromissos contraídos com espírito cristão, a honestidade de seus propósitos e o senso de responsabilidade com que se desincumbia suas obrigações impostas pela vida pública. As incumbências e os deveres se completam. O bom chefe de família, com vocação para a vida pública, tem melhores condições para servir. No próprio lar, encontra o respeito, a

compreensão, a admiração da família, que pode, dessa maneira, contribuir para o cumprimento de objetivos maiores, em benefício de todos. (*Idem*)

A reportagem segue enaltecendo a vida política de Magalhães como governador “o exercício do Governo de Minas lhe trouxe grandes alegrias” e mais “O Governo de Magalhães Pinto integrou na civilização mineira a tradição e a renovação. Corrigiu distorções, evitou que o setor rural se convertesse em mero afluyente das concentrações industriais” (*Idem*); como revolucionário, é novamente lembrado como o filho de Juca Pinto que “joga tudo” e aquele afirma “Procurei agir com toda cautela [...] Em 1964, uma derrota teria consequências infinitamente mais danosas”. Como ministro, é lembrado pela PEI e por transformar o Itamaraty “em grande agência de atração de recursos para o desenvolvimento nacional” (*Idem*, p.34).

Como senador, é lembrado por sua eleição, por unanimidade, como presidente da Casa e por sua “transbordante aptidão política”. Ao entrevistar aliados e oponentes políticos, assim como em outras matérias, Magalhães Pinto é sempre exaltado, tanto como homem de negócios como quanto político.

O chefe de família não pode ser atingido por censura alguma. O amigo não tem falhas; prefere mesmo não esperar pela solicitação. Sabendo que pode ser útil, antecipa-se, oferece o apoio que está a seu alcance proporcionar. O empresário não reconhece o revés. O político nunca perdeu. (*Idem*, p.36)

Eduardo Gomes, sobre a escolha de Magalhães Pinto como “Homem de Visão de 1976”: “Para mim, como para os velhos amigos e admiradores do senador Magalhães Pinto, é motivo de particular satisfação a justa homenagem que lhe será prestada, em público reconhecimento de seus assinalados serviços a Minas e ao Brasil”. Gustavo Capanema diz

[...] homem de visão, como Magalhães Pinto, é o que tem a capacidade de divisar com clareza o presente e o futuro e, ao mesmo tempo, saber realizar, para o presente o futuro. A Revolução de 1964 foi o acontecimento mais importante de que já participou e no qual revelou, na verdade, ser um homem de visão. (*Idem*, p.40)

Já Afonso Arinos de Mello Franco, um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, fala da participação de Magalhães

A medida da coragem que distingue Magalhães Pinto na vida pública está contida no episódio do Manifesto dos Mineiros. Ele foi um dos mais firmes articuladores do documento e um de seus mais decididos signatários, embora soubesse que assumia uma posição de desafio à ditadura, sacrificando toda uma vida já realizada e todo um futuro cheio de perspectivas. (*Idem*)

Ex-presidente e aliado político desde os tempos da UDN, Jânio Quadros rememora “Conheço-o há anos; e tenho a pretensão de conhecê-lo bem. É homem sério e hábil, não fora mineiro. É um democrata autêntico. Já prestou a este país os mais altos serviços; mas todos confiamos em que seja convocado para prestar outros”. E, poucos dias antes de se vitimar em um acidente automobilístico, afirmou em documentário “Magalhães Pinto é um privilegiado. Pertence à raça dos homens que sabem abrir seu próprio caminho. Guia-se por ideais, mas possui extraordinário senso prático. A causa da liberdade lhe deve muito” (*Idem*).

5.1.3 As eleições de 1978

Com o objetivo de diminuir a representação do MDB em todas as instâncias de poder, o “Pacote de Abril” foi visto pela oposição como uma forma de censura à liberdade eleitoral, sendo ainda apontado como contraditório: não se pode falar em compromisso com a democracia, limitando o poder do voto direto.

Embora a Lei Falcão já valesse em todo território, o MDB pôde apresentar suas propostas na rádio e na televisão, alcançando 70% da população das grandes cidades, onde residia seu maior eleitorado. A partir dessa transmissão, o governo, mais uma vez recorrendo ao AI-5, cassou e suspendeu os direitos políticos de um dos deputados que participaram do programa¹⁵⁰, além de acusar o presidente do partido, Ulysses Guimarães, a partir do Artigo 37 do Código Eleitoral por desobediência. Outros dois membros do partido foram acusados a partir da Lei de Segurança Nacional¹⁵¹. Assim, em 26 de julho, baixou o Ato Complementar nº104, impedindo o acesso do MDB à rádio e televisão. Sobre como o governo pretendia manter a ordem para assegurar a liberalização, Geisel afirmou

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si

¹⁵⁰ Deputado Alencar Furtado.

¹⁵¹ Dalton Canabrava e Aroldo Lopes da Costa, ambos deputados por Minas Gerais.

mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei¹⁵².

Impedido de veicular a campanha por rádio e televisão, o MDB lançou mão de novas formas de se apresentar para a população: recorreu aos movimentos civis, como sindicatos, movimentos pelos direitos humanos e pelos direitos políticos, pois a perseguição ao partido era mais um dos pontos que os unia em torno da oposição ao governo. Segundo Alves,

Em quase todos os estados a campanha do partido de oposição foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil: estudantes, organizadores sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da Igreja e membros dos movimentos pela anistia e pelos direitos das mulheres e dos negros. (ALVES, 2006, p.238)

E conclui,

[...] uma consequência não prevista da extensão da Lei Falcão às eleições de 1978 foi unir o MDB aos movimentos de base, com a superação da defasagem entre os níveis de política formal e política de base. A experiência de 1978 constituiria valiosa lição para um futuro e mais efetivo desenvolvimento de vínculos entre as organizações partidárias e as de base. (*Idem*)

As medidas adotadas pelo governo surtiram efeito durante o pleito de 15 de novembro. Foram eleitos governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Somente o Rio de Janeiro elegeu um governador do MDB¹⁵³, a ARENA elegeu os outros 21. Já no Senado, a oposição teve quase 4,3 milhões de votos a mais que o partido do governo. Contudo, o MDB só obteve nove cadeiras, contra 36 da ARENA. Na Câmara dos Deputados, apesar da pequena diferença dos votos (50,4% para a ARENA contra 49,5% para o MDB), aquele teve 231 cadeiras e este 189. Nas assembleias estaduais, o MDB aumentou sua participação, chegando a 353 cadeiras contra 492 da ARENA. A partir destes números,

De modo geral, confirmou-se nas eleições de 1978 o quadro de maior força do MDB nas regiões mais desenvolvidas e nos estados do Sul e Centro-Sul. A ARENA preservou sua forte influência nos estados menores do Norte e do Nordeste, onde caciques e burocratas locais podiam desenvolver um sistema de clientelismo político. (*Idem*, p.239)

¹⁵² GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

¹⁵³ Antônio de Pádua Chagas Freitas.

É mister compreender que toda legislação eleitoral modificada ao longo do governo Geisel objetivava dois pontos: garantir para o presidente que a ARENA mantivesse a maioria na Câmara e no Senado, e ao mesmo tempo, frear a participação da MDB. Assim, apesar das críticas, o caminho para a distensão encontrava-se em aberto.

5.2 Mais uma vez na disputa: a presidência da República

Depois de sua bem-sucedida passagem pela presidência do Senado, Magalhães passou a ser percebido por correligionários da ARENA e por adversários políticos do MDB como o candidato da “conciliação nacional”. Entre 1977 e 1978, a candidatura à presidência da República “seria o seu grande projeto” (MELO, 1994, p.176).

Em entrevista à revista Manchete em 3 de setembro de 1977, afirmou “sou candidato” e falou sobre diversos pontos de sua vida política. Sobre sua candidatura e sua relação com os militares, diz

Eu tenho colocado minha candidatura para civis e militares como uma opção revolucionária civil. Porque algum dia teremos que voltar ao poder civil. Eu, que tive a responsabilidade de deflagrar o movimento revolucionário, entendi que era meu dever tentar que essa devolução seja feita por meu intermédio. E, felizmente, não tenho encontrado rejeição à tese. Evidentemente que alguns preferem trabalhar com candidatos militares, A ou B, é natural. E é democrático. Mas o fato é que muitos militares têm me aconselhado a manter essa opção, porque o importante para nós todos, para eles e para nós, políticos, é a unidade das Forças Armadas. Não podemos permitir que elas se dividam, principalmente em torno de candidaturas. O Exército e as Forças Armadas, não são partidos políticos. Nós, dentro da Arena, estamos muitas vezes divididos, por isso existem as sublegendas. Mas uma sublegenda dentro do Exército poderia ser perigosa. Eles precisam estar unidos para defender o Brasil no momento em que o Brasil precisar [...]. Eu estou pelejando para ir ao poder. Eles não. Eles têm outra função consideram muitos deles que tomar conta do governo do país, principalmente numa época de dificuldades como a que estamos vivendo, é muito penoso para as Forças Armadas. Além das suas atividades específicas, elas ficariam com mais essa, de responsáveis por governos militares. (REVISTA MANCHETE, 03/09/1977, p.72)

Já sobre quem ocuparia a vice-presidência caso vencesse a convenção da ARENA, é um pouco vago

A minha resposta poderia parecer um aliciamento. Eu posso afirmar que não distingo entre vivos e militares. Porque se eu disser ‘quero um militar’, poderão pensar que estou amaciando os militares para me aceitarem. Eu prefiro dizer o seguinte: o chefe da Arena é o Presidente Geisel. A Arena é o partido do governo. E uma candidatura tem que sair com indicação dele, ou com a combinação, com o consentimento dele. E nessa ocasião tem que se discutir o caso do vice-presidente da República. Eu preferia deixar para essa oportunidade. (*Idem*, p.73)

Assim, em setembro de 1977, a ARENA lançara dois possíveis candidatos à sucessão de Geisel: João Batista de Figueiredo, chefe do SNI, e Sílvio Frota, chefe do Estado-Maior do Exército. Contudo, o próprio Magalhães acredita que Geisel, “por confiar muito na sua isenção” o escolherá como candidato do partido para concorrer à presidência, pois

As minhas relações com o presidente sempre foram muito boas e acho que sempre fiz por merecer a confiança dele. Ele, por exemplo, foi quem me chamou e me disse para disputar a presidência do Senado, e, com isso, demonstrou que tem confiança em mim. Tivemos sempre um bom entendimento e temos até hoje. Evidentemente, nesta fase atual, eu não o tenho incomodado com pedidos de audiência. Sei que ele vai tratar do assunto em janeiro e que nessa ocasião serei convocado para uma conversa, ou pedirei uma audiência para conversar. (CORREIO DO CEARÁ, 17/11/1977, p.3)

Chegado ao fim do mandato, Geisel, na noite do dia 31 de dezembro de 1978, decretou a extinção do AI-5 como um dos passos para a efetivação da abertura controlada pretendida pelos militares e aceita pela oposição. No poder desde 1964, as Forças Armadas intendiam preservar seus interesses e por isso, trabalharam para

[...] manter ativas as estruturas concebidas durante a ditadura, entre elas o sistema de informação e segurança. Além disso, demandavam a garantia de que permanecesse intocável quem tivesse se envolvido com a repressão política – não haveria ‘revanchismo’, costumava-se dizer nos quartéis¹⁵⁴ [...] os militares saíram intocados do governo [...], mas não conseguiram manter sob controle o processo de liberalização do sistema político e substituir gradativamente a coerção da ditadura por um governo civil de tipo autoritário. (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.470)

Contudo, em janeiro de 1978, Geisel indica Figueiredo como candidato a ser submetido à convenção arenista. Mesmo após a negativa do presidente, que tanto confiava,

¹⁵⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação dos militares e o processo de transição política, ver COSTA, 2014.

Magalhães Pinto afirma que não retirará sua candidatura civil, pois “o que importa é o compromisso democrático” (MELO, 1994, p.176). No dia 24 de janeiro, numa extensa matéria, diz que seu vice será “90% militar e 10% civil”, reafirmando seu interesse em ter como companheiro de chapa “um militar de quatro estrelas”. Segue a reportagem

O postulante à sucessão do presidente Geisel voltou a reafirmar que são muitos os militares que dão apoio à sua candidatura, mas que seus nomes são mantidos reservadamente – “não clandestinamente” – porque o regulamento do Exército não permite que eles falem em política. (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/01/1978)

Na mesma entrevista, ao falar sobre a indicação de Figueiredo, Magalhães diz que “o general dará ao país mais 20% de democracia”, sendo que, com ele, o Brasil terá 100% “porque a democracia tem que ser completa, sem adjetivos e relativismos”. Em relação ao seu partido, também fez duras críticas ao posicionamento da direção arenista que teria pressionado os correligionários a apoiar o indicado de Geisel.

Contudo, se elas continuarem e eu tiver documentos para comprová-las, denunciarei ao presidente Geisel ou à Nação, mesmo porque acho um erro o que a direção do meu partido está fazendo, ao querer apenas um candidato, esquecendo-se que tenho grande apoio popular [...] tenho a impressão de que o partido deveria estar muito satisfeito, já que pela primeira vez não tem o voto silencioso e ainda teria o apoio da opinião pública se apoiasse a minha candidatura, mas acho que não cause esse incômodo. (*Idem*)

Já sobre aqueles anos posteriores a 1964, nos papéis dos dois partidos políticos e sua posição frente ao desenrolar daqueles momentos, faz as seguintes observações

Com minha campanha houve interesse novo pela vida pública. Encontramos em toda parte o povo se interessando, querendo participar, querendo votar e isso é importante. Vejo com otimismo a situação política do País, embora veja com tristeza a atitude da ARENA.

Os dois partidos – ARENA e MDB - não tem muita diferença na questão de programas¹⁵⁵ [...] a ARENA resolveu ficar disciplinadamente de acordo com a decisão do presidente da República e eu quero ficar de acordo com a vontade do povo.

Sou um homem inconformado com certas situações. Fizemos uma revolução para melhorar a situação brasileira, melhorar a democracia. Essa revolução, praticamente, dá continuidade à Revolução de 30. A ela se filiaram todos os elementos de 30. Portanto, na medida que ela propugna pelos propósitos de

¹⁵⁵ Como pudemos ver no capítulo anterior, tal afirmação não faz muito sentido, já que a ARENA sempre esteve ao lado do regime e agora, 14 anos depois, não seria diferente. O MDB, sempre este na oposição, trabalhando pela democracia num ambiente que deveria ser democrático, não autoritário.

1930, não pode concordar que o presidente da República, sem ouvir ninguém, indique um candidato. Não entro nas qualidades do mérito do candidato, mas na atitude do presidente da República. (*Idem*)

Vários partidários da ARENA acreditavam que a disputa entre Magalhães e Figueiredo seria benéfica para o processo eleitoral, pois “é o exercício de um direito democrático”, afirmou o governador de Alagoas, Divaldo Suruagi. Contudo, reitera a reportagem

A rigor, os arenistas em momento algum manifestaram receio da derrota da candidatura oficial, embora muitos dirigentes estivessem preocupados quantos aos desdobramentos da disputa. De um lado, temia-se que Figueiredo não obtivesse pelo menos 85% dos 823 votos da Convenção (700 votos). Isso porque a vantagem da Arena sobre o MDB, no Colégio Eleitoral, é escassa e uma votação dispersa, na Convenção, tiraria o caráter majoritário da candidatura de Figueiredo, dando ensejo à fermentação de uma crise política futura. De outro lado, a possibilidade de virem os elementos ligados à linha dura, no Congresso ou fora do Poder Legislativo, a apoiar o nome de Magalhães Pinto, acabou estimulando a coesão interna e agora se acredita que a margem pró-Figueiredo se tornou até mais ampla. (*Idem*)

Contudo, na *Coluna do Castello*, Carlos Castello Branco afirma que Magalhães Pinto pode ser um “problema”, pois em sua “marcha” “ele se articula à margem do Partido, se movimenta na periferia da Arena e do sistema, possivelmente em alguns bolsões de potencial dissidência”. E conclui

Hoje já ninguém subestima a capacidade do Senador por Minas Gerais pelo menos de criar problemas e problemas preocupantes, capazes de franzir o cenho do Presidente da República, conforme anotou um comentarista político ao fim de uma conversa com fonte certamente autêntica. Na volta do Uruguai, anuncia-se, o General Geisel estudará o problema Magalhães e lhe dará solução. O problema que ele deixou crescesse ao seu lado, na medida em que não considerou a reivindicação do Senador, e o excluiu, como de resto às demais pessoas, do processo de escolha do futuro Presidente. Janeiro ainda não houve, mas ainda há tempo de se afirmar a existência desse mês, para o qual estava previsto o exame da sucessão presidencial. Quando pensava que a questão estava resolvida, o Presidente terá de discuti-la com seu gabinete e adotar providências que poderão resolvê-la, ou não. (CASTELLO, Política e Governo)

Ainda sobre a possível candidatura de Magalhães Pinto, uma opinião bastante elogiosa ao senador é digna de nota

Do ponto de vista formal e no que se refere aos requisitos políticos, partidários e pessoais, coloca-se fora de toda dúvida a legitimidade da postulação do Senador Magalhães Pinto à Presidência da República. Poucos brasileiros apresentarão um currículo tão pródigo em títulos na vida pública e em afirmações no campo de livre empresa, todas essas responsabilidades desempenhadas com invariável honradez, competência e sintonia com os interesses do País. Não há dúvida, também, quanto à vocação democrática do Senador Magalhães Pinto, posta em relevo desde a sua participação no histórico Manifesto dos Mineiros e culminando no decisivo papel de liderança civil que exerceu em 1964 contra as ameaças de subversão e do totalitarismo. (Editorial *Estado de Minas* A CANDIDATURA DE MAGALHÃES PINTO, s/d)

Assim, no dia primeiro de março de 1978, lança oficialmente sua candidatura, aceitando apoio de onde viesse. Contudo, o deputado federal João Cunha, do MDB paulista, afirma que “não espera nada de Magalhães [...] neste cenário, é mais uma tentativa de manutenção do sistema com a marginalização do povo”. E continua

Magalhães, quando fala, na verdade reafirma o que Geisel tem afirmado quando acena com a redemocratização para o próximo governo. Esta, aliás, tem sido a tônica desses 14 anos: fica para o próximo a garantia de um Estado democrático de direito. (O MDB não pode entrar nesse jogo: *Folha de São Paulo*, s/d)

Completando sobre a participação popular e o papel do MDB neste cenário, o deputado é categórico

[o povo não entra] essa é a tragédia de um pacto social já vencido e que se esforça por continuar, agora com a figura simpática do senador mineiro que, empalmando as bandeiras do MDB e toda a oposição nacional, se levanta, não para exigir a devolução imediata do poder ao povo, mas para disputar no mesmo esquema e na mesma estrutura [...] [o MDB não pode] entrar nesse jogo, por mais simpático e desintegrador que possa parecer, [pois] a responsabilidade da oposição é bem maior que um episódico episódio sucessório em que o povo não decide. (*Idem*)

Já como candidato, lança seu programa de governo, em que “muda tudo”. São treze pontos essenciais assim intitulados: Voto Livre; Revogação do AI-5; Sindicatos e Estudantes; Saúde, Trabalho; Anistia; Reformas; “Pacote de Abril”; Melhores Salários; Reforma Agrária; Empresa Nacional; Defesa da Ecologia; Energia; Antigas Alianças. Sobre como estes pontos foram definidos, o programa esclarece

Esta é uma hora de decisão. É preciso definir, em linguagem direta, problemas diretos. Recuso a tese de que nosso povo seja incapaz de deliberar

sobre seu próprio destino. Trata-se de mero disfarce para o estabelecimento de ditaduras abertas ou outras formas de tutela e usurpação. Já provamos historicamente o que somos e o que podemos. Vencemos obstáculos muito mais difíceis do que aqueles que temos de enfrentar agora. Portanto, a primeira definição ressalta dos próprios fatos: quem tem que decidir é a Nação. Civis e militares, todos estamos sob a mesma bandeira, em busca dos mesmos objetivos. Nosso povo nunca faltou às exigências de cada época. Minorias dirigentes é que tem falhado, algumas vezes. É esse mesmo risco estamos hoje correndo. A Revolução de Março, da qual fui o chefe civil, nasceu das distorções do nosso sistema político, que se atrasara em relação às transformações econômicas e sociais, e da crise de autoridade, responsável pelos casos que ameaçou as instituições democráticas. Quatorze anos depois, não resolvemos problemas desde então equacionados. E, em alguns aspectos, afastamo-nos perigosamente dos objetivos iniciais. O sentindo deste compromisso preliminar, sem o caráter de programa pronto e acabado, é clarear rumos e congregar esforços. (PROGRAMA DE MAGALHÃES MUDA TUDO, s/d) (Figura 19)

Ainda em março, como não tinha conseguido o general quatro estrelas para o lugar de vice-presidente na chapa, Magalhães Pinto escolhe o empresário e político paulista Severo Gomes. Sobre a candidatura de Magalhães, Gomes afirma “A candidatura do senador Magalhães Pinto, hoje, é a última trincheira onde se pode lutar pela redemocratização do Brasil. Coincide com o renascimento do sentimento cívico brasileiro” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1978, s/d). Em maio, lança o movimento Frente Nacional de Redemocratização¹⁵⁶, ainda como candidato. Com sua candidatura isolada dentro da ARENA, e sem adesão do MDB, o nome de Euler Bentes passou a ganhar espaço entre os meios civis e militares.

Em 7 de agosto, Magalhães Pinto retira-se da disputa eleitoral. Em carta enviada ao presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, escreve

Caro presidente Ulysses Guimarães. Coloquei invariavelmente duas condições para minha candidatura:

1º não dividir o Partido;

2º disputar com possibilidades de vitória no Colégio Eleitoral (apoio dos dissidentes da Arena).

O MDB, tem agora, à disposição candidatura partidária que lhe foi comutada em Goiânia. Por isso mesmo não cabe mais a presença de meu nome nesta disputa, em virtude de meu comportamento ético. (ÚLTIMA HORA, 1978, p.2)

Até aquele momento, Bentes não era filiado a nenhum partido, situação impossibilitada pela Lei Eleitoral para candidatos a cargos eletivos. Assim, em 17 de agosto de 1978, o MDB aderiu à Frente e lançou, oficialmente, após convenção nacional, Euler

¹⁵⁶ Movimento que objetivava reunir setores civis e militares em oposição ao governo.

Bentes como candidato à presidência pelo partido de oposição. Em 15 de outubro, José Batista de Figueiredo é eleito pelo Colégio Eleitoral com 355 votos contra 226 da chapa de Bentes. “Ao menos no exterior, não se julga que houve uma disputa. Um senador se apresentou candidato contra um general e perdeu” (NASSER *apud* MELO, 1994, p.177).

Assim, em 15 de novembro, mesmo depois de uma exaustiva campanha, de altos e baixos, Magalhães Pinto se reelege à vaga de deputado federal, sendo novamente o mais votado. Aos 69 anos, mesmo tendo renunciado ao seu “destino” pela segunda vez, ainda estava disposto a trabalhar “ajudando o General Figueiredo e sem pleitear nada pessoal. O que quero é a volta da democracia” (O PASQUIM, 1978, p.9).

5.3 O caminho para a transição: a abertura política

Segundo Geisel, em entrevista para Maria Celina d’Araújo e Celso Castro, Figueiredo foi escolhido pois

Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castello, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI. Depois (...) foi servir com o Médici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Civil. Acompanhou também o meu governo do primeiro ao último dia. Quer dizer, acompanhou três governos, sendo que dois no dia a dia. Tinha uma experiência e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais. Inclusive, tinha conhecimento dos homens. Sua chefia no SNI lhe permitiu acompanhar a atuação dos remanescentes da subversão e de grande parte dos homens públicos do país. A pessoa mais qualificada, do ponto de vista de conhecimento dos problemas nacionais, era portanto o Figueiredo. Não havia ninguém que tivesse tanta identificação com o governo do Brasil. (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.412)

Assim, Maria Helena Alves descreve o governo Figueiredo

[...] durante seu período no cargo, o Presidente Figueiredo ampliou a política de liberalização, permanecendo entretanto obediente aos parâmetros da ‘democracia forte’ estabelecidos por Geisel. Como a política de ‘distensão’, a de ‘abertura’ compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado [...]. (ALVES, 2006, p.273)

Neste sentido, entendemos o processo de democratização brasileira como um longo caminho de transição democrática: foram 11 anos para o retorno do poder aos civis e mais

cinco anos até que o voto popular elegeesse o novo presidente. Daniel Aarão Reis chama de transição democrática

O período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e termina com a aprovação de uma nova Constituição em 1988. De transição, porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou a um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como ‘entulho autoritário’, a um estado de direito democrático, definido por uma Constituição aprovada por representantes eleitos pela sociedade. (REIS, 2014, p.125)

Como já afirmamos, o processo de liberalização tem início em 1974, mas só avança significativamente com a revogação do AI-5, em 13 de outubro de 1978¹⁵⁷, ainda no governo Geisel. Figueiredo, seguindo os passos de seu sucessor, conduz o processo de abertura, procurando manter a segurança do regime. Para Donald Share e Scott Mainwaring, esse período de transição política, pode ser caracterizado como um momento de “transição pela transação”, que segundo eles

refere-se a casos em que o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição. A noção de "transação" sugere negociação (normalmente implícita) entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática. (SHARE; MAINWARING, 1986, p.207)

Contudo, continuam os atores, tal negociação não ocorre entre iguais, pois o regime inicia o processo de liberalização e continua a influenciá-lo ao longo do tempo, mas esse controle é relativo, pois pode existir uma negociação entre governo e oposição. Assim, eles afirmam “foi inerente ao processo de liberalização a conquista, pelas forças de oposição, de algum peso na luta política [...] o controle do regime declinava na medida do progresso da transição” (*Idem*).

Comparando as transições políticas de Brasil e Espanha, Share e Mainwaring afirmam que, no Brasil, o tipo ideal de transição pela transação acaba já no final de 1983. Segundo eles, entre avanços e recuos, a Lei de Anistia, o fim do AI-5 e as eleições diretas para governador em 1982 corroboram para essa afirmação. Contudo, afirma Reis que, mesmo não se concretizando nesse período, muitas ameaças de retorno à ditadura ocorreram (REIS, 2014, p.126).

¹⁵⁷ Pela Emenda Constitucional nº 11 de 13 de outubro de 1978.

A política de liberalização controlada de abertura seguiu com a participação cada vez mais ativa da sociedade civil, os movimentos de base (seculares e os vinculados à Igreja Católica), os movimentos sindicais (através de greves) e o movimento estudantil, mas, afirmam Share e Mainwaring, que nesse processo pode haver uma “continuidade entre o regime autoritário e o democrático” (SHARE; MAINWARING, 1986, p.212). Neste sentido, assevera Reis

No Brasil, ocorreu uma particularidade: o restabelecimento do estado de direito não coincidiu com a instauração de uma Constituição democrática. O país deixou de ser regido por uma ditadura - predomínio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade, arbitrária, dos governantes, que podem fazer e desfazer as leis – sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática. Em outras palavras: no período da transição *já* não havia uma ditadura, mas *ainda* não existia uma democracia. (REIS, 2014, p.125)

No bojo da liberalização, a reforma política de 1979 merece destaque. O bipartidarismo imposto com o AI-2, em 1965, possibilitou ao governo manter uma oposição “legal”, o “Partido do Sim”, popularmente chamado. Contudo, a partir dos resultados eleitorais já expostos acima, Golbery admitiu a necessidade de “tentar diminuir e fragmentar a oposição e controlar cuidadosamente a organização dos partidos políticos” (ALVES, 2006, p.322), já que, com as vitórias conquistadas pelo MDB nas eleições de 78, era provável, segundo o governo, que o partido conseguiria a maioria no Congresso Nacional nas eleições seguintes. Assim, em 20 de dezembro de 1979, foi aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Duramente criticada pelo MDB, o “plano mestre”, segundo Golbery, objetivava garantir ao governo o controle sobre a oposição sem prejudicar as supostas vantagens de “eleições livres” e dividir a oposição.

A nova Lei Orgânica extinguiu o bipartidarismo – ou seja, o MDB e a ARENA deixaram de existir – e permitiu-se a criação de cinco novos partidos¹⁵⁸. A partir da aprovação da nova lei, todas as agremiações partidárias deveriam ter a palavra “partido” em sua sigla. Ademais, as diretrizes impostas eram complexas e precisavam ser cumpridas por todas as associações políticas para que se enquadrassem na nova legislação. Algumas são passíveis de observação.

¹⁵⁸ Além do PDS, do PMDB, oriundos do bipartidarismo, formaram-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Trabalhista Democrático (PTD) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O artigo 12º estipulava que todos os novos partidos deveriam realizar convenções regionais no prazo de um ano, em 1/5 dos municípios e em pelo menos nove estados, sendo que era necessário um número mínimo¹⁵⁹ de filiados para que pudessem ocorrer. Assim, como também já afirmamos, este último ponto beneficiaria a ARENA já que esta, por ser dominante no Norte e Nordeste do país e contar com o apoio do governo, poderia agilizar as filiações nas inúmeras pequenas cidades da região.

Já os artigos 16º e 17º afirmavam que, mesmo depois de registrado (provisoriamente¹⁶⁰), o partido deveria receber ao menos 5% dos votos nas eleições para o Congresso, além de 3% em cada um dos nove estados. Caso os 3% não fossem conquistados, o partido perderia toda a representação no Congresso e nas assembleias estaduais. O artigo 19º estipulava que, para as eleições da Câmara dos Deputados, assembleias estaduais e para as câmaras municipais, os partidos não poderiam fazer coligações. Para Alves, toda essa legislação permitiu que

As dificuldades impostas ao registro dos partidos políticos forçaram os vários setores da oposição a empenhar-se ativamente na organização partidária em nível formal e de bases – atividade que arregimentou os esforços de milhares de militantes nos dois anos subsequentes. A iniciativa do Estado de dissolver o MDB e a ARENA e ao mesmo tempo antepor obstáculos ao processo de organização de novos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição. (ALVES, 2006, p.325)

Neste sentido, segue Alves, a oposição percebia dois pontos: o governo tinha condições de impor, a todo momento, novas diretrizes para a legislação eleitoral e que, se quisesse assegurar algum poder de voto nas eleições futuras¹⁶¹, seria necessário que os novos partidos fossem

suficientemente enraizados para expressar a vontade de diferentes classes e canalizar as reivindicações de transformação do modelo político e econômico. Os partidos de oposição precisavam contar com programas específicos o bastante para arregimentar participação e apoio cada vez maiores. (*Idem*, p.327)

¹⁵⁹ Artigo 38: Item I: 2% do eleitorado dos municípios de até mil eleitores; Item II: os 20 do item I e mais 5 para cada 1000 eleitores nos Municípios de até 50 mil eleitores; Item III: os 270 do item anterior e mais 2 para cada 1000 eleitores, nos Municípios de até 200 mil eleitores; Item IV: os 670 do item anterior e mais 1 para cada 1000 eleitores, nos Municípios de até 500 mil eleitores; Item V: os 1170 do item anterior e mais um para cada dois mil eleitores, nos Municípios de mais de 500 mil eleitores.

¹⁶⁰ Só seriam legalizados, definitivamente, após as eleições de 1982.

¹⁶¹ Para Alves, a desorganização da oposição deu ao governo fôlego para elaborar novas políticas que lhe assegurou a maioria no Congresso para escolher o sucessor de Figueiredo em 1984.

O caminho para as eleições gerais de 1982 estava traçado. Agora, era preciso, para o governo, garantir a legitimidade do Estado liberalizante e, para a oposição, arregimentar e consolidar os novos partidos em busca de votos em 15 de novembro.

5.3.1. As eleições de 1982 e a Emenda Dante de Oliveira: os caminhos para as Diretas Já!

Pela primeira vez, desde 1965, as eleições para governadores seriam pelo voto popular e o governo, para assegurar o poder, trabalhou em prol de dificultar o caminho para os novos partidos. Para Share e Mainwaring, no Brasil

[...] as elites autoritárias regulam o ritmo das reformas a serem implementadas, numa tentativa de resguardar-se contra a perda de controle. Mesmo que possam estar comprometidas com o restabelecimento da democracia, elas acreditam que é necessário realizar reformas de maneira gradual [...] o caráter gradual da transição alimenta a percepção de que a ordem e a estabilidade estão intactas. (SHARE; MAINWARING, 1986, p.209)

Quem foram os responsáveis por essa transição? Já senador, em 1995, José Sarney comenta a eleição de Tancredo Neves em 1985 “A transição deu certo porque nós construímos um grupo de políticos” (COUTO, 1995, p.323). Como já afirmamos acima, a partir das eleições de 1978, a participação da sociedade civil torna-se ativa no processo de transição. Contudo, e considerando que a afirmação de Sarney não é incorreta, esse processo foi resultado de acordos costurados entre as elites políticas¹⁶². Assim, Carvalho afirma

Na Nova República que se construiu a partir de 1985, o *grupo de políticos* originários do regime militar permaneceu como protagonista da história brasileira, ascendendo por voto popular aos postos mais importantes do país e ao controle do Estado. Se o processo de transição da ditadura reservou um espaço importante para a participação dessas elites, lhes foi assegurada a mesma distinção no regime democrático instituído a partir dos anos 1980. (CARVALHO, 2008, p.13)

Em suas análises sobre os processos de redemocratização na Espanha e no Brasil, Donald Share e Scott Mainwaring afirmam que as negociações em torno da liberalização não ocorrem entre iguais, já que é o regime que, além de iniciar o processo, passa a maior parte do

¹⁶² Assim como Carvalho, pensamos as elites políticas, neste período, como um “grupo de indivíduos selecionados por votos popular para o Congresso Nacional”. (*Idem*, p.15)

período com poder de influenciar os caminhos a serem seguidos (SHARE; MAINWARING, 1986, p.207). Assim, os autores identificaram três tipos de ideias de transição. O mais comum, afirmam, é a transição depois de um colapso do regime, sem controle das elites autoritárias, tendo a Alemanha, Japão e Itália pós Segunda-Guerra; Grécia e Portugal em 1974 e a Argentina entre 1982 e 1983. Já o segundo tipo ideal, é descrito com uma transição por afastamento voluntário, ou seja, as elites autoritárias percebem que perderam apoio popular e negociam entre governo e oposição, sendo sempre desfavorável ao regime. São exemplos: o Peru, em 1980; a Bolívia, entre 1979 e 1980 e o Uruguai, entre 1982 e 1985. O Brasil, entre 1983 e 1984, passa a apresentar alguns aspectos da transição por afastamento voluntário, afirmam os autores (*Idem*, p.209).

Já o terceiro tipo é o processo de transição pela transação, onde, inicialmente, há um grande controle por parte das elites autoritárias, em que

Liberalização e democratização aparecem como escolhas feitas fundamentalmente pelo regime. A mobilização popular, as pressões externas e a oposição interna podem ser importantes, mas na fase inicial são fatores secundários na configuração do processo. Com o tempo, o controle do regime declina visivelmente, mas as elites autoritárias ainda mantêm uma capacidade maior para determinar os controles gerais do processo político [...]. (*Idem*)

Brasil e Espanha são exemplos de transição pela transação. As eleições de 1982, segundo os autores, demonstram que, mesmo a liderança autoritária gozando de algum apoio popular, o governo manipulou as leis eleitorais para lhe favorecer, demonstrando que as elites do regime autoritário são uma força eleitoral e que

No Brasil, a continuidade das elites de um regime clamorosamente autoritário foi renunciada, do princípio ao fim da transição. Houve uma importante renovação das elites em março de 1985 mas, mesmo assim, o novo presidente, o seu ministro da Fazenda e o ministro das Comunicações, entre outros, seriam pessoas que ocuparam importantes posições durante o governo militar. Os líderes da transição foram os mesmos que ajudaram a preparar o golpe em 1964 e ocuparam relevantes postos durante a maior parte do regime. (*Idem*, p.212)

Em 15 de novembro de 1981, Figueiredo lança um pacote de reformas que deveriam ser apresentadas ao Congresso em regime de urgência. Entre os principais pontos da reforma estavam: a proibição de coalizões para a escolha de candidatos aos governos dos Estados; o “voto vinculado”, ou seja, o eleitor era forçado a votar em candidatos do mesmo partido para

todos os níveis de representação; um candidato só poderia renunciar da disputa se seu partido desistisse das eleições. Assim, sugere Alves, “o pacote inverteu as expectativas eleitorais, pois o PDS, muito mais forte em nível municipal, beneficiar-se-ia do voto vinculado e, naturalmente, da divisão forçada dos votos de oposição” (ALVES, 2005, p.336).

A estratégia do governo deu certo. O PDS fortaleceu-se nos estados, municípios e na Câmara Federal, elegendo 235 deputados. O PMDB, advindo do MDB, elegeu nove governadores, contra 13 do PDS¹⁶³ e 200 deputados. Os demais partidos apresentaram alguma representação: o Rio de Janeiro elegeu Leonel Brizola do PDT como governador e o partido conseguiu 23 cadeiras; PTB e PT, com 13 e oito eleitos, respectivamente, formaram a Câmara Federal no pleito de 1982. Para Daniel Aarão Reis, apesar do pluripartidarismo, o país tornou-se ainda mais conservador, mas é relevante salientar as vitórias da oposição em importantes estados pois “exprimiam a críticas às heranças da ditadura e a formas diversas de autoritarismo e a inquietação frente à incapacidade do governo de lidar com as condições econômicas adversas” (REIS, 2014, p.141).

Ainda que timidamente, já em meados de 1983, ecoam gritos pelas Diretas Já (Figura 20). Tido como um movimento suprapartidário, grandes comícios passaram a ser realizados entre novembro e abril de 1984 – o primeiro em 27 de novembro no estádio do Pacaembu, com 15 mil pessoas, até chegar ao dia 10 de abril com 1 milhão de pessoas na Candelária no Rio de Janeiro e ao dia 16 no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com 1,5 milhão de pessoas¹⁶⁴. Segundo Ricardo Kotscho

Podem os ministros da Justiça e do Exército, o presidente do PDS e seu líder na Câmara Federal continuar dizendo que o povo só engolfou a Candelária para ver artistas, deixa eles. Mal sabem que ali não dava para ver artista nenhum, que todo mundo estava mais preocupado em falar do que em ouvir, que o recado que queriam dar era só aquele, a sua presença, um grão de areia, na praia comum de um tempo novo. Amanhã, ninguém vai lembrar do nome deles, mas ninguém esquecerá, jamais, a beleza, a alegria, a ternura que se esparramou por esse Brasil afora, no embalo da Campanha das Diretas. (KOTSCHO *apud* COMPARATO, 2014, p.160)

¹⁶³ Todos os estados do Nordeste, mas em importantes estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

¹⁶⁴ Bruno Comparato (2014) afirma que, segundo Ulysses Guimarães, comícios teriam sido realizados em cerca de 80% das cidades brasileiras, totalizando cerca de 4 mil.

O país inteiro se mobilizou¹⁶⁵. Àquela altura, o apoio aos militares só vinha de seus pares e de deputados da antiga ARENA. A cada dia, o regime tornava-se cada vez mais impopular entre a sociedade civil. Também dentro do Congresso Nacional, o barulho capitaneado entre os partidos de oposição – PMDB, PT e PTD – apoiaram a chamada Emenda Dante de Oliveira. Apresentada pelo deputado de mesmo nome, o projeto previa o restabelecimento das eleições diretas para presidente já no pleito seguinte, retirando do Congresso Nacional a prerrogativa de confirmar o nome indicado pelas Forças Armadas¹⁶⁶.

Para Schwarcz e Starling, esses comícios representavam ideais democráticos, com uma campanha sólida que permitiu ao povo sonhar com o fim do regime, já que

O palanque desses comícios reunia as principais lideranças da frente suprapartidária – Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro -, e os discursos eram acompanhados de uma multidão eufórica e comovida. Por outro lado, o engajamento de intelectuais do porte de Antonio Cândido, Lygia Fagundes Telles e Celso Furtado, de jogadores de futebol como Sócrates e Reinaldo, e de artistas como Chico Buarque, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Juca de Oliveira, Fernanda Montenegro e Fafá de Belém [...]. (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.484)

Posta em votação em 25 de abril de 1984, a Emenda teve a maioria dos votos (298 a favor, 65 contra e três abstenções). Contudo, por 22 votos não conseguiu a aprovação, já que era necessário o voto da maioria absoluta dos deputados (com 320 votos seria aprovada, mas 113 parlamentares não compareceram, num total de 479)¹⁶⁷.

Passada a frustração da derrota, caberia à oposição continuar no caminho para o fim do Regime. Com intensas negociações – a chamada Aliança Democrática lançou o nome de Tancredo Neves, recém-eleito governador de Minas para a presidência no Colégio Eleitoral, com alguns dissidentes do PDS. Para Schwarcz e Starling, Tancredo era bem visto por Figueiredo, por suas posições moderadas, mesmo em oposição à ditadura: não foi cassado,

¹⁶⁵ Um samba de Noca de Portela e Ratinho de Pilares, de 1984, é bastante ilustrativo. Intitulado “Não me venha com Indireta”, eis a letra da íntegra “Alô, povão brasileiro! /O negócio é indireta / Não! O negócio é direta! Não me venha com indireta/ Não me venha com indireta / Que eu não aceito, não / Eu não, eu não / A moçada está inquieta / Querendo uma solução/ E o meu povão /Já não guenta a dieta / Que afeta o seu coração / Se segura, meu irmão /Que o negócio é uma direta/A meta é a eleição /Tá na hora, minha gente,/ De votar pra presidente/ Como era antigamente/ O nosso povo é que escolhia o dirigente”. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>. Acesso em 21/07/2020.

¹⁶⁶ Para mais informações sobre as *Diretas Já*, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em 21/07/2020.

¹⁶⁷ Para Reis, não era certo que, mesmo passado na Câmara, a Emenda seria aprovada no Senado, já que o PDS contava com a maioria dos senadores, apoiados pelos “biônicos” (REIS, 2014, p.145).

elegeu-se deputado federal entre os anos 1960 e 1970, foi senador entre 1978 e 1982. Para as autoras, “era um mestre na arte de fazer política à moda de Minas: um negociador habilidoso, que sabia a hora de sair da sombra e agarrar a oportunidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.485).

Em sua campanha, com o *slogan* “Muda Brasil”, não negou o apoio de ninguém. Soube agregar diversas forças políticas. Em carta pública, disse que não incomodaria as Forças Armadas. Em seu programa de governo, demonstrou sinais de mudanças e não de ruptura política, mas manteve três pontos vistos como essenciais pela oposição no caminho para a redemocratização: eleições diretas em todos os níveis; convocação de uma Constituinte e a escrita de uma nova Constituição (*Idem*, p.486). Em 15 de abril de 1984, com 480 votos a favor, Tancredo e Sarney saíram vitoriosos daquela que seria a última eleição indireta. Contudo, em 21 de abril, Tancredo Neves, que vinha sofrendo de fortes dores abdominais, morre e quem toma posse é José Sarney.

Próximo da ditadura, já em 1964, Sarney foi eleito governador do Maranhão em 1965 e, em 1970, torna-se senador pela ARENA. Sempre esteve vinculado ao poder, tanto nacional quanto no seu estado, onde permaneceu ativo até 2014.

[...] tinha uma impressionante facilidade para mudar de matriz e de adaptar a qualquer corrente ideológica, desde que fosse mantido exatamente onde queria estar: no poder [...] Como outros políticos brasileiros, Sarney encarnava um novo tipo de coronel, que, já não se vive no velho sistema da Primeira República, conversa algumas de suas práticas: inadaptação às regras democráticas, convicção de estar acima da lei, incapacidade de distinguir o público do privado, e uso do poder para conseguir empregos, contratos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.487)

O processo de transição brasileiro esteve, a todo momento, tutelado pelos militares, mesmo a partir das eleições de 1974. É claro que a presença da oposição, representada pelo MDB, foi relevante e essencial para a distensão iniciada com o governo Geisel, mas, mesmo com a indicação de Tancredo Neves, que esteve presente na política nacional desde 1961 como primeiro-ministro, demonstra a permanência de nomes proeminentes que apoiaram o Golpe que derrubou João Goulart e jogou o Brasil em 21 anos de Ditadura Militar.

5.4 O fim do bipartidarismo: a fundação do PP e a entrada no PDS

A reforma partidária, em 1979, significou, para a dupla Geisel-Golbery, a derradeira chance de eliminar o caráter plebiscitário das eleições polarizadas entre governo e oposição, com dois objetivos em mente: enfraquecer a oposição, fragmentando-a por meio da fundação de novas organizações partidárias, e criar oportunidades para o aparecimento de um partido alternativo de situação que não fosse identificado com o governo [...] no teste das urnas, os militares descobriram que o feitiço tinha virado contra o feiticeiro e que, pela primeira vez desde o golpe de 1964, não detinham a maioria no Congresso Nacional. (SCHWARCZ; STARLING; 2004, p.469)

Com o fim do bipartidarismo, segundo Alves, os partidários da ARENA acreditavam que manter-se-iam unidos para formar um novo partido que contaria com algum tipo de vantagem no novo sistema eleitoral, apenas com a mudança de nome. “Assim foi que os antigos membros da ARENA puderam descartar-se da identificação com as políticas impopulares do Estado, formando imediatamente o Partido Democrático Social (PDS)”. (ALVES, 2005, p.323).

Já os membros do MDB enxergaram na nova lei a oportunidade de seguirem unidos e “manter sua unidade como movimento unificado e em movimento” (*Idem*). Contudo, o governo, tentou uma mudança na lei ao exigir que todas as novas agremiações deveriam conter a palavra partido. Assim, o MDB tornou-se o PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Magalhães Pinto, que em sua campanha presidencial aproximara-se de membros do MDB, juntamente com Tancredo Neves e demais líderes moderados do MDB, formaram o Partido Popular (PP) “destinado a ocupar o lugar de centro, equidistante dos radicalismos de direita e de esquerda” (REIS, 2014, p.137).

Por sua composição política e pela conduta cautelosa de sus principais dirigentes, o PP contava com a simpatia de eminentes membros do governo do Presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), como os ministros Petrônio Portela e Golbery do Couto e Silva, que o viam como uma peça importante em uma futura transição do poder dos militares para os civis. Por conta disso, por diversas vezes, o PP foi caracterizado, na imprensa e entre os demais setores políticos brasileiros, como o partido da “oposição confiável”¹⁶⁸.

E mais

O PP nasce como um partido de oposição, mas oposição moderada [...] o manifesto de lançamento [em 01/02/1980] do Partido Popular definiria a nova agremiação como popular, progressista e nacionalista, disposta a conquistar democraticamente o governo e afirmando que só a prevista e

¹⁶⁸ Verbete Partido Popular. <https://atlas.fgv.br/verbete/6179>. Acesso em 22/01/2020.

efetiva institucionalização democrática afastará o risco de conflitos armados ou golpes de Estado. (MELO, 1994, p.178)

Marly Rodrigues sintetiza a nova organização partidária

O PDS (Partido Democrático Social), antiga ARENA, apoiava o governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais. O antigo MDB, em torno do qual durante a ditadura agrupara-se a oposição de diversos matizes, tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros partidos formaram-se em torno de antigos políticos – como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola, e o PP (Partido Popular), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, liberal- conservador, reunindo parte da alta burguesia brasileira e que, posteriormente, foi absorvido pelo PMDB. (RODRIGUES, 1999, p.16)

A revista *O Espelho*, em longa reportagem de maio de 1979, apresenta o personagem Magalhães Pinto no “Preto e no Branco”. Ao ser questionado sobre qual posição o PP assumirá no governo Figueiredo, afirma

Naquilo que for do interesse nacional, poderemos apoiar o governo ou divergir, oferecendo sempre uma alternativa. Não podemos continuar vivendo sob um sistema que não permite as posições irreversíveis e definitivas. Isso cria impasses políticos. (O ESPELHO, 1979, p.18)

Assim, o novo partido, segundo a matéria apresenta

As ideias do novo grupamento partidário, de tendências liberais, divergem da política econômico-financeira e da política social. Seus líderes preconizam alterações na orientação seguida desde 64, de forma a incorporar ao processo de crescimento do país as amplas faixas da população que se acham marginalizadas. Defendem, por isso mesmo, uma política salarial que melhor remunere o trabalho e assegure espaços para a criação de um mercado interno capaz de garantir maior e mais segura circulação das riquezas produzidas pelos brasileiros. Enfim, querem uma política econômica mais adequada ao atual estágio de desenvolvimento do país, com uma preocupação eminentemente social. (*Idem*, p.18-19)

O “Pacote de Novembro”, ou seja, a reforma eleitoral, estabeleceu diretrizes para as eleições de 1982, em que seriam eleitos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, além de vereadores e prefeitos. Contudo, estava proibida a coligação partidária com vinculação de votos. Assim, os eleitores eram obrigados a votar em candidatos do mesmo partido em todos os cargos. “Com tais medidas, o governo forçava a divisão entre os partidos oposicionistas e reduzia as possibilidades eleitorais das agremiações que não possuísem bases municipais sólidas” (VERBETE PARTIDO POPULAR).

Frustrada as coligações estaduais, mesmo sendo o terceiro maior partido do país, o PP passou a cogitar fundir-se com o PMDB e, assim, mesmo contra a posição de Magalhães Pinto, em 3 de dezembro de 1981 houve a fusão dos partidos. Magalhães Pinto afirmara “Eu não irei, mas não serei obstáculo” (MELO, 1994, p.180). Assim, após a fusão entre PP e PMDB, filiou-se ao PDS, partido advindo da ARENA.

O PP¹⁶⁹ teria vida curta, mas permitiu que dois adversários políticos se unissem e garantissem a união do PSD e da UDN em quase todos estado de Minas. Magalhães Pinto pretendia defender um governo de coalização visando ajudar o governo Figueiredo “para realizar um plano de combate à inflação e de retomada da expansão econômica” (MELO, 1994, p.178).

Agora no PDS, cogitaria até candidatar-se ao governo de Minas. Contudo, decide concorrer ao Senado na chapa de Eliseu Resende, mas foi derrotado na convenção do partido e, em 15 de novembro de 1982, aos 73 anos, é reeleito, agora pela última vez, deputado federal. Com um mandato discreto, mas participativo, esteve presente na Câmara dos Deputados quando a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada e as eleições presidenciais mantiveram-se indiretas¹⁷⁰. Assim, vota em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, mas não o vê tomando posse, já que em abril de 1985 é acometido por um derrame e deixa a Câmara¹⁷¹.

5.5 A Constituição de 1988

Com a indicação de Tancredo pelo Colégio Eleitoral e suas promessas rumo à redemocratização, era mister a elaboração de uma nova Carta, já que a vigente naquele momento, a de 1967, representava os valores da ditadura. Ainda em 1971, na chamada “Carta de Recife” encabeçada pelos “autênticos” do MDB eleitos em 1970, a discussão sobre a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte surge e estende-se, durante todo período, até sua concretização em 1987.

Em seu discurso como presidente do Colégio Eleitoral, Tancredo convoca toda a sociedade a lutar por uma Constituinte livre e soberana, que não chegou a ver aprovada

¹⁶⁹ Tancredo Neves torna-se o presidente e Magalhães Pinto o presidente de honra.

¹⁷⁰ Magalhães Pinto votou a favor.

¹⁷¹ Já havia sofrido dois derrames cerebrais em poucos dias.

Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao poder constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a lei fundamental do país. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo.¹⁷²

Debates intensos foram travados entre 1985 e a instalação da ANC em 01 de fevereiro de 1987. Segundo Reis, havia mais debates que concessões. Visando agradar a todos, entre outubro de 1979 e novembro de 1985, a Constituição de 1967 foi editada com 27 emendas, o que a tornou “uma imensa e mal-ajambrada colcha de retalhos” (REIS, 2014, p.152). Mas afirma que, mesmo sob a tutela militar, a instalação de uma Constituinte permitiu

em quase toda a nação e entre os parlamentares, uma certa euforia com o desenlace dos acontecimentos, considerados positivos para a construção de uma nova ordem democrática. E eram poucas e indistintas as vozes que mantinham questionamentos quanto à validade e à legitimidade daquela Assembleia. (*Idem*, p.153)

Sarney, em 28 de junho de 1985, enviou uma mensagem ao Congresso Nacional em que propunha uma emenda à Constituição, dando poderes constitucionais ao Congresso que viria a ser eleito em novembro de 1986. Contudo, a ideia de uma Constituinte congressional, ou seja, parlamentares assumindo funções legislativas e constitucionais, foi vista como uma forma das forças conservadoras, que ainda faziam parte do poder, garantir uma transição democrática que não rompesse com o governo anterior. Grande parcela da sociedade defendia uma Constituinte exclusiva, ou seja, os parlamentares somente ficariam a cargo de redigir uma nova Carta, sem acumular funções legislativas.

Mesmo após fortes pressões da sociedade, em 27 de novembro de 1985 foi aprovada a formação de uma Constituinte congressional. Tendo Ulysses Guimarães à frente dos trabalhos, buscando negociar entre as diversas vertentes da oposição, precisava lidar com as forças conservadoras advindas da ARENA. Sarney tecia acordos por interesses próprios para garantir-se na presidência por cinco anos (SCHWARCZ; STARLING, 2014, p.488).

Instalada em 01 de fevereiro de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte acompanha debates intensos travados tanto dentro do Congresso quanto nas ruas do país: “A ideia de uma

¹⁷² Discurso na íntegra da posse como presidente do Colégio Eleitoral em 15/01/1985. Disponível em http://www.tancredo-neves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:presidente-eleito-brasil-15-01-1985&catid=42:discursos&Itemid=125. Acesso em 22/07/2020.

Nova República se abriu e nela o engajamento da população foi concebido, por grupos e pessoas, como ponto fundamental para que direitos fossem conquistados” (VERSIANI, 2010, p.248). Durante os quase dois anos entre a instalação da ANC e a promulgação da Carta, segundo Maria Helena Versiani, foram identificadas cinco mil mensagens encaminhadas aos parlamentares, de todos os setores da sociedade. Assim, a nova Constituição contava com “emendas populares”, funcionando com uma democracia participativa, o que, para a autora

[...] o valor da participação de todos na condução dos rumos do país se consolidava para além do universo da militância política. “Participar” colocava-se como um direito e como uma oportunidade para a conquista de direitos, e foi um instrumento estrategicamente utilizado por diferentes segmentos da sociedade, em busca de influenciar o governo em favor de seus interesses. Como identidade comum, subjacente a grande parte das demandas sociais, estava a ideia de que todos os brasileiros, indistintamente, eram sujeitos ativos participantes do processo constituinte. Nos debates e na mídia, nas campanhas e movimentos sociais, nas cartas pessoais enviadas aos governantes, fazia-se presente e alcançava grande “espalhamento” social o reconhecimento do direito de todos à participação política. (VERSIANI, 2010, p.247)

Com 250 artigos principais e 98 artigos das disposições transitórias, em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a chamada “Constituição Cidadã”, vigente até hoje. Seu compromisso era pautado em encerrar de vez a ditadura e criar bases sólidas para uma democracia real no país, garantindo e reconhecendo direitos e liberdades para todos os brasileiros. No discurso de Ulysses Guimarães, quando da promulgação da nova Constituição, ele dizia

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Aplausos). A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes [...] Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. (Aplausos) [...] A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança¹⁷³.

¹⁷³ Discurso completo disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>. Acesso em 22/07/2020.

5.6 O fim do sonho

Viveu mais nove anos longe da política, até que, em 06 de março de 1996¹⁷⁴, falece por problemas gastrointestinais decorrentes dos derrames, nunca recuperados, sofridos enquanto ainda era deputado. No dia 8 de março, o jornal *O Globo* assim noticiava a sua morte “Simplicidade marca enterro de Magalhães Pinto”, acontecido no dia 7 no Rio de Janeiro, contando com a presença de familiares e políticos. José Sarney, ex-presidente, afirmou que “dentro de seu grande espírito de conciliação, ele era uma alma aberta aos jovens”. Já o ex vice-presidente, Aureliano Chaves, diz do amigo “suave no trato, mas firme nas decisões”. Roberto Marinho, presidente das *Organizações Globo*, o então governador de Minas, Eduardo Azeredo e o ex-governador Hélio Garcia também compareceram ao enterro (O Globo, 1996).

Segundo Ziraldo, “essa história de que mineiro só sabe ser solidário no câncer [...] não combinava com Magalhães Pinto. Ele adorava confrarias. Eu, por exemplo, era peixinho dele”. E continua “Ele me dava as fotos e apontava dizendo assim: essa aqui dá para fazer muita gozação. E nem se incomodava de ser o alvo da piada” (*Idem*). Villas-Bôas Corrêa, em editorial intitulado “Retirada em silêncio”, lembra dos últimos anos de Magalhães Pinto

Muito do seu jeito discreto, mineiríssimo, foi saindo da vida devagarinho, dissolvendo-se na névoa que se adensava e apagava os dissabores do presente para preservar as boas lembranças do passado. Os 11 anos de absoluto afastamento da atividade política e de progressivo mergulho na zona cinzenta do esquecimento, reduziram as manifestações pela sua morte a registros pré-fabricadas, na frieza eficiência da antecipação do esperado e a concentração dos amigos, da família e de presenças oficiais no velório e na movimentação do enterro.

Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, afirma que esteve no enterro de Magalhães e que, por alguns minutos, fixou seus olhos no “rosto branquíssimo” relembrando os momentos que passaram juntos. E lamenta a morte do amigo

O destino é cruel, injusto e faz opções que não condizem muitas vezes com a personalidade de quem está se despedindo dessa vida, em busca de uma outra muito melhor. Magalhães, por toda uma vida de lutas e de participação, não deveria ter morrido tão placidamente, há 2 anos praticamente sem saber coisa alguma, nem da própria vida, que já não existia [...].

¹⁷⁴ Sua irmã, Alice de Magalhães Lins, morreu aos 92 anos, oito horas depois do falecimento de Magalhães. Ela sofria de diabetes e teve falência de múltiplos órgãos.

Sobre como a doença foi consumindo Magalhães, Fernandes diz

No próprio cemitério alguns diziam que Magalhães sabia de tudo. Não é verdade. Lembro que no aniversário de 1984 ainda telefonei para ele, conversamos, com esforço dele, é verdade, mas conversamos. Já no aniversário de 1985 e 1986, Magalhães já não estava mais presente em corpo, só no espírito. E nem podia atender telefonemas, saber de alguma coisa. Agora então nem se fala. E embora eu sempre tenha considerado que os homens que vivem a vida de Magalhães Pinto deveriam morrer de forma dramática, para ele foi melhor assim.

Quando fala da vida política, corrobora as vitórias de Magalhães Pinto ao longo dos 40 anos

E se chegou tarde à política, (em 1946, com 26 anos de idade) foi por causa da ditadura do Estado Novo. Magalhães poderia dizer “os melhores anos da minha vida”. Que lhe foram roubados. Mas Magalhães fez o que pôde para derrubar a ditadura. Essa derrubada começaria em 1943, com o chamado Manifesto dos Mineiros, assinado por todos os grandes de Minas [...] Magalhães foi um vitorioso completo. Obteve tudo o que tentou ou pretendeu, menos a Presidência da República. Novamente por causa de uma ditadura. Mas esteve sempre presente em tudo, jamais se escondeu ou alguém o ofuscou.

E em tom de despedida

Agora Magalhães está indo embora. Enquanto escrevo, não consigo me desligar das recordações. Aquele homem afável, delicado, desprendido, era um terrível lutador. Enquanto vivia uma vida intensa e cheia de atropelos, teve tempo para formar uma família; de juntar legião infindável de amigos a quem se dedicara intensamente, muitos deles ontem no cemitério, sem medo de aparecerem ou serem vistos; de transformar o Nacional de Minas Gerais no Nacional somente, pois o banco era um patrimônio do Brasil, tão grande quanto o próprio Magalhães. O resto, mas que era também o principal, Magalhães reservou para a política [...] Magalhães foi sempre um mestre na atuação política. Como a vida é dinâmica, ele mudava ou ficava no mesmo lugar, mas sempre defendendo as convicções de uma vida.

Em 2001, foi lançada a edição da revista *Governadores de Minas*, tendo Magalhães Pinto como capa. Em uma edição toda dedicada ao ex-governador, a última reportagem, “Um estilo próprio”, faz uma homenagem ao personagem político que marcou os anos 1950 a 1980 na política brasileira

Na vida pública, sua atuação marcou-se sempre pelo estilo pessoal inconfundível: espírito conciliador, caracterizado pelo signo da convivência e da tolerância, aberto à compreensão e ao entendimento, liberto de ódios e

de ressentimentos; com inacreditável dinamismo e incansável operosidade, que demonstrou no governo de Minas, dando nova feição ao Estado, reestruturando a atividade econômico-financeira, estimulando, valorizando e multiplicando a atuação cultural, recuperando a atividade agrícola e pecuária, reformulando o aparelho administrativo e fiscal [...] Seu senso apurado de realidade, pode dizer-se criou um estilo político: o realista, que sem fugir das imposições éticas, visualiza a busca de resultados e, alcançados, faz deles a alavanca de novas conquistas em prol do bem comum.

E justifica porque Magalhães deve figurar entre os grandes políticos brasileiros

Magalhães pensava que num país jovem como o Brasil, era preciso ousar, no máximo de ousadia racional, para alcançar, menos tarde, o que já se deveria ter-se tornado realidade há muito. Daí o ímpeto realizador que lhe caracterizou a passagem pela vida pública. Sereno, ponderado, sem ódio e sem paixão, que não a de realizar o bem comum, Magalhães Pinto conquistou o direito de figurar na galeria dos grandes homens públicos de Minas Gerais, Governador que cumpriu, com obstinado esforço, vontade reta e firme, sua missão à frente dos destinos do Estado [...] sua compreensão dos deveres do homem público, atento às necessidades do povo, disposto a servir sem esperar retribuição, a sacrificar-se sem compensações; o espírito inovador, o ânimo prático e objetivo; o respeito ao senso comum; o sentido do bem como norma que impregna a ação política; enfim, a compreensão e visão da vida pública como realização superior do homem, fazem dele estadista que engrandece a tradição de Minas na história republicana. (GOVERNADORES DE MINAS, 2001, p.72)

Magalhães Pinto não participou da Assembleia Constituinte. Deixou a Câmara meses antes do início das discussões, por isso, não temos como afirmar qual seria seu papel naquele momento. Contudo, baseados nos caminhos ora apresentados ao longo desta tese, podemos inferir que, naquele momento, mesmo tendo sido peça chave na política nacional desde o Golpe Civil Militar de 1964, feito parte daqueles 21 anos de Ditadura Militar, mas votado a favor da Emenda Dante de Oliveira, Magalhães Pinto firmaria o pacto democrático que tanto defendeu, pois, como ele mesmo afirmara: “política é como nuvem, muda a toda hora”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “[A] Política é como nuvem, muda a toda hora”?

Questões em torno das discussões acerca do trabalho com biografias e trajetórias são bastante abundantes na literatura. Procuramos apresentar as várias facetas da trajetória de Magalhães Pinto, mas nos deparamos com a falta de fontes consistentes sobre alguns momentos de sua vida. Tentamos, assim, superar alguns empecilhos recorrendo aos jornais e à historiografia, demonstrando limites e potencialidades no trabalho do historiador que se dedica às trajetórias de vida.

ao remexer a teia dos acontecimentos ocorridos nas trajetórias analisadas, o biógrafo pode, além daqueles que são impossíveis de se recuperar, perder eventos importantes. Isso, somado às próprias decisões que por ele devem ser tomadas, o faz perceber quão difícil é a tarefa de propor uma síntese ao turbilhão de vivências resgatadas, sem que essas sejam apresentadas como se tivessem ocorrido em virtude de seu fim, de modo a escamotear todo o acaso e instabilidade dos quais, devido às escolhas realizadas, são dotadas as vidas humanas. (PIMENTA, 2020, p.364)

Assim, a partir das análises de Benito Schmidt sobre o uso da inventividade do biógrafo, buscamos atentar para os aspectos teóricos e metodológicos na análise da trajetória de Magalhães Pinto. Magalhães teve importante atuação como político, tanto em seu estado natal, Minas Gerais, a partir de 1943, quanto no cenário nacional, a partir de 1964, como líder civil da “Revolução de 1964”.

Não tratamos como certa a afirmativa que muitos colegas e amigos, até mesmo, familiares, fizeram ao longo de entrevistas sobre Magalhães Pinto, ao asseverarem que o “destino dele era ser presidente”. Consideramos necessário, assim, considerar o ano de 1947 como aquele em que, a partir do convite para integrar o secretariado de Milton Campos, é que a presidência da república talvez tenha passado a ser um aspecto relevante na vida de Magalhães Pinto. Até aquele momento, tratava-se de um banqueiro e inexperiente político, apesar de imerso em redes da política mineira presentes em duas regiões importantes do estado, que acumulava um grande capital econômico e que entendia do mundo dos negócios.

Seu primeiro contato mais ativo com a política dar-se-ia a partir da assinatura do *Manifesto dos Mineiros* em 1943, onde, ao lado de grandes nomes da política mineira – Afonso Arinos de Mello Franco, Bilac Pinto, Pedro Aleixo, Virgílio de Mello e Franco – escreve contra Getúlio Vargas. Apesar de ainda ser desconhecido no mundo político, já tinha entrada em vários círculos públicos, pois, em 1935, foi diretor do Banco da Lavoura, em 1937

tornou-se líder dos banqueiros em Belo Horizonte, em 1938 foi presidente da Associação Comercial de Minas Gerais e em 1939/40 diretor da Federação de Comércio.

A partir de sua entrada na política, com a primeira eleição como Constituinte Federal em 1945 e, em decorrência de sua atuação parlamentar e experiência como um homem de negócios e integrante do grupo dos realistas da recém-criada UDN, tornou-se, ao lado de René Gianetti, o mais importante secretário do governador Milton Campos, com a elaboração do Plano de Recuperação Econômico. Com o sucesso do Plano e uma carreira política em ascensão, Magalhães Pinto é reeleito para mais três mandatos consecutivos.

Neste sentido, é importante pensarmos o local que a UDN ocupou ao longo da trajetória de Magalhães Pinto. Partido baluarte da elite brasileira, a UDN contava, na maioria de seus quadros, com advogados; Magalhães, no momento da fundação do partido, ainda era o “homem das finanças”, mas foi no partido de maior oposição a Vargas que se transformou numa das principais lideranças políticas de Minas Gerais e do país.

O conceito de mineiridade nos possibilitou compreender os caminhos traçados por Magalhães Pinto já a partir da assinatura do *Manifesto dos Mineiros* e entrada na UDN. A defesa da liberdade, da família e da tradição eram motes que levou até o final de sua vida, ao mesmo tempo que eram características marcantes da UDN. Assim, o conceito de cultura política, ainda que brevemente analisado, foi pensado dentro do contexto da mineiridade, a fim de corroborar as diferentes direções tomadas por Magalhães Pinto.

A tese, então, parte da pergunta inicial que pautou toda a escrita deste trabalho: quem foi Magalhães Pinto? A partir daí, algumas questões secundárias foram surgindo e nos pautamos em compreender os caminhos percorridos por ele, visando responder à questão central da tese, bem como à afirmativa de que “seu destino era ser presidente”.

É mister notar como um homem do interior do estado, que se dizia pobre e de esquerda – como afirmou em entrevista – consegue, num pequeno intervalo de 35 anos, tornar-se dono de um dos maiores bancos do país no período. Seu pai era um coronel do oeste mineiro, sua mãe professora, sua família poderia não ter o capital econômico necessário, mas tinha um capital cultural que permitiu a mudança de Magalhães Pinto para Juiz de Fora com apenas 13 anos.

Os interesses de Magalhães não eram só políticos. Ele era, antes de tudo, um homem de negócios, o que o fez ser excluído de alguns grupos da UDN, o partido dos bacharéis. Mas são os contatos que trava ainda como um “simples homem civil”, enquanto representante de

entidades como bancários, industriais e comerciantes, que lhe permitem aberturas em diferentes círculos sociais e políticos. Defendia interesses semelhantes aos seus companheiros de partido, mas tinha grande apego aos números. Isto fica claro a partir de sua presença como secretário de Finanças no governo de Minas em 1947.

Outro ponto que merece destaque é sua entrada em definitivo para a política nacional a partir de sua eleição para governador em 1960. Num pleito que, segundo o próprio Magalhães Pinto, estava perdido, a vitória sobre o já experiente Tancredo Neves foi a alavanca necessária para Magalhães tornar-se um nome forte dentro do cenário que se desenrolaria com a eleição de Jânio Quadros. O contexto após a renúncia deste e a posse de João Goulart e sua movimentação tanto dentro de Minas como em contato com outros governadores foram fatores definitivos para a deposição de Jango no dia 31 de março de 1964. A imagem de “líder civil da ‘Revolução de 1964’”, pelo menos sob o aspecto simbólico, não nos parece exagero, já que Minas Gerais e seu governador, naquele momento, foram peças essenciais nas articulações e no desenrolar dos acontecimentos que conduziram ao golpe de 31 de março, ainda que admita ter sido sua participação sobrepassada pelas ações desencadeadas paralelamente pelos segmentos militares que ocuparam mais incisivamente a liderança do novo regime.

De todo modo, Magalhães Pinto, torna-se, figura importante não somente no golpe que ajudou a colocar em prática, como nos anos seguintes: passa a ocupar o lugar de interlocutor entre civis e militares, já que consegue conversar e ter a confiança dentro do meio civil e no meio militar, pois atua para garantir interesses daqueles dentro da nova conjuntura política pós 1964. Um exemplo claro é sobre a prorrogação ou não do mandato de Castelo Branco. Mesmo sendo contra e tendo diversas críticas ao governo, não hesitou em continuar apoiando a necessidade de militares tornarem-se presidentes.

Com a posse de Costa e Silva e frustrada a sua primeira tentativa de candidatura à presidência da República, continuou dentro do governo. Dizia-se defensor das liberdades, mas assinou o AI-5. Como ministro de Relações Exteriores, teve papel decisivo no desfecho do sequestro do embaixador Charles Elbrick. A nova política, dentro da pasta de aproximação com outras nações, em detrimento dos Estados Unidos, era movida pela necessidade de Magalhães em buscar um espaço no cenário internacional, batendo, assim, de frente com a política do governo Castelo Branco de total subserviência ao governo norte-americano.

Magalhães Pinto reconhece, a partir de sua vitória como senador em 1970, que o Brasil vivia uma ditadura, situação negada pelo discurso do regime. Em 1975, ao tornar-se presidente da Casa, passa a falar em liberalização do regime, mas de forma gradual para que não se percam os objetivos da “Revolução de 1964”. Sempre teve a democracia e a liberdade como mote de seus discursos, mas, somente quando percebeu que a continuidade do regime era inconcebível, passou a entender a necessidade de eleições diretas.

Quando lança sua candidatura à presidência em 1978, sugere que somente a democracia é que traria o país de volta para o caminho aberto em 1964. Apresenta-se como o candidato da “conciliação nacional”. Flerta com o MDB, partido que cumpria o papel de oposição consentida ao regime. Entende que ali não é seu lugar e cede às pressões de retirar sua candidatura. Sente-se muito confortável em ainda concorrer mais duas vezes como deputado federal pelo partido advindo da ARENA, depois de passagem pelo PP junto com Tancredo Neves, antes de afastar-se da vida política depois da eleição indireta desse último.

A análise da trajetória de Magalhães Pinto nos permite navegar por diversos campos, em que percebemos várias dinâmicas, conflitos e consenso entre diferentes atores em prol de um projeto de poder. Não podemos pensar numa narrativa com fatos sequenciais, pois a vida não se desenrola assim; não podemos nos levar pelas análises romantizadas feitas por alguns de seus pares. Para compreender o homem que esteve na política por mais de 40 anos, foi preciso um pouco de imaginação. Sua vida, até então, não fora esmiuçada. Magalhães Pinto, ainda é pouco citado na historiografia. O homem que fundou um banco, ocupou praticamente todos os cargos eletivos, tentou ser presidente por duas vezes e esteve sempre junto ao poder nunca desistiu dele, somente quando a doença o impossibilitou.

Dizia que a política muda com o tempo. Nos parece que, para Magalhães, ela esteve sempre associada à sua condição de político que sabia seguir os humores dos tempos, adaptando-se a situações diversas e mirando as possibilidades que se abriam em cada conjuntura. Político formado dentro das redes tradicionais da política mineira, acumulou capital econômico e expertise técnica que conferiu à sua trajetória um caráter singular, sinuosa como o desenrolar dos tempos da política, com suas nuvens mutantes. Conservador, reformista, autoritário, democrata. Cada faceta de Magalhães se afirmava nos diferentes momentos de sua trajetória, em nome de um *destino* que ele acreditava ser seu. Afirmava ser favorável a reformas por ser pobre, mas era banqueiro. Sempre defendeu a liberdade, mas assinou o AI-5. Esteve, por 21 anos, ao lado de um governo que matou e torturou, apesar de,

somente uma vez, reconhecer que o país vivia numa ditadura. Então, parece-nos que quem muda não é a política, mas, sim, aqueles que estão nela, que vivem com e por ela, pois, em vista de um “projeto de vida”, Magalhães Pinto navegou em todos os lados, conviveu em todos os lados, mas não alcançou o seu destino.

REFERÊNCIAS

Acervos

a) Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte

O acervo é composto por recortes de diferentes jornais, revistas, cartas, e fotografias de José de Magalhães Pinto. Não há um fundo ou pastas específicas. Os recortes de jornais são separados por ano. Toda documentação lá consultada foi fotografada.

b) Opening the Archives Project (documentação online)

Amembassy Brasilia, and Ambassador Gordon, "Update on Brazil Situation Prior to Goulart Visit" (1962). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Biweekly Summary No. 1 (January 11-24, 1966)" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Biweekly Summary No. 4 (February 24 - March 9, 1966)" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Biweekly Summary No. 8 (April 23-May 3, 1966)" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Carlos Lacerda Pronouncement" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Castello Branco call" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Castello Branco views on domestic matters" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Gordon, Lincoln, "Dantas Nomination" (1962). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais" (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Raine, Philip, "Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil" (1962). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Reactions to Jânio Quadros' Return to Political Life" (1962). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Report on March 31 military events" (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

"Weekly Summary No. 39" (1966). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

c) Periódicos (recortes e reportagens disponíveis online)

BBC Brasil
Correio Braziliense
Correio do Ceará
Correio da Manhã
Diário da Tarde
Diário Mercantil
El País
Folha de São Paulo
Gazeta de Notícias
Jornal do Brasil
Jornal do Commercio
O Dia
O Echo
O Estado de Minas
O Farol
O Globo
O Jornal
O Pasquim
O Seminário
Tribuna de Imprensa
Última Hora
Zero Hora

d) Discursos (disponíveis online)

Discurso João Goulart no Comício da Central do Brasil <http://www.sul21.com.br/jornal/2011/09/discurso-de-joao-goulart-no-comicio-de-13-de-marco-de-1964-na-central-do-brasil-rio-de-janeiro/>

Discurso "Posse como governador de Minas Gerais" disponível na íntegra em http://www.tancredoneves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:governador-de-minas-gerais-belo-horizonte-15-03-1983&catid=42:discursos&Itemid=125.

"Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto", 15 de março de 1967. Texto completo disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/>

ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61 ministros-das-relacoes-exteriores/150-jose-de-magalhaes-pinto.

“Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Arthur Costa e Silva”, em 01 de março de 1968. Texto completo disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Mensagens_Presidenciais/Costa_Silva.pdf.

Discurso na íntegra da posse como presidente do Colégio Eleitoral em 15/01/1985. Disponível em http://www.tancredo-neves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:presidente-eleito-brasilia-15-01-1985&catid=42:discursos&Itemid=125.

Discurso completo de Ulysses Guimarães quando da promulgação da Constituição de 1988, disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>.

O atual ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, escreveu um artigo em que afirma ainda existir uma ameaça comunista nos países latino-americanos. Texto disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/21163-para-alem-do-horizonte-comunista-terca-livre-18-12-2019>.

e) Revistas (recortes e reportagens disponíveis online)

O Cruzeiro
Revista Exame
Revista IstoÉ
Revista Manchete
Revista Veja
Revista Visão
Revista Vogue

f) Sites de instituições

<https://www.acminas.com.br> (Associação Comercial e Empresarial de Minas)
<https://www.bdmg.mg.gov.br> (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais)
<http://bnsa.com.br> (Banco Nacional S/A)
<https://www.camara.leg.br> (Câmara dos Deputados)
<http://www.codemig.com.br> (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais)
<http://www.fecomerciomg.org.br> (Federação de Comércio de Minas Gerais)
<http://www.itamaraty.gov.br> (Ministério das Relações Exteriores)
<https://www12.senado.leg.br> (Senado Federal)
<http://www.vale.com> (Vale)

g) Dissertações e Teses

BRASILEIRO, Vanessa Borges. **Sylvio Vasconcellos: um arquiteto para além da forma**. 2008. 605f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB**. 2008. 242f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2008.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. 2012. 333f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

DELGADO, Márcio de Paiva. **A Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968)**. 2013. 307f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FERNANDES, Clever Luiz. **História da UDN nas eleições em Goiás**. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2002.

FERRO, Flávia Salles. **Virgílio de Melo e Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)**. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

MALAFAIA, Wolney Vianna. **Imagens do Brasil: o Cinema Novo e as metamorfoses da identidade nacional**. 2012. 316f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 257f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2000.

MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977)**. 2020. 157f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020.

PIMENTA, Everton Fernando. **Oscar Machado: uma trajetória em meio do metodismo, integralismo e maçonaria**. 2020. 330f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, 2020.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil**. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Ser embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969**. 2019. 212f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Ser mulher, “uma missão”: a Escola Superior de Ciências Domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992)**. 2016. 267f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, Renato João de. **Da informação à representação: o papel do jornal escrito mineiro nos anos 1963 e 1964**. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

h) Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Golpe de 1964 e o voto popular**. São Paulo: Novos Estudos, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ARRUDA, Maria Aparecida. Igreja e normalização de professores em São João Del-Rei (Minas Gerais). In: **História da Educação**. Porto Alegre. V.16. nº38. Set/dez. 2012. p. 79-99.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito. **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, D. V. **Os Partidos políticos no Brasil**. (Cadernos da UnB, v.2), Brasília, 1981a. p.91-108.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Brasiliense, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BORGES, Valdeci. História e Literatura: algumas considerações. In: **Revista de Teoria da História**. Ano 1. Número 3, junho/2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius Editora, 2008.

_____.; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista. In: **Revista Estudos Históricos**. 1997/1 nº 19: Indivíduo, Biografia, História.

CANTARINO, Geraldo. **A ditadura que o inglês viu: documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento” as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, nº 48, p.555-572: jul/dez 2012.

_____. Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978. XXVII In: **Conhecimento histórico e diálogo social**. Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na união democrática nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. In: **Revista Estudos Políticos**, nº6, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e Silêncio: a espoliação das lembranças. In: **Lua Nova**, São Paulo, 92: 145- 176, 2014.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. In: **Revista Sociologia Política**. Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

DARTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

_____. **O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Alexandre Miranda. **Memória Histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu Município.** Juiz de Fora: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia: quando a biografia encontra a história.** In: **Topoi**, v.10, n.19, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: Editora da USP, 2009.

DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 1986.

_____. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DRUMMOND, Roberto. **O romance de uma vida.** Belo Horizonte: CEMIG, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O Golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FLEISCHER, David. Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do “Pacote de Abril”. In: **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, mai/ago, 1980.

GASPARI, Elio. **O sacerdote e o Feiticeiro: A ditadura derrotada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANETTI, Ricardo. Américo René Gianetti: a industrialização e o planejamento econômico de Minas Gerais (1930-1950). In: **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais**, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Biografia: a reabilitação de um gênero histórico. In: **Revista de História**, Mariana: UFOP, n. 16, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **As Origens da Revolução Industrial.** São Paulo: Global, 1979.

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação.** Salvador: EDUFBA, 2004.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Entre tradições e inovações, o percurso crítico de Natalie Zemon Davis. In: **Cultura História e Patrimônio.** V. 2, nº1, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques(org.). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **O pequeno X: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MELO, José Geraldo Bandeira. **Navegando contra o vento.** Belo Horizonte: CEMIG, 1994.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: Edusc, 2004.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. In: **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva.** Brasília: Universidade de Brasília, p. 255- 273, 2010.

MONTEIRO, Norma de Góis. **Dicionário biográfico de Minas Gerais - período republicano (1889-1991).** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

NÉSPOLI, José Henrique. Cultura Política, História Política e Historiografia. In: **Revista História e Cultura**, Franca, v.4, p. 361-376, 2015.

OLIVEIRA, Fernando. Uma análise empírica do mercado dutoviário norte-americano. In: **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 16, n. 45, Out./Dez. 2016.

PAULA, João Antonio de. FACE/UFMG, BDMG E Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. In: **Nova Economia**. V.26. n. Especial, 2016.

PESAVENTO, Sandra. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da & MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

PINHEIRO, Leticia. "Ao vencedor, as batatas": o reconhecimento da independência de Angola. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº39, janeiro-junho de 2007, p. 83-120.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTA, Rodrigo Patto (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.9, nº11, p. 89-97, 1º sem, 2007.

RIBEIRO, José Augusto. **Jânio Quadros & José Aparecido: o romance da renúncia**. Juiz de Fora: Panorama Editora, 2008.

RIBEIRO, Luis Filipe. Geometrias do Imaginário. In: **Edições Laiovento**. Coleção "Vento do Sul" - volume 14, 2000.

RODRIGUES, Marly. **A década de 1980**. Brasil: quando a multidão voltou às ruas. São Paulo: Ática, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da Colônia à atualidade). In: **Psicologia**. USP vol.13 nº.2 São Paulo, 2002.

SARAIVA, Miriam; VIGEVANI, Tulio. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil, 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**. Caxambu, 1998.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha. In: **Revista Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 29, Número 2, 1986.

SILVA, Leonardo Santana. Carlo Ginzburg: o conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. In: **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.22. nº 43, p. 72-83, jan/jun, 2017.

SILVA, Wilton. Biografia, narrativa e política: um debate lusitano. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais**. São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Adriana. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. In: **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STARLING, Heloisa. **Os Senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, nº60, p. 233, 252, 2010.

VISCARDI, Claudia, 2001. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VIZENTINI, Paulo. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: FILHO, João Roberto Martins (org.) **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas**. São Carlos: EDUFScar, 2014.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)**. Brasília: FUNAG, 2016.

ANEXO I – Imagens



Figura 1: José de Magalhães Pinto (Arquivo Folha)



Figura 2: Dona Maricota (Acervo Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte).



Figura 3: Fotografia do Coronel Juca Pinto colocada sobre a porta de entrada da secretaria da Escola Municipal Coronel Juca Pinto, em Cambuí/MG.



Figura 4: Dona Berenice, Magalhães Pinto, as filhas Maria Virgínia, Ana Lúcia e Maria Elisa com o marido, Carlos Alberto (na escada); os filhos Marcos, Fernando e a esposa, Lúcia, Eduardo e esposa Terezinha com a filha (DRUMMOND, 1994, p.49. Foto sem data).



Figura 5: Trechos do Manifesto dos Mineiros, 1943. CPDOC

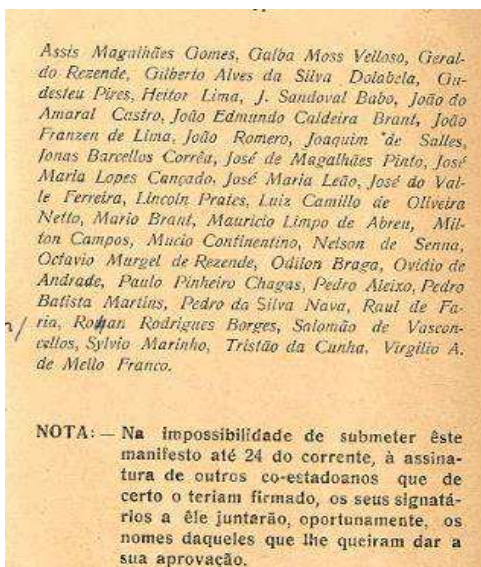


Figura 6: Última página do Manifesto indicando a assinatura de José de Magalhães Pinto, 1943. CPDOC.



Figura 7: Logotipo do Banco Nacional (<http://bnsa.com.br>).



Figura 8: Posse como Secretário da Fazenda em 1947 (REVISTA HOMEM DE VISÃO, 1976, p.30).

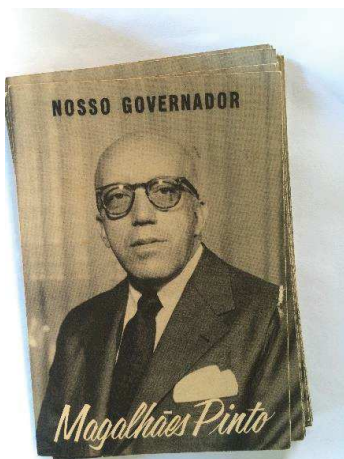


Figura 9: Frente do santinho para a campanha de 1960 (Estado (Acervo da Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte).



Figura 10: Campanha para o governo do Estado (Acervo da Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte)

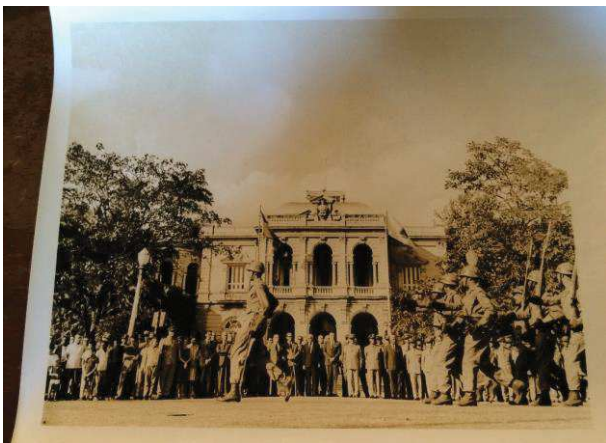


Figura 11: Magalhães e a Revolução de 1964 em Minas Gerais (Acervo Casa de Cultura de Santo Antônio do Monte).



Figura 12: Magalhães Pinto na posse de Castelo Branco (O Cruzeiro, 1964, s.n).



Figura 13: Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda (Acervo O Globo, 1967).



Figura 14: Magalhães Pinto como ministro das Relações Exteriores na Assembleia Geral da ONU (entre 1967-1969).



Figura 15: Magalhães Pinto é o quinto a assinar o AI-5

(Acervo Arquivo Nacional).

Partidos	1966		1970		1974		1978	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56,0	231	55,0
MDB	132	32,3	87	28,1	160	44,0	189	45,0
Total	409	100	310	100	364	100	420	100

Figura 16: Representação partidária na Câmara dos Deputados (1966-1978). Fonte: SCHMITT *apud* CARVALHO, 2013, p.5.

Partidos	1966		1970		1974		1978*	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3	15	55,0
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7	8	45,0
Total	22	100	46	100	22	100	23	100

Figura 17: Representação partidária no Senado Federal (1966-1978). Fonte: SCHMITT *apud* CARVALHO, 2013, p.5.

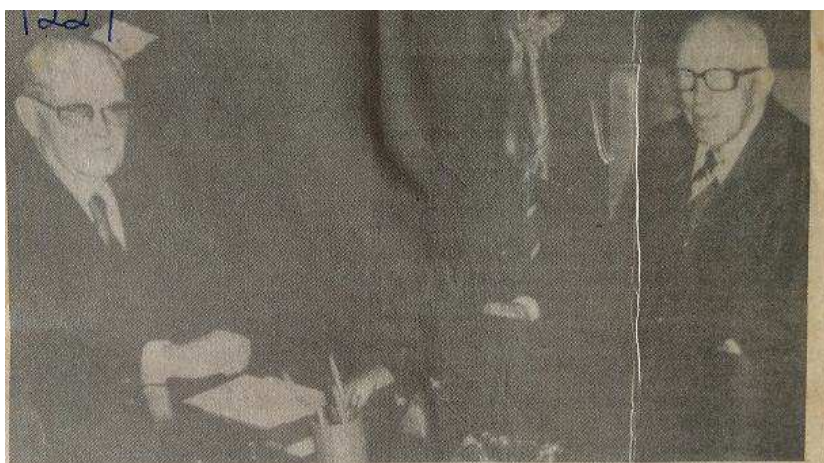


Figura 18: Geisel e Magalhães Pinto em reunião em que aquele formalizou o convite ao mesmo para a disputa à presidência do Senado (s/d).

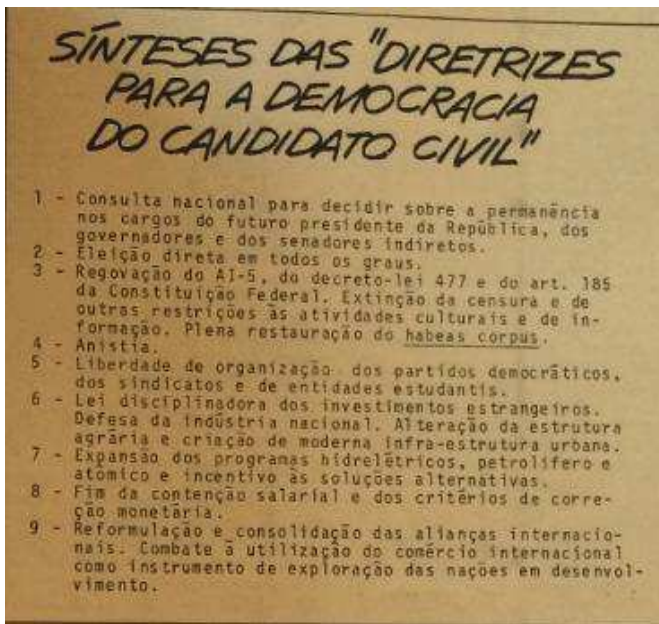


Figura 19: Resumo do programa de Magalhães

Pinto para a presidência (O PASQUIM, 1978, p.9).



Figura 20: Cartaz do comício pelas Diretas em São Paulo. Até aquele momento, foi a maior manifestação popular desde o Golpe de 1964 (<http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>)